

Língua & Linguagem no Mundo Antigo

Anderson Zalewski Vargas
Katia M. P. Pozzer
Luis Carlos dos P. Martins
(Orgs.)



No final do ano de 2015, foi realizado o encontro Língua e Linguagem no Mundo Antigo, uma promoção do Departamento e Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o imprescindível apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, do Instituto de Artes – UFRGS e da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)-UFRGS. Um dos aspectos centrais da atividade foi a homenagem à professora Loiva Otero Félix, responsável pela formação de muitos alunos no campo da História Antiga – todos os três autores desta apresentação são particulares devedores da professora Loiva. Além de nós, diversos profissionais já há tempo estabelecidos, também, são seus devedores, mesmo tendo seguido por variadas áreas do universo dos estudos, do magistério e de práticas profissionais de licenciados ou de bacharéis em História. O texto lido em sua homenagem abre esta coletânea, e é seguido pela apresentação da professora Loiva que faz uma retrospectiva do estudo e da pesquisa de História Antiga, inicialmente, no Brasil e, em um segundo momento, no Rio Grande do Sul e na UFRGS.



Língua e Linguagem no Mundo Antigo



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Língua e Linguagem no Mundo Antigo

Organizadores:

Anderson Zalewski Vargas

Katia M. P. Pozzer

Luis Carlos dos P. Martins



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus - 13

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

VARGAS, Anderson Zalewski; POZZER, Katia M. P.; MARTINS, Luis Carlos dos P. (Orgs.)

Língua e linguagem no mundo antigo [recurso eletrônico] / Anderson Zalewski Vargas; Katia M. P. Pozzer; Luis Carlos dos P. Martins (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

246 p.

ISBN - 978-85-5696-449-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História, 2. Historiografia, 3. História cultural, 4. Pesquisa. I. Título. II. Série

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação	9
Anderson Zalewski Vargas; Katia M. Paim Pozzer; Luis Carlos dos P. Martins	

Parte I Reflexões Iniciais

1.....	19
Elogio à Loiva	
Anderson Zalewski Vargas	
2.....	23
História antiga na UFRGS	
Loiva Otero Félix	

Parte II

3.....	41
A problemática da nomeação no Egito Antigo – Império Novo	
Maria Helena Trindade Lopes	
4.....	55
Mênfis, a cidade “que desapareceu”	
Maria Helena Trindade Lopes	
5.....	67
O palácio de Apriés, Mênfis/Kôm Tumân: resultados de 10 anos de pesquisa	
Maria Helena Trindade Lopes	
6.....	79
Os sentidos da linguagem na epistolografia de Deir el Medina (1098-1070 a.C.): a contribuição de Jaroslav Cerny	
Margaret Bakos	

7	97
---------	----

A literatura no Egito Antigo: o conto dos dois irmãos

Cintia Prates Facuri

Parte III

8	121
---------	-----

The word *ke-ka-u-me-no* and its symbolic meaning in burial rites

Maria Mertzani

9	153
---------	-----

A denúncia do crime civilizacional, Tucídides e o *éthos* heroico de Euclides da Cunha

Anderson Zalewski Vargas; Rafael Vicente Kunst

10	177
----------	-----

The Ogham Stones - tópicos de epigrafia hibernica

Dominique Santos

11	199
----------	-----

Cícero e os perigos da república: a construção do inimigo público nas Catilinárias

Luis Carlos dos Passos Martins

12	223
----------	-----

“As virtudes dos antigos”: Germânico César e sua visita ao Egito durante o Principado de Tibério César (14-37 DC)

Rafael da Costa Campos

Apresentação

Anderson Zalewski Vargas

Katia M. Paim Pozzer

Luis Carlos dos P. Martins

No final do ano de 2015¹, foi realizado o encontro *Língua e Linguagem no Mundo Antigo*, uma promoção do Departamento e Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o imprescindível apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, do Instituto de Artes – UFRGS e da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)-UFRGS². Um dos aspectos centrais da atividade foi a homenagem à professora Loiva Otero Félix, responsável pela formação de muitos alunos no campo da História Antiga – todos os três autores desta apresentação são particulares devedores da professora Loiva. Além de nós, diversos profissionais já há tempo estabelecidos, também, são seus devedores, mesmo tendo seguido por variadas áreas do universo dos estudos, do magistério e de práticas profissionais de licenciados ou de bacharéis em História. O texto lido em sua homenagem abre esta coletânea, e é seguido pela apresentação da professora Loiva que faz uma retrospectiva do estudo

1 Mais precisamente entre 30 de novembro e 04 de dezembro. Não sabemos até quando sobreviverá a página do Facebook com todas as informações do evento em: <https://www.facebook.com/events/190488124618176/>. Acesso em 13 set. 2018.

2 Além dos que escrevem esta Apresentação, o evento também contou com a professora Margaret Bakos como organizadora.

e da pesquisa de História Antiga, inicialmente, no Brasil e, em um segundo momento, no Rio Grande do Sul e na UFRGS. Buscando analisar as diversas fases desta verdadeira “genealogia”, Loiva mostra a profunda relação entre os diferentes contextos históricos brasileiros - notadamente, a passagem da Ditadura Militar para o Regime Democrático, em meados dos anos 80 -, as mudanças na historiografia brasileira, especialmente com a influência da Escola dos Anais, e a renovação dos estudos de Antiguidade, com a diversificação e enriquecimento de seus métodos de pesquisa e dos seus temas de abordagem. Este é o contexto no qual a História Antiga é revitalizada na UFRGS através do trabalho da própria professora Loiva, em um primeiro momento, e da professora Margaret Bakos, que somou-se à empreitada posteriormente. Como resultado deste trabalho, surgiram diversas pesquisas relevantes e uma geração de novos pesquisadores que, atualmente, protagonizam as pesquisas em Antiguidade no Rio Grande do Sul.

Outro aspecto central do evento foi a participação dos professores Maria Helena Trindade Lopes e Francisco José Gomes Caramelo, do Centro de Humanidades (CHAM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa (UNL). Foi o início de um trabalho conjunto entre aquela Universidade, a UFRGS e a PUCRS³. Apesar de não haver texto de sua autoria nesta coletânea, o atual diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e renomado assiriólogo, assim como a professora Maria Helena, não apenas palestrou, mas também ministrou minicurso sobre sua experiência de escavações no atual Iraque.⁴ O primeiro artigo da professora Maria Helena Trindade Lopes, “A Problemática da Nomeação no Egito Antigo – Império Novo” - uma abordagem

3 Além de participações em bancas, destacamos a realização em fevereiro de 2017 da Conferência Internacional *Expressões da Antiguidade na Arte e Literatura Modernas e Contemporâneas*, nas dependências da UNL, cujo trabalhos devem ser publicados em 2019.

4 "Da linguagem arqueológica à narrativa histórica - O Projecto Arqueológico Médio Eufrates Sirio (PAMES): o sítio de Tell Qabr Abu al-'Atiq"; a professora Helena ministrou o minicurso: "Da linguagem arqueológica à narrativa histórica - O Projecto Arqueológico português no Egito: Palácio de Apriés, Mênfis."

peculiar do problema da nomeação, presente em diversas sociedades e, hoje, reatualizado na discussão sobre a relação entre pensamento, linguagem e realidade. Trata-se do texto de uma das exposições feitas no evento de 2015, explorador dos sentidos da nomeação de homens e de mulheres egípcias no período do Reino Novo (c.1570 AEC e 1544 AEC). Não dos nomes secretos, reveladores da natureza dos seres e, por isso, de revelação tão restrita que não os conhecemos hoje. No texto seguinte, “Mênfis, a cidade que desapareceu”, Maria Helena explica o que tem intrigado há muito os estudiosos do Egito Antigo, particularmente os arqueólogos: a ausência de vestígios significativos da cidade de Mênfis, o termo helênico para o hieroglífico *Mn-Nfr*, que significa “Duradoura e Bela”, como bem esclarece a colega. O sítio da mais antiga capital dinástica egípcia é o objeto da investigação histórico-arqueológica de Maria Helena e sua equipe da FCSH/Nova desde o início dos anos 2000 e o seu terceiro texto oferece um relato sucinto de seu trabalho – “O Palácio de Apriés, Mênfis/Kôm Tumân: resultado de dez anos de pesquisa”. Foi, compreende-se, uma investigação exaustiva e minuciosa do sítio do palácio do faraó Apriés (589 e 570 a.C.), o quarto da XXVI dinastia (Época Baixa), momento em que os antigos egípcios retomaram o controle do território depois do domínio dos faraós negros chuchitas. A área foi objeto de apenas três escavações anteriores, sendo a primeira no início do século passado – pelo famoso arqueólogo inglês W. F. Petrie - e a última pelo egiptólogo B. J. Kemp, em 1976. Os propósitos iniciais foram averiguar as teorias sobre o sítio elaboradas pelos arqueólogos precursores e também a informação de Heródoto sobre a presença grega naquela região, atuando como mercenários. Além disso, como poderá ser constatado, a década de investigação permitiu uma avaliação geral do sítio, até então não elaborada. O texto certamente agradará historiadores – mesmo helenistas – e arqueólogos.

Ainda na linha dos estudos sobre egiptologia, tivemos mais dois importantes trabalhos apresentados pela professora Margaret Bakos – atualmente pesquisadora Sênior da Universidade Estadual de Londrina e professora aposentada dos quadros permanentes da

PUCRS e da UFRGS – e da mestra em arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ, Cintia Prates Facuri, ambas versando sobre o tema da escrita no mundo egípcio.

A professora Margaret Bakos nos mostra, no texto aqui publicado - “Os sentidos da linguagem na epistolografia de Deir el Medina (1098-1070 a. C.): a contribuição de Jaroslav Cerny) -, seus estudos de longo prazo ligados ao *Grupo de Pesquisa Africanidades, ideologias e cotidiano* através da análise do contexto de produção de uma carta enviada pelo escriba Dhutmose a seu filho, Butehamun, reproduzida e traduzida para o português em seu artigo. Segundo a autora, ao contrário do que a historiografia defendeu por muito tempo sobre a escrita epistolar do Egito Antigo, esta carta, redigida no final da XXI dinastia, apresenta várias reflexões pessoais de Dhutmose, indicando como a memória individual pode ser recuperada nestes documentos, apesar dos enunciados fragmentados e breves. Desta forma, conclui que as práticas de escrita de si são mais antigas do que os historiadores tendem a aceitar e a análise da Carta de Dhutmose mostra como podemos captar a trajetória individual sinuosa de um funcionário do Egito Antigo através deste tipo de documentação.

Já Cíntia Facuri, no artigo “A Literatura no Egito Antigo: O Conto dos Dois Irmãos”, analisa o conto egípcio que dá origem ao seu texto - *Conto dos Dois Irmãos* – redigido no Novo Império e classificado por ela como uma narrativa, pois apresenta uma quebra na realidade através de eventos extraordinários. Este conto tem como personagens principais Anúbis (o irmão mais velho) e Bata (o irmão mais novo), associados, por parte dos estudiosos, a um mito tradicional do XVII Nomo do Alto Egito, embora não haja consenso se constitui um texto baseado na tradição oral popular ou uma escrita voltada desde a origem para a elite egípcia. O conto pode ser dividido em três partes: na primeira, narra-se a história original dos dois irmãos quando ainda moram juntos e a sua separação trágica, motivada pelas “intrigas” da esposa de Anúbis contra Bata; na segunda, Bata está no Vale dos Pinheiros e espera voltar à vida,

depois que seu irmão recolher seu coração depositado em determinada flor pelo próprio Bata; todavia, ele se envolve com uma parceira que lhe fora dada pelos deuses e isto muda o curso da sua história; na terceira parte, Bata vai ao Egito, depois que sua companheira é persuadida a viver na corte do faraó; ela tenta provocar duas vezes a sua morte, mas Bata sempre se transforma em um novo ser e sobrevive; a narrativa termina com ele ascendendo ao trono egípcio, tendo como sucessor seu irmão Anúbis. Diante deste texto tão cheio de significados, o trabalho da autora foi o de traduzi-lo para o português, oferecendo ao leitor brasileiro acesso em primeira mão.

Foi graças ao professor Fábio Vergara Cerqueira, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que descobrimos a estadia em nosso Estado da pesquisadora grega Maria Mertzani e, por sua sugestão, pudemos contar com a sua participação no “Língua e Linguagens”. Primeiro trabalho desta coletânea que aborda o mundo greco-romano, *The word ke-kau-me-no an its symbolic meaning in burial rites* (“A palavra *ke-kau-me-no* e seu sentido simbólico em ritos funerários”), de Maria Mertzania, então Pesquisadora Associada ao Centro de Letras e Comunicação da UFPEL), é um texto *sui generis*. Não por estar na língua original de sua palestra na UFRGS, o inglês, mas por contrariar a tendência há certo tempo dominante dos Estudos Lingísticos, propugnadora da arbitrariedade do signo. Ao invés disso, defende a possibilidade de reduzir as palavras escritas à sua referência no mundo, porque os símbolos, afirma, são compreendidos como imitação dos objetos que designam e análogos visuais dos fonemas. O meio desta demonstração é a análise do termo do alfabeto micênico antigo, Linear B, *ke-ka-u-me-no* (κεκαυμένο, no grego, “queimado”).

Ainda no universo grego, mas, agora, enquadrando-se na linha dos estudos sobre apropriação do mundo antigo, temos o artigo do professor Anderson Zalewski Vargas em coautoria com o mestre em História pela UFRGS, sob sua orientação, Rafael Vicente

Kunst⁵. Anderson Vargas, professor associado da UFRGS, tanto do Departamento, quanto do Programa de Pós-graduação em História, tem larga experiência na pesquisa e na docência sobre História da Grécia Antiga – em temas como mito, historiografia antiga e a relação entre história e retórica – e defendeu tese na USP sobre Tucídides. Em 2014, foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Retórica (SBR) e atualmente direciona suas pesquisas para o tema da recepção da Antiguidade no debate político da imprensa sul-riograndense da primeira metade do XIX. Os estudos sobre Tucídides e a temática da apropriação da antiguidade confluem no artigo aqui em destaque, pois os autores abordam a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, focando seu olhar na forma como este escritor procura legitimar a sua narrativa e a sua condição de narrador confiável apelando para a figura do historiador grego. Mais do que isto, para Vargas e Kunst, Euclides reporta-se aos antigos não apenas para elaborar metáforas ou argumentos de autoridade, mas é a própria Antiguidade que lhe oferece um *ethos tucidideano* ou seja, de um “historiador” que se propõe a “ensinar ao futuro” e, com isto, evitar a repetição póstera dos erros de seu tempo.

Saindo do mundo grego e agora adentrando no romano, convidamos o leitor a conhecer a relevância do estudo do professor Dominique Vieira Coelho dos Santos, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), folheando as suas páginas. Dominique é um jovem professor que ainda conhecemos como aluno e discípulo da colega Ana Teresa Marques Gonçalves, da Universidade Federal de Goiás (UFG) e responsável pela formação de um número incrível de pesquisadores de História Antiga, especialmente Romana. Já doutor, Dominique Santos expôs resultados de uma investigação ainda em desenvolvimento. Em “*The Ogham Stones* -Tópicos de Epigrafia Hibernica”, oferece, primeiro, informações básicas sobre o curioso sistema de escrita surgindo no território da atual Irlanda e do qual

5 O prof. Anderson Vargas apresentou outro trabalho no evento (“O orgulho dos males imperiais de Atenas no Discurso Fúnebre de Péricles”), mas optou pela publicação deste. Como adotamos o procedimento de escrita conjunta, as palavras sobre as obras de cada um de nós foram escritas por terceiros.

restaram registros em pedras, as *Ogham* do título. Além disso, Dominique também disserta sobre a origem de tal sistema de escrita, adotando o ponto de vista de que o mesmo foi criado dentro do conjunto das trocas culturais entre os naturais e os romanos, talvez já no século I A.E.C. Talvez seja o único especialista no Brasil a tratar desta importante documentação, tendo realizado um pós-doutorado a respeito em 2017 e apresentado parte de suas conclusões na UFRGS, em 2018. Em breve, suas traduções das *Ogham Stones* nos permitirão melhor conhecer a história daquele mundo hiberno-latino.

De outro caráter é o trabalho de Luis Carlos dos Passos Martins, professor da PUCRS e Coordenador do Curso de História daquela Universidade. O colega Luis Carlos também coordena o GT de História Política da Associação Nacional de História (ANPUH) e sua área primeira é a história política nacional. Porém, os caminhos do destino o fizeram professor de História Antiga da sua Universidade e, com isso, Luis Carlos retomou parte de sua trajetória acadêmica, os tempos de sua graduação, quando fez parte de um grupo de estudos de História Antiga, uma das tantas iniciativas da professora Loiva Otero Félix. Ao contrário do que pode acontecer, quando assoberbados pelo trabalho nos dedicamos superficialmente a algumas novas e exóticas tarefas, o colega assumiu o encargo com seriedade, conciliando-o com sua especialização primeira. Além de grupo de estudos, da orientação de TCCs sobre História Antiga, o colega passou a se dedicar ao estudo de Cícero, mais especificamente da famosas *Catilinárias*. Em seu “texto de estreia”, o bem-vindo colega estuda aqueles discursos com o objetivo de analisar como o grande político e intelectual latino constrói discursivamente a noção de “inimigo público” (*hostis publicus*). Pode-se observar no artigo a confluência de suas capacidades desenvolvidas na investigação de discursos políticos contemporâneos com os ditames de uma análise de documento antigo, a exigir a consideração do latim original e parte da fortuna crítica específica ao estudo daquelas orações.

Por fim, fechando este conjunto de artigos, há “‘As virtudes dos antigos’: Germânico César e sua visita ao Egito durante o Principado de Tibério César (14-37 DC)”, de Rafael da Costa Campos, outro jovem professor e atualmente trabalhando na Universidade do Pampa (UNIPAMPA), campus de Jaguarão. O texto de Rafael Campos é um exemplo do difícil exercício de discernir a política antiga, no caso, a dos começos do Principado romano, a partir das fontes textuais de que dispomos. Talvez seja o caso em que o termo “fonte” seja excessivamente equívoco, dado o número restrito e a complexidade daqueles vestígios, do seu latim original às normas de composição de como as de Suetônio e Tácito.

O hiato entre a palavra e o ato, a despeito da qualidade dos textos desta obra, deve vir à mente daqueles que participaram do evento no quente final do ano de 2015 (como em geral são os dezembros em Porto Alegre). Porque, lamentavelmente, eles não transmitem os momentos de um evento que contou com a participação expressiva e qualificada de alunos de variados cursos, especialmente daqueles do curso de História da UFRGS e da PUCRS. E seria inadequado esperar isto. Mas talvez eles retornem à mente daqueles que lá estiveram. Como é costume, provavelmente desde tempos imemoriais, “Língua e Linguagem no Mundo Antigo” teve o suporte do trabalho de monitores e monitoras que, com pouca ou nenhuma remuneração, esforçaram-se para receber e proporcionar boas condições no Panthéon do IFCH/UFRGS. Por isso tudo os nomeamos ao terminar esta apresentação. Eram alunos e alunas, e alguns já se encontram em pós-graduações ou iniciando suas vidas profissionais em outros rincões: Carolina Suriz, Gabriel Leiria, Leonardo Lima, Everson Veiga dos Santos, Sarah Tolfo, Isadora Teider Oliveira, Angélica Vedana, Guilherme Zabel, Thiago Juliani e Letícia Krilow, Luisa Hasegawa e Alexsander Britto. Por fim, mas não por último, nossos agradecimentos a profa. Dra. Monica Karawejczyk (PNPD/PUCRS) pela leitura e revisão das normas técnicas dos originais

Parte I

Reflexões Iniciais

Elogio à Loiva

Anderson Zalewski Vargas¹

O discurso será curto, mas esperamos que corresponda minimamente ao que pensamos e sentimos a respeito da Profa. Loiva Otero Félix. Muitos dos presentes não devem conhecê-la, em particular graduandos recém-entrados na Universidade. Porque a professora Loiva Otero Félix aposentou-se pela UFRGS no ano de 1991, depois de longa carreira como professora, pesquisadora, além das inúmeras tarefas burocráticas implicadas pelo serviço docente universitário federal. Pertence ao grupo de docentes que criou o Programa de Pós-Graduação da UFRGS. Aposentada do serviço público, continuou e continua trabalhando desde então em diversas instituições, também como professora e pesquisadora: Unisinos (onde esteve entre 1974 e 1996), Universidade de Passo Fundo, Universidade Federal de Santa Catarina. Foi consultora do Centro de Memória do Judiciário Gaúcho (2000), tendo elaborado a proposta de implantação do Memorial daquela instituição, participou das organizações acadêmicas mais relevantes da nossa área como Associação Nacional de História (ANPUH) e Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Sua graduação foi neste curso do qual sou professor desde 1991 - e onde entrei graças ao seu incentivo -. Esse elogio, porém,

¹Professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

não é pessoal, mas coletivo, e por isso deixo comentários apenas personalistas de lado. Como dizia, a profa. Loiva especializou-se em História da Cultura em 1974; cursou mestrado em Ciência Política também pela UFRGS, entre 1974 e 1977, concluindo-o com a dissertação “O modelo político de Alberto Torres”; seu doutoramento foi pela USP, entre 1980 e 1987, com tese logo publicada pela editora Mercado Aberto: “Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política”, da Coleção que marcou época na historiografia do Rio Grande do Sul: “Documenta”. A nomeação das obras, dos artigos, das pesquisas ocuparia um tempo considerável: recomendamos a consulta ao Currículo Lattes da Loiva para sua comprovação.

Deste, destacamos, porém, uma única linha: a realização do I Simpósio de História Antiga, em 1987, um evento pioneiro, até onde sabemos, por propiciar a alunos de graduação como eu e como os atuais professores Luiz Alberto Grijó, Francisco Marshall e Roberto Santos (Diretor do Departamento de História da ULBRA), a oportunidade de participar da organização, de elaborar trabalhos de História Antiga e de apresentá-los para seus pares, nossos então colegas de graduação. Havia sempre um convidado de honra, como o Prof. Emanuel Bouzon ou o prof. Jaime Pinski. mas o centro éramos nós, simples graduandos, que nem sabíamos estar iniciando nossas respectivas carreiras acadêmicas. Sucederam-se outros três Simpósios de História Antiga, que logo contaram com o trabalho da colega Margaret Bakos. Ao longo das edições daquele evento, novos alunos tiveram a mesma oportunidade, como o Prof. Benito Schimidt, coordenador do Pós graduação da UFRGS em 2015 e ex-presidente da Associação Nacional de História, a profa. Kátia Maria Paim Pozzer, única especialista em História Mesopotâmica de nossa UFRGS, de nosso Estado e uma das poucas em nosso país; o prof. Fábio Vergara Cerqueira, da UFPEL, responsável por dotar aquela universidade de um centro de pesquisa em História Antiga; o prof. Cláudio Pereira Elmir, o prof. Luís Carlos Passos Martins, atual coordenador do Curso de História da PUCRS; a profa. Thelma

Cadernatori, responsável pela Motti Acessoria Educacional; o prof. Marcelo Etchverria, responsável pela formação dos jovens de Antônio Prado, o prof. Marcus Vinicus Beber (UNISINOS), especialista em Arqueologia Pré-Histórica, assim como minha colega de Depto., profa. Adriana Schimit Dias, que também esteve certo momento no “grupo de antiga”, como se dizia. Provavelmente, estou sendo injusto por não poder mencionar a todos, mas isto seria impossível.

Queremos destacar em particular ser a profa. Loiva Otero Félix a grande responsável pelo surgimento de centros de ensino, pesquisa e reflexão sobre e a partir da História Antiga, no Rio Grande do Sul. Há momentos em que indivíduos e suas ações são decisivos de forma que não tivesse a Loiva demonstrado seu conhecimento empolgado sobre a Antiguidade, como sempre fez em suas aulas, mesmo que estas tratassem de História do Rio Grande do Sul ou do Brasil, provavelmente não estaríamos aqui. E não apenas isto: conhecimento empolgado, mas envolvimento com muitos de nós, que ultrapassou as dimensões de uma sala de aula, como costuma acontecer com bons pedagogos. A profa. Loiva tem papel preponderante no desenvolvimento da carreira de muitos de seus alunos, certamente de pessoas que não podem ser todas nomeadas porque não as conhecemos todas.

Talvez esse seja o maior elogio a ser feito a um professor: ser uma das causas do bom direcionamento da vida profissional de seus alunos; não fazendo (com o perdão do recurso acadêmico-pernóstico de citar reverenciadas autoridades do passado), aquilo que Quintiliano condenava em seu escrito sobre a formação retórica do orador: nem agir nem falar de forma a causar constrangimento que, pela dor ou pelo medo que produzem, podem gerar um pudor que “enfraquece e acovarda a alma e determina” aversão e fuga à própria luz. Sempre na medida do possível, claro. Porque a Academia e as salas de aula são universos muito difíceis e a qualquer hora, a qualquer momento, nós professores podemos causar alguma mágoa e mesmo algum dano. Poder, então, estar aqui, falando em

nome de tantos colegas, é prova maior do sucesso da Loiva como profissional da área de História.

Para os antigos, a imortalidade era atributo das divindades.

Aos homens restava “apenas” deixar uma marca no mundo.

Tua paixão, Loiva, pela História Antiga nos encantou, nos seduziu.

Tua competência e seriedade nos serviram de modelo.

Te tornaste exemplo de professora que buscamos espelhar.

Recebas nosso carinho e eterna gratidão!

História antiga na UFRGS

Loiva Otero Félix¹

Introdução

Fazendo uma retrospectiva, não tem como não considerar o segundo semestre do ano de 1985 como um marco na redefinição do papel e do significado da História Antiga no currículo do curso de História da UFRGS, somando-se ao que ocorria em escala nacional, isto é, a inserção valorativa dos estudos da antiguidade na universidade brasileira como um todo.

Aqui foi lançada uma semente pequena, mas forte, de questionamento e paixão pelos estudos da antiguidade. No entanto, de nada ela teria valido, se não tivesse caído em terreno fértil! E esse terreno era da melhor qualidade. Refiro-me a um grupo significativo de alunos de uma classe da época que hoje continuam a espalhar boas sementes em diferentes locais e direções do estado. Talvez o destino, ou a sorte, tenham me oportunizado o privilégio de viver aquele momento e poder compartilhar os meus sonhos.

¹ Registro aqui o meu agradecimento por três motivos mais significativos: Primeiro, pelo honroso convite para estar presente nessa ocasião tão importante e junto com pesquisadores tão ilustres. Meu agradecimento ao prof. Anderson e à equipe organizadora do evento. Agradeço, também, por dois outros motivos que se situam no âmbito do sentimento afetivo: a possibilidade de reencontrar ex-alunos e colegas que me trazem as melhores lembranças; e, finalmente, pela possibilidade de evocar junto com eles um processo iniciado aqui na UFRGS 30 anos atrás.

Rubem Alves, o grande filósofo da educação no Brasil moderno (1933 - 2014), em seu livro “*A alegria de ensinar*”, inspirado em Zaratustra, nos recorda que a ciência se construiu

não pela prudência dos que marcham (que repetem), mas pela ousadia dos que sonham. Todo o conhecimento começa com um sonho. O conhecimento nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido, em busca da terra sonhada. Mas sonhar é coisa que não se ensina. Brota das profundezas do corpo, como a água brota das profundezas da terra”. Diz ele: ‘Como Mestre só posso então lhe dizer uma coisa, ‘Conte-me os seus sonhos, para que sonhemos juntos (p.87).

Eu tive a felicidade de sonhar e interpretar sonhos de jovens sedentos de descoberta e de realizações. Tudo que foi lá realizado foi resultante de “sonhos compartilhados”.

O ensino de história antiga: fases

Situando 1985-87 como marcos, precisamos antes nos perguntar: Como era o ensino e a pesquisa em História Antiga e seus desdobramentos até os dias de hoje? Creio que podemos situá-los *a grosso modo*, em quatro períodos:

- a) Uma fase de história positivista que se estende desde a criação da Faculdade de Filosofia na década de 30 até meados da década de 60.
- b) Uma fase pós golpe militar de 64 até meados da década de 80.
- c) Uma fase de meados da década de 80 até finais de década de 90.
- d) Uma fase dos inícios do séc. XXI até agora.

(a) Na 1ª fase, o modelo predominante era de uma história de cunho positivista, priorizando a descrição de fatos e

recortando as chamadas “grandes civilizações” (Egito, Grécia e Roma) e aquelas consideradas menores, as ditas “demais civilizações” (povos mesopotâmicos, medos, persas e povos do extremo-oriental). A metodologia seguia um modelo consagrado: História política (na qual eram elencados dados lineares e cronologias sequenciais) e, outro tópico, englobando o título “História Econômica, Social, Cultural e Religiosa” ou “Aspectos econômicos, sociais, religiosos e culturais”. Não havia nenhuma preocupação maior com análises e correlações. Não existia também atividade de pesquisa. Em grande parte, o estudo de História Antiga visava dar um “requisito de erudição”. O autor que era, na época, consagrado como símbolo didático deste modelo, era Mário Curtis Giordani. Seus livros eram clássicos, especialmente “História da Grécia” e “História de Roma” que reuniam um grande e importante elenco de informações e dados pontuais.

(b) O momento seguinte, de meados da década de 60 até meados da década de 80, corresponde ao período de castração intelectual da universidade brasileira pós-64, sobretudo de 1968 a 1972.

Até 1964, os estudos clássicos tinham peso no currículo universitário. Havia disciplinas opcionais incluindo Filosofia, Filosofia Política, Teoria Política, História da Arte e Filosofia da Arte. Os estudos clássicos eram fortemente oferecidos ao aluno da graduação em história como um lastro fundamental de conhecimentos. Em nível de 2º grau – hoje, Ensino Médio –, a modalidade de “curso clássico” era oferecida como opção para o aluno, elencando disciplinas de história, línguas (incluindo latim e grego, além das modernas francês, inglês e espanhol), literatura e filosofia que embasavam a formação universitária humanista.

No pós-64, com o golpe militar, houve a instalação do autoritarismo. Havia, de parte dos detentores do poder, o pânico da subversão da ordem estabelecida. A área das ciências humanas foi profundamente atingida, especialmente aquelas que envolviam reflexão e questionamento. Naquelas circunstâncias a pergunta é:

- Como nós, professores, poderíamos trabalhar um texto, como por exemplo, o “*Prometeu*” de Ésquilo, que mostra a resistência à ordem estabelecida (no caso por Zeus)? Ainda mais com os chamados “ratos” em sala de aula (falsos alunos ou alunos profissionais infiltrados para observar e “dedurar” ou denunciar sorrateiramente)!
- Como discutir a ideia maior da resistência? Todo o teatro grego, que é vital na civilização grega, não é “arte pela arte”, mas teatro político e existencial e, todo ele é, sob este ângulo, profundamente subversivo enquanto espaço de reflexão sobre o próprio homem em seu relacionamento com o cosmos, com os deuses, com o destino, com o poder, com os outros homens.
- Como trabalhar “*Antígona*” de Sófocles sem abordar o cerne da questão da legitimidade do poder? E assim por diante.

Repressões, censura, prisões (até com atos tragicômicos como o absurdo de emitir ordem de prisão para Sófocles, o autor que estava sendo encenado no Teatro Municipal de São Paulo!!!). Cassações de professores pelos AI (atos institucionais), sobretudo de professores das humanísticas, e os de maior formação clássica. Não precisamos ir muito longe, para Rio, São Paulo e Belo Horizonte, mas daqui mesmo, de nossa Universidade, saíram muitos nomes expressivos. Houve o ingresso de novos professores, inexperientes, em face da duplicação de cursos (caso da História com os turnos manhã e tarde) ou de substituição de professores (caso dos cursos de Filosofia e Ciências Sociais).

O que restava então para a sala de aula? Um árido empilhar de fatos positivistas, mutilando a reflexão sobre a História, especialmente na sua fonte primeira onde foi pensada como tal: a Grécia.

Na década de 70, há, portanto, uma diminuição significativa de importância do setor de estudos clássicos (não só em História, mas também em Filosofia, Política, Letras e Artes) que pode ser mensurável em alguns dados concretos como:

- diminuição do número de horas-aula nos currículos e integração com as disciplinas de Pré-História e Medieval num bloco só;
- verbas para pesquisa, prioritariamente, para os estudos de História do Brasil e estudos regionais numa clara política de limitação do campo de abordagem; bem como o predomínio dos enfoques micro e nacionais, em detrimento dos macros e internacionais, enfatizando a pesquisa aplicada e não a pesquisa pura;
- apoio prioritário para cursos, simpósios e conferências para outras áreas, sobretudo para aquelas mencionadas (Brasil e regionais);
- ausência de espaço editorial para publicações de História Antiga e baixo nível de produção intelectual na área;
- utilização de professores “*tampão*” que, tão logo podiam, deslocavam-se para áreas de “maior prestígio”, sem sequer terem descoberto a importância e o significado dos estudos da antiguidade no conhecimento histórico. Lembro como representativo dessa mentalidade o fato de duas colegas de departamento, quando retornei da bolsa de doutorado, terem vindo me inquirir sobre qual área eu iria solicitar agora em face da titulação. Respondi que além da docência na pós-graduação já acertada, obviamente, eu iria permanecer no que eu mais gostava: História Antiga!

Este foi o panorama dominante até a década de oitenta, quando, então, começam a aparecer sinais claros de mudança. Identifica-se o predomínio de extremos, tanto em nível regional gaúcho, quanto em nível nacional. Em um lado, a mediocridade descritivista e morta e, no outro extremo, alguns ‘loucos apaixonados’ que continuaram e desenvolveram trabalhos brilhantes, como professores, como pesquisadores, como “agregadores”. A eles devemos um silencioso trabalho que explodiu junto à ânsia de liberdade intelectual, de pensamento e crítica, sobretudo às instituições e à ordem social vigente.

- (c) Anuncia-se assim outro período. Em meados de década de oitenta, se vivenciou uma grande efervescência cultural e política na sociedade brasileira, quando a Universidade ensaiou a retomada do seu papel de questionamento, e de construção do saber, não aceitando mais ser apenas repetidora e retransmissora de conhecimentos.

Na UFRGS, de 85 a 87, vivenciamos a mesma euforia dos grandes centros como Niterói, RJ, BH e SP na área de estudos antigos, em especial, na de estudos clássicos. Aqui, em 1985, pela primeira vez, o setor de História Antiga foi contemplado com monitoria. Foi nesse ano que encontrei a turma de alunos que referi como terreno fértil. Uma verdadeira plêiade de discentes inteligentes, criativos e sedentos de realização. Eles marcaram, de forma indelével, minhas memórias de professora. Penetraram nos meus afetos como partícipes de uma grande empreitada e são amigos do coração até hoje. Foi um rico período o de 1985 a 1989, pois lá estavam alunos brilhantes que hoje são professores universitários e pesquisadores doutores. Cito nomes como do Anderson Zalewski Vargas, Benito Bisso Schmidt, Cláudio Pereira Elmir, Fábio Vergara Cerqueira, Fábio Khun, Francisco Marshall, Katia M. P. Pozzer, Gunther Axt, Luiz Alberto Grijó, Luis Carlos Martins e Temístocles César (cito-os em ordem alfabética!).

No ano seguinte à formação desse grupo da turma de 1985, tivemos em 1986, um reforço importante com a contratação da Profa. Margareth Bakos que veio somar-se a nós nessa construção de um novo espaço para a História Antiga. Ela ficou responsável pelos estudos das civilizações egípcia e romana, em substituição ao Prof. Carlos Germano Sohni e eu com as civilizações mesopotâmica e grega. Em 1988-89, ela realizou seu pós-doutorado em egiptologia, em Londres, e, ao retornar, reassumiu seu trabalho e contribuição no setor, principalmente na área em que passou a se especializar: Egito.

Desde 1987, nossas atividades tornaram-se cada vez mais intensas e entusiasmadas, com a participação no PET- (Programa Especial de Treinamento) da UFRGS, e com a criação por nós do grupo denominado de GEH (Grupo de Estudos em História). Grupo esse que servia como um espaço de conhecimentos e exercício intelectual, principalmente de teoria da história e de análise dos principais autores em discussão no momento na ciência histórica. Esse núcleo foi formado com a presença de alunos exponenciais. Lá estavam Anderson Vargas, Adriana Schmidt, Benito Schmith, Fábio Kuhn, Francisco Marshall, Haike Kleber, Gunter Axt, Luiz Alberto Grijó, Luiz Carlos Martins, Marcelo Etcheverria, Marcos Vinicius Beber, Nórís Leal e Telma Cadermatori de Oliveira (novamente em ordem alfabética).

Autores como Paul Veyne, Jean-Pierre Vernant, Marcel Detienne, Werner Jaeguer (com a clássica *Paidéia*), Claude Mossé, Jacques Le Goff, Georges Duby e tantos outros passaram a fazer parte das leituras, discussões e apropriações. Buscavam-se enfoques mais amplos, ensaiando estudos de interdisciplinaridade entre História, antropologia, política, letras e arqueologia.

Naqueles anos de 1985 a 1989, o setor de História Antiga produziu vários eventos, sozinho ou associado à recém- criada SBEC (Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos). Na sala de aula e nos eventos, começaram a surgir e frutificar novos questionamentos e novas abordagens sobre a História e sobre o ensino acadêmico de

História Antiga. Novos temas e percepções se colocaram na análise das civilizações antigas como os estudos de sexualidade, memória, imaginário, história das minorias, história comparada, história da cultura e das mentalidades. Nesse período, crescia a ênfase nos estudos sobre Mitos e suas permanências. Em tais eventos, percebe-se claramente a diferença radical, de significativa mudança de conteúdo valorativo, entre a década anterior e a de 80-90.

Havia um processo que estava se consolidando: o da revalorização dos estudos clássicos. Isso, no fundo, estava acompanhando o ressurgir das ciências humanas, e estava também relacionado com a articulação da sociedade civil em busca de uma abertura política. É nesse contexto, e nesse afã, que foram planejados e executados, nos anos de 1987, 1988, 1989 e 1990, os primeiros simpósios de História Antiga da UFRGS, como fomentadores e aglutinadores.

A grande novidade que se instalou neles, especialmente de 1985 a 1987, foi a atuação de alunos e ex-alunos como partícipes do conhecimento em sala de aula. Antes não: o professor catedrático discorria sobre o tema em longas aulas expositivas. Na disciplina de HUM-310 (Humanidades-310), de História da Antiguidade Clássica, viabilizaram-se pesquisas individuais dos alunos sob forma de monografias temáticas de livre escolha, e que, em grande parte, vieram a servir de base para as comunicações.

O primeiro simpósio de História Antiga, realizado em 1987, abriu espaço para que estudantes interessados no tema experimentassem um grande crescimento intelectual. Possibilitou a divulgação da produção docente e discente. Nos Anais do I Simpósio, estão registrados nomes de futuros doutores e professores universitários, como o Anderson, o Grijó, o César Guazelli, o F. Marshall, o Eduardo Neumann, o Fábio Cerqueira, o Jorge Barcellos e o Roberto dos Santos. Nesse mesmo ano, em associação com o núcleo regional da SBEC, promovemos o Curso de extensão “*Cultura grega clássica*”, contando com a presença de conferencistas que eram, em seu predomínio, professores das maiores

universidades do país e de diferentes estados da federação. O evento resultou em livro, publicado em 1989, pela editora da Universidade, sob o mesmo título e organizado por mim e pela profa. Miriam Goettens.

O 2º. Simpósio, em 1988, demonstrou a atualização temática e metodológica do efervescente setor de História Antiga. Neste ano e nos seguintes (1988 e 1989), aumentou o leque de participação, incluindo a presença de professores de outras áreas da universidade e convidados de outros estados.

O IV simpósio, realizado em 1990, e coordenado pela profa. Margareth Bakos, quando eu estava na chefia do departamento de História, foi outro passo significativo. Passou a ser “IV Simpósio de História Antiga e I Ciclo internacional de História Antiga Oriental”, agregando conferencistas internacionais.

A década de 90 foi rica sob outros aspectos. Eu elenco aqui apenas os aspectos que me pareceram mais marcantes. Entre outros aponto:

- c.1) a realização de concursos nas universidades federais em face de aposentadorias, permitindo uma renovação de nomes e espaços e abrindo possibilidades para a incorporação de jovens professores universitários egressos da UFRGS e daquelas experiências que relatei;
- c.2) modificação no panorama de ensino nas principais universidades gaúchas com o ingresso desses novos talentos, permitindo, assim, um processo de difusão dos estudos antigos nos moldes da revolução de saberes que ocorrera na década anterior aqui. Era a UFRGS se expandindo para *extra muros*. Só para citar alguns nomes que mostram a qualidade desse processo que se inicia. Podem ser localizados na
 - UFRGS- Anderson, Grijó e Marshall;
 - PUC -profa Margareth Bakos (aposentada da UFRGS e passando a atuar junto com o Prof Harry Bellomo) e, lá,

- além da docência e da pesquisa, ela passou a desenvolver um importante trabalho de coordenação de atividades de extensão como, por exemplo, a organização das “*Jornadas de Estudos do Oriente Antigo*” e publicação das mesmas;
- Unisinos- Cláudio Elmir (atuando em conjunto com o prof. José Baldissera);
 - Ulbra- Roberto dos Santos e Katia M. P. Pozzer (esta última posteriormente ingressou no Instituto de Artes da UFRGS, onde hoje desenvolve pesquisas sobre arte assíria);
 - UPF- Fábio Khun e depois, quando o Fábio assumiu na UFRGS com sua aprovação em concurso, eu, já aposentada da UFRGS, fiquei com História Antiga na UPF;
 - UFRG- Jussemar Weiss;
 - UFPEL- Fábio Cerqueira.

Esses locais e nomes falam por si só quanto ao significado desses novos docentes para a multiplicação dos saberes em História Antiga;

- c.3) enriquecimento, não só no espectro de nomes, mas também de temáticas. Sobretudo, pela realização de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado que trouxeram novos horizontes de pesquisa. Foi o caso por exemplo:
- do Anderson, com estudos e tese de doutorado sobre Tucídides;
 - do Grijó, com o estudo “*De Aquiles a Péricles: do herói da epopeia ao grande homem da História*”, no qual o Grijó analisa como na Grécia surgiu uma nova forma de construção da memória e de redefinição simbólica, a História;
 - da Katia, com pesquisa sobre os povos da antiga mesopotâmia e tese de doutoramento sobre os “arquivos privados dos comerciantes de Larsa” (1996) e continuidade

de pesquisas no pós- doutorado (2011) centralizando na temática artística;

- do Marshall, com tese sobre Sófocles e, posteriormente, como coordenador do *Projeto Apollonia* e organizador de um volume especial da Revista do PPG História da UFRGS, “Anos 90”, reunindo contribuições de renomados pesquisadores, locais, nacionais, argentinos (3) e israelense (da universidade de Tel Aviv-1), além de sua atividade de pesquisador e docente;

c.4) introdução de questionamentos teóricos e possibilidades de uma História Antiga rica no seu significado, agora já considerada e prestigiada como uma das demais disciplinas do currículo do curso de História. Esta dimensão passa a estar bem presente em todas as atividades e comunicações. Cito, como exemplo, meu concurso para profa. titular na UPF que foi em História Antiga, e o tema proposto foi “Império romano”. A análise desenvolveu-se abordando as diferentes possibilidades teóricas do mesmo no ensino de História Antiga (abordagens do Império Romano sob a ótica do positivismo, do marxismo, da história comparada, da história cultural, da história das mentalidades, da história do imaginário e da construção de memórias). Foi um exercício teórico metodológico importante, que ressitua a forma de abordar História Antiga na universidade. Naquela reflexão, eu estava me reescrevendo à luz de novas leituras e olhando para as mesmas temáticas de 10 anos antes (em 1985-6), que, naquela época, já se revolucionavam na minha cabeça e agora, novamente, se redirecionavam para a amplitude dos novos horizontes, acompanhando o enriquecimento da ciência histórica.

(d) Uma última fase pode ser percebida dos inícios do séc. XXI até agora.

Antes de abordar o que me parece ser **aquilo** que caracterizou a área de História Antiga na UFRGS, e nas demais universidades gaúchas, já com egressos de nossa universidade, gostaria de indicar como um excelente relato retrospectivo para a década de 90, e inícios do séc. XXI um artigo da profa. Margareth Bakos, publicado em 2008 na revista *Phoênix*, colocado como editorial sob o título de “*Observação de um passado recente: a ação do LHIA*” (referente ao Laboratório de História Antiga do depto. de História da UFRJ). Ela faz uma valiosa retrospectiva daquele importante laboratório para o setor de História Antiga, e “a conjuntura de efervescência do mundo intelectual brasileiro” (p.14).

Ampliando horizontes, desbravando temáticas

Certamente que, sobre a fase que ocorre da 1ª década do século XXI até hoje, caberá melhor ao prof. Anderson, ao prof. Marshall e a seus colegas expor do que a mim. No entanto, um dado é tão relevante que não posso deixar de apontar: a atuação desses novos doutores nos cursos de pós-graduação, aqueles mesmos que haviam começado a graduação na UFRGS no longínquo 1985-6. Hoje, eles estão produzindo novos saberes como orientadores de dissertações de mestrado e teses de doutorado e “espraiando-se” em temas que não havíamos atuado ainda, como o tema da dissertação da Juliet, orientada pelo Anderson, sobre os celtas antigos, entre tantos outros exemplos. Assim, graças a eles, seus saberes, suas inquietudes intelectuais e suas inter-relações acadêmicas, nacionais e internacionais, novos horizontes se colocam, de forma promissora, no ensino e na pesquisa em História Antiga na UFRGS.

Para marcar esse “arremedo” de relato e de memórias daqueles períodos, e de nosso afã de alegria, de trabalho intenso e de produção intelectual, eu vou retirar de duas dedicatórias/autógrafos que recebi.

Guardo com muito carinho um exemplar dos Anais do II simpósio de História Antiga em 1988 (guardo também os outros!),

autografado por alguns queridos alunos daquela jornada, como o Anderson, o Fábio, a Kátia e o Luiz Carlos (hoje aqui presentes), entre outros registrados naquele volume. Entre os muitos autógrafos que recebi, carregados de afeto e carinho, quero aqui citar dois: um porque se diferencia dos demais no “tom” e recupera claramente nosso mútuo e intenso envolvimento como equipe. O Luiz Carlos Martins resumiu o que vivíamos de 85 a 88. Escreveu ele:

“Para a profa. Loiva;
Pelas 24 hs de trabalho;
Pelas 24hs de estudo;
Pelas 24 hs de apoio,
Pelos 5 minutos de folga que me destes para assinar aqui!
Luis Carlos dos Passos Martins.’

O outro autógrafo, bem diferente, carregava brincadeira e ironia como é característico do Anderson, mas hoje, olhando para trás, tem novo sentido. Ele escreveu:

“Loiva, te devo a minha alma.
O que não é grande coisa.
Eu tenho uma televisão. Que tal?”

Pois bem, Anderson, não me destes nenhuma das duas coisas, mas me destes, como retorno, muito mais, isto é, destes a alegria, indescritível para uma ex-professora, de ver tudo o que produzistes e estás produzindo como pesquisador, professor, arregimentador e criador de novos espaços em História Antiga. Hoje, quem te deve sou eu!

Para concluir, gostaria de retomar Rubem Alves, quando ele cita o prólogo de Zaratustra de Nietzsche. Zaratustra, o sábio, na sua saga, inicia com uma meditação sobre a felicidade.

A felicidade começa na solidão: uma taça que se deixa encher com a alegria que transborda do sol. Ela não mais pode conter aquilo que recebe. Deseja transbordar. A felicidade solitária é dolorosa.

Zaratustra percebe então que sua alma passa por uma metamorfose. Chegou a hora de uma alegria maior: a de compartilhar com os homens a felicidade que nele mora. Seus olhos procuram mãos estendidas que possam receber a sua riqueza. Zaratustra, o sábio, transforma-se em mestre. Pois ser mestre é isto: ensinar felicidade”. “Ah! Retrucarão os professores ‘ a felicidade não é a disciplina que ensino. Ensino ciências, ensino literatura, ensino história, ensino matemática...” “Pergunta então Rubem Alves:” Mas será que vocês não percebem que essas coisas que se chamam “disciplinas” e que vocês devem ensinar nada mais são do que taças multicoloridas, que devem estar cheias de alegria? Pois o que vocês ensinam não é um deleite para a alma? Se não fosse vocês não deveriam ensinar. E se é, então é preciso que aqueles que recebem, os seus alunos, sintam prazer igual ao que vocês sentem. Se isso não acontecer, vocês terão fracassado na sua missão (...).

O mestre nasce da exuberância da felicidade. E por isso mesmo, quando perguntados sobre a sua profissão, os professores deveriam ter coragem para dar a absurda resposta: Sou um pastor da alegria... Mas, é claro, somente os seus alunos poderão atestar da verdade da sua declaração... (p.12-13)

Pois bem, eu creio que hoje eu posso me sentir como um “pastor da alegria”, como uma mestra, porque meus ex-alunos, hoje professores-doutores, estão multiplicando o prazer do conhecimento da História e, em especial, da História Antiga. E eu agradeço a todos pela alegria que me proporcionaram, de juntos, termos, metaforicamente, transbordado a taça da felicidade e, principalmente, vocês estarem continuando a enchê-la e transbordá-la.

Referências

ALVES, Rubem- *A alegria de ensinar*. Campinas: Papirus. 3ª edição. 2001.

BAKOS, Margaret Marchiori. Editorial: observação de um passado recente: a ação do LHIA. *Revista Phoënix*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2008, p.9-17.

- GOETTEMS, Miriam e FÉLIX, Loiva Otero (org.). *Cultura grega clássica*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. De Aquiles a Péricles: do herói da epopeia ao grande homem da História. IN: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P.(org.) *Mitos e heróis-construção de imaginários*. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p.53-74.
- MARSHALL, Francisco. *Édipo tirano. A tragédia do saber*. Brasília: Editora UNB/Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- MARSHALL, Francisco. Dossiê “Projeto Apollonia” Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, n.17, Porto Alegre. UFRGS, julho de 2003.
- VARGAS, Anderson Zalewski. *Antiguidade e barbárie. A natureza nos relatos de desordem na ‘Guerra dos Peloponésios e Atenienses’ de Tucídides*. Tese de doutoramento em História. USP, SP, 2001.

Parte II

A problemática da nomeação no Egito Antigo – Império Novo

Maria Helena Trindade Lopes¹

*Então, apesar de viveres no meio dos cristãos, ainda tens
aquela crença antiga do povo das fadas, que aquele que
conhece o nosso nome verdadeiro nos pode controlar o
espírito conforme lhe aprouver?*

Marion Zimmer Bradley,
As Brumas de Avalon – A Senhora da Magia

Há sociedades em que o silêncio e a palavra não surgem como duas realidades diversas. Há sociedades que apelam mais à palavra e há sociedades que apelam mais ao silêncio.

A civilização egípcia nasceu e desenvolveu-se num espaço geográfico particular²: um vale, protegido e defendido, por dois desertos, o deserto Líbico, a Ocidente, e o deserto Árábico, a Oriente. E esta particularidade permitiu-lhe vivenciar e compreender que o deserto era um espaço simbolicamente associado à morte e ao isolamento e, consequentemente, ao silêncio.

¹ Professora Doutora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no Centro de História d'Aquem e d'Além-Mar – CHAM. Diretora do 1º projeto arqueológico por uma equipe portuguesa no Egito (“Palácio de Apriés, Mênfis”) iniciado em março de 2000. Desde 2010 integra o *pool of reviewers* da *European Science Foundation* (ESF).

²Para a compreensão do espaço egípcio com as suas distintas mensagens, ver Pires (2015).

O silêncio transformou-se, deste modo, numa espécie de metáfora de ausência de vida. E, por oposição, a palavra que rompeu e extinguiu o imaginário silencioso converteu-se num compreensível símbolo de existência.

Esta apreensão e leitura do espaço envolvente conduziu, naturalmente, a diferentes explicações das Origens e dos modelos de criação³. Uma das mais importantes, e a mais distinta de todas as narrativas – a Menfita – apoiou o seu modelo criador na força da palavra. Ptah, o Demiurgo de Mênfis, pensara o mundo no seu coração e realizara-o pela força da sua palavra⁴. Evidentemente, esta explicação da criação consolidou o entendimento da diferença, por parte das mulheres e homens egípcios, entre o peso do silêncio e a força da palavra.

O silêncio era alegórico. Recordava o tempo das Origens, o tempo anterior à Criação do mundo, quando tudo estava ainda adormecido nas águas do Nun⁵, inertes, infinitas, indiferenciadas, obscuras e permanentes.

Mas no momento em que o Criador emergira, separando, com a sua acção, o pré-mundo do mundo, o peso do silêncio fora confrontado com a força realizadora da palavra.

A palavra criava, dizia, exprimia, falava. Nomeava...

O acto de nomear transformou-se, deste modo, num acto fundador. Nomear algo significava criar algo⁶, dar-lhe vida, realidade. E, naturalmente, os egípcios estabeleceram uma relação íntima, essencial, entre o nome (*rn*) (VERNUS, 1980, p. 320) e aquilo que ele exprimia (LEFÉBVRE, 1897, p. 106-108).

Os deuses, por exemplo, eram reconhecidos pelas suas nomeações. Os seus nomes falavam a sua natureza (KUHLMANN,

³ Ver Allen (1988); Derchain (1980, p.747-756); Lesko (1991); Sauneron; Yoyotte (1959, p.17-87); Tobin (2001, p. 469-472).

⁴ Cf. Allen (1988, p. 36-47).

⁵ Ver McBride (2001, p. 557-558).

⁶ Ver Assmann (2001, p. 83 – 110); Sauneron, Yoyotte (1959, p. 39-40) e Zandee (1964, p. 33 – 66).

1976, col. 697), exprimiam a sua essência: Ré era o Sol, Hathor, era a “casa de Hórus”, Amon era o “Escondido”, Hórus, o “Longínquo” e Sekhmet, a “Poderosa”.

Ora, o mesmo acontecerá, naturalmente, com os homens. Os homens também serão nomeados e reconhecidos pelos e nos seus nomes. Será, pois, neste tipo de nomeação, na nomeação das mulheres e homens egípcios, que iremos agora centrar a nossa exposição.

No Egito Antigo, no momento do nascimento⁷, a mãe atribuía um (ou dois nomes) ao seu filho e esta nomeação, este acto de dar um nome (*rn*) a uma criança correspondia a um acto criador, pois acreditava-se que o nome produzia o ser (LOPES, 2003, p. 17; VITTMANN, 2013, p. 1). Ou seja quando uma mãe dava um nome a uma criança estava, de certo modo, a esboçar a natureza⁸ do seu filho e ainda a sua existência futura, o seu destino. Mas um nome era ainda um elemento fundamental de sobrevivência (LOPES, 2003, p. 81; ZANDEE, 1960, p.179). Sobrevivia-se também através da permanência do nome sobre a terra (DOXEY, 2001, p. 490). Mas assim sendo, se o nome continha não só a natureza do ser como o seu programa de vida, ao dar-se a conhecer o nome de alguém, estava a permitir-se que todos conhecessem a dimensão mais íntima de um ser, todas as suas qualidades mas também todas as suas vulnerabilidades (VERNUS, 1980, 320), transformando assim este ser numa personagem absolutamente transparente e indefesa. Ou seja, o conhecimento do nome de alguém numa sociedade que acreditava que o nome falava o ser, permitia, possibilitava ataques a esse nome. E um ataque a um nome podia ser, por exemplo, o seu martelamento total ou parcial⁹, a sua eliminação.

⁷ Ver . RANKE, “Grundsätzliches zum Verständnis der ägyptischen Personennamen in Satzform” in *SHAW 1936-1937*, pp. 9-12 e POSENER, “Sur l’attribution d’un nom a un enfant” in *RdE* 22, 1970, pp. 204-205.

⁸ VERNUS, “Name – Namengebung – Namensbildung” in *LÄ IV*, 1982, col. 321- 337.

⁹ Ver os exemplos apresentados por JUNKER, “Ein neuer Nachweis des weisen

No seguimento deste raciocínio, a destruição do nome conduzia à destruição da identidade do seu possuidor, à anulação da sua existência (SAUNERON, 1966, p. 49) e ainda à anulação da sua sobrevivência.

Ora este perigo real vai levar as mães egípcias a darem mais do que um nome aos seus filhos. Dão-lhe um nome, que é aquele que é utilizado no quotidiano e reconhecível por todos, e dão-lhe depois outro nome, o verdadeiro nome, que é desconhecido de toda a gente e, por isso, é designado por “nome secreto” (rn št₃) (LOPES, 2003, p. 19; GARNOT, 1948, p. 470). Ou seja, o 1º nome, aquele que é público, corresponde, no fundo, a um “falsamente dito”, é um nome-máscara e, por isso, mesmo que sofra ataques, estes não se repercutem sobre o seu portador. O 2º nome, o secreto, só é conhecido pela mãe, excepcionalmente pelo pai e, por isso, não pode sofrer qualquer tipo de agressão.

Mas, para além desta situação, habitual e modelar, ainda acontece, ao longo da vida, o indivíduo vir a receber uma segunda ou uma terceira nomeação (LOPES, 2003, p.18; VERNUS, 1980, col. 326-333). Muitas vezes acontece por razões práticas, por exemplo porque o seu nome é muito longo e resiste mal à utilização social e deste modo é abreviado ou modificado (VERNUS, 1980, col. 334-337). Também pode acontecer este nome ser substituído por um cognome ou alcunha¹⁰ que é conhecido por aqueles que privam com ele ou ser aumentado por um epíteto de glória¹¹.

Vamos então ver os nomes provenientes deste primeiro tipo de nomeação – não falamos claro do nome secreto – falamos dos nomes socais ou identificadores.

ḏdfr” in *Studi in Memoria di Ippolito Rosellini* (Mélanges Rossellini), vol. II, 1955, p. 138 e por DRIOTON, “Description sommaire des chapelles funéraires de la VIe dynastie récemment découvertes derrière le mastaba de Méreḥouka à Sakkarah” in *ASAE* 43, 1943, p. 511.

¹⁰ Vd. HUGHES “The cruel father. A demotic papyrus in the library of G. Michaelides” in *Fs. Wilson*, 1969, p. 46.

¹¹ Ver os exemplos apresentados por Vandier (1938, p. 13-14); Vernus (1970, p. 158) e ainda Yoyotte (1976/1977, p. 41).

Estes nomes eram formados a partir de nomes de deuses ou seja continham nomes de deuses na sua formulação - e por isso chamavam-se nomes teofóricos - ou eram formados a partir de nomes de reis ou seja continham nomes de deuses na sua formulação - e por isso chamavam-se nomes basifóricos - (LOPES, 2003, p. 82) ou eram nomes que na sua formulação não continham nenhum destes elementos e eram nomes que visavam propiciar ou proporcionar algo. Esta última categoria era constituída por abreviaturas, hipocóricos, epítetos profanos, etc., tais como: “Onuris”(PN I, 35, 19)¹², “Que ele viva” (PN I, 67, 2); “Saiu” (THIRION, *RdE* 33, p. 80); “Montu disse” (PN I, 411, 2); “O vitorioso” (PN I, 209, 16); “Ipy” (PN I, 22, 24); “Inty” (PN I, 38, 24); “Huy” (PN I, 233, 18); “Ipi, o mais velho” (PN I, 22, 14) (VITTMANN, 2013 b, p. 2).

No que toca à estrutura, as enunciações atrás apresentadas podiam fazer corresponder um nome a uma única palavra, a uma frase incompleta ou a uma frase completa (VITTMANN, 2013b, p.1).

Explicada a questão da formulação dos nomes, importa agora vermos em concreto que nomes é que as mães egípcias escolhiam para os seus filhos, tendo em conta, claro, que estes nunca eram os seus verdadeiros nomes.

Encontramos uma primeira categoria, bastante alargada, de nomes que parecem ter sido motivados pelas circunstâncias imediatas do nascimento. Por exemplo:

- 1- Nomes que evocam as exclamações de uma parturiente: “Que esforço” (DEMARÉE, p. 88); “Oh, este” (PN I, 23, 27).
- 2 - Nomes que traduzem as primeiras exclamações das mães perante o recém-nascido: “É belo” (PN I, 197, 13); “Ele é grande” (PN I, 81, 20); “Este príncipe” (PN I, 117, 13); “O salvador” (PN I, 119, 13); “Lindo pintainho” (PN I, 387, 9);

¹² Abreviatura que reduziu o nome próprio à sua parte central. O nome próprio era: “Que Onuris proteja o seu pai” (M. Thirion, *RdE* 31, p. 83).

“Boa sorte” (*PN I*, 296, 5); “Boa manhã” (*PN I*, 398, 25);
 “Boa nova” (*PN I*, 78, 9).

- 3 - Nomes que evocam e testemunham a protecção de um deus para o filho ou a parturiente¹³: “A protecção está na forma de Mut” (*PN I*, 209, 11); “Tot é a sua protecção” (*PN I*, 408, 16, I, XXXX); “Isis disse: ela viverá” (*PN I*, 409, 17); “Que Khonsu o salve” (*PN I*, 331, 11); “Aquele que pertence a Hapy” (*PN I*, 361, 21); “Que Ptah me proteja” (*PN I*, 166, 14); “Ele está nas mãos de Amon” (*PN I*, 301, 23); “Montu está no seu braço forte” (*PN I*, 154, 20); “Uapuauate é a minha força” (THIRION, *RdE* 31, 92); “Que Ré o ame” (*PN I*, 157, 20; “Aquele que é amado por Bastet” (*PN I*, 160, 11), “A mãe é Anukis” (THIRION, *RdE* 36, p. 141); “Ptah, ele não me abandonou” (THIRION, *RdE* 42, p. 224).
- 4 - Nomes que evocam o nascimento durante um reinado em especial – “O filho de Teti” (*PN I*, 285, 3); “A filha de Kamés” (*PN I*, 294, 8); “O poderoso Amenhotep” (*PN I*, 30, 13); “O vitorioso Ramsés” (*PN I*, 219, 3); “Ramsés está firme” (*PN I*, 218, 13); “Ramsés está de volta” (*PN I*, 219, 5); “Amenhotep é um chefe poderoso” (*PN I*, 30, 14); “Merneptah está na casa de Ptah” (SCHULMAN, *CdE* LXV, p. 13); “Ramsés é rico em jubileus” (*PN I*, 218, 7); “Seti vive pela eternidade” (*PN I*, 322, 12); “Ramsés, o amado de Amon, é rico em anos” (*PN I*, 218, 15).
- 5 - Nomes que evocam o aparecimento de uma divindade no dia da sua festa – “Amon está em festa” (*PN I*, 28, 14); “Ptah está na barca sagrada” (*PN I*, 139, 18); “Mut apareceu” (*PN I*, 148, 15); “Hórus veio” (*PN I*, 245, 21); “Ré está no Pátio” (*PN I*, 217, 16); “Mut está no Vale” (*PN I*, 147, 16; II, 360); “Min está na colina” (*PN I*, 151, 22); “Amon está no harém (em Luxor)” (*PN I*, 27, 18); “Montu está em Tebas” (*PN I*, 154, 4); Os dois (Hórus e Set) são nascidos” (*PN I*, 225, 22);

¹³ Nomes provavelmente motivados pelo elevado índice de mortalidade infantil.

“Hórus está na barca sagrada” (*PN I*, 247, 18); “Louvores para Amon” (*THIRION, RdE* 42, 232); “Aquele que o ataca caiu por terra” (nome alusivo aos Mistérios de Osíris) (*PN I*, 135, 25) “Aquele que vem quando lhe fazemos apelo”¹⁴ (*THIRION, RdE* 42, 223-224).

Deparamos, depois, com uma segunda categoria de nomes que também são motivados pelas circunstâncias do nascimento, mas, neste caso, por circunstâncias indirectas. Por exemplo:

- 1 - Nomes que celebram o pedido de um filho a um deus: “ O filho de Ptah” (*PN I*, 282, 1); “Aquele que Mut deu” (*PN I*, 373, 14); “ Foi Ré que o pôs no mundo” (*PN I*, 218, 5).
- 2 - E nomes que são a expressão da fé a uma divindade pessoal – “Bes” (*PN I*, 98, 14); “O sábio Onuris” (*PN I*, 35, 17); “A serva de Isis” (*PN I*, 92, 6); “A irmã de Néftis” (*PN I*, 311, 21); “Sobek está vivo” (*PN I*, 303, 25); “Tot está de boa saúde” (*PN I*, 408, 19); “Uapauate é nascido” (*PN I*, 77, 23); “Khnum é o seu (dela) deus” (*THIRION, RdE* 42, p. 167); “O servo de Satis” (*PN I*, 91, 19); “Possa ele viver para Aton” (*PN I*, 67, 18); “Que Ré o ame” (*PN I*, 157, 20).

Depois encontramos outro grupo de nomes que se prendem com a importância e sobrevivência da linhagem. Por exemplo, nomes que indicam a ordem de chegada daquele filho à família - «O meu irmão está comigo» (*PN I*, 309, 15); “Ela será a minha herdeira” (*PN I*, 15, 6); “O irmão dele” (*PN I*, 117, 7); “O meu irmão é nascido” (*PN I*, 309, 2; 310, 16); “O meu irmão está de boa saúde” (*PN I*, 309, 19; 310, 20); “um outro” (*PN I*, 343, 3); “o segundo” (*PN I*, 310, 21); “a irmã mais velha” (*PN I*, 311, 16); “Outro vínculo” (*PN I*, 343, 8); “O meu bom irmão” (*PN I*, 309, 5); “Aquele que vem depois” (*PN I*, 10, 14), “O irmão pertence a Ré” (*PN I*, 309, 4), “Um outro irmão” (*PN I*, 343, 10) ou que

¹⁴ Refere-se à Amon.

indicam que a criança é um reencarnação de um membro da linhagem, como por exemplo “O pai do pai” (*PN I*, 50, 21):

Finalmente, temos um grupo de nomes que se relacionam com a personalidade do ser a nomear. Por exemplo, acrescentando um epíteto revelador de um traço físico ou moral ou que atribuem uma característica física ou moral ao seu portador: “o cego” (*PN I*, 120, 7; *II*, 176); “o anão” (*PN I*, 204, 10); “o ruço de cabelo” (*PN I*, 405, 6); “o belo está vigoroso” (*PN I*, 61, 25); “Aquele cuja aparência é bela” (*PN I*, 61, 28); “Aquele cuja cabeça é grande” (*PN I*, 102, 20; 112, 12; 126, 22); “Aquele que é belo de rosto” (*PN I*, 113, 10), «O bravo» (*PN I*, 334, 17); “O feliz” (*PN I*, 227, 10); “A doce” (*PN I*, 215, 24); “A má” (*PN I*, 356, 12; *II*, 180), “O justo” (*PN I*, 144, 16); “o vigoroso” (*PN I*, 209, 16); “O benevolente” (*PN I*, 72, 27); “A pura” (*PN II*, 179) “O mal não existe” (*PN I*, 168, 13; *II*, 363); “Aquele cujo nome prospera” (*PN II*, 24); “Eu vi a sua vitória” (*PN I*, 143, 23); “Aquele que vem como uma estrela da manhã” (*PN I*, 9, 11); “Aquele que aparece como uma rainha” (*PN I*, 265, 24) ou que atribuem um epíteto que sublinhe a sua origem geográfica¹⁵ ou as suas semelhanças com determinado grupo étnico: Aquela de Deir el-Bahari” (*PN I*, 363, 15; *II*, 194); “A Heliopolitana” (THIRION, *RdE* 31, pp. 82-83), “Aquele de Elefantina” (*PN II*, 192); “A Senhora de Dendera” (*PN I*, 187, 23); “A Síria”¹⁶ (*PN I*, 274, 1; *II*, 193); “O Núbio” (*PN I*, 113, 13; *II*, 193); “A Hitita” (*PN II*, 194); “O asiático” (*PN I*, 59, 2); “O negro” (*PN I*, 344, 27); “A Nómada” (*PN II*, 194) ou um epíteto que reflecta o seu estatuto social: “O chefe dos artífices” (*PN I*, 81, 18); “O Superintendente do Celeiro” (*PN I*, 101, 1; *II*, 189); “O comerciante” (*PN I*, 101, 11; *II*, 189); “O sacerdote uab” (*PN I*, 103, 24; *II*, 189); “O servidor do deus” (*PN I*, 115, 16; *II*, 189); “O comandante das tropas” (THIRION, *RdE* 36, p. 127); “O vizir” (*PN I*, 389, 15; *II*, 191); “A música” (*PN I*, 368, 3; *II*, 191); “O porta-

¹⁵ Ver Vittmann, “Personal Names: Function and Significance” in FROOD; WENDRICH, (eds.), *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, pp. 4-5.

¹⁶ Este nome e os seguintes - “O Núbio”, “A Hitita”, “O Asiático”, “O Negro” “A Nómada” - não foram atribuídos a egípcios, mas a estrangeiros. Cf. Ranke (1936, p. 236).

estandarte” (*PN I*, 121, 6; *II*, 190), “O soldado” (*PN I*, 105, 15) ou ainda um epíteto, que funciona como uma alcunha, e que institui uma relação entre aquele que o usa e um animal ou uma planta ou um fruto ou um objecto: “O carneiro” (*PN I*, 100, 14; *II*, 183); “A gata” (*THIRION, RdE* 34, p. 107); “O leão” (*PN I*, 144, 1); “O rato” (*PN I*, 133, 6), “A rã” (*PN I*, 336, 8; *II*, 185), “O linho” (*PN II*, 181); “O feixe de lótus” (*PN I*, 371, 18; *II*, 181); “A maçã” (*PN II*, 181); “A barca sagrada” (*PN I*, 75, 24); “O falo” (*PN I*, 115, 20); “A espada” (*PN II*, 186); “O leme” (*PN I*, 240, 8), o “lápiz lazúli” (*PN I*, 274, 11; *II*, 187).

Todos estes foram nomes usados pelos homens e pelas mulheres egípcias do Império Novo.

O que podemos concluir desta listagem de nomes?

Podemos concluir que estes nomes nos revelam as principais crenças, valores e sentimentos expressos pelo homem egípcio, da elite, no Império Novo.

Por exemplo, os nomes teofóricos – aqueles que eram constituídos com nomes de deuses – demonstram, melhor do que quaisquer outros nomes, a nova atitude religiosa do homem do Império Novo, apresentando-se como verdadeiros indicadores do fenómeno da “religião ou piedade pessoal” (LOPES, 2003, p. 49ss.). Esta podia ser influenciada pelo peso institucional das grandes castas, pelas crenças familiares, assim como pela origem geográfica dos seus mentores, cuja ligação ao seu deus local se apresentava muitas vezes com a sua mais importante referência religiosa (VERNUS, 1977, p. 144).

Verificamos através dos nomes atrás inventariados que a dominante criadora ou fecundadora inerente às divindades está muito bem representada neste tipo de nomeação. Amon e Ptah são os nomes mais presentes neste tipo de formulação onomástica.

A segunda categoria de nomes – os basilofóricos – mostram-nos que a escolha deste nome era determinada ou pela coincidência do nascimento com o reinado em questão ou pela preferência por esta ou aquela figura real. Nesta categoria Ramsés II surge como a

figura mais destacada, seguido de Amenhotep I, Seti I e Merneptah (LOPES, 2003, p. 51).

E, finalmente, a terceira categoria de nomes – os propiciatórios ou profanos – exprimem a relação do portador do nome com os seus progenitores e com a sua linhagem e qualificam ainda o recém-nascido segundo diversas categorias: a esperança de vida, o estatuto do próprio, as suas qualidades morais e intelectuais e as suas qualidades físicas. Nesta qualificação, o portador do nome surge, ainda, com nomes alusivos a profissões, animais, plantas ou frutos, coisas e lugares (LOPES, 2003, p. 54-55).

Estas eram as várias hipóteses de nomeação no Egito, durante o Império Novo. E elas sintetizam bem a problemática do nome. O nome-destino e o nome-memória. Remetem-nos para a possibilidade de uma multiplicidade de nomes – pelo menos 3 – que correspondem à multiplicidade do sujeito e designam espaços e fronteiras no social.

Alertam-nos ainda para o facto de estes nomes sociais serem, no entanto, falsos nomes, nomes-máscaras, pois os verdadeiros, os secretos eram interdictos, confidenciais, protegendo assim o sujeito dos riscos inerentes à nomeação.

O nome secreto protegia o indivíduo. O nome social escrevia a sua história. Ambos garantiam a eternidade do seu possuidor...

Referências

ALLEN, J. P. *Genesis in Egypt – The philosophy of ancient egyptian creation accounts*. New Haven: Yale University, 1988.

ASSMANN, J., *The Search for God in Ancient Egypt*. London: Cornell University, 2001.

DEMARÉE, R. J., *The 3ḥ ikr n Rc-stelae : on ancestor worship in ancient Egypt*. Leiden: Oosten, 1983.

DERCHAIN, P., “Kosmogonie” in *L.Ä. III*. Wisbaden: Otto Harrassowitz, 1980, pp.747-756.

- DOXEY, D. M., “Names” in REDFORD, D. (ed.). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol. 2, Cairo: American University in Cairo Press 2001, pp. 490-492.
- DRIOTON, E., “Description sommaire des chapelles funéraires de la VI^e dynastie récemment découvertes derrière le mastaba de Mérefouka à Sakkarah” in *ASAE* 43. Cairo: IFAO, 1943.
- HUGHES, G. R. “The cruel father: a Demotic Papyrus in the Library of G. Michaelides” in *Studies in Honor of John A. Wilson* (Fs. Wilson). Chicago: The University of Chicago Press, 1969.
- JUNKER, H. “Ein neuer Nachweis des weisen Ddfhr” in *Studi in Memoria di Ippolito Rosellini* (Mélanges Rossellini), vol. II, Pisa: Lischi, 1955.
- KUHLMANN, K., “Gotternamen, - bildung, - Zusammensetzung” in *Lexikon der Ägyptologie (LÄ)*, Wiesbaden: Otto Harrasowitz, 1976.
- LEFÉBVRE, E., “L’importance du Nom chez les Egyptiens” in *SPHINX I*, Upsala: Almqvist & Wiksell, 1897, pp. 106-108.
- LESKO, L. H., “Ancient Egyptian Cosmogonies and Cosmology” in SCHAFER, B. E. (ed.). *Religion in Ancient Egypt: Gods, Myths, and Personal Practice*. London: Cornell University, 1991.
- LOPES, H., *Estudos de Egiptologia*. Lisboa: Ed. Associação Portuguesa de Egiptologia, 2003.
- McBRIDE, R., “Nun” in REDFORD, D. (ed.). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol. 2, Cairo: American University in Cairo Press: 2001, pp. 557-558.
- PIRES, G. C. B., *Sentir e narrar o sagrado: em torno da sacralização do(s) espaço(s) aquático(s) e terrestre(s) no Egito Antigo*. Lisboa: Dissertação de Mestrado FCSH, 2015.
- POSENER, G., “Sur l’attribution d’un nom a un enfant”. *RdE* 22. Paris: Société Française d’Égyptologie, 1970, pp. 204-205.
- RANKE, H., *Die ägyptischen Personennamen I: Verzeichnis der Namen*. (PN) Glückstadt: J.J. Augustin, 1935.

RANKE, H., *Die ägyptischen Personennamen II: Einleitung: Form und Inhalt der Namen. Geschichte der Namen. Vergleiche mit andren Namen. Nachträge und Zusätze zu Band I. Umschreibungslisten (PN)*. Glückstadt, Hamburg and New York: J.J. Augustin, 1952.

RANKE, H., “Grundsätzliches zum Verständnis der ägyptischen Personennamen in Satzform”. *SHAW 1936-1937*. Heidelbergue: 1937, pp. 9-12.

RANKE, H., “Les Noms Propres Égyptiens”. *CdE* 11, Bruxelles: Fondation Egyptologique Reine Elisabeth, 1936.

SAUNERON; S., “Le Monde du Magicien Égyptien”. *Le Monde du Sorcier*. Paris: Ed. Du Seuil, 1966, p. 49.

SAUNERON, S.; YOYOTTE, J., *La Naissance du Monde*. Paris: Ed. du Seuil, 1959.

SCHULMAN, A. R., “Thr Royal Butler Ramessessami'on”. *CdE* LXV. Bruxelles: Fondation Egyptologique Reine Elisabeth, 1990.

TERRACE, E. L. B.; FISCHER, H. G. *Treasures of the Cairo Museum from Predynastic to Roman times*. London: Thames and Hudson, 1970.

THIRION, M., “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 31, Paris: Ed. Peeters, 1979.

THIRION, M., “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 33, Paris: Ed. Peeters, 1981.

THIRION, M., - “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 34 (1982 – 1983), Paris: Ed. Peeters, 1982

THIRION, M., “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 36, Paris: Ed. Peeters, 1985.

THIRION, M., “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 42, Paris: Ed. Peeters, 1991.

TOBIN, V. A., “Creation Myths” in REDFORD, D. (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol. 2. Cairo: American University in Cairo Press, 2001, pp. 469-472.

- VANDIER, J. *Mo'alla. La tombe d'Ankhtifi et la Tombe de Sébekhotep*, Cairo: IFAO, 1938.
- VERNUS, P., "Name – Namengebung – Namensbildung". *Lexikon der Ägyptologie* (LÄ) IV. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1980, col. 321- 337.
- VERNUS, P., *Athribis, textes et documents relatifs à la géographie, aux cultes, et à l'histoire d'une ville du delta égyptien à l'époque pharaonique*, Le Caire: IFAO, 1978.
- VERNUS, P., "Le dieu personnel dans l'Égypte pharaonique" . *Colloque de la Société Ernst Renan*. Paris: 1977, p. 143-157.
- VERNUS, P. "Sur une particularité de l'onomastique du Moyen Empire". *Revue d'Égyptologie (RdE)* 22, Paris: Librairie C. Klincksieck, 1970.
- VITTMANN, G., "Personal Names: Function and Significance" in FROOD, E; WENDRICH, W., (eds.), *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles: 2013 <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002dwqr7>
- VITTMANN, G., "Personal Names: Structures and Patterns" in FROOD, E; WENDRICH, W., (eds.), *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles: 2013 <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002dwqsr>
- YOYOTTE, J. "Osorkon, fils de Mehytouskhé un pharaon oublié" in *BSFE* 77/78, Paris: Société Française d'Égyptologie, 1976/1977.
- ZANDEE, J., "Das Schopferwort im alten Agypten". *Verbum. Fs. Obbink*, Utrecht: University of Utrecht, 1964.

Mênfis, a cidade “que desapareceu”

Maria Helena Trindade Lopes

Mênfis, a cidade que, segundo os mitos e as lendas clássicas, teria sido fundada pelo primeiro rei do Egito, cerca de 3100 a.C. (SNAPE, 2014, p. 171), é reconhecida como a mais antiga e a maior das principais capitais dinásticas do Egito Faraônico.



Fig. 1 – Mapa do Egito

A sua situação geográfica particular, na fronteira entre o Norte (Baixo Egito) e o Sul (Alto Egito), garantiu-lhe o epíteto de “Balança dos Dois Países”(Mekhat Tauí) mas as suas designações mais conhecidas são aquelas que a referem como o 1º Nomo – província - do Baixo Egito, como a cidade – capital ou ainda como a extensa necrópole real. “Os primeiros túmulos do Período Dinástico e as pirâmides do Império Antigo são geralmente referidos como a ‘Necrópole Menfita’. A necrópole menfita estende-se ao longo de 80 km desde a pirâmide mais setentrional em Abu Rowash até à pirâmide mais a sul, em Meidum "(LOVE, 2003, p. 71, tradução nossa). De resto, o termo Mênfis é a palavra grega derivada da construção hieroglífica *Mn-Nfr*, que significa “Duradoura e Bela”, designação atribuída à pirâmide do rei Pepi I, da VI dinastia (2287 a.C. - 2187 a.C.). (LOVE, 2003, p. 71; SMITH, JEFREYS, 1986, p. 88).

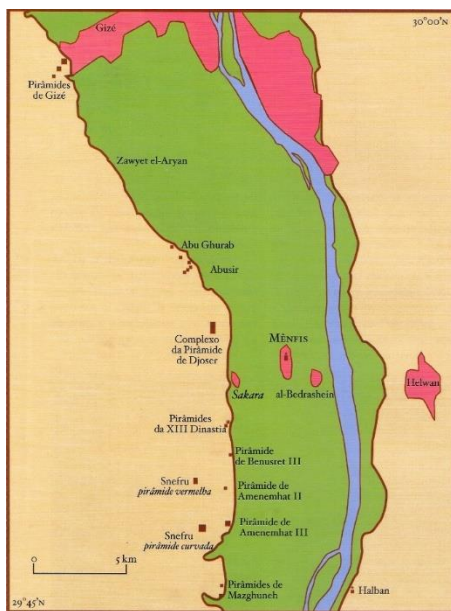


Fig. 2. - Mapa com a localização de Mênfis e a sua relação geográfica com a necrópole de Sakara.

Fonte: LOPES, *Mênfis, o rosto de Apriés*, p. 20

Ora a oriente de uma destas necrópoles, a de Sakara, localizava-se exactamente a capital, Mênfis (KEMP, 1989, p. 36; VERNER, 2002, p. 62), também conhecida como o Muro Branco (*Ineb hedj*), possivelmente a mais antiga denominação usada pelos egípcios para esta área mais tarde referida como a capital¹. Hoje, esta região é conhecida pelo nome árabe de Mit – Rahina e revela-se através das ruínas dos monumentos que se conservam *in situ*. Mas o mesmo vocábulo – Mênfis – que designa o nomo, a capital e a necrópole é ainda, frequentemente, utilizado para referir o templo de Ptah, em Mit-Rahina, “que era considerado o centro da cidade, o coração do espaço social, religioso e económico” (LOVE, 2003, p. 71, tradução nossa). Ou seja quando falamos de Mênfis falamos, afinal, de várias realidades distintas, ainda que complementares.

As primeiras informações que nos chegaram sobre a importância e a extensão desta cidade foram-nos fornecidos pelos autores clássicos, historiadores como Heródoto e geógrafos como Estrabão e Diodoro de Sicília² descrevem-nos um sítio que, na sua última fase, parece corresponder ao actual campo de ruínas de Mit-Rahina. Mas nenhum deles refere jamais Mênfis como a capital. Mais tarde, encontramos ainda algumas referências na literatura árabe medieval - Abd el - Latif, el - Qalqashandi e el - Maqrizi (JEFFREYS, 1985, p. 11) - e em relatos de viajantes - William de Tiro, Benjamin de Tudela e Joos van Ghistele (JEFFREYS, 1985, pp. 11-12), mas a imprecisão do verdadeiro significado do termo mantem-se. Depois perdeu-se a “identidade” da cidade que só foi restabelecida em 1585 por François de Pavie (JEFFREYS, 1985, p. 12). A partir desse momento, a localização de Mênfis transformou-se numa questão importante de debate académico, mas os primeiros mapas detalhados da área só aparecem na 2ª metade do século XVIII, após a expedição de Napoleão. Curiosamente, V. Denon, um dos 167

¹ Cf. Edwards (1971, p. 1-17). Mantem-se em aberto a discussão sobre a existência ou localização desta “White Halls”, dado que não existe nenhuma evidência arqueológica da sua localização. Vd. Málek (1997, p. 90-101).

² Ver Jeffreys (1985, p. 6 e 11) e ainda Love (2003, p. 72- 74).

eruditos que acompanhou o Imperador nesta expedição, ao referir-se a Mênfis, nos seus escritos, refere que as fronteiras norte e sul da antiga cidade eram delimitadas por dois complexos de pirâmides: Giza, no Norte, e Sakara, no Sul (LOVE, 2003, p. 74).

Este conceito, da ligação da cidade com os complexos piramidais – Giza e/ou Sakara - encontrou eco em outros viajantes e estudiosos. Mas vão ser exactamente os membros da expedição científica de Napoleão ao Egipto, que irão associar a antiga capital, Mênfis, com o campo de ruínas de Mit-Rahina. E uma das razões que explica esta associação prendeu-se naturalmente com a densidade dos vestígios arqueológicos ali encontrados (LOVE, 2003, pp. 75-76).

O debate sobre a efetiva extensão da cidade manteve-se, no entanto, ainda durante bastante tempo. W. F. Petrie que, entre 1909 e 1913, dirigiu seis temporadas de escavações na área, calculou, na altura, que a cidade de Mênfis teria aproximadamente 13Km, de norte para sul, e 6,5Km, de este para oeste, incluindo zonas de subúrbios e jardins (JEFFREYS, 1985, pp. 6-7). O seu mapa do sítio, baseado ainda naquele que Karl R. Lepsius³ apresentara, após a escavação realizada em 1843, em Kôm Rabi'a (JEFFREYS, 1985, p. 13) tornou-se, durante anos, na base da investigação posterior. Um novo mapa só veio a ser produzido no final da década de cinquenta por Rudolf Anthes⁴ que, entre 1955 e 1956, realizou uma nova expedição a Mênfis, patrocinada pela Universidade da Pensilvânia (JEFFREYS, 1985, p. 16).

Quase um século depois, D. Jeffreys que, desde 1985, tem dirigido juntamente com L. Giddy, o Projecto de “Survey” de Mênfis”, patrocinado pela Egypt Exploration Society, veio afirmar que, no período mais importante, “Mênfis fora uma grande metrópole que se estendia por, pelo menos, 10 Km de Norte para Sul” (JEFFREYS, 2000, p. 24, tradução nossa). E o trabalho recente

³ O primeiro relatório sistemático do “campo de ruínas” foi apresentado por Karl R. Lepsius.

⁴ Ver Anthes, R. et al (1965; 1959).

de prospecção desenvolvido na zona parecia, efectivamente, demonstrar que Mênfis era mais extensa do que inicialmente se pensara (LOVE, 2003, pp. 76-79).

Mas então como é que uma cidade que fora capital durante mais de mil anos (de 3100-2100 a.C.) parecia ter deixado tão poucos vestígios?

O mapa que David Jeffreys nos forneceu, em 1985, sobre os vestígios do Império Antigo, que se conservaram na área de Mit-Rahina e de Sakara, surpreende pela escassez de achados (LOVE, 2003, p. 77).

O que poderia então ter acontecido? Como é que esta cidade desaparecera da história?

Vejamos se conseguimos encontrar algumas respostas...

Como alertam David Jeffreys e Serena Love, recordando os trabalhos de topografia de Butzer e de Hassan⁵, “ a taxa de acumulação de sedimentos no fundo do vale da região de Mênfis é estimado em um metro por milénio [...] Ora isto colocaria qualquer assentamento do 2º milénio a. C. alguns metros abaixo da superfície actual” (LOVE, 2003, p. 77, tradução nossa). Deste modo, e continuando a seguir Jeffreys, “o nível do solo do Império Antigo estará quatro metros abaixo da superfície na zona oeste de Mit Rahina” (JEFFREYS, 1997, pp. 2, tradução nossa). Podemos, então, concluir que a antiga Mênfis, a importante capital do Império Antigo, estará soterrada sob as areias do deserto, sepultada sob construções modernas e, por essa razão, não é reconhecível nem pode ser descoberta a olho nu.

⁵ Ver Butzer (1976); Hassan, (1993, 551-569).

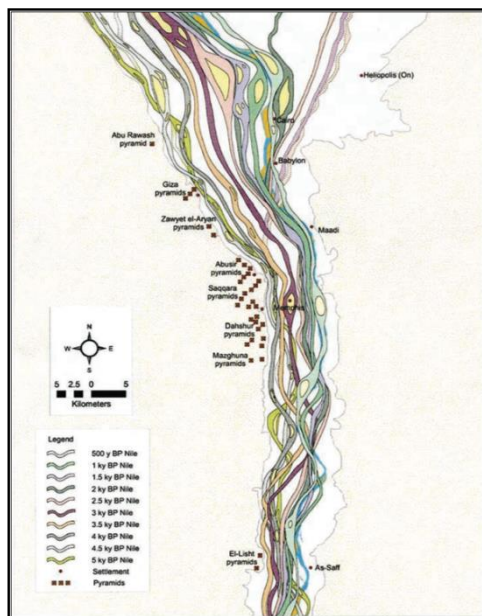


Fig. 3 - Modelo informático do movimento Nilo ao longo dos últimos 5000 anos.

Fonte: K. Tutley, University of Cambridge, Earth Sciences Department In Jeffreys.

“The Survey of Memphis, capital of ancient Egypt: recent developments”

Archaeology International (2008) 11: 42, DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/ai.1112>.

Outro elemento que interferiu, também, na recuperação dos vestígios arqueológicos nesta zona foi, naturalmente, a mudança do curso do Nilo (JEFFREYS, 2008, pp. 6-7). Este foi-se progressivamente afastando para Este, ao longo dos séculos, provocando uma natural erosão dos vestígios mais antigos existentes no sítio (LOVE, 2003, p. 78). Não podemos esquecer que a antiga Mênfis ficava junto ao Nilo...

Finalmente, a última justificação para este estranho fenómeno de desaparecimento de vestígios da antiga cidade relaciona-se com a actividade dos *sebakh*-diggers que, desde que se fixaram naquela zona, têm vindo a roubar adobe dos monumentos menfitas para usar como fertilizante na agricultura (LOPES, 2010, p. 25; KEMP, 1976, p. 27). Claro que as ocupações e construções de períodos mais tardios, por exemplo, a forte presença na Época Baixa, com a

dinastia Saíta, que restituiu a Mênfis o estatuto de residência real, pode também ter destruído vestígios mais antigos ali existentes, como sugere L. Giddy (GIDDY, JEFFREYS, MALEK, 1990, p. 13). Mas o homem que melhor conhece Mênfis e o seu povoamento – D. Jeffreys – produziu em 1994 um novo mapa dos vestígios menfitas, graças a uma técnica alternativa – chamada “drill cores”⁶ – que permite realizar sondagens em profundidade no solo. E este mapa⁷ veio permitir-nos visualizar um outro nível de povoamento, muito mais intenso, nas primeiras dinastias e no Império Antigo, na área de Mit-Rahina e seus arredores (LOVE, 2003, p. 78)

Assim sendo, volto a colocar a questão: quando falamos da antiga capital de Mênfis, de que falamos exactamente?

Acho que hoje podemos dizer que falamos de uma região que não se confina à actual Mit-Rahina, mas que estende de Abu Rowash a Giza, Abusir, Sakara e Dahshur (LEHNER, 1997, pp. 7 e 15).

Como sugere Serena Love “Talvez agora Mênfis possa ser considerada como um centro urbano dinâmico. É possível que a cidade de Mênfis do Império Antigo não esteja confinada a uma pequena área nuclear de povoamento, mas que se tenha estendido a toda a região Menfita” (LOVE, 2003, p. 81).

O grande dinamismo económico que a cidade terá desenvolvido à volta dos templos⁸ e das necrópoles - Abu Rowash, Giza, Abusir, Sakara e Dahshur – e a sua situação geográfica privilegiada, que lhe permitia controlar o Delta e a confluência das rotas do Deserto, do Levante e do Mar Vermelho para o Saara (JEFFREYS, GIDDY, 1991, p. 5) tornaram-na numa óbvia capital. Uma capital que se consagrou ainda como um dos maiores centros religiosos do país - com o seu deus tutelar, Ptah, o deus criador que concebera o mundo no seu coração e o realizara pela força da sua

⁶ Ver resultados da utilização da técnica em Abu Rowash, Giza, Abusir, Saqqara and Dahshur in Love (2003, p. 79-81).

⁷ Cf. Jeffreys, D.; Tavares, A. (1994, p. 143-173).

⁸ A este propósito ver Malek (1997, p. 90-101).

palavra - e um grande centro de cultura, de arte e de actividades intelectuais do Egipto faraónico. Nas suas bibliotecas e ateliers, conservaram-se ou transmitiram-se os manuais, os tratados, os cânones e o saber relativos aos monumentos sacralizados. E mesmo quando Mênfis perdeu o estatuto de capital em favor de outras cidades provinciais nos Impérios Médio⁹ e Novo¹⁰, manteve sempre uma posição de destaque ao longo da história faraónica, consagrando-se como o maior centro populacional do Egipto (SNAPE, 2014, p.170), inclusivamente quando Tebas¹¹, Per-Ramsés ou Amarna foram capitais. Por exemplo, durante o Império Novo, Mênfis foi uma metrópole muito cosmopolita, um grande centro do comércio internacional e uma base militar fundamental para o Império com o seu porto de Peru-Nefer¹².

O seu estatuto de cidade da tradição, onde os primeiros reis teriam cumprido o rito da “elevação do pilar-djed” (KEES, 1977, p. 150) que assegurava um reinado estável ao faraó, induziu ainda vários reis, ao longo da história, a festejarem em Mênfis o seu jubileu real (heb-sed) e a construírem aqui os seus templos funerários (KITCHEN, 1982, p. 162), porque a “charneira entre o Norte e o Sul” era o lugar de legitimação ideológica, por excelência, do território egípcio.

Na Época Baixa, Mênfis volta a ser a principal metrópole do país e uma importante residência local (LECLÈRE, 2008, pp. 61-72). Durante o período Saíta, que corresponde à XXVI dinastia¹³, e cobre aproximadamente um século e meio de história egípcia entre duas invasões do Oriente - a dos Assírios na 1ª parte do século VII a.C. e

⁹ Para a localização de Mênfis no Império Médio, ver . Snape (2014, p. 173) e ainda Leclère, F. *Les villes de Basse Égypte au 1er millénaire av. J. - C.* Cairo: IFAO, 2008, pp. 40-41.

¹⁰ Para comprovar a relevância de Mênfis no Império Novo, ver. Martin (2000, p. 99-120); Leclère, F.(2008, p. 41 – 55) e o mais recente trabalho de Pasquali (2011).

¹¹ Ver Detlef (2003).

¹² A ideia de que “Perunefer” era o porto da cidade de Mênfis está hoje praticamente aceite entre os investigadores. Cf. Snape (2014, p. 173) e ainda Jeffreys (2006, p.36-37).

¹³ Sobre este período, ver. Spalinger (1977, p. 221-244).

a dos Persas em 526 a.C. - a cidade recupera o seu antigo fulgor e como afirma David Jeffreys torna-se uma capital cosmopolita, enriquecida com várias comunidades estrangeiras¹⁴ e um porto internacional (JEFFREYS, 2008, p. 44). E “quando Alexandre, o Grande, conquistou o Egito em 332 a. C. foi a partir de Mênfis que o país foi governado” (THOMPSON, 2012, p. 2). No entanto, no período ptolemaico, apesar de os reis ainda serem aí coroados (JEFFREYS, 1999, p. 488), a cidade¹⁵ começa a perder importância em favor de Alexandria, que se transforma na grande metrópole e no mais importante porto comercial do Egito.

Na Época Romana acentua-se a decadência de Mênfis devido à construção da fortaleza de Babilónia (JEFFREYS; GIDDY, 1991, p. 5) que ficava na margem oriental do Nilo, numa zona estratégica que permitia controlar todo o tráfego do rio, e que actualmente corresponde ao Cairo copta.

E, finalmente, durante a Idade Média, os monumentos menfitas são sistematicamente desmantelados ou destruídos e as suas pedras são utilizadas para construir algumas igrejas e mesquitas do Cairo. A proximidade com a nova capital determinou a destruição desmedida da antiga metrópole.

Hoje, Mênfis é um vasto campo de ruínas, mas a “cidade que desapareceu” – soterrada pelas modernas construções e pilhada pelos *sebakhim* ou por aqueles que desmantelaram os monumentos menfitas - continua viva e a interpelar a história...

Referências

ANTHES, R. et al. *Mit Rahineh 1955*. Philadelphia: University Museum, 1959.

ANTHES, R. et al. *Mit Rahineh 1956*. Philadelphia: University Museum, 1965.

¹⁴ Ver Leclère (2008, p. 70 - 72).

¹⁵ Para um conhecimento da Mênfis do período ptolemaico, ver Thompson (2012, p. 6 ss) e ainda Leclère (2008, p. 80 - 86).

- BUTZER, K. *Early Hydraulic Civilization in Egypt*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.
- DETLEF, F. "Theben und Memphis – Metropolen im Alten Ägypten", 2003, In <http://www.ub.uni-heidelberg.de/archiv/3384>.
- EDWARDS, I. E. S., GADD, C. J., HAMMOND, N. G. L. (eds.). *The Cambridge Ancient History*. vol 1, Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- GIDDY, L., JEFFREYS, D. and MÁLEK, J. "Memphis, 1989" in *Journal of Egyptian Archaeology* 76. London: Egypt Exploration Society, 1990, p. 6.
- HASSAN, F. "Town and Village in Ancient Egypt: Ecology, Society and Urbanisation In SHAW, T., SINCLAIR, P., ANDAH, B. and OKPOKO, A. (eds.). *The Archaeology of Africa: Food, Metals and Towns*. London: Routledge, 1993.
- JEFFREYS, D. "Archaeological Implications of the Moving of the Nile". *EA* 32. London: Egypt Exploration Society, 2008, pp. 6-7.
- JEFFREYS, D. "The Survey of Memphis, capital of ancient Egypt: recente developments". *Archaeology International* (2008) 11: 41-44, DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/ai.1112>.
- JEFFREYS, D. "Perunefer: at Memphis or Avaris". *EA* 28. London: Egypt Exploration Society, 2006, pp. 36-37.
- JEFFREYS, D. "Investigating Ancient Memphis, Pharaonic Egypt's Northern Capital". *Archaeology International* 3 (1999): 24 - 27. DOI: <http://doi.org/10.5334/ai.0309>.
- JEFFREYS, D. « Memphis » in BARD, K. A. (ed.), *Encyclopedia of the Archaeology of Ancient Egypt*. London: Routledge, 1999, pp. 488-490.
- JEFFREYS, D. "Excavation and Survey East of the Saqqara-Abusir Escarpment". *Journal of Egyptian Archaeology* 83. London: Egypt Exploration Society, 1997, pp. 2-4.
- JEFFREYS, D. *The Survey of Memphis*. I, London: Egypt Exploration Society, 1985.

- JEFFREYS, D.; GIDDY, L. "Looking for Memphis". *EA* 1. London: Egypt Exploration Society, 1991, pp. 5-8.
- JEFFREYS, D.; TAVARES, A. "The Historic Landscape of Early Dynastic Memphis". *MDAIK* 50. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 1994, pp. 143-173.
- KEES, H. *Ancient Egypt, a cultural topography*. Chicago-London: University of Chicago Press, 1977.
- KEMP, B. *Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization*. London: Routledge, 1989.
- KEMP, B. "A Note on Stratigraphy at Memphis". *Journal of the American Research Centre in Egypt* 13. Cairo: The American Research Center in Egypt, 1976, p. 27.
- KITCHEN, K. A. *Ramsés II, le Pharaon Triomphant*. Paris: Le Rocher, 1982.
- LECLÈRE, F. "Memphis" in *Les villes de Basse Égypte au 1er millénaire av. J. - C.*. Cairo: IFAO, 2008.
- LEHNER, M. *The Complete Pyramids*. London: Thames & Hudson, 1997.
- LOPES, M. H. T. *Mênfis: o rosto de Apriés*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- LOVE, S. "Questioning the Location of the Old Kingdom Capital of Memphis, Egypt". *Papers from the Institute of Archaeology* 14, London: University College, 2003, pp. 70-84.
- MALEK, J. "The Temples at Memphis. Problems Highlighted by the EES Survey". In QUIRKE, S. (ed.), *The Temple in Ancient Egypt: New Discoveries and Recent Research*. London: British Museum Press, 1997.
- MARTIN, G. T. "Memphis: the status of a residence city in the Eighteenth Dynasty". In BARTA, M.; KREJCI, J. (eds.), *Abusir and Saqqara in the Year 2000*. Prague: Oriental Institute, 2000.
- PASQUALI, S. *Topographie cultuelle de Memphis 1a : Corpus. Temples et principaux quartiers de la XVIIIe dynastie*. Montpellier: 2011. <http://recherche.univ-montp3.fr/egyptologie/enim>.

SNAPE, S. “Memphis – The Shifting City”. In *The Complete Cities of Ancient Egypt*. London: Thames & Hudson, 2014.

SMITH, H. S.; JEFFREYS, D. G. “A Survey of Memphis, Egypt”. In: *Antiquity LX*. Cambridge: Heffers Printers, 1986, pp. 88-95.

SPALINGER, A. J. “Egypt and Babylonia: a Survey” (c. 620 BBC- 550 BC) In *SAK* 5. Hamburg: Buske-Verlag, 1977, pp. 221-244.

THOMPSON, D. J., *Memphis Under the Ptolemies*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

VERNER, M. *The Pyramids: Their Archaeology and History*. London: Atlantic Books, 2002.

O palácio de Apriés, Mênfis/Kôm Tumân: resultados de 10 anos de pesquisa

Maria Helena Trindade Lopes



Fig. 1 – Palácio de Apriés (vista de Sul para Norte)

O projecto arqueológico¹ concebido e realizado por uma equipa da FCSH/Nova, liderada por Maria Helena Trindade Lopes, entre 2000 e 2010, desenvolveu-se numa vasta área, com cerca de 220 000 m², que se situa na zona norte de Mênfis, em Kôm Tumân². O sítio, que abrange o “Palácio de Apriés” e o seu campo de mercenários, fica localizado a Norte de Mît Rahina e a Sul do moderno cemitério de Sheikh Said em Kôm Aziz, sendo hoje delimitado a Sudoeste e a Oeste pela aldeia de Ezbet Gabry.

Este palácio foi a residência oficial do faraó Apriés, o bíblico Hofra, quarto faraó da XXVI dinastia (Época Baixa), que governou o Egipto entre 589 e 570 a., em pleno Período Saíta (LOPES, 2010, pp. 27-31).

¹ Ver Lopes (2013, p. 36-38); Lopes (2012, p. 137-151); Lopes (2011, p. 247 – 258) e ainda Lopes (2010).

² Jeffreys (1985, fig. 9).

“O período saíta corresponde à XXVI dinastia e cobre aproximadamente um século e meio de história egípcia entre duas invasões do Oriente : a dos Assírios na 1ª parte do século VII a.C. e a dos Persas em 526 a.C.” (AGUT-LABORDÈRE, 2013, p. 965). A 1ª invasão pôs fim ao domínio Kushita no Egito e permitiu a emergência desta nova dinastia, saíta, que manteve uma linha de continuidade familiar até ao final do reinado de Apriés, pois em 570 a.C. um “golpe de estado” (AGUT-LABORDÈRE, 2013, p.965), levado a cabo pelo general Amasis depõe o faraó Apriés, dando início a uma segunda fase desta dinastia com Amasis e o seu sucessor Psamético III.

A primeira parte do período Saíta, abrangendo o longo reinado de Psamético I e ainda o reinado de Necao II, foi uma fase de libertação do domínio assírio e do crescente controlo territorial sobre o Egito (AGUT-LABORDÈRE, 2013, pp. 974-985). O segundo período, que corresponde ao século VI, e que cobre os reinados seguintes – onde se incluiu Apriés - foi uma época de mudança na relação do mundo egípcio com o espaço próximo, conduzindo a uma viragem da zona da Síria e da Anatólia para o Mediterrâneo³ – e depois do Mediterrâneo Levantino para o Mediterrâneo Ocidental.

Podemos, deste modo, afirmar que o reinado de Apriés veio, no fundo, no seguimento das políticas dos reinados anteriores iniciadas com Necao II de intensificação das relações com o Egeu, que conduziram à incorporação de homens e de bens de consumo no exército e no quotidiano egípcio, a ponto de como demonstra D. Agut-Labordère encontrarmos casos de gregos com postos de relevo na administração egípcia (AGUT-LABORDÈRE, 2012, pp. 293 – 306).

Mas então, que razão terá levado Apriés a mandar construir um palácio residencial em Mênfis, quando a capital era Saís, no Delta Ocidental?

Basicamente, por duas razões distintas mas complementares. É que o porto militar da frota Saíta foi provavelmente o *prw nfr* de Mênfis (AGUT-LABORDÈRE, 2013, p. 991; LECLÈRE, p. 43 e p. 71).

³ Ver Agut-labordère (2012, p. 219 – 234).

Mênfis era, à época de Apriés, uma capital cosmopolita, enriquecida com várias comunidades estrangeiras e um porto internacional (JEFFREYS; 2008, pp. 41-44). E a intensa actividade da frota egípcia, devido à alteração das rotas comerciais e diplomáticas, da terra para o mar, justificava uma presença mais constante nesta cidade. Por outro lado, governar em Mênfis reforçava a ideia de ligação com o passado que os reis saítas procuraram criar através da designação hoje já revista de “renascimento saíta” (AGUT-LABORDÈRE, 2013, p. 966). Mênfis era a capital de prestígio do passado.



Fig. 2 – Palácio de Apriés, vista a partir do campo de mercenários

Ora, foi exactamente no canto Noroeste da vasta planície menfita que se edificou o Palácio, erguido sobre uma colina artificial, com cerca de 13,66m de altura, e que segundo Kemp teria sido construída numa só fase, provavelmente a de Apriés (KEMP, 1977, p.103). “Anexo ao Palácio encontra-se o “campo militar” de Apriés, que se estende para Nordeste, Este e Sudeste, onde se teriam alojado vários grupos de mercenários, especialmente gregos e cários” (LOPES, 2010, p.39). Esta extensa área, abrangendo o Palácio e o Campo, era fortificada.

A descoberta deste palácio e do seu campo militar adjacente deve-se a W. F. Petrie⁴, um dos mais brilhantes “arqueólogos” da sua geração. No entanto, a primeira intervenção neste monumento, na zona Oeste da plataforma sobre a qual se ergue o palácio, foi levada a cabo por M. Daninos Pacha que, durante os anos de 1901 – 1902, ali descobriu um conjunto de bronzes que se encontram, actualmente, em exibição no Museu Egípcio do Cairo (PACHA, 1904, pp. 142-143).

Depois disso, o sítio foi deixado ao abandono até que, em 1976, B. J. Kemp realizou, durante dois dias, sondagens no Palácio, a fim de comprovar algumas das teorias formuladas por Petrie, nomeadamente no que dizia respeito ao carácter artificial da colina (KEMP, 1977, p. 106). Posteriormente, em 1989, a EES (Egypt Exploration Society), no âmbito do programa “Survey of Memphis” efectuou, também, 18 furos de sondagem a Oeste, Sudoeste e Noroeste de Kôm Tûman (KAMIL, 1983, p. 25; SMITH; JEFFREYS, 1986, pp. 90-91) e, segundo os resultados obtidos, as fundações do palácio de Apriés, no lado Oeste, seriam mais extensas do que aquelas calculadas por Petrie, no início do século (GIDDY; JEFFREYS; MALEK, 1990, p. 12). E só em 2000, uma nova equipa, neste caso portuguesa, retomou a investigação e os trabalhos arqueológicos neste sítio.

Durante os anos de 2000 a 2010, o trabalho arqueológico realizado pela equipa lusa desenvolveu-se por etapas, cumprindo objectivos determinantes para a compreensão deste sítio:

1. Efectuou-se uma prospecção sistemática de toda a área que nos permitiu, num segundo momento, circunscrever três zonas de escavação;
2. Realizaram-se vários furos de sondagem ao longo do campo, embora com maior incidência na zona Este, que nos permitiram estabelecer uma sequência de depósitos e alcançar o nível de ocupação do sítio;

⁴ Petrie (1909, p. 1-15) e Petrie (1910, p. 40-44).

3. Fez-se o levantamento topográfico de toda a zona, de modo a permitir-nos o registo rigoroso de todas as áreas intervencionadas.
4. Executou-se um estudo sobre os materiais e as técnicas de fundação e construção do palácio: analisaram-se os tijolos de adobe utilizados nesta magnífica construção, tendo-se comprovado a sua excepcional solidez e o seu excelente desempenho (resistência mecânica acima de 1 MPa em compressão). Efetuou-se ainda o estudo do assentamento destes tijolos que seguia, maioritariamente, uma sequência horizontal. O registo dos materiais em pedra foi realizado de forma exaustiva, em fichas tipo, com a informação: local, data, coordenadas UTM, descrição e fotos. A maioria dos elementos identificados, em calcário, correspondem a materiais de revestimento e pavimentação do palácio, mas também se reconheceram ombreiras de porta, um lintel e várias colunas e capitéis (sete dos capitéis e tambores de coluna identificados no sítio encontram-se no topo do palácio). Foi ainda registada a porta calcária localizada ao sul do palácio;



Fig. 3 – Registo dos materiais em pedra

5. Fotografou-se e desenhou-se o que restava do Muro de Vedação Norte⁵ do palácio, missão que foi cumprida na temporada de 2002.



Fig. 4 – Desenho do Muro de Vedação Norte (2002)

6. Realizou-se uma prospecção geológica com recurso ao método de georadar (GPR) que nos forneceu indicações mais precisas sobre as diferentes zonas do campo;
7. E, naturalmente, realizaram-se escavações em três áreas identificadas no sítio que correspondem a 3 espaços distintos de ocupação – uma área relacionada com a estrutura do Palácio, a Norte; uma área de habitat onde se fixaram as tropas mercenárias de Apriés, a Este, e uma área de armazéns, de apoio ao palácio e ao acampamento, a Sul.

⁵ A proximidade da aldeia de Ezbet Gabry e a actividade constante dos *sebakhim*, que regularmente vêm roubar adobe, para usarem como fertilizante na agricultura, levou-nos a tomar esta precaução. Ver desenho do Muro de Vedação Norte em Lopes (2010, p. 147).



Fig. 5– Escavação na zona Este



Fig. 6 – Escavação na Zona Sul

8. Simultaneamente, durante os anos de 2001 a 2010, todo o material, encontrado durante a prospecção ou a escavação, foi estudado e a sua análise foi metodologicamente dividida em 5 etapas principais: limpeza e lavagem dos materiais; marcação de todos os objectos com o código do sítio (MKT⁶ /ano), seguido do número do sector onde foi encontrado, a respectiva unidade estratigráfica, o número individual de peça e a data; catalogação de todas as peças numa base de dados que nos permite o estudo estatístico dos achados por tipologias, pasta de cerâmica ou unidade estratigráfica; desenho e tintagem dos objectos considerados mais importantes para o estudo das diferentes tipologias e fotografia de todos os objectos encontrados. Da grande quantidade e variedade de materiais encontrados, podemos identificar materiais desde o Império Antigo até ao Período Romano, embora a grande maioria dos objectos date do Império Novo e da Época Baixa.

Hoje, e depois de dez anos de trabalho arqueológico em Kôm Tumân, estamos em condições de afirmar que o sítio se organiza fundamentalmente em três grandes áreas de ocupação: uma a Norte, onde identificámos estruturas relacionadas com o palácio,

⁶ MKT corresponde a Mênfis, Kôm Tumân.

que nos permitiram estudar e reconhecer a plataforma de sustentação que serviu de suporte ao edifício, nivelando o terreno, protegendo-o das inundações do Nilo e permitindo ao Faraó controlar, do alto dos seus quase 14m, toda a região, incluindo a própria necrópole menfita, no deserto ocidental. Os materiais encontrados nesta área, a Norte do palácio, são datados na sua maioria do Império Novo, e foram identificados durante a escavação da plataforma de sustentação. Nas unidades de superfície recolherem-se, essencialmente, materiais da época Ptolemaica (333 - 30 a.C.) e Romana. Esta constatação permite-nos afirmar que a colina artificial sobre a qual o palácio se ergue foi construída com recurso a instalações do Império Novo como Petrie (PETRIE, 1909, 1) declarou e, mais tarde, Jeffreys (JEFFREYS, 1985, p. 43) também noticiou. A possibilidade de este palácio ter sido construído sobre as ruínas de palácios mais antigos parece, deste modo, cada vez mais plausível.

A segunda grande área de ocupação localiza-se na zona Sul, onde identificamos uma série de estruturas de prováveis armazéns de apoio ao próprio palácio. Os materiais encontrados são sobretudo cerâmicas e objectos datados da Época Baixa, o que nos remete para um período contemporâneo da dinastia saíta.

A terceira área de ocupação é uma zona de habitat, a Este do palácio, no “campo de mercenários” onde foi identificada uma casa com materiais de origem Grega confirmando a presença de populações estrangeiras⁷ na Mênfis da Época Baixa. Estas populações são referidas por Heródoto (II, p. 154) como sendo mercenários Cários e Jónios, que teriam vindo para Mênfis durante a XXVI dinastia a partir da aliança estabelecida entre Psamético I e o rei Lídio Gyges, em 662 a.C. (VILLING; SCHLOTZHAUER, 2006, p. 2). Petrie fala mesmo numa possível divisão da cidade por etnias e bairros (PETRIE, 1908, pp. 3-4) e Leclère sugere que as populações Gregas e Carias “(...) habitaient peut-être au nord-ouest de

⁷ Trigger, Kemp, O’connor, Lloyd (1999, p. 362); Bard (1999, p. 66); Lopes (2010, p. 30).

l'agglomération, près du complexe palatial” (LECLÈRE, 2008, p. 71). Deste modo, a casa com materiais gregos, identificada na zona Este do campo de mercenários do “Palácio de Apriés”, confirma esta presunção⁸.

O projecto desenvolvido, durante dez anos, em Kôm Tumân certificou, deste modo, não só algumas das teorias levantadas por Petrie, Kemp e Jeffreys no passado mas, sobretudo, acrescentou novos dados à compreensão da verdadeira importância do reinado do faraó Apriés e esclareceu as reais motivações da construção deste palácio residencial.

E o futuro?

O futuro talvez permita regressar a Mênfis e ao palácio de Apriés, mas agora com um novo olhar sobre a importância do sítio para o reconhecimento de uma realidade mais vasta, que não se confina a Kôm Tuman, mas que se estende a toda a área de Mênfis, a mais antiga capital do Egipto faraónico. Este é o desafio que David Jeffreys⁹, o maior conhecedor da área menfita, lançou a todas as equipas que trabalharam na zona.

Inch' Allah, a História o permita!

Referências

- AGUT-LABORDÈRE, D. “The Saite Period: the Emergence of a Mediterranean Power”. GARCIA, J. C. Moreno (ed.). *Ancient Egyptian Administration*. Leiden-Boston: Brill, 2013, pp. 965 – 1027.
- AGUT-LABORDÈRE, D. “Approche cartographique des relations des pharaons saïtes (664-526) et indépendants (404-342) avec les cités grecques”. CAPDRETREY, L.; ZURBACH, J. *Mobilités grecques: mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*. Bordeaux: Ausonius, 2012, pp. 219 – 234.

⁸ A propósito do material encontrado nesta zona ver Lopes; Fonseca (2012, p. 586 – 587).

⁹ Jeffreys (2008, p. 41).

- AGUT-LABORDÈRE, D. “Plus que des mercenaires ! L'intégration des hommes de guerre grecs au service de la monarchie saïte”. SÉVE-MARTINEZ, L. (ed.). *Les diasporas grecques du VIIIe à la fin du IIIe siècle av. J.-C., Actes du colloque de la Sophau organisé à l'Université de Lille 3 les 11 et 12 mai 2012, Pallas 2012*. PALLAS 89, 2012, pp. 293 – 306.
- BARD, K. *Encyclopedia of the Archaeology of Ancient Egypt*. London: Routledge, 1999.
- GIDDY, L.; JEFFREYS, D.; MALEK, J. “Memphis, 1989”. *JEA* 76, 1990, pp. 1-15.
- HÉRODOTE. *Histoires*. II, Paris: Les Belles Letres, 1936.
- JEFFREYS, D. “The Survey of Memphis, capital of ancient Egypt: recent developments”. *Archaeology International*, 11, 2008, pp. 41-44, DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/ai.1112>.
- JEFFREYS, D. *The Survey of Memphis*. London: EES, 1985.
- KAMIL, J. “Ancient Memphis. Archaeologists Revive Interest in a Famous Egyptian Site”. *Archaeology*, 38, 1983, pp. 25-32.
- KEMP, B. “The Palace of Apries at Memphis”. *MDAIK* 33, 1977, pp. 101-108.
- LECLÈRE, F. *Les villes de Basse Égypte au Ier millénaire av. J.-C.* vol. 1, Cairo: IFAO, 2008.
- LOPES, M. H. T. “The Apries Palace Project”. *EA* 42. London: Egypt Exploration Society, 2013, pp. 36-38.
- LOPES, M. H. T. “The Portuguese Archaeological Mission: The Apries Palace project in Kôm Tumân (Memphis)”. *Hathor-studies of Egyptology*. nº 1, Lisboa: Instituto Oriental FCSH, 2012, pp. 137-151.
- LOPES, M. H. T. *Mênfis: o rosto de Apriés*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- LOPES, M. H. T.; FONSECA, S. “O Palácio de Apriés, Mênfis/Kôm Tumân”. *Novos Trabalhos de Egiptologia Ibérica, IV Congresso Ibérico de Egiptologia*. Lisboa: Instituto Oriental e Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 579-589.

- LOPES, M. H. T.; FONSECA, S. "The Apries Palace, Memphis/ Kôm Tuman: The First Portuguese Mission in Egypt". *JARCE* 47. Cairo: Arce Cairo Press, 2011, pp. 247 – 258
- PACHA, M. D. "Note sur les fouilles de Métrahyneh". *Annales du Service des Antiquités de l'Égypte* 5. Le Caire: IFAO, 1904, pp. 142-143.
- PETRIE, W. M. F. *Meydum and Memphis III*. London: School of Archaeology in Egypt, 1910.
- PETRIE, W.M.F. *The Palace of Apries. Memphis II*. London: School of Archaeology in Egypt, 1909.
- PETRIE, W. M. F. *Memphis I*. London: School of Archaeology in Egypt, 1908.
- SMITH, H. S.; JEFFREYS, D. G. "A Survey of Memphis, Egypt". *Antiquity* LX, 1986, pp. 88-95.
- TRIGGER, B. G.; KEMP, B.; O'CONNOR, D.; LLOYD, A. B. *Ancient Egypt. A Social History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- VILLING, A.; SCHLOTZHAUER, U. (ed.). *Naukratis: Greek Diversity in Egypt*. London: The British Museum, 2006.

Os sentidos da linguagem na epistolografia de Deir el Medina (1098-1070 a. C.): a contribuição de Jaroslav Cerny

Margaret Bakos¹

Considerações introdutórias

O presente artigo, produto de longos anos de pesquisa sobre o tema², constitui-se em uma breve síntese dos resultados que vêm sendo obtidos pelo *Grupo de Pesquisa Africanidades, ideologias e cotidiano*, para fins de apresentação, no evento **Língua e linguagem no Mundo Antigo**.

O objetivo maior do trabalho aqui apresentado é analisar o contexto de produção de uma carta em especial – aquela enviada pelo escriba Dhutmose a seu filho, Butehamun –, aqui exibida na íntegra e na escrita original, cujo conteúdo é ainda completamente

¹ Professora-adjunta aposentada do Departamento de História da UFRGS; pós-doutora em Egiptologia (University College London); doutora em História (USP); bolsista de Produtividade do CNPq. Bolsista da Fundação Araucária

² Desde o ano de 2008, vêm sido desenvolvidos os seguintes projetos de pesquisa sobre o Egito antigo, com Bolsa de Produtividade – CNPq: O egiptólogo Jaroslav Cerny: avanços teórico-metodológicos nos estudos sobre a Vila de Deir el Medina (Contribuições de Jaroslav Cerny (1898-1970) para o conhecimento da história de Deir el Medina Correspondências de Deir el Medina: a vida cotidiana no tempo de Dhutmose (+- 1085-1070 a.C.) (2010- atua); História da Egiptomania no Brasil – séculos XIX, XX e XXI (2008-2010); Africanidades, ideologias e cotidiano (2009-2012). **Membros participantes:** Adriano Fagherazzi (Bolsa BPA 2011-2012, renovada para 2014 – PUCRS), Anny Aldrey da Silva Konrath (Bolsa PIBIC/CNPq, 09/2011 a 09/2013 – PUCRS), Waldemar Dalenogare Neto (Bolsa Fapergs, 08/2011 a 08/2012 – PUCRS).

desconhecido do público interessado no Brasil. A realização desta análise só foi possível pelo conhecimento anterior de que se dispunha da história familiar de Dhutmose, por ele mesmo registrada em uma ostraca³ autobiográfica.

Mas, é preciso ressaltar, muitos outros artigos sobre o tema têm sido publicados no Brasil no âmbito da investigação realizada por este grupo de pesquisa, dentre os quais se destacam:

- (1) **Vivendo para a escrita: a formação do escriba na terra dos faraós**, de autoria de Adriano Fagherazzi, que apresenta uma interessante reflexão sobre as semelhanças entre os autores de epígrafes modernos e os escritos dos antigos escribas, todos eles considerados como agentes da comunicação, ou seja, como seres que se utilizam do *‘poder sobrenatural da escrita’*, para *‘nos fazer repensar nossas verdades e modos de ver o mundo: um poder tão grande que nem o tempo é capaz de apagar’*.
- (2) **Uma família de escribas**, de autoria de Anny Aldrey da Silva Conrad, que confere destaque à história do emissor das cartas de Deir el Medina, o escriba Dhutmose, autor dessas correspondências tão preciosas pelos relatos que contêm sobre o cotidiano dos escribas e sobre a função do pai de família, com ênfase no relevante papel desempenhado pelo egiptólogo theco Jaroslav Cerny (1898-1970) na localização dessas cartas, bem como nas possibilidades de sua transliteração para o português pelo nosso grupo de estudos.

Dhutmose, o escriba da tumba, morava e trabalhava em uma vila do Alto Egito conhecida como Deir el Medina, cujo nome, em

³ Ostraca é uma palavra de origem grega que significa fragmento de cerâmica usado como suporte da escrita na antiguidade.

árabe, significa *O mosteiro da vila*.⁴ Nesse local, habitavam os trabalhadores encarregados da decoração dos templos e tumbas dos faraós, de seus familiares e da nobreza egípcia em geral, a partir da XVIII dinastia (1550-1307 a.C) e ao longo das XIX e XX dinastias, até o início do chamado 3º período intermediário (1070-650 a.C).

Com a morte de Ramsés III, que determinou o final da XX dinastia, fase conhecida como Renascença, a área tebana tornou-se o palco de disputas de poder entre os vizinhos do Egito, os líbios e os núbios, que, posteriormente, iriam fundar, respectivamente, as XXII e a XXV dinastias. A tensão dos embates levou os egípcios a abandonarem Tebas e a corte a retornar ao Baixo Egito, com a criação da XXI dinastia. Nesse período, a vila de Deir el Medina foi desocupada pelos trabalhadores que se refugiaram, até o final da XX dinastia, no monumental templo funerário de Ramsés III, Medinet Habu (DEMARÉE; EGBERTS, 1992).

Dhutmose viveu nesse período final de atuação da cidade, quando os escribas eram mandados a viajar para as áreas de fronteira do Egito com a Núbia, arriscando a vida pela ação militar e sofrendo privações de toda espécie, além de saudades da família. A carta objeto deste artigo trata exatamente dessa sua experiência pessoal.

Correspondência como documentos históricos

Uma certa parcela da historiografia costuma afirmar que, no Antigo Egito, o homem pensava e atuava como um exemplar da sua espécie, sem firmar sua própria identidade, de modo a se destacar dos demais no mundo: ele era guiado sempre pela tradição, ainda que sua obra tendesse a alterá-la (MEYER, 1955, p. 178). Essa visão,

⁴ Deir el Medina era uma vila situada no Alto Egito, em um pequeno e estreito vale, à margem esquerda do Nilo, em frente à cidade de Tebas, essa desenvolvida à margem direita do rio. Ocupava a área compreendida entre dois santuários, Karnak, ao norte, e Luxor, ao sul, distantes um do outro aproximadamente 4 km, havendo permanecido com essa configuração por cerca de 450 anos, o que abarca o período da XIX e da XX dinastia. A vila viveu sua fase de maior prosperidade no decorrer da XIX dinastia.

a partir do final do séc. XX, vem-se modificando com a adoção de posturas críticas por parte de egiptólogos: esses pesquisadores, até então dedicados exclusivamente ao exame das fontes tradicionais da história egípcia, motivados principalmente pelo encontro e decifração de novos *corpi* documentais, tais como as ostracas de Deir el Medina, começaram a vislumbrar a possibilidade de analisar essas escritas como testemunhas do modo de vida público e privado dos antigos egípcios.

Como informa Jac Janssen (1922-2011), Jaroslav Cerny, egiptologista tcheco (1898-1970), é o responsável pela criação do termo ostracologia (JENSSEN, 1997, p. ix) a partir da descoberta de um grafite “*feito com a ponta de um chisel sobre uma rocha nas montanhas de Tebas, que ele traduziu*” (CERNY, 1973, p. 339), que continha a genealogia Dhutmose, registrada pessoalmente por ele.

Jac Janssen, depois de Cerny, foi um dos primeiros egiptólogos a incluir essas lascas de pedra ou cerâmicas, encontradas na vila de Deir el Medina, na categoria de fontes básicas da história egípcia⁵.

Em colóquio intitulado *Acontecimento, narrativas e história oficial do Antigo Egito*, ocorrido em Paris, em 2002, Pierre Grandet, fundado no pressuposto de que tais relatos autobiográficos se configurariam como as matrizes de uma historiografia egípcia, produzida desde a IV dinastia (GRANDET, 2002, p. 187), propôs aos participantes uma reflexão mais detalhada sobre essas *escritas de si* realizadas por indivíduos.

Em 2005, Christophe Barbotin (Museu do Louvre) destacou o fato de que o Egito Antigo sempre chegou ao conhecimento de todos, apresentado por uma aristocracia de funcionários, cujo poder e prestígio se sustentavam exatamente no domínio da escrita em um território de camponeses. Barbotin acredita que esse olhar dos antigos sobre o seu povo seja atualmente questionável. O egiptólogo francês reclassificou os escritos antigos em cinco categorias: textos

⁵ Ele é autor do clássico *Gleanings from Deir el Medina*, Egyptologische Uitgaven¹, Leiden, 1982 e, juntamente com Rosalind Janssen, publicou obras clássicas sobre temas inusitados do cotidiano do Egito antigo, tais como *Growing up in ancient Egypt*. London: The Rubicon Press, 1990.

memoriais, culturais, viáticos, documentários e literários, salientando que os primeiros estabelecem um diálogo permanente com o futuro, porque demandam aos receptores a leitura de suas mensagens. Por essa razão, tais textos auxiliam, na atualidade, a uma melhor compreensão do cotidiano, da propriamente dita dessas pessoas; informam sobre fatos administrativos e aspectos peculiares da organização social no Egito Antigo. Assim, em alguns casos de revisão historiográfica, destaca Barbotin, as autobiografias aparecem como fontes históricas relevantes e mesmo decisivas para o estabelecimento de novos questionamentos sobre o passado egípcio.

Adotando esse pensamento, o presente artigo busca entender o contexto genealógico da ostraca que contém os nomes dos familiares do escriba Dhutmose, e o conteúdo de suas cartas. Como se verá, a carta em análise fornece, para além das indicações sobre a forma de vida da família de Dhutmose na vila, indícios sobre as características das atividades militares no local. O documento representa ainda uma espécie de *lembança*⁶, o que, aliás, é o atributo caracterizador de todas *escritas de si* daquele tempo: elas falam de uma memória comum como fundamento da formação de uma memória coletiva⁷, eis que, no mundo semítico, a palavra, escrita ou pronunciada, tem força de realidade, isto é, faz reviver os mortos.

Acredita-se, assim, poder afirmar, com base nas reflexões desenvolvidas por Ciro Flamarion Cardoso em seu texto *Monumento e memória no Antigo Egito*, que a carta de Dhutmose, embora

⁶ O souvenir, tel fut bien le souci premier de l'élite lettré de l'Egypte ancienne. Car dire Le nome d'une personne, le lire sur une Pierre, c'était lui redonner l'existence en fonction du principe fondamental dans l'ancien monde sémitique que le mot, écrit ou prononcé, a force de réalité: rendre le culte funéraire, c'était "faire vivre o nome (BARBOTIN, 2005, p. 72).

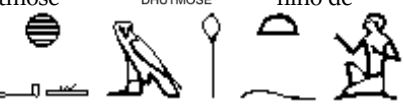
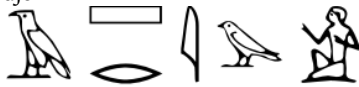
⁷ "(...) Não existe, *stricto sensu*, órgão ou mecanismo concreto algum que permita experimentar lembrança coletiva ou interindividualmente. Uma solução foi proposta em 1980, por dois pesquisadores, Yves Lequin e Jean Mettral, ao distinguirem três níveis: existe, em primeiro lugar, *uma memória individual* que opera no cotidiano; desta pode nascer, mediante recortes e adições, *uma memória comum*, que se manifesta na evocação que um grupo qualquer faça de seu passado; por fim, pode surgir ou não a *memória coletiva* (CARDOSO, cópia original cedida pelo autor).

fragmentada e breve, enuncia uma memória individual a partir do cotidiano de Deir el Medina, permitindo, com isso, inferências sobre as condições pessoais do escriba que traçou os rabiscos encontrados na ostraca.

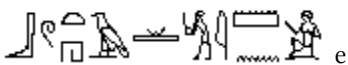
O fundamental desta escrita é justamente a constatação do registro da dimensão social dessa memória individual relatada pelo antigo escriba. Indubitavelmente, Dhutmose escreveu sua história familiar na pedra porque esse era seu ofício, mas também porque lhe aprazia registrar a memória coletiva de Deir El Medina sobre sua genealogia. Seus escritos celebram o cotidiano agreste, o deserto tórrido do Saara, a rememoração e o convívio social em família e na sua comunidade, como os textos (HALBWACHS, 1990) do passado histórico.

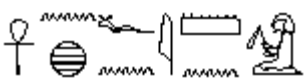
É importante lembrar que os símbolos hieroglíficos e a escrita hierática foram criados no início do terceiro milênio a. C. e continuaram sendo inventados e desenvolvidos até o IV século d.C., passando, de um número inicial de 600 sinais básicos, para mais de 6.000 caracteres atualmente conhecidos. Isto significa que, no período raméssida, os escribas ainda precisavam criar palavras novas para compor os seus textos, mesmo os não literários. Nesse sentido, as *escritas de si* são, em relação àquela época remota, fontes raras e indispensáveis para o conhecimento da formação de um vocabulário com ênfase na vida familiar e comunitária, porque todos os termos tinham um caráter original, proveniente de emoções pessoais.

Sem dúvida alguma, o desenvolvimento da egiptologia tem, na inscrição de Dhutmose, que data do ano 18, primeiro mês da estação do inverno, dia 18 de Ramsés XI (1098-1070 a. C.): uma contribuição fundamental. Salienta-se que o achado e o estudo dessas inscrições estão dentre os feitos mais importantes realizados por Cerny, as quais nos fornecem as informações que seguem:

- (1) O escriba Dhutmose  DHUTMOSE filho de
- (2) O escriba Kha'emhedje  filho
- do escriba rei Harshire  HARSHIRE filho de
- (3) O escriba Amennakhte 

A partir desses dados, Jaroslav Cerny (1889-1970) obteve uma sequência ininterrupta de seis escribas, pois o filho e o neto de Dhutmose também se tornaram escribas reais, denominados respectivamente como:

Butehamun  e

Ankhefenamun 

Yaroslav Cerny também descobriu que Amenenakhte, colocado por Dhutmose como o cabeça de seus ancestrais, era filho de um patriarca da vila

 IPUY

A data da indicação de Amennakhte como escriba marca o início do reinado de Ramsés III (1194-1163 a.C.). Com um nome bastante comum, ele sempre é referido, na correspondência, como Amennakhte, filho de Ipu, o escriba (CERNY, 1973, p. 342).

Amennakhe teve nove filhos. Todos foram, em várias ocasiões, designados como escribas, mas somente um se tornou o *escriba da tumba*, o sucessor do pai: chamava-se Harshire e era, provavelmente, o mais velho de todos os irmãos.

O neto de Harshire, também *escriba da tumba*, Dhutmose, devido à sua preocupação em registrar o nome de seus ancestrais na ostraca, legou contribuições valiosas para o conhecimento da história de Deir el Medina, ao configurar, por exemplo, as formas de transmissão de ofícios, ou demonstrar sua preocupação com o bem estar de seus familiares, o que fica atestado em correspondências por ele enviadas a amigos e companheiros de trabalho sempre que se ausentava da vila: elas, agora, prestam prestimosas informações sobre as condições e o modo de vida daquela comunidade.

Essas cartas, grafadas em língua neo-egípcia, desenvolvida durante o Novo Império, possibilitaram com que Cerny pudesse organizar um dicionário de neoegípcio e uma gramática específica dessa escrita. Ele realizou um trabalho extraordinário de transcrição dessa correspondência, havendo publicado os resultados de seus estudos em um volume portentoso, utilizado pelos interessados nessa área de conhecimento. Em 1990, o egiptólogo norte-americano Edward Wente publicou um livro, contendo a tradução dessas epístolas para a língua inglesa.

Em setembro de 2011, Waldemar Dalegonare, bolsista de iniciação científica do projeto **Correspondências de Deir el Medina: a vida cotidiana no tempo de Dhutmose (+- 1085-1070 a.C.)** e falante nativo de língua inglesa, tomou a iniciativa de escrever ao prof. Edward Wente, da Universidade de Chicago, solicitando informações sobre o material por ele publicado. O referido bolsista, que foi agraciado em 2011 com carta de louvor pela apresentação deste projeto no Salão de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, recebeu, então, para júbilo de todos os participantes do grupo de pesquisa, uma carta resposta de Edward Wente, referindo-se de forma elogiosa e qualificadora à investigação desenvolvida pelo grupo.

Nessa correspondência, em síntese, o prof. Wente cumprimenta a equipe da pesquisa aqui representada pela iniciativa original de transliteração para o português dessas cartas, cuja tradução para o inglês se constituiu no seu projeto de vida, devido à riqueza de informações que acrescentava à recuperação da história de Deir el Medina e do Egito Antigo. O ilustre professor recomendou, na ocasião, a utilização de um texto por ele produzido sobre a língua neogípcia e a adoção de dicionários diferenciados daqueles até então usados pelo grupo.

O projeto incentivado por Edward Wente recebeu, na ocasião, seu texto e livros que auxiliaram na decifração e transliteração de inúmeras cartas, sendo uma delas a publicada, pela primeira vez, neste artigo⁸.

Divulga-se, assim, na sequência, um dos documentos, dentre os cerca de 6 mil, praticamente intactos, encontrados em um poço, ao lado da muralha que cercava a cidade, possivelmente cavado pelos moradores, quando dali fugiram. Ele foi publicado no original por Yaroslav Cerny e traduzido para o inglês por Edward Wente,

⁸ This is one of several letters we translated from the neoegyptian into portuguese. It is important to inform that we cited it with the translation made by Edward Wente and published in his book *Letters from Ancient Egypt*. One member of my group of study that is a native English speaking wrote to the author of the book and obtained valuable literature and also the Nice letter we are showing to you

Dear ...

I was excited when I first read your e-mail.

I am glad because I remember when I started doing this kind of research with my students in mid 50's early 60's. Great way!

The most important thing is that you're picking one of my favorite scribes of em'all. Dhutmose is a way to go, Mr. Neto.

Well, I'm sending (check annex, thanks to my dear friend Michael) to you one of my studies regarding Dhutmose. I wrote this in 1962, if I'm not wrong.

Let me remind you one thing: Despite the fact that the factual analysis of the letters of Dhutmose is/could be very hard, I think that your project is great. No one ever made a decent study about those letters. I always wanted to do that, but UC never backed me on this.

Regarding my approval, it's not with me that you have to deal, it's with the publisher.

All the best!

E.W

sendo transliterado e traduzido novamente, desta feita, para português dos hieróglifos e do inglês pelo grupo de pesquisa que aqui se representa.

Carta de Dhutmose ao seu filho Butehamun (W295 C1)

*sS DHwty-ms n pA xr aA Sps aA-n-ist
bAk(-n-)mwt*

O escriba da grande e nobre necrópole Dhutmose [para] o
superintendente Bak[en]mut,

*aA-n-ist imn-Htp Hm-nTr imn-...] sAw
qA-d-ra*

o superintendente Amenhotep, o servo do deus Amen[...], o
guardião Kadere,

*pntAwmtt pAby Hr-imn-pnf
pA-xA-rw*

Pentaumte, Paby, Heramenpenaf, Pakhor,

*nA rmTw-ist n pA xr r-Drw tw.i
Dd n Hr HrySf*

[e] todos os trabalhadores da necrópole. Eu peço para Arsaphes,

*nb nn-nswt DHwty nb xmnw nTr nb nTrt
nb nty tw.i sn*

Senhor de Heracleópolis, Thoth, Senhor de Hermópolis, todos os
deuses [e] todas as deusas [por] quem eu passar

r imi nttn anx wDA snb aHaw kA iAwt aAt
nfrt imi nttn

para dar-vos vida, prosperidade, saúde, um tempo de vida longo, e
 uma boa velhice, [e] para que vós sejais

Hsi m-bAH nTrw rmTw xr a.Tn xr
a n nAy.Tn

favorecidos na presença dos deuses e dos homens. Como vós estais?
 Como estão as vossas

rmTw yA tw.i anx.k m pA hrw m-dwAt
Hr aw pA nTr

peçoas? De fato eu estou vivo hoje; amanhã está nas mãos do deus.

ink pA nty ib r ptr.Tn r sDm
a.Tn m-mnt iA-ix

Eu sou aquele que deseja ver-vos e ouvir sobre vossa condição
 diariamente. Qual é o sentido de

tw.i imi-in.tw n.Tn pA Hmn n Sat iw
bwpwy.Tn

eu enviar para vós muitas cartas enquanto vós não

imi-in.tw wa iri.i ix r.Tn ir iri.i HH
n btA bw

enviastes uma [sequer]? O que eu fiz para vós? Se eu cometi inúmeros erros, não

iri.i wa nfr imi smx xr ink pAy.Th
nfr bn ink

pode uma boa ação fazer com que sejam esquecidos? Pois eu sou bom para os vossos; eu não sou

pAy.Th bin iwnA ix Dd.Th n imn
nswt tAwy mr-sgr

mau para os vossos, absolutamente. Por favor, clamai a Amon dos Tronos das Duas Terras [e] a Mereseger

ini.i iw.i anx.k yar nAmaxAy mtw.Th
imi Hr.Th n

[para que] me tragam de volta vivo dos confins de Namekhay [e] dai vossa atenção a

bwth-imn Sdm-dwA nAy.st aDdw-Sriw
nA rmTw nty

Butehamon, Shedemdua, suas crianças, [e] as pessoas que [estão]

m sxtw r tmi dit thA st ky ky
Dd n anx nw niwt

nos campos para impedir outro de fazer o mal a eles. Outro comunicado para as cidadãs

tAnDm nAnA HnwtaA iry-mwt Ast
bAkt-mwt krwi-nfr

Tanedjeme, Nene Henutaa, Irymut, Isis, Baketmut, Kerinefer,

tAnDm tA-sprt pA rmT n xt nA
rmTw r-Drw

Tanedjeme, Tasepa, o homem do barco, [e] todas as pessoas:

ix Dd.Tn n imn ini.i yA wn mr.k m-di
pH.i m xt xr bn

por favor, clamai a Amon [para que] me traga de volta, pois estou doente desde que cheguei ao norte e não

tw.i m pAy.i sxr iwnA tm di
HAty.Tn m xt

estou em minha condição [normal]. Não coloqueis vossos corações em mais alguma coisa.

wnn tAy Sat spr.Tn iw.i Sm r pA
wbA n imn nswt tAwy

Assim que minha carta chegar até vós, deveis ir ao santuário de Amon dos Tronos das Duas Terras,

iTA nA aDdw-Sriw irm.Tn
mtw.Tn

levando as crianças junto convosco [e]

swnwn n.f mtw.Th Dd n.f Sdi.i

persuadi-lo e dizer-lhe [para] me manter seguro.

Endereçamento:

sS TArY n pA xr n sS bwth-immn
n pA xr

O escriba da necrópole Tjaroy para o escriba da necrópole Butehamon.

Como já se havia ressaltado, esta carta, escrita no final da XXI dinastia, está recheada de reflexões pessoais de Dhutmose, algumas delas com um surpreendente tom filosófico. A mais importante delas é a que expressa a aflição de Dhutmoses, no sentido de que sua mulher e filhos sejam atendidos em suas necessidades materiais. Ele, pensando que sua vida corre perigo, registra a tocante frase: “*De fato eu estou vivo hoje; amanhã está nas mãos do deus*”. Esta passagem comprova a visão teórica de Ciro Flamarion Cardoso sobre como a memória individual que pode ser buscada nesses textos egípcios, muito embora seus enunciados sejam fragmentados e breves.

Dhutmose também surpreende quando pede para ser julgado e lembrado pelas coisas boas que fez, quando se queixa do sofrimento por estar velho e doente, quando solicita que suas cartas sejam respondidas, quando suplica ao filho que motive a todos a pedirem por sua vida e saúde a Amon dos Tronos das Duas Terras, fazendo oferendas no Templo da Vila.

Apontamentos finais

Como se viu, as práticas de *escrita de si*, que constituem hoje um poderoso gênero próprio – a epistolografia –, datam de priscas

eras. Elas podem evidenciar, com muita clareza, como uma trajetória individual obedece a um percurso que se altera ao longo do tempo. Elas também mostram como o período de tempo de vida de uma pessoa pode ser ‘decomposto’ em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho. Dhutmose bem instalado na Vila de Deir el Medina, rodeado por seus familiares, aquele exercendo o posto de escriba do exército, longe de todos os seus entes queridos, escrevendo sobre sua família, há, sem dúvida, uma mudança de tom, configurado pelo *desespero* que só uma *escrita de si*, destinada a um remetente de sangue e de confiança em tempos tão distantes, possibilita recuperar.

À guisa de conclusão, utiliza-se a fórmula mais comum e encontrada nas correspondências do Egito Antigo, empregada por esses egípcios, normalmente, para iniciar o contato com o receptor, mas que aqui se preferiu deixar para o final, como votos auspiciosos aos leitores: **vida, prosperidade e saúde!**

Referências

- BAKOS, M.M. *Fatos e mitos do antigo Egito*. 3. ed. Porto Alegre: Edipuc, 2014.
- BARBOTIN. BARBOTIN, C. *La voix des hiéroglyphes*. Paris: Institute Khéops, 2006.
- BIERBRIER, M.J. *Who was who in Egyptology*. London: Egypt Exploration Society, 1995.
- CARDOSO, C. Etnia, nação e antiguidade: um debate. Fronteiras e etnicidade no mundo antigo. *Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos*. Pelotas, 15 a 19 de setembro, 2003, p. 87-105.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Síntese da gramática do neoegeípcio* (Notas de Aula, UFF), 2011.
- CERNY, Jaroslav. *A community of workmen at Thebes in the Ramesside period*. Cairo: Institut Français d’Archeology Orientale du Caire, 1973.

DEMARÉE, R.J. ; EGBERTS. *Village voices*. Leiden: Centres of Non-Western Studies Leiden University, 1992.

DESSOUDEIX, Michel. *Lettres égyptiennes*. Normandie: Normandie Roto, 2010.

FALLOT, Jean. *La pensée de L'Egypt antique*. Paris: Publisud, 1992.

HARING, B. *In life, prosperity, health!:* introductory formulae in letters from the Theban necropolis. In: KESSLER, R.; SCHULZ, M.; ULLMANN, A.; VERBOVSEK, WIMMER, S. ed. *Texte - Theben - Tonfragmente. Festschrift für Günter Burkard* (Ägypten und Altes Testament 76). Wiesbaden: 2009, p. 180-191.

JANSEN, J. Village Varia. *Ten studies on the History and administration of Deir el Medina*. Leiden: Nederlands Instituut Voor Nabije Oosten, 1997.

KELLER, Cathleen. *The painters of Deir el-Medina in the Ramesside period* (Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy). Berkeley: University of California, 1971.

KEES, H. *Ancient Egypt*. Chicago/London: The University of Chicago, 1961.

LESKO, Leonard; LESKO, Barbara S. *A dictionary of late Egyptian*. Berkeley: B. C. Scribe, 1982-1990.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

MEYER, Eduard. *El historiador y la historia antigua*. México: Fondo de Cultura Economica, 1955.

MONICA, Madeleine della. *La classe ouvrière sous les pharaons: étude du village de Deir el Medineh*. Paris: Librairie D'Amerique et D'Orient, 1973.

REDFORD, Donald. The historiography of ancient Egypt. In: WEEKS, Kent. *Egyptology and the social sciences*. Cairo: The American University in Cairo, 1979. p. 19.

SUBARA, Circe. *Deir el Medina: el pueblo sin nombre*. Disponível em: <http://www.egypt-circe.com/article-deir-el-medina-el-pueblo-sin-nombre-80128395.html>. Acessado em: 16 out 2012.

TOSI; ROCCATI, A. *Stele e altre epigrafi di Deir el Medina*. Torino: D'Arte Fratelli Pozzo, 1972.

VALBELLE, D. *Les ouvriers de la tombe: Deir el-Medina à l'époque ramesside*. Cairo: Institut Français D'Archéologie orientale de Caire, 1985.

WENTE, Edward. *Letters from ancient Egypt*. Atlanta: Scholars Press, 1990.

WILKINSON, Richard. *Understanding hieroglyphs*. London: Michael O'Mara, 1993.

ZIEGLER, C. *Os artesões dos faraós*. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 2012.

A literatura no Egito Antigo: o conto dos dois irmãos

Cintia Prates Facuri¹

A civilização egípcia é sem dúvida aquela que deixou o maior número de testemunhos escritos, permitindo que hoje pudéssemos ter uma melhor compreensão de sua história e de seu pensamento. A existência de uma rica literatura faraônica foi revelada com a decifração dos hieróglifos por J. F. Champollion, em 1822, conhecido hoje como o “pai da egiptologia”. Seu feito fez com que o Egito saísse do obscurantismo, permitindo que seu passado ganhasse voz e significado.

Podemos afirmar que a literatura egípcia é fruto de sua época. Nas primeiras dinastias, desenvolveu-se o mais antigo texto funerário religioso, o *Texto das Pirâmides*. Formado por um grande número de fórmulas, compreende elementos da época da formação do pensamento religioso egípcio transmitidos oralmente e aqui registrados em escrita nas paredes das tumbas dos faraós daquela época.

A crise econômica e política que acomete o fim do Antigo Império, estendendo-se ao Primeiro Período Intermediário e início do Médio Império, produziu uma literatura que reflete este

¹ Mestra em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ. Membro do Seshat – Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional (UFRJ) e do GEKemet – Grupo de Estudos Kemet – História e Arqueologia do Egito Antigo (UFF). Participou das escavações do complexo funerário de Neferhotep, el-Khokha, Luxor, Egito (2014).

momento, sendo interpretada como uma escrita política. O Médio Império é considerado a época da afirmação da literatura egípcia, mostrando a importância que era dada à eloquência e ao saber falar bem. O gênero narrativo atinge seu ápice com o *Conto de Sinuhe*, aventura ambientada em terras estrangeiras e que possui o maior número de cópias que se tem conhecimento. No Novo Império, outra narrativa que se passa também em terras estrangeiras é o *Conto dos Dois Irmãos*, que será apresentado mais à frente.

Já a literatura demótica compreende quase um milênio, entre VII a.C. e V d.C., quando os egípcios passaram a utilizar a escrita demótica² ao invés do hieróglifo³ e hierático⁴. Tal escrita foi a base para a decifração dos hieróglifos por Champollion, uma vez que o texto presente na Pedra de Rosetta estava escrito em hieróglifo, demótico e grego. Existe uma vasta literatura em demótico, refletindo o desenvolvimento que a língua egípcia atingiu ao longo dos anos.

De acordo com Loprieno (1996, p.43), um texto egípcio pode ser considerado literário quando estão combinadas três características: ficcionalidade, intertextualidade e recepção.

A ficcionalidade é o acordo implícito entre autor e leitor, onde fica estabelecido que o mundo apresentado no texto não coincide com a realidade. Textos egípcios de ficção podem suscitar um sentido denotativo ou conotativo e podem estar direcionados a mais de uma esfera contextual.

A intertextualidade mostra que um texto não é uma obra encerrada em si mesmo, mas dialoga com um universo de textos.

² Demótico: do grego “(escrita) popular”, é uma escrita cursiva derivada do hierático, sendo escrita apenas na horizontal e da direita para a esquerda. Passou a ser usada em textos literários e religiosos após o Período Ptolomaico (c. 304 a.C.).

³ Hieróglifos: do grego “letras sagradas esculpidas”, abrange um conjunto de sinais (fonogramas, ideogramas e determinativos) que compunham a escrita egípcia. Sua utilização se estendeu desde o final do Período Pré-dinástico (c. 3100 a.C.) até 394 d.C. Com o surgimento de suas versões cursivas (hierático e demótico) restringiu-se a contextos religiosos e monumentais.

⁴ Hierático: do grego “escrita sacerdotal”, é uma escrita cursiva, com a simplificação dos sinais hieroglíficos. Era utilizada para escrever sobre papiro ou óstraco com pincel e tinta. Foi utilizada desde c. 3000 a.C. paralelamente à escrita monumental hieroglífica e substituída por volta de 800 a.C. pelo demótico.

Acredita-se que a maioria dos textos egípcios tenham uma relação intertextual, uma vez que eles foram uma rede dinâmica de manuscritos, que provavelmente não são criações originais de seus autores. Estes textos se tornam acessíveis ao longo do tempo e passam a figurar fora de seu quadro contextual.

Existem três períodos na história egípcia que apresentam diálogo intertextual:

- Antigo Império, formado por um grande número de mitos (c. 2686-2613 a.C.);
- Médio Império, marcado por sua literatura canônica (c. 2040-1782 a.C.);
- Época Ramessida, marcada pelo diálogo entre “baixa” e “alta” literatura (c. 1290-1069 a.C.);

Já a recepção mostra a existência de um público leitor dentro da história cultural egípcia. Se um texto está documentado em inúmeras cópias ou se este está presente em outras composições, é provável que pertença à esfera literária. No entanto, existem alguns textos inquestionavelmente literários que foram transmitidos através de apenas um exemplar.

Muito se discute sobre a divisão dos gêneros literários egípcios. O que podemos afirmar é que existem basicamente cinco grandes gêneros literários egípcios⁵: 1) Narrativa: estes textos apresentam uma quebra na realidade por meio de eventos extraordinários, como no *Conto dos Dois Irmãos*; 2) Drama: alguns textos egípcios provavelmente eram encenados, pois apresentam indicações cênicas; 3) Literatura Reflexiva ou Crítica: compreendendo textos como profecias e lamentações; 4) Literatura Gnômica: de caráter didático, esta categoria compreende as máximas ou ensinamentos; 5) Lírica: incluindo as poesias amorosas, cantos de harpista, hinos e encômios régios.

⁵ Divisão retirada de Araújo (2000) ; Lichtheim (2006) e Simpson (2003).

Ao longo da história egípcia, alguns gêneros literários parecem ter sido mais característicos ou mais frequentes de uma época específica. Vemos um grande número de contos datados do Médio Império, já a lírica amorosa foi amplamente difundida no Novo Império.

Os textos egípcios são encontrados mais frequentemente em rolos de papiro, porém, este é o mais nobre e também o mais custoso suporte de escrita. Além deste, os egípcios utilizavam também tábuas de escrita, tabletes de madeira, óstracos, paredes de tumbas, couro, tecido, entre outros.

Analisando os textos egípcios, podemos observar que havia uma organização interna, com: numeração de páginas; indicação de capítulos; pontuação com a utilização de sinais hieroglíficos; realces ou destaques gráfico de palavras; correção de omissões e erratas; apresentação de títulos nos textos; encerramento de texto com um colofão. Além disso, alguns livros apresentam ilustrações que complementam o texto, como, por exemplo, no *Livro dos Mortos*.

Ainda pouco conhecida, a literatura egípcia antiga tem-se mostrado extremamente heterogênea. Dentre os escritos estudados, surgiu uma série de narrativas que poderia inquestionavelmente ser classificada como literatura no sentido que temos hoje. No entanto, ainda existem muitas questões a respeito da forma como estas narrativas eram transmitidas, para quem eram destinadas, se eram transmitidas oralmente e posteriormente registradas em escrita, entre outras questões que permanecem sem resposta. Podemos afirmar que nem tudo já foi dito a respeito da literatura egípcia antiga, uma vez que existe grande quantidade de papiros e de óstracos nos acervos dos museus que ainda não foi estudada.

Figurando entre os textos literários egípcios mais conhecidos e mais discutidos, podendo ser considerado o mais antigo dos contos

egípcios, a seguir será apresentada a tradução do Conto dos Dois Irmãos⁶.

Papiro d'Orbiney (Papiro Museu Britânico 10183)

O Conto dos Dois Irmãos está preservado em um único manuscrito, o Papiro d'Orbiney, hoje no Museu Britânico, identificado como Papiro Museu Britânico 10183. Escrito pelo escriba Ennena, no reinado do faraó Merneptah (Final da XIX Dinastia, c. 1224-1214 a.C). Escrito em hierático, é lido da esquerda para a direita. O papiro possui dezenove páginas, sendo sete de nove linhas e doze de dez linhas. As cinco primeiras páginas estão muito danificadas, mas o conto preserva-se inteiro.

Os dois personagens centrais da narrativa são Anúbis (o irmão mais velho) e Bata (o irmão mais novo), que, de acordo com alguns autores, estariam relacionados a um mito tradicional do décimo sétimo nomo do Alto Egito. Tal mito está preservado em uma versão tardia no Papiro Jumilhac. Anúbis, representado usualmente com o corpo de homem e cabeça de chacal ou como um chacal, era o deus da mumificação e dos embalsamadores. Bata, que significa “alma do país”, é um deus local da cidade de Saka, localizado no nomo de Cinópolis, no Alto Egito, cultuado durante o Novo Império juntamente a Anúbis, o deus local.

De acordo com Lefebvre (1988), o conto possui muitos elementos da literatura fantásticas, tais como: animais que falam, deuses que intervêm na rotina dos seres humanos, profecia do personagem, nomes divinos de Anúbis e Bata. Além disso, a magia é um elemento predominante na segunda parte do conto, aparecendo em uma série de prodígios, encantamentos e metamorfoses.

⁶ Tradução baseada em: Araújo (2000); Bresciani (2007); Grandet (2005); Hollis (1990); Lalouette (1987); Lefebvre (1988); Lichtheim (2006); Moldenke (1906); Parkinson (2002); Wente (2003).

Assmann (1977) afirma que há uma unidade estrutural do texto, sendo ele composto de três partes, cada qual dividida em oito capítulos, podendo ser visto da seguinte forma:

- 1ª parte: situação inicial e separação dos irmãos;
- 2ª parte: os acontecimentos no Vale dos Pinheiros e retorno de Bata ao Egito (dissolução dos laços);
- 3ª parte: os acontecimentos na corte do faraó até o desfecho da narrativa (retorno de Bata em formas transfiguradas e sua ascensão ao trono).

À primeira vista, a estrutura narrativa parece simples. A linguagem coloquial do texto nos leva a crer que o Conto dos Dois Irmãos seja fruto de uma tradição popular não literária, apesar de haver autores que acreditem que se destinava às elites egípcias. Hollis (1990, p. 168-169) argumenta ser possível que tal narrativa seja uma resposta aos problemas que a família real vinha passando devido à sucessão do trono. A autora afirma ainda que alguns elementos presentes na narrativa nos leva a crer que o conto fosse destinado a uma audiência sofisticada, negando a tese de que fosse uma composição proveniente da tradição oral.

O Conto dos Dois Irmãos

Conta-se que havia dois irmãos, filhos do mesmo pai e da mesma mãe. Anúbis era o nome do mais velho e Bata o nome do mais novo. Anúbis tinha uma casa e uma esposa e seu irmão mais novo morava com ele como se fosse seu próprio filho. Era ele, o mais novo, quem confeccionava as roupas e tomava conta de seu gado no campo. Ele arava, colhia e fazia todo o trabalho no campo para seu irmão. O irmão mais novo era um homem muito vigoroso e não havia ninguém como ele em todo o país, a força de um deus estava nele.

Passados muitos dias⁷, o irmão mais novo cuidava do gado, como fazia todos os dias, voltava para casa ao anoitecer, trazendo todo o tipo de vegetais do campo, leite, lenha e todas as boas coisas e os colocava diante de seu irmão, que ficava sentado com sua esposa. Então ele bebia, comia e saía para dormir no estábulo junto com o gado. Quando amanhecia e outro dia surgia, trazia comida, cozinhava e colocava diante de seu irmão mais velho. Então pegava pão para levar ao campo e conduzia o gado para pastar. Enquanto ele andava atrás das vacas elas diziam:

- A grama de tal lugar é boa.

Como ele as ouvia, conduzindo aos lugares onde havia a melhor grama e era de seu agrado, os animais foram se tornando cada vez mais vistosos, se multiplicando.

Quando a estação da lavra⁸ chegou, seu irmão mais velho lhe disse:

- Prepare uma junta de bois para ararmos, pois a terra emergiu após a inundação e está boa para ser arada. Além disso, traga ao campo as sementes para começarmos a arar amanhã.

Assim foi dito e o irmão mais novo fez tudo o que ele pediu. Quando amanheceu e outro dia surgiu, eles foram ao campo com as sementes, começaram a arar e seus corações se encheram de alegria com o trabalho.

Passados muitos dias, enquanto eles estavam no campo, precisaram de mais sementes. Então o irmão mais velho falou ao mais novo:

⁷ Esta fórmula aparece algumas vezes durante o conto e possui a intenção de marcar uma passagem de tempo ou simplesmente uma divisão de assunto no texto.

⁸ Estação da lavra corresponde ao período após a inundação, na estação da primavera, quando a terra estava fértil e boa para ser arada e para o plantio.

- Vá e traga mais sementes da vila.

Ele foi e encontrou a esposa de seu irmão sentada trançando os cabelos, então disse a ela:

- Levante-se e traga-me sementes para que eu possa voltar logo ao campo, meu irmão me espera. Não demores!

Mas ela respondeu.

- Vá, abra o celeiro e pegue você mesmo o que precisa. Não faça com que meu penteado fique pela metade.

Então o jovem foi até o celeiro e pegou uma enorme jarra para que pudesse colocar uma grande quantidade de sementes. Pegou trigo e cevada, colocou sobre seus ombros e saiu. Então a mulher lhe perguntou:

- Quanto pesa o que carrega sobre seus ombros?
- O peso de três sacos de cevada e dois de trigo, num total de cinco em meus ombros.
- Você é mesmo muito forte, vejo seu vigor todos os dias.

E desejou conhecê-lo como se conhece um homem. Ela se levantou, abraçou-o e disse:

- Venha, vamos desfrutar de uma hora de prazer. Eu lhe farei muitos favores e lhe confeccionarei belas roupas.

Mas o jovem ficou furioso como um leopardo por causa da proposta indigna e a mulher temeu sua reação. Ele então disse:

- Veja, você é como uma mãe para mim e seu marido é para mim como um pai, pois ele é meu irmão mais velho e quem me criou. O que significa essa grande infâmia que acabou de me propor? Nunca mais diga isso! Não contarei a ninguém, não deixarei que isso saia da minha boca a pessoa alguma!

Então ele pegou seu fardo, foi para o campo e chegando lá, continuou a trabalhar ao lado de seu irmão.

Quando a noite chegou, o irmão mais velho voltou para casa enquanto o mais novo cuidava do gado. Ele carregou nos ombros todas as coisas que eles haviam produzido no campo e conduziu o gado até o estábulo na vila. No entanto, a esposa do irmão mais velho estava com receio que ele tivesse contado tudo o que ela disse. Então se sujou com gordura e graxa, fingindo que tivesse sido agredida para que pudesse dizer ao seu marido: “foi seu irmão mais novo quem me bateu”.

Então seu marido voltou ao entardecer, como de costume. Quando ele entrou em casa, encontrou sua esposa caída no chão e parecendo estar doente. Ela não tinha buscado água para lavar as mãos de seu marido, como era de costume, nem acendeu o fogo para ele. A casa estava às escuras e ela deitada e vomitando. Então ele perguntou:

- Quem discutiu com você?
- Ninguém discutiu comigo a não ser seu irmão mais novo – ela respondeu -. Quando ele veio pegar as sementes me achou aqui sentada sozinha e então me disse: “Venha, vamos desfrutar de uma hora de prazer. Coloque a sua peruca.” Assim ele disse, mas eu não o atendi e assim respondi: “Eu não sou como uma mãe para você? E seu irmão não é como um pai para você?” Ele ficou com medo e me bateu para que eu não lhe contasse. Agora, se deixares que ele viva, eu me

matarei. Quando ele voltar, mate-o, pois estou sofrendo com esta proposta abominável que ele me fizera ontem⁹.

Então o irmão mais velho ficou furioso como um leopardo. Afiou sua lança, pegou-a em suas mãos e ficou atrás da porta do estábulo para matar seu irmão quando voltasse ao anoitecer trazendo o gado.

Quando o sol se pôs, o irmão mais novo carregou todo o tipo de vegetais do campo em seus ombros, como era seu costume. Quando a primeira vaca entrou no estábulo lhe disse:

- Cuidado! Seu irmão mais velho está atrás da porta com sua lança para mata-lo. Afaste-se dele!

Ele ouviu o que a primeira vaca disse. Quando a outra vaca entrou disse a mesma coisa. Ele olhou para baixo da porta do estábulo e viu os pés do seu irmão mais velho, que estava atrás da porta com sua lança na mão. Ele então colocou o saco no chão e correu para fugir e o irmão correu atrás dele.

Então o irmão mais novo invocou Rê-Horakht dizendo:

- Meu bom senhor, você é o único que julga o culpado do justo!

Rê ouviu todo seu apelo e fez abrir um grande curso d'água entre ele e seu irmão mais velho, cheio de crocodilos, de modo que um estaria em uma margem do rio e o outro na outra. O irmão mais velho golpeou duas vezes sua mão por não ter conseguido mata-lo. Então o mais novo o chamou de uma das margens e disse:

- Fique aqui até que amanheça. Quando o sol surgir serei julgado junto com você diante dele, e ele distinguirá o

⁹ O dia para os egípcios começava com o cair do sol, então, o período da manhã era considerado o dia anterior.

culpado do justo. Eu não viverei mais perto de você, não estarei mais no lugar aonde você estiver, irei para o Vale dos Pinheiros.

Quando amanheceu e se fez um novo dia, Rê-Horakht surgiu e os irmãos se olharam. Então o mais jovem disse ao mais velho:

- O que significa você vir atrás de mim para me matar por traição sem ter ouvido aquilo que minha boca poderia dizer? Eu ainda sou seu irmão mais novo, e você é como um pai para mim, e a sua mulher como uma mãe. Não é assim? Quando me mandou pegar as sementes, sua mulher me disse: “Venha, vamos desfrutar de uma hora de prazer”. Veja, então, ela te disse tudo ao contrário.

Em seguida, ele contou tudo o que havia acontecido e jurou por Rê-Horakht dizendo:

- Você veio me matar por traição, com a sua lança em mãos, instigado por uma desavergonhada.

Ele então pegou um junco afiado e cortou seu falo fora, jogou-o no rio e um peixe siluro o engoliu¹⁰. Com isso foi perdendo suas forças, enquanto o coração do seu irmão mais velho sofria muito, chorando por ele sem poder ir aonde ele estava por causa dos crocodilos.

Depois seu irmão mais novo o chamou, dizendo:

- Veja, você pensou uma coisa ruim, não pensou uma coisa boa ou nas coisas que faço para você! Volte para casa e cuide de seus animais, porque não estarei mais lá, irei para o Vale dos Pinheiros. O que você deverá fazer por mim é vir cuidar

¹⁰ Uma analogia ao mito de Osíris, que tem seu falo cortado, jogado no rio e engolido por um peixe.

de mim se souber que alguma coisa aconteceu, pois tirarei meu coração e o colocarei em cima da flor de pinho¹¹. Se o pinheiro for cortado, ele cairá no chão e você deverá pegá-lo. Se você tiver que passar sete anos o procurando, não deixe que seu coração se desencoraje. Quando o encontrar e colocá-lo em um vaso de água fresca, eu ressuscitarei e me vingarei daquele que (me) fez mal. Você saberá quando me acontecer algo quando se servir um copo de cerveja e ele transbordar. Não espere quando isto acontecer.

Então ele foi para o Vale dos Pinheiros, seu irmão mais velho voltou para casa com as mãos na cabeça e coberto de terra¹². Chegando em casa matou sua mulher, a jogou aos cães e sentou-se em luto por seu irmão mais novo.

Depois de muitos dias, o irmão mais novo estava no Vale dos Pinheiros sem alguém por perto, passava o dia caçando os animais do deserto. À noite, dormia debaixo do pinheiro onde estava a flor com seu coração.

Passados muitos dias construiu um castelo com suas próprias mãos, cheio de todas as coisas boas, desejando fundar um lar. Quando saiu de seu castelo, encontrou a Enéade¹³, que viajava para cuidar das tarefas de toda a terra. Então os deuses disseram a ele:

- Oh Bata, touro da Enéade, sabemos que está só, tendo deixado sua cidade por causa da mulher de Anúbis, seu irmão mais velho. Veja, ele matou a mulher e você foi vingado daquela que fez mal a você.

¹¹ Da flor do pinheiro nasce um fruto que tem o formato do coração humano.

¹² Sinal de luto.

¹³ Na mitologia egípcia, a Enéade é um grupo formado por nove deuses, representando as forças presentes no universo, sendo composto por: Atum, Shu, Tefnut, Geb, Nut, Osíris, Ísis, Seth e Neftis.

Eles tiveram muita piedade dele e Rê-Horakht disse a Khnum¹⁴:

- Faça uma mulher para Bata, para que ele não fique mais só.

Então Khnum lhe fez uma companheira; era bela de corpo mais que todas as mulheres de toda a terra, a semente de todos os deuses estava nela. Então as Sete Háthors¹⁵ vieram vê-la e disseram todas juntas:

- Morrerá com uma arma afiada.

Bata gostava muito dela, que ficava sentada em sua casa enquanto ele passava o dia caçando os animais do deserto. Ele os pegava e os colocava diante dela dizendo:

- Não saia para fora para que o deus do Mar¹⁶ não te pegue. Você não poderá se salvar, pois é apenas uma mulher¹⁷. Meu coração está sobre a flor do pinheiro e se alguém o encontrar deverei lutar contra ele. E Bata revelou todos os seus segredos a ela.

Passados muitos dias, ele foi caçar como fazia todos os dias e sua mulher saiu para passear debaixo do pinheiro que ficava próximo ao castelo. Mas que ela saiu o deus do Mar a viu e fez mover as águas em sua direção. Ela então saiu correndo para entrar em casa, mas o deus do Mar chamou o pinheiro dizendo:

¹⁴ Khnum era o deus que criava os seres humanos, moldando-os em seu torno.

¹⁵ As Sete Háthors eram as deusas que previam o destino dos recém-nascidos.

¹⁶ Personificação ou análogo ao deus fenício Yam.

¹⁷ No sentido de ser uma pessoa indefesa.

- Agarre-a para mim! – e o pinheiro pegou uma mexa de seu cabelo.

O deus do Mar então a levou para o Egito e a colocou no lugar onde ficavam as lavadeiras do faraó. O perfume da mexa de cabelo passou para as roupas do faraó, que disse às lavadeiras:

- Há um perfume nas roupas do faraó.

E se questionou sobre isso todos os dias, mas não sabia o que fazer.

Então o chefe das lavadeiras do faraó foi até o rio, seu coração estava muito intrigado com o que vinha acontecendo. Ele ficou parado sobre a areia seca e eis que se depara com a mexa de cabelo debaixo d'água. Fez com que descessem para a pegá-la e nela achou o perfume muito doce. Em seguida a levou para o faraó e chamou os escribas e sábios, que disseram:

- Esta mexa de cabelo pertence a uma filha de Rê-Horakht, onde estão as sementes de todos os deuses. É um presente para Sua Majestade vindo de outro país. Envie mensageiros a todos os países para procurá-la. Quanto ao mensageiro do Vale dos Pinheiros, faça com que ele vá com muitas pessoas para trazê-la.

Então disse Sua Majestade:

- É certo, muito certo isso que disse – e enviou os mensageiros.

Passados muitos dias, as pessoas enviadas aos países estrangeiros mandaram notícias ao faraó, exceto os que foram ao Vale dos Pinheiros. Bata os tinha matado, mas deixou um para que contasse à Sua Majestade. Então o faraó enviou mais pessoas e

soldados para trazê-la. Havia uma mulher entre eles, em cujas mãos foram colocados todos os tipos de belos ornamentos femininos.

Então eles conseguiram voltar para o Egito com a esposa de Bata, que era a mulher mais feliz em toda a terra. Sua Majestade a amou muito e a nomeou a Grande Favorita. Ela então contou ao faraó o segredo do seu marido e disse:

- Mande cortar o pinheiro e o destrua.

Ele então mandou pessoas com ferramentas de cobre para cortar o pinheiro. Quando acharam o pinheiro, cortaram a flor onde estava o coração de Bata e ele então caiu morto no mesmo instante.

Quando amanheceu e chegou um segundo dia, daquele que o pinheiro foi cortado, Anúbis entrou em sua casa e se sentou para lavar as mãos. Se serviu um copo de cerveja que transbordou, serviu um de vinho e este fermentou. Ele então pegou seu cajado, suas sandálias e suas roupas com seu armamento e começou a caminhar em direção ao Vale dos Pinheiros.

Chegando lá, entrou no castelo de seu irmão mais novo e o achou deitado na cama, morto. Chorou quando o viu naquele estado e foi procurar seu coração debaixo do pinheiro sobre o qual o irmão dormia. Passados três anos ele ainda não o tinha encontrado. No começo do quarto ano, seu coração desejou retornar ao Egito.

- Voltarei amanhã! – assim disse ao seu coração.

Quando amanheceu e chegou um segundo dia, se pôs a caminhar. Passou o dia procurando, só retornando à noite. Ele então encontrou uma semente, era o coração de seu irmão mais novo. Pegou um jarro d'água fresca e o colocou dentro, depois sentou-se, como fazia todos os dias.

Na madrugada o coração já tinha absorvido a água, Bata se mexeu e começou a enxergar seu irmão, enquanto seu coração ainda estava no jarro. Então Anúbis, pegou o jarro d'água fresca onde

estava o coração e o fez beber. O coração voltou ao seu lugar e ele ficou bem novamente. Então eles se abraçam, começaram a conversar e Bata lhe disse:

- Veja, me transformarei em um grande touro, de todas as belas cores¹⁸, mas de natureza desconhecida, e você ficará sentado em meu dorso até o amanhecer. Quando estivermos onde minha mulher está, me vingarei. Depois você me conduzirá ao faraó, pois ele te fará todas as boas coisas e te pagará o quanto valho em prata e ouro, por ter me levado a Ele. Me tornarei uma grande maravilha e ficarão feliz por minha causa. Depois você voltará à sua vila.

Quando amanheceu e chegou um segundo dia, Bata se transformou no que havia dito e então Anúbis se sentou em seu dorso até o amanhecer. Quando chegaram onde o faraó estava, foram anunciados. Ele o olhou e se alegrou instantaneamente, fazendo em sua honra um grande artifício, dizendo:

- Você é fruto de um grande prodígio.

Fez-se festa em todo o país e Ele pagou o quanto valia em prata e ouro ao irmão mais velho, que voltou à sua vila. Foram dados a ele muitos servos e bens, e o faraó lhe tinha muito apressado, mais que todos os homens da terra inteira.

Passados muitos dias, o touro entrou na cozinha e sentou perto da favorita, e lhe disse:

- Veja, eu ainda estou vivo!

E ela o perguntou:

¹⁸ Aqui ele se refere às marcas, manchas de cores diversas que distinguem os touros sagrados.

- Quem é você?

- Eu sou Bata. Sei que quando mandou o faraó destruir o pinheiro foi por minha causa, para que eu não vivesse. Mas, veja, ainda estou vivo, sou um touro.

Ela ficou com muito medo daquilo que ele disse e saiu da cozinha. Sua Majestade sentou-se para passar um dia feliz junto dela, que o deu de beber. Ele ficou muito contente com ela, que então o disse:

- Faça um juramento a deus dizendo: “Aquilo que a favorita disser eu escutarei para lhe agradecer” – e ele escutou tudo o que ela disse – Deixe-me comer o fígado deste touro, pois é um animal inútil.

O faraó ficou muito triste e seu coração teve compaixão por ele.

Quando amanheceu e um segundo dia surgiu, foi feita uma grande festa de oferenda como acompanhamento do sacrifício do touro. Foi enviado um primeiro açougueiro real para mata-lo, que assim o fez.

Quanto estava nos ombros dos servos, o açougueiro golpeou o pescoço do touro e fez espirrar duas gotas de sangue em ambos os lados da porta do faraó, de modo que uma ficou de um lado e a outro do outro. Elas germinaram como duas grandes perseas robustas. Então foi dito à Sua Majestade:

- Duas grandes perseas brotaram como dois grandes prodígios para Sua Majestade durante a noite dos lados de Sua Grande Porta.

Então fez-se festa em todo o país.

Passados muitos dias, Sua Majestade apareceu em sua janela de lápis-lazúli¹⁹ com um colar de flores de todos os tipos em seu pescoço, depois subiu em sua biga de ouro e saiu do palácio real para ver as perseas. A favorita saiu atrás com os servos. Chegando lá, Sua Majestade se sentou debaixo de uma das árvores e ela na outra, então Bata falou para sua mulher:

- Ah, traidora! Eu sou Bata e ainda estou vivo para seu pesar, e sei que você fez o faraó cortar o pinheiro por minha causa. Eu me transformei em touro, e você fez me matarem de novo.

Passados muitos dias, a favorita se levantou para servir Sua Majestade, deixando-o contente. Então ela disse:

- Faça-me um juramento a deus dizendo: “Aquilo que a favorita disser eu escutarei para lhe agradar” – e ele escutou tudo o que ela disse – Faça que estas duas perseas sejam cortadas e que sejam feitos belos móveis delas.

O faraó escutou tudo o que ela disse. Imediatamente ordenou que viessem os melhores artesãos e as perseas foram cortadas. A esposa real ficou observando o feito e uma lasca voou e entrou na sua boca. Ela a engoliu e ficou grávida no espaço de um instante. Com as árvores foi feito tudo que ela desejou.

Passados muitos dias ela deu à luz um menino. Então foi anunciado à Sua Majestade:

- Nasceu seu filho homem.

¹⁹ Local de aparição dos soberanos em ocasiões especiais, sendo localizada no centro da fachada do palácio.

Ele foi carregado em procissão, lhe foi dada uma babá e guardiões e o país inteiro ficou em festa. O rei, muito feliz, ficou em júbilo. Sua Majestade o amou muito e o nomeou filho real de Kusc²⁰.

Passados muitos dias, Sua Majestade o fez príncipe hereditário de todo o país. Quando ele já tinha feito muitos anos como tal, Sua Majestade foi para o céu. Então Siu²¹ disse:

- Que me sejam trazidos os grandes funcionários de Sua Majestade, pois quero que conheçam tudo o que me aconteceu.

Sua mulher foi trazida e julgada na frente de todos, sendo condenada. Seu irmão mais velho foi levado e ele o fez príncipe hereditário do país inteiro. Quando Bata fez trinta anos como rei do Egito, passou para a outra vida e seu irmão ficou em seu lugar no dia de sua morte.

Chegou-se felizmente ao fim, em paz, por ordem do escriba do tesouro Qagabu, pertencente ao tesouro do faraó, bem como do escriba Hori e do escriba Meremope. Feito pelo escriba Ennena, aquele que possui este livro. Aquele que diga mal deste livro, Thot lhe será um inimigo²².

Referências:

- ARAÚJO, Emanuel. *Escrito para a Eternidade. A Literatura no Egito Faraônico*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- ASSMANN, J. Das altägyptische Zweibrüdermärchen (Papyrus d'Orbiney). *Zeitschrift für Ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 104, 1977, p. 1-25.

²⁰ Título dos vice-reis da Núbia.

²¹ Bata como faraó.

²² Este parágrafo apresenta uma fórmula abreviada do colofão.

- BAINES, John. Myth and Literature. LOPRIENO, A. (ed.). *Ancient Egyptian Literature. History and Forms*, PdÄ 10, Leiden/New York/Köln, 1996, p. 361-377.
- BLUMENTHAL, Elke. Die Erzählung des Papyrus d'Orbiney als Literaturwerk. *Zeitschrift für Ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 107, 1972, p. 5-41.
- BRESCIANI, Edda. *Letteratura e Poesia Dell'Antico Egitto: Cultura e Società Attraverso I Testi*. Torino: Einaudi, 2007.
- BRUNNER-TRAUT, E. Papyrus d'Orbiney. *Lexikon der Ägyptologie* IV, 1982, col. 697-704.
- DERCHAIN, Philippe. La Peruque et le Cristal. *Studien zur Altägyptischen Kultur* 2, 1975, p. 55-74.
- GARDINER, A. H. *Late Egyptian Stories* (BiAe I), Bruxelles: FERE, 1932.
- GRANDET, Pierre. *Les Deux Frères. Contes de l'Égypte Ancienne*. Paris: Éditions Khéops, 2005.
- HOLLIS, Susan Tower. The Ancient Egyptian 'Tale of Two Brothers'. *The Oldest Fairy Tale in the World*. Oklahoma Series in Classical Culture 12. Norman: University of Oklahoma Press, 1990.
- _____. Anubis's Mortuary Function in the 'Tale of Two Brothers'. DUQUESNE, Terence (ed.). *Hermes Aegyptiacus: Egyptological Studies for B. H. Stricker*, Oxford: DE special n° 2, 1995, p. 87-100.
- _____. Continuing Dialogue with Alan Dundes regarding the Ancient Egyptian 'Tale of Two Brothers'. *The Journal of American Folklore*, Vol. 116, No. 460, 2003, p. 212-216.
- KATARY, S. L. The Two Brothers as Folktale: Constructing the Social Context. *Journal of the Society of the Study of Egyptian Antiquities* 24, 1994 (pub. 1998), p. 39-70.
- LALOUETTE, Claire. Histoire d'Anoup et de Bata, Deux Frères. In: *Textes Sacrés et Textes Profanes de l'Ancienne Égypte – II Mythes, Contes et Poésie*. Paris: Éditions Gallimard, 1987.

- LEFEBVRE, Gustave. Le Conte des Deux Frères. *Romans et Contes Égyptiens de l'Époque Pharaonique*. Paris: Librairie d'Amerique et d'Orient, 1988.
- LESKO, Leonard H. Three Egyptian Stories Reconsidered. *Egyptological Studies in Honor of Richard A. Parker presented on occasion of his 78th birthday December 10*. Hanover/Londres: Brown University Press, 1986, p. 98-122.
- LICHTHEIM, Miriam. *Ancient Egyptian Literature. A Book of Readings*. Vols. I, II, III. Los Angeles: University of California Press, 2006.
- LOPRIENO, Antonio (ed.). *Ancient Egyptian Literature: History and Forms*. Leiden, New York, Köln: Brill, 1996.
- MOLDENKE, Charles E. *The Tale of the Two Brothers – A Fairy Tale of Ancient Egypt*. Watchung: The Elsinore Press, 1906.
- PARKINSON, R. B. *Poetry and Culture in Middle Kingdom Egypt: A Dark Side of Perfection*. New York: Continuum, 2002.
- SCHNEIDER, Thomas. Innovation in Literature on Behalf of Politics: The Tale of the Two Brothers, Ugrat, and 19th Dynasty History. *Internationale Zeitschrift für ägyptische Archäologie und deren Nachbargebiete Ägypten und Levante*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008.
- VANDIER, J. Bata, maître de Saka. *Revue de l'Histoire des Religions* 136, 1949, p. 5-9.
- WENTE, Edward F. Jr. The Tale of the Two Brothers. SIMPSON, William Kelly. *The Literature of Ancient Egypt. An Anthology of Stories, Instructions, Stelae, Autobiographies and Poetry*. Cairo: The American University in Cairo Press, 2003.
- YOYOTTE, J. Sur Bata, maître de Saka. *Revue d'Égyptologie* 9, 1952, p. 157-159.

Parte III

The word *ke-ka-u-me-no* and its symbolic meaning in burial rites

Maria Mertzani¹

Introduction

The Linear B word *ke-ka-u-me-no* (κεκαυμένος, burnt), which is met in the tablet PY 236=Ta 641 (CHADWICK, 1958, p. 81), is analysed within a non-arbitrary relationship between its phonemes, graphemes and referent, following current research in sound symbolism (or language iconicity), especially in relation to velars, nasals, and the back vowels /a/ and /u/ (MAGNUS, 2001; PARISE & PAVANI, 2011; PERNISS, THOMPSON & VIGLIOCCO, 2010; SPECTOR & MAURER, 2013) since these are its main constituents. Contrary to the Saussurean arbitrariness of sign that dominates contemporary linguistics, a connection between form, meaning and real-world referents is possible through symbolism², occurring when content-free units convey meaning in certain linguistic contexts (e.g. in

¹ Research Associate - Centro de Letras e Comunicação, UFPEL, Pelotas - Brazil. Paper at the conference *Lingua e linguagem do mundo antigo - 30 de novembro e 4 de dezembro de 2015*, Departamento em História de Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS-Brasil.

² This paper adopts the typology of symbolism by Hinton, Nichols and Ohala (1994, p. 1), in which “sound symbolism is the direct linkage between sound and meaning.” In particular, it concerns the ‘synesthetic sound symbolism’, which is defined “as the acoustic symbolisation of non-acoustic phenomena”, “the process whereby certain vowels, consonants, and suprasegmentals are chosen to consistently represent visual, tactile, or proprioceptive properties of objects, such as size or shape” (p. 4).

onomatopoeia) (AURACHER, ALBERS, ZHAI, GAREEVA, & STAVNIYCHUK, 2011; PERNISS, THOMPSON & VIGLIOCCO, 2010). Each object then can have an inherently correct name known from the object itself, from its denotata (PERNISS, THOMPSON & VIGLIOCCO, 2010). This relationship between referent, meaning and form is currently explained by the universality of symbol iconicity that serves the communicational function of encoding and decoding the information (AURACHER et al., 2011, p. 4).

In this context, symbolism is orientated to the material of the natural world (e.g. to sounds, visual patterns, movements and rhythms). Therefore, the phonemes and graphemes of language are examined as a “performative style” of i.e. speaking, signing and writing, “consciously imitative,” in the form of schematic structures that are grounded in peoples’ bodily and perceptual experience. In this perspective, “utterances simulate the material qualities of the natural, sensible world and thereby articulate peoples’...cultural constructions of it” (NUCKOLLS, 1996, p. 3). Symbolism is then twofold, since natural language is materialised verbally i.e. in speech or signing, and in writing (GENETTE, 1994, p. 53). It is (i) phonemic, since it involves the phonemes of spoken and signed languages (vowels, consonants, handshapes etc.); and (ii) graphemic, since it refers to the grapheme, the written symbol of spoken languages. In this symbolism, analogy exists between the shape of phonemes and graphemes and their meaning. In (i), the phoneme is a variant of the concept, and “invariant over time ... serially ordered, discrete, non-overlapping, static and drawn from a small enough set to be reliably produced and perceived” (PORT, 2007, p. 155). In (ii), the graphemes are the written forms of phonemes and may adopt many graphic forms so as to cause a contrast of meaning (CRYSTAL, 1993, p. 194). Thus, the graphemes function as symbols in lieu of real-world referents that may represent partly by similarity³ and partly by arbitrary convention (NUCKOLLS, 1996, p. 8).

³ For example, the Chinese ideograms convey their meanings (around 8%) through pictorial resemblances to their objects (Xiao & Treiman, 2012, p. 954).

It is then hypothesised that written words can be reduced to reference, demonstrating the connection phoneme - grapheme - referent through “verbal mimesis,” in which “things are made manifest through imitation⁴” (GENETTE, 1994, pp. 20-21). Thus, this paper focuses on graphemic imitation, according to which the symbols are understood as (i) imitation of the objects they designate, and (ii) as visual analogues of the phonemes they notate (p. 53). The word *ke-ka-u-me-no* as an example serves this objective. Moreover, this demonstration brings the study very close to word etymology, since the choice of the necessary phonemes and graphemes for the fabrication of a word connotes a pictorial or graphic notion of imitation, which is “physically determined” by the nature and quality of its referent (GENETTE, 1994, p. 66).

The symbolism of ke-ka-u-me-no

The analysis of the word involves the analysis of (i) its graphemes (their morphological, phenotypic traits) and (ii) their corresponding phonemes. In (i), the graphemes are presented through a “close reading approach” that has been applied in the investigation of symbolism of highly visual languages such as sign languages (KANEKO & SUTTON-SPENCE, 2011; MEIR, 2010), and involves a detailed examination of the features of the symbols, their form and structure in the words, and their reference associations. In this approach, the researcher is reading “into” and “out of” the text – specifically “into” and “out of” the graphemic sequence of the word – so as to unveil its meanings. Where possible, the iconic properties of the graphemes are determined by their physical resemblance to their real-world referent. However, to avoid danger

⁴ In particular, “[t]here is, therefore, a double requirement and a double restriction: on the side of the signified, the spoken word will imitate not just anything but solely the essence of each object; on the side of the signifier, it will imitate not through just any sound but solely through phonemes. The formula *vocal imitation* thus becomes *imitation of the essence of each object by means of letters and syllables*” (Genette, 1994, p. 21).

of arbitrary “free interpretation” (KANEKO & SUTTON-SPENCE, 2011), data are supported by interdisciplinary referencing concerning (a) Linear AB scripts of Minoan and Mycenaean civilisation; (b) overall ancient symbolism (e.g. occult and artistic) in Greek and neighbouring civilisations (e.g. Egyptian, Hittite); and (c) current psycholinguistic research on the symbolism (or iconicity) of languages. Visual materials from (i) and (ii) are also provided to illustrate iconic properties, thus allowing readers to see how symbolism is manifested in the word.

The close reading approach also involves the three-stage analogue-building model (TAUB, 2004, p. 44), for demonstrating the relationship between symbolism, semantics and referent. In this, there are three stages to follow: (I) the *image selection* of a mental image that is associated with the original concept/referent; (II) the *schematisation* of essential features of the image; and (III) the *encoding* of the resulting schema, using the appropriate Linear B symbol. The cognitive processes for each stage of the model can occur simultaneously.

To create an iconic item, one *selects* an image to represent, modifies or *schematizes* that image so that it is representable by the language, and chooses appropriate forms to show or *encode* each representable part of the image. Moreover, when modifying the image or “translating” it into linguistic form, one makes sure that the new image preserves the relevant physical structure of the previous stage... this model is not intended to represent what goes on in a language user’s mind each time he or she utters an iconic item. This is a model for the *creation* of iconic items; once created, these items can be stored and used just like any other linguistic item ... these items can also be modified by language-internal morphological processes such as compounding (ibid.).

Figure 1 illustrates the making of *ke-ka-u-me-no* according to the specific model, whose syllable order is discussed to associate with sacrificial and burial rituals. Explanations of the depicted associations are presented in the following section.

Symbols and referents of ke-ka-u-me-no

The analogue building process of ke-ka-u-me-no deals with the following real-world referents in order of appearance: (i) a vessel on a tripod and a snake; (ii) a bull/cow; (iii) an axe; and (iv) a bird with an egg (Appendix A). These referents, when examined in a specific historical and cultural context, contain the necessary information that justifies the selected grapheme for their representation.

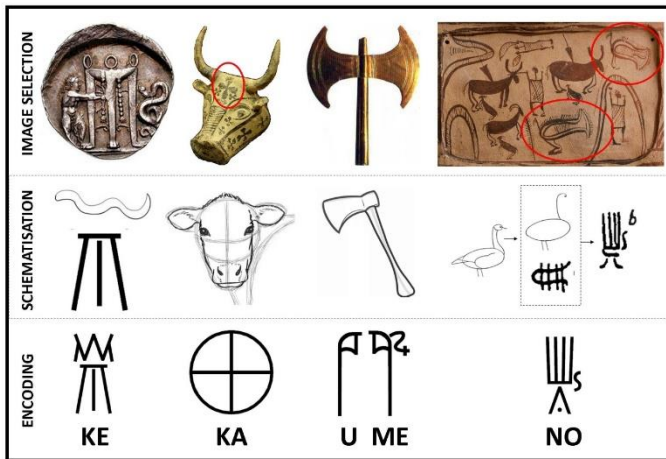


Figure 1: The three-stage analogue-building model of ke-ka-u-me-no

KE. For the analysis of this symbol the following sources were taken into consideration. Firstly, its graphemic variation (EVANS, 1952, p. 154) (Figure 2) that shows KE to be consisted of two parts; (a) the upper part that sometimes resembles of a cat's head, and other times as a cone/omphalus with a snake coiled around it; and (b) the lower part that represents man's genitals and feet. Regarding (a), evidence comes from the variation of the syllable MA that represents a cat's head in Linear AB scripts (DAVIS, 2011, p.56), which, in turn, appears on Minoan seals as a shrine (MARINATOS, 1993, p. 173) (Figure 3, c). Concerning (b), proof is available on an Early Minoan I (EMI) seal (ca. 3200 BCE) from Kalokhorio, in Crete-Greece (EVANS, 1909, p. 116; 1921, p. 68), where on side (a) a man is shown with outstretched arms, and on side (c), his genitals and

feet, accompanied by a snake (Figure 2). This specific side and scene resembles the grapheme KE, denoting also the masculinity of the symbol. In particular, it is the symbol numbered *g* from Evans's KE variation that seems to represent both the lower part of the male figure and the snake on its upper part.

Hence, on the basis of these two sources, KE appears to relate to cult centres, such as the Minoan shrines, where devotees adopted particular upraised arm posture of worship, as the iconography of various Minoan palace processions shows (MARINATOS, 1993, pp. 52-53). There is also the famous Minoan female idol, the Goddess with the snakes, which also agrees with the depicted scene of the seal and its serpentine theme. According to Evans (1901, p. 118) and Cook (1925, pp. 193-195), tripod-lebes had been developed from Minoan sacred shrines, therefore connecting its anthropomorphic⁵ features (the male genitals and feet) with the base of the tripods that usually were lions' feet, and/or coiled serpents. The iconography of ancient coins, such as of the Roman coins with the inscription KOINON KPHTΩN⁶ (EVANS, 1901, p. 116), and the one on the Greek-Indo coin of Apollodotos II (c.75-70 BCE) (Figure 2) clearly displays this relationship among the male figure, the tripod and the Minoan shrine with the Linear B MA and its ideogram (LANA). Moreover, a plethora of archaeological artefacts shows the Minoan shrine with cup-like hollows on its top (pp. 115-118) that correspond to the vessel of the tripod for the reception of offerings.

⁵ Evans (1901, p. 118) connected this anthropomorphic element of the Minoan shrine, with the stone tripod (5th c. BCE) from Corinth, from the temple of Cybele. Its basin and central stem is supported by three Goddesses who stand on the backs of lions, grasping in one hand the tail of each lion (Gardner, 1896, pp. 275-276).

⁶ "The table itself is here surmounted by a central akroterion, and lateral excrescences which represent here, as elsewhere, the tradition of the typical cult object of Mycenaean times, 'the horns of consecration'" (EVANS, 1901, p. 116).

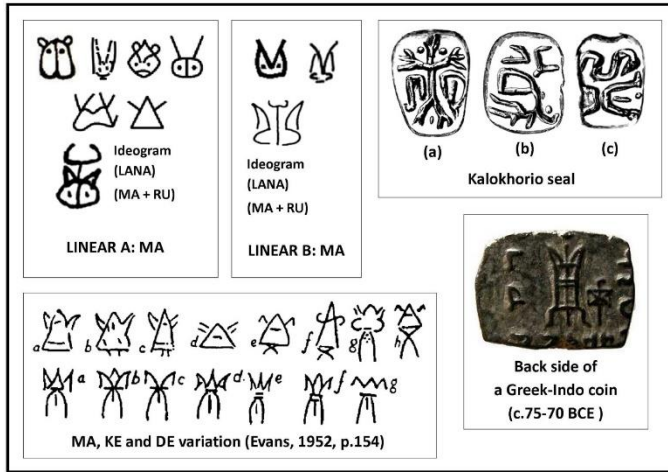


Figure 2: Figurative associations among KE and MA

Furthermore, Evans (1921, p. 69) linked the male figure of the Kalokhorio seal to a bull-headed one on an EMI whorl from Hagios Onuphrios deposit in Crete, and to similar Minotaur-like figures on prehistoric Egyptian seals, thus reminding of the bull and its sun worship (BANOU, 2008, p. 31).

The connection of KE with the shrine (and therefore with the tripod-lebes) is also depicted on the shrines of Khem/Khemu⁷ (GOLDSMITH, 1924, P. 12; WILKINSON, 1878, pp. 404-405), whose trees are proportionate to the phenotypic traits of MA (e.g. the trees as cat's ears) (Figure 3). Furthermore, the tree over the shrine is a repetitive motif on numerous Minoan seals that Evans (1921, p. 125) compared with the Egyptian sign *men*. Specifically, its quadripartite design is found on EMI seals (p. 124) and ivory signet (p. 125) (Figure 3, a, b), signifying the association of the shrine with the earth, its division and irrigation.⁸

⁷ There is a certain symbolic analogy among (i) the word Khem and its quadripartite symbolism (as earth, and its division and irrigation), and (ii) the Linear B word ka-ma-e-u that means the "man who has a ka-ma holding" (Chadwick, 1973, pp. 173, 261-264), thus connecting the word with the symbolism of earth (ka-ma > κᾰμᾰν (Cret.): field, land; cf. χαμαί: on the ground) (LSJ). See also footnote 8.

⁸ The notion of irrigated land is denoted by /ma/ and /men/, since both symbols incorporate in their symbolism the serpent, which is indicative of its aquatic significance. MA was the Great Mother who

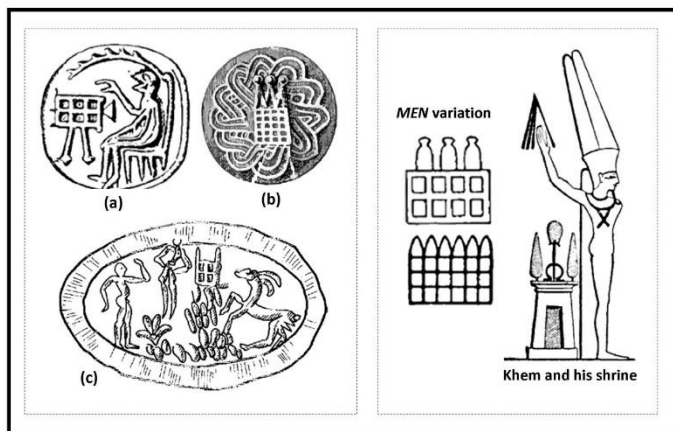


Figure 3: The shrine and its earthen symbolism in Minoan Crete and Egypt

This quadripartite design is also present in the Luwian hieroglyphic combination TONITRUS.HALPA for the construction of theophoric names referring to a storm-god (YAKUBOVICH, 2013) that strongly resembles to Minoan Zeus of the Diktaean Cave. Firstly, TONITRUS (thunder) represents the serpent and thus associating with the upper part of KE, and secondly, HALPA corresponds to the lower part of KE as the ‘foot’ of the shrine (Figure 4). In fact, HALPA appears to be a loan since it is an exact imitation of Middle Minoan I seal symbolism (ca. 2000 BCE). A characteristic example that summarises the aforementioned symbolism is a Minoan seal of a cat sitting on a shrine, while being surrounded by a serpent and a foot. Furthermore, similar to TONITRUS is the hieroglyph FULGUR (lightning) (ÇAMBEL, 1998, pp. 90, 92), which also resembles the upper part of KE.

KA. This symbol (Figure 5) strongly relates to bull worship and it falls in the life-cycle symbolism (GIMBUTAS, 1982, p. 89);

was also believed to be the dragon of the sea, the serpent (GOLDSMITH, 1924, p. 9). The “zig-zag or serpentine” symbol, was a common motif engraved or painted within uterine and vulva shapes (the pubic triangle was the symbol of the Great Goddess) and under breasts, suggesting female moisture and amniotic fluid (the primordial waters) (GIMBUTAS, 1989, p. 19).

that is, the symbolism of the earth, the sun and moon; the rotation of seasons, the vegetal life-cycle, the birth, growth and death. It is met in early Neolithic (GIMBUTAS, 1982; MARANGOU, 2001; MERLINI, 2011), representing (i) the sun, “the supreme creator, fructifier of earth, regulator of the seasons and diurnal time,” and (ii) the moon, the Great Mother, the personification of the female, “dividing into smaller and more comprehensive periods, the larger measures of time, defined by the Solar orb” (HIGGINS, 1912, p. 13). Thus, the four small squares (that are also depicted on MA; cf. Figure 3) represented the four phases of the sun, between the periods of its greatest heat (p. 17), and KA, as the bull/cow, represented the noon (BANOU, 2008: 31), the midday sun (COOK, 1914, p. 254). Apart from its direct correspondence to the round shape of the sun and the moon, KA also stands for the head of the bull/cow. This relationship is more evident if one follows the steps of drawing the animal’s head⁹, where the baseline perception is round (ARNHEIM, 1974).

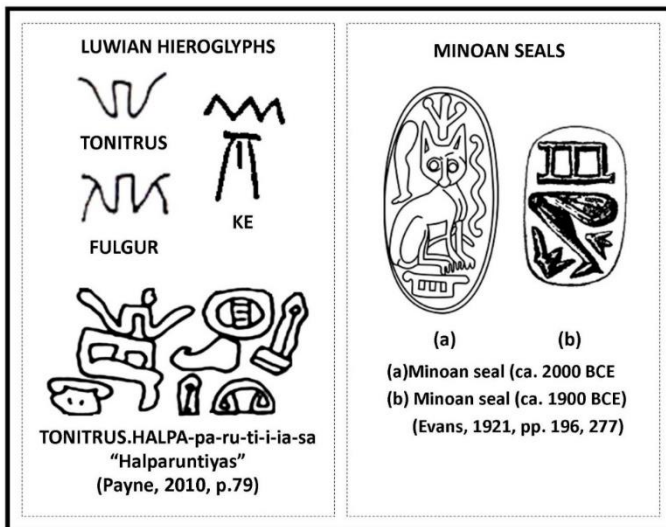


Figure 4: Luwian TONITRUS.HALPA and Minoan symbolism

⁹ The encircled cross also stands for the cat’s head since it is the baseline form of MA.

Evans (1895, p. 43; 1909, p. 183) related the encircled cross (especially its variant, the concentric cycle) to the Cretan eye hieroglyphs, which were also regarded solar and stellar signs. These, in turn, bore close resemblance to the Egyptian eye hieroglyphs of Ra that symbolised the sun (BUDGE, 1973, pp. 55-56; EVANS, 1895, p. 43). Hence, KA represented both the sun, as the bull signifying the pubic triangle¹⁰, and the concentric boundaries of land (LONEGREN, 1996, pp. 35-36). Especially in the form of a labyrinth (usually of five concentric cycles), KA was connected with both the sun and water, representing an androgynous symbol of self-creation (GOLDSMITH, 1924, p. 24). Earth, the feminine principle, was then fecundated by the waters, the serpent, the personification of the male principle (ELWORTHY, 1895, p. 187; PARSONS, 1896, p. 61). Furthermore, as an earth symbol, KA represented the ground plan of a town (MERTZANI, 2015a; 2015b), likewise the determinative hieroglyph 'town' (BUDGE, 1973, p. 76) that used to accompany the names of Egyptian cities. Figure 6 illustrates the overall association of the cross with the sacred cow/bull in Minoan and Egyptian civilisations. Additionally, the hieroglyphs of a bull/cow, upraised arms and a vessel/shrine had the same phonetic value with KA.

¹⁰ The skull and horns of the bull resemble the human female uterus and fallopian tubes (WERNES, 2003, p. 57). See also footnote 8.

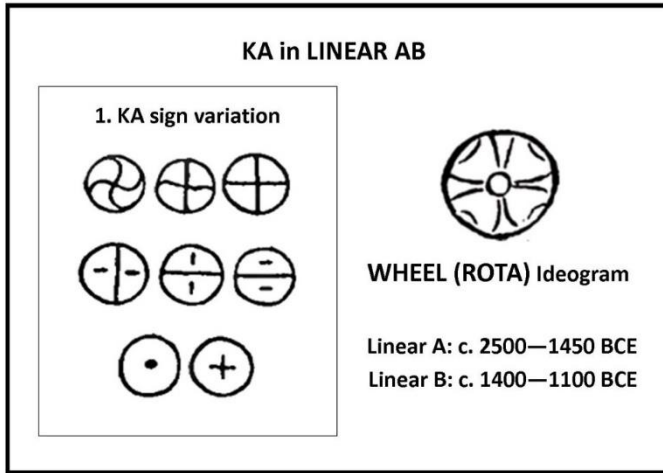


Figure 5: Linear AB KA and its variation

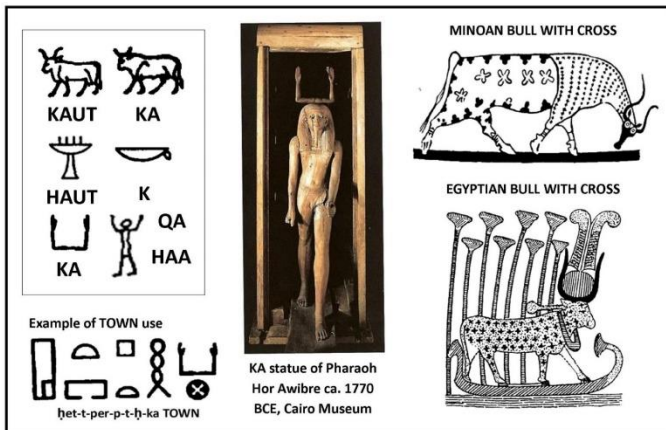


Figure 6: KA in Egyptian hieroglyphs

Furthermore, the cross, as part of KA and in relation to the meaning of the word ke-ka-u-me-no, symbolised the sacrificial fire (BAYLEY, 1952, p. 295) for it represented the two pieces of wood,

which were laid cross-wise upon one another before the sacrificial altars in order to produce the holy fire, and whose ends were bent around and fastened by means of four nails, so that this wooden scaffolding might not be moved. At the point where the two pieces

of wood were joined, there was a small hole, in which a third piece of wood in the form of a lance was rotated by means of a cord made of cow's hair and hemp, till the fire was generated by friction....the Greeks for a long time generated fire by friction, and that the two lower pieces of wood that lay at right angles across one another were called 'σταυρός'... (MCADAMS, 1887, p. 67).

U and ME. In Minoan and Mycenaean times the head of a bull (especially its horns) was closely connected to altars (MARINATOS, 1993, p. 5) and sacrifices¹¹ (EVANS, 1909, p. 206), therefore a double axe was usually portrayed between its horns (GIMBUTAS, 1982, p. 186). The meaning of the axe was allied to the thunderstones (in Greek: τό κεραύνιον), the “bolts of heaven” that were recognised as the stone axes (EVANS, 1901, p. 118). In ke-ka-u-me-no, the double axe is denoted by the two syllables U and ME (cf. EVANS, 1952, p. 155) whose baseline grapheme is the same but with a single difference; the pole of ME is accompanied by a serpent, likewise in Egyptian axes (BUDGE, 1895, p. 277) (Figure 7). This symbolism of U as an axe and thus, a tool is later met in Greek in the suffix -εύς that used to indicate occupational names of agents and instruments, and to express “one who has to do with the basic noun” (PALMER, 1980, pp. 249-250).

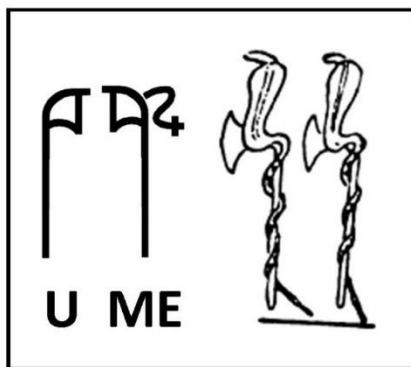


Figure 7: Axe associations

¹¹Bovine skulls were found in the votive deposits of the Dictaeon cave.

NO. The last syllable *NO*, based on Evans (1952, p. 154) variation, represents a bird that during the Minoan period signified fertility and rebirth (MARINATOS, 1993, pp. 138-139). The bird was a frequent motif on many artefacts such as on larnakes, vessels and seals, on which its body formed an ostrich's egg (EVANS, 1921, p. 237). In close relation to this meaning and the value /no/, stands the creation myth of Egyptian sun worship according to which "the world was in the beginning a waste of waters called Nu. Nu gave being to the sun-god who appeared first as a shining egg floating on the waters" (GOLDSMITH, 1924, p. 11). Apart from the egg, the iconography of larnakes, as for example the one from Armenoi where the birds are part of a sacrificial scene (WATROUS, 1991, p. 300), depicts the bird to associate with stringed musical instruments, such as the lyre. For this latter relation Marinatos (1993, p. 140) argued that,

[m]usical instruments, perhaps because they are thought to imitate the sounds of birds, are often the tools of the shaman. If the gods cannot be present themselves, they send their celestial messengers as assurance of their goodwill. Behind the later Greek mythical figure of Orpheus, who enchanted animals with his lyre music, almost certainly lies the cultic reality of a priestly figure.

Elsewhere, the birds are depicted over the shrines and seated (usually on the pillars of the shrine), symbolising the descent of the divinity. On the sarcophagus of Hagia Triada the birds are "brought down by ritual strains and libations on to the sacred Double Axes, which are thus charged as it were with the divinity" (EVANS, 1921, p. 223).

This possession is often marked by soothsaying and ecstatic dances, and an orgiastic dance on a Late Minoan signet ... Musical strains such as those of the lyre or the conch-shell or the sistrum of Egyptian cult were a means of invocation. (p. 224)

In Greek the suffix -vo- is met in temporal adjectives (e.g. χειμερινός: relating to winter; θερινός: relating to summer), therefore denoting the connection of the syllable to rebirth and seasonal renewal. It is also met in certain “fossil formations derived from verbs” as in the verb καίω (= to burn) and its cognates (e.g. καίνω: slay; καινώνω: make new, change, renew; καινύμαι: overcome, to be adorned, equipped) (PALMER, 1980, pp. 255, 258), whose etymology is based on ke-ka-u-me-no and its corresponding graphemic symbolism.

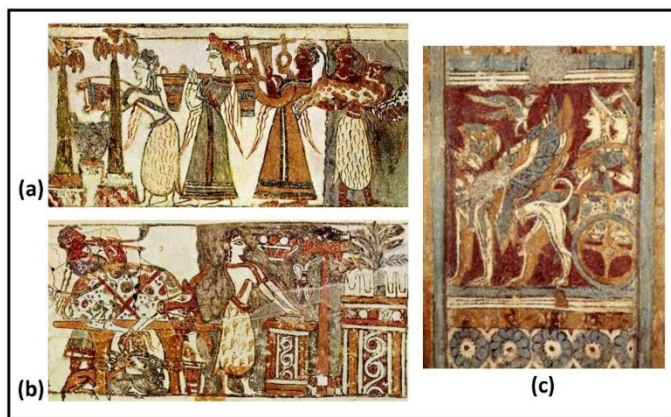


Figure 8: Iconography from Hagia Triada sarcophagus

Connections to Bronze Age burial processions

Following the above analyses, the sequence of ke-ka-u-me-no symbols strongly suggests Minoan and Mycenaean ox/bull sacrifice during burial ceremonies, such as the one depicted on the Hagia Triada sarcophagus. Each syllable appears to correspond to the scenes of the sarcophagus, which according to Walgate (2002) constitute an individual narrative zone. In particular, KE corresponds to the two libation themes of the sarcophagus. Firstly, on the front panel and the left side of it, it corresponds to the scene where a procession approaches a krater set between two double axes on stands. The first figure (female) pours offering, and another

one carries baskets (Figure 8, (a)). Secondly, on the back, it corresponds to the scene where a procession of women accompanies a sacrifice of a bull, and a woman who makes an offering in front of an altar decorated with an S-pattern and a tree (Figure 8, (b)). Although on the sarcophagus two libation scenes are saved and depicted, Evans (1901, p. 113) argued about a triple libation that was probably taken place in Minoan cult, similar to the old Arcadian rite offering to the Dead before the falls of Stynx.

KA corresponds to the scene of the slain bull, where the animal is cross-tied on a sacrificial table/or altar, and blood flows from its neck into a vessel. U and ME correspond to the double axes with the two birds on top of them; and NO, primarily to the scene of a figure (male) playing a seven-stringed lyre, and secondly, to the large flying bird. Each end panel features a pair of chariot-borne goddesses (Figure 8, (c)).

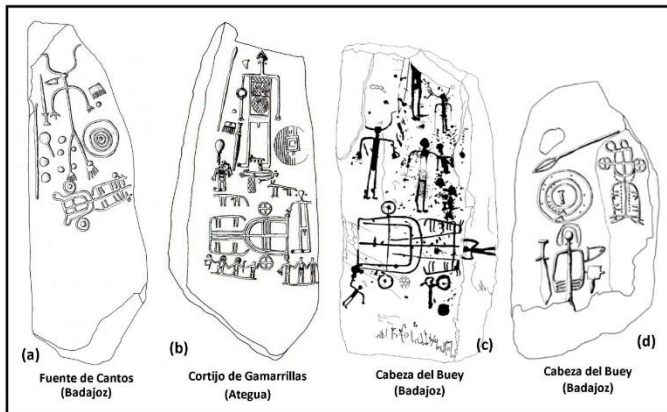


Figure 9: Iberia stellae and burial processions

Similar scenes are met in the iconography of archaic Greek vases, and during the Final Bronze Age, of the Iberian stellae, which were associated with burial processions (SANTOS, 2009), depicting horned figures, chariots, dancing and weaponry (e.g. axes and shields) (Figure 9). In fact the comparison of the artefacts demonstrates an analogy between the scenes of the stellae and the

sarcophagus, and the symbols of ke-ka-u-me-no. In particular, the chariot driven by two animals, possibly horses as these animals are found in burials, strongly resembles the Linear AB MA and its symbolism to the Minoan shrine. Its wheels, along with the shield of a concentric/labyrinth pattern, strongly correspond to KA's variations that, apart from its literal meaning (as the wheels of the vehicle; cf. the ideogram WHEEL), symbolises the “revolving wheel” of the sun (COOK, 1914, p. 197) personified in many mythological characters (e.g. in Ixion, Triptolemos, Dionysus and Apollo) seated on winged and wheeled seat/chariots on i.e. Attic vases. This solar association is further depicted by a central anthropomorphic figure (sometimes a horned one), usually positioned with upraised hands in front of the chariot, thus reminding of the Khalochorio figure and its KE symbolism. Additionally, on the Cortijo de Camarrillas stella, on the leg of the small figure is attached a *men*-like pattern, similar to Luwian HALPA and its Minoan prototypes. Furthermore, axe-like figures also appear (e.g. an axe is shown next to the horned head of the Fuente de Cantos stella) that may correspond to U and ME.

The shape of the chariot is also comparable to the lyre of the sarcophagus and to the symbolism of NO. Parallel to the procession of Hagia Triada, the Cortijo de Camarrillas stella displays six figures with holding hands and axes (?) that remind of ritual dancing and musical strains such as of a stringed lyre and/or a sistrum. Regarding the latter, Wilkinson (1878) provided the following detail that connects sistrum with MA and the Minoan shrine as the double¹² ‘horns of consecration’ (BANOU, 2008, p. 33). On the convex surface, the sistrum was used to symbolise the cat with a human visage, and on the lower part, under the moving cords, the face of Isis, the cow (WILKINSON, 1878, p. 497). On each of its three bars that resemble the three horizontal lines of the chariot, were three or four metal rings that, when shaken, created a rattling noise that imitated snakes. This

¹² In terms of representing the bull and the cow.

description and the shape of the sistrum also remind of the Linear AB QA that had the value /ka/ as well (Figure 10).

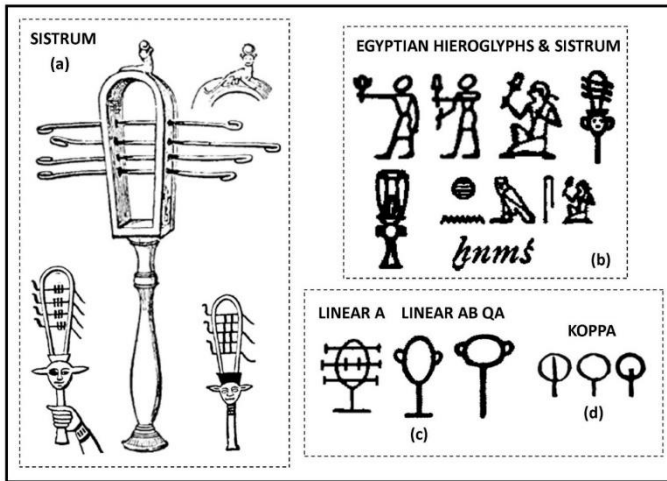


Figure 10: The sistrum in Egyptian hieroglyphs and its association to QA

It is this rattling function of the sistrum that indirectly connects to NO and its bird symbolism. Interestingly, this relationship is more evident on early Neolithic artefacts, where the snake and the bird appear simultaneously as a single divinity (e.g. on anthropomorphic idols that have horned heads and bird-clawed or snake-like hands like the figures on the Iberian stellae), since they both relate to water and the Mother Goddess cult (GIMBUTAS, 1982, pp. 101, 112). The universal snake “winds around the universal egg like a continuous flow of water” (p. 95) and the bird is the carrier, the container of the egg and water (p. 112).

Their functions are so ultimately related that their separate treatment is impossible. She is one and she is two, sometimes snake, sometimes bird. She is the goddess of waters and air, assuming the shape of a snake, a crane, a goose, a duck, a diving bird. The combination of a water snake and a water bird is a peculiarity ... representing divine ambivalence. (GIMBUTAS, 1982, p. 112).

It is also the case that the shape of the instruments¹³ functioned as visual metaphors of i.e. the cat, the bull/cow, the snake, the bird and their intertwined symbolism. For example, *chnoue* (χνόη, Ion. χνοή) was another instrument to have been used by the Greeks at sacrifices similar to sistrum (WILKINSON, 1878, p. 499). This was also called ὁ κνόος (and/or κνόη) that literally meant the ‘axle-box, nave,’ therefore reminding of the egg and the omphalus; the ‘sound of footsteps’ and ‘the joints on which the feet play, as the wheels on the axle’ (LSJ), thus strongly associating with the wheel, the foot (cf. HALPA) and the sacred shrine. Allied to this symbolism of the sistrum and/or χνόη is the hieroglyphic word *ḥnmś* (GARDINER, 2001, p. 443), whose determinative is a seated figure that holds the sistrum. This word, in turn, strongly relates to κνημαῖος < ἡ κνήμη¹⁴ (Dor. κνάμα) that also meant the leg and the spoke of a wheel (LSJ).

More likely though the chariot is linked to the lyre, since on the Iberian stellae small items like sistrum also appear (cf. (a) and (d), Figure 9) next to the anthropomorphic figures. In addition, the lyre is connected to the orphic myth of creation, according to which the Night (in Greek: ἡ νύξ; cf. the Egyptian myth of Nu above), as a great black-winged bird, existed first and laid an egg from which Ouranos (the sky; the Milky Way) and Gaia (the earth) were created. Both the sky and earth were represented by the quadripartite square, which in Linear B also appears in the syllable NU and in the word o-nu-ka for the Homeric ὄ οὔνυξ that primarily meant ‘the talon of the eagle’. In particular, NU is represented by a cycle (the

¹³ Other examples are the crotala (τό κρόταλον), the clapper used in the worship of Cybele, of Dionysus, and generally, in dances or crembala (τά κρέμβάλα) or cymbals (τό κύμβάλον < κύμβος = κύμβη, cup), which were connected to the mythical birds of Stymphalus, since the latter, as “Pisander, of Camirus, affirms ... were frightened away by the noise of crotala” (WILKINSON, 1878, p. 494). The crotala of the ancient Egyptians were sometimes terminating in a human head similar to the one of sistrum, and of the Greeks, as they appear on vase paintings, were of a flat shape, resembling a bell (ibid.). In a sacrifice to Isis at Herculaneum, in company with several sistra, there was “an instrument consisting of a rod and a set of movable balls, arranged in a circle, apparently shaken by the performer; who, in the other hand, holds four links of a chain, intended, no doubt, to emit a similar jingling sound” (p. 498).

¹⁴ These words carry in their formation both KA and MA and their aforementioned symbolism.

egg) enclosed in the square, a pattern that was frequently used since early Neolithic, blending the snake with the cosmic egg (GIMBUTAS, 1982, pp. 103, 167). Hence, both NO and NU, associate with the bird, the orphic myth of creation, and the lyre of Orpheus.

Discussion and conclusion

The above analyses demonstrate that the symbols of ke-ka-u-me-no associate with the Minoan and Mycenaean culture, and even earlier, with Greek Neolithic. To present (2015), the symbols of ancient scripts have been approached in isolation and with no contact with their broader cultural and historical context, due to the fact that, overall, the humanities sciences have been traditionally considering their objects of study (e.g. historical linguistics) autonomous phenomena that can be documented, described, and analysed as isolated bits of information (DANESI, 2013). Thus, for example, the Linear B script is being studied away from Minoan and Mycenaean art, where decorative motifs have been found to have the exact same form as the graphemes of the script, as well as the graphemes of neighbouring scripts (e.g. Egyptian and Luwian hieroglyphs). However, there seems to be a growing consensus across disciplines that the forms of culture (linguistic, material, aesthetic, ritualistic, etc.) are connected to each other in some way thanks to a cognitive mechanism of conceptual metaphor (p. 37).

The symbols of ke-ka-u-me-no, in the order they appear, demonstrate their connection to sacrificial and burial processions in Minoan and Mycenaean periods, whose parallels are traced in the Mediterranean i.e. in ancient Egypt and Bronze Age Iberia. In this examination, information from epigraphy and historical linguistics was associated with the iconography of various paintings (e.g. on vases and larnakes), and with cultural narratives (e.g. mythology of creation), so as to display graphic similarities, signification and referentiality. Moreover, following the three-stage analogue-building model of the word, it is shown that the symbols, as the

internal structures of the language, “are pliable entities...responsive to external social situations” that focus on the figurative reasoning of language (p. 37). For instance, the graphemic form of KE, U, ME and NO has preserved the relevant physical structure of those items that were in use during the Minoan and Mycenaean periods (e.g. the tripotale and the axe), whereas KA, although its round and abstract shape did not directly represent the properties of the bull/cow, its symbolic connotation of the sun permitted its symbolic relation to the animal. In addition, this correspondence is tenable based (i) on psychology and arts that demonstrate the perception of the head (of a human and/or of an animal) primarily as a cycle (ARNHEIM, 1974); (ii) on archaeological artefacts (e.g. the head of a bull as rhyton with a cross on its forehead; the bull with the sun among its horns), and (iii) on epigraphic evidence (e.g. the head of a bull and/or the bull/cow to represent certain phonemes as /ka/).

These connections are further supported by current research on sound symbolism, which indicates a geometric relationship between sound and meaning, when, for example, laterals and nasals with back vowels (e.g. /o/, /a/) like in pseudowords ‘maluma’ or ‘bouba,’ connect to round shapes and soft-looking forms (SPECTOR & MAURER, 2013; SPENCE & DEROY, 2012). In Antuñano’s study (2006), cyclical motion was indicated when imitative words (e.g. ‘bira-biraka’= twirling; ‘firri-farraka’= rolling) were articulated with laterals and velars with back vowels. Similarly, in Japanese, the rolling motion is expressed through a combination of velar and lateral consonants with /o/ (e.g. goro: heavy object rolling; koro: light object rolling; gorogoro and korokoro for repetitive rolling motion) (Perniss, Thompson & Vigliocco, 2010, p. 3). In English, Magnus (2001, pp. 59-65) indicated the velar /k/ to associate with roundness, and in particular with the meanings of “closure, containers and crevasses.” Moreover, in the study of Parise & Pavani (2011) the vocalisation of /a/ was linked to dodecagons (which approximate cycles), and therefore to round-like referents.

In line with these studies and in relation to the symbolism of ke-ka-u-me-no, KE and KA connect to a container (the tripod-labels) and to a head/sun, and thus to round/round-like real-world referents. Additionally, NO as a nasal sound with /o/, is linked to a bird and thus, to a soft-looking form (due to its feathers), and to an egg that also has a round shape form. With regards to U and ME, a possible explanation might be their connection to the handling of the axe, of its cylindrical pole (rather than to its sharp and angular edge), likewise in signed languages, where the closed fist handshape (therefore a round phoneme) occurs in the “handling” verbs¹⁵ (SHEMBRI, 2003, p. 22). The fact that both /me/ and /no/ appear in a word that expresses “burning” (and thus, death; cf. also /no/ and /nu/ for the concepts of “darkness” and “night” in myth creations), corroborates with the findings of Auracher et al. (2011) that the nasals can, in a parallel way, express feelings of sadness and passivity. Moreover, since all the symbols of the word connect to roundness, phonemically and graphemically, it is also tenable to argue that ke-ka-u-me-no is a linguistic demonstration of perceiving and expressing the concept of “fire” and “burning” as round.

This position is further supported by examining the combination of the symbols (a) KE, KA and U in the sequence ke-ka-u and/or ka-ke-u; and (b) ME and NO in the sequence me-no, as they have been preserved in Homeric and later forms of Greek. Interestingly, this examination indicates that these combinations strongly connect with concepts, referents and experience regarding the sacrifice, the burial, the bird and the worship of a female divinity, which, to some extent, also relate to roundness.

¹⁵ In these verbs, the handshape does not reflect the referent such as its shape, size or other property, although there are examples where the handshape connotes a part that is constructed for handling i.e. the handle on a travel bag, the ear of a coffee mug, and a jar lid (SHEMBRI, 2003, p.23). These verbs simultaneously represent two entities; the first acting as a “handler” and the part of the second entity that is handled. The action of a real-world referent is then represented such as the verb TO-HAMMER in British Sign Language, in which the handling handshape represents the action of “holding a hammer” along with the back and forth movement of hammering. The interaction of the closed, “handling” handshapes with their referents require a considerable knowledge (and/or experience) of the environment (e.g. hands performing the milking of a cow’s udder for the sign MILK) (PERNISS et al., 2010, p. 10).

Starting with (a), some of the following words carry the meaning of the hollow shape (the cavity) of the tripod-lebes and the bubbling of the water/blood, therefore indicating their connection to roundness (and sacrifice). Some others mean the cutting and/or mischief, therefore connecting to U and its referent ‘the axe’. The following words are illustrative examples:

- boiling water or blood: ἡ κηκίς, anything gushing or bubbling forth, ooze, of fat or juices drawn forth by fire; bubbling blood; juices drawn by fire from a sacrificial victim; κηκίω (Dor. κᾱκίω): gush, bubble forth
- birds and their onomatopoetic sounds: ἡ κῆξ: a sea-bird, the tern or sea-swallow (cf. καύαξ, καύηξ, κῆϋξ); ἡ κίκκα: hen; κικκᾶβαῖ, onomatop., cry in imitation of the screech-owl's note: ἡ κικκάβη: screech-owl; cf. κικκάμη: noctua; κικκᾶβάζω, shriek like a screech-owl; ὁ κικκός: rooster; κεκῆνας: hare; and a bird with rough feathered feet.
- round and/or hollow objects: κεκύκη· καμπύλη; ὁ καῦκος: a kind of cup; τό καυκίον.
- sleep and/or horizontal, resting position: κείω, κέω; lie; later, sleep, rest; κίκκη: intercourse.
- strength, cutting and mischief: ἡ κηκάς, Ion. word for κακός: mischievous; ἡ κῆκυς: strength, vigour; κείω: cleave.
- divinity or priestess: ἡ Κίκυννα: Cicynna, an Attic deme (Κίκυνα): ὁ Κίκυννεύς: an inhabitant thereof; καύεις, title of priestess of Artemis at Sardis (cf. ὁ καύης).

In fact, the figurative form of the Linear B velars (e.g. KA-QA, KI-QI, KE-QE, KO-QO, KU) also connects to the above meanings (of a bird, a cow/bull, a dagger/axe, a vessel etc.) and to the Minoan and Mycenaean cult worship (e.g. of the Mother Goddess), since they actually represent such concepts (e.g. QA is a head; KU is a bird; QO is a vessel). This relation also allows the speculation that their combinations in the words was not arbitrary but intentional, allied

to their historic and cultural context. For example, the existence of KA in ke-ka-u-me-no and in relation to fire can be also seen in the round shape of the hearth, which was central in Minoan and Mycenaean palaces; and/or in relation to the round burial ground of the tholos tombs in the middle of which the bodies were placed.

With regards to (b), the sequence correlates with the concepts of fierceness and therefore with the symbolism of the axe, as well as with the moon and the month (and thus, with roundness), with priesthood (e.g. Minos) and divinities (e.g. Ariadne) that strongly relate to the myth of the Minotaur and the labyrinth, and therefore with the aforementioned associations with the bull/cow and the horned figures. For example, there are words that express:

- strength, force, fierceness, life and soul: τό μένος: force, strength, fierceness, spirit, life, intent, purpose.
- passivity, awaiting and the state of staying: μένω, stay, wait: of things, to be lasting, remain (cf. μίνω Arc. for μένω).
- the moon (as a divinity as well) and the month: ὁ μείς and μήν: moon, the crescent moon, the part of the month corresponding to a phase of the moon, the visible part of the moon, ornament in form of crescent moon; ἡ μήνη: moon; Μῆν (Μείς): an Anatolian divinity (Lydia); ὁ μείς (gen. μηνός): month, on the fourth day from the end of the month, the last of the month, at the end of the lunar month (when there was no moon-light).
- μηνύω: disclose what is secret, reveal; generally, make known, declare.
- ὁ Μίνως: Minos; Adj. Μινώϊος, α, ον (Att. Μινῶος, Μινῶος), name of fictitious month; fem. ἡ Μινωΐς; nymph, i.e. Ariadne.

The word ke-ka-u-me-no is an example of how language and culture are intrinsically intertwined and how phonemic and graphemic symbolism, in relation to archaeological artefacts, can be

used to enhance word etymologies, as they add information about the formation and meanings of the word roots. A ritual such as a sacrificial burial, relevant archaeological artefacts, and language phonemes and graphemes, are connected semiotically, allowing scholars “to investigate more specifically how language, symbolism, artistic practices, social rituals, and all the other forms of meaning making constitute a connective system of meaning through figurative cognition” (DANESI, 2013, p. 41). Its analysis is also a call for re-examining the grapheme-phoneme relationship, diachronically and historically, and through the use of interdisciplinarity.

More examples like ke-ka-u-me-no are currently under examination in an on-going study in the Centre of Languages and Communication, in UFPEL, Pelotas – Brasil, which is funded by CAPES-PNPD since February 2014. The aim of the research project is to investigate the connection between the phoneme-grapheme-referent in ancient and modern languages, across language modality; that is, spoken, written and signed.

Appendix A:

The analogue building model for each Linear B syllable of ke-ka-u-me-no

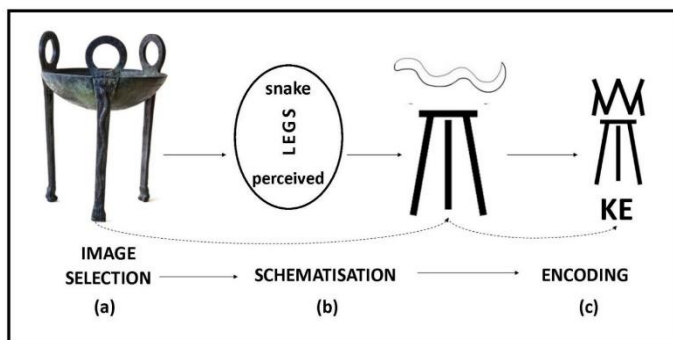


Figure A1: Analogue building process of the Linear B KE, showing (A) the initial, prototypical image of a *tripod-lebes*, (B) the image schematised to fit KE’s characteristics, and (C) the image encoded as KE.

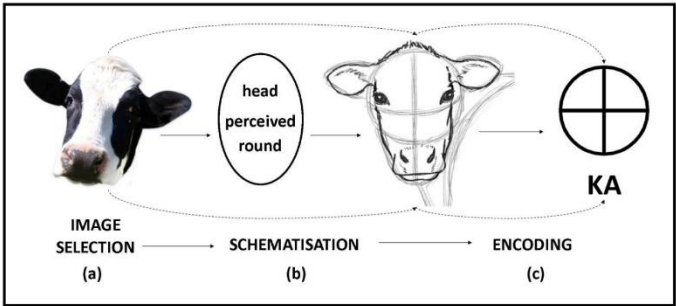


Figure A2: Analogue building process of the Linear B KA, showing (A) the initial, prototypical image of a cow, (B) the image schematised, and (C) the encoding of KA.

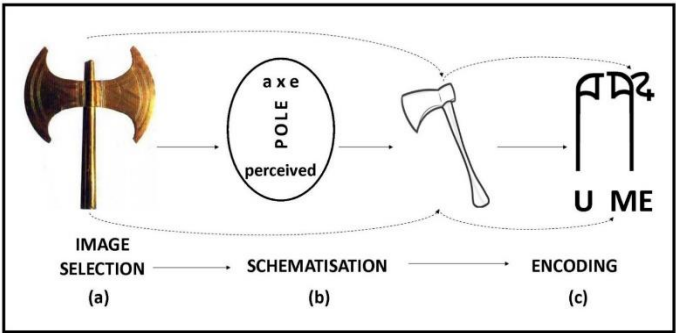


Figure A3: Analogue building process of the Linear B U and ME, showing (A) the initial, prototypical image of an axe, (B) the image schematised, and (C) the encoding of U and ME.

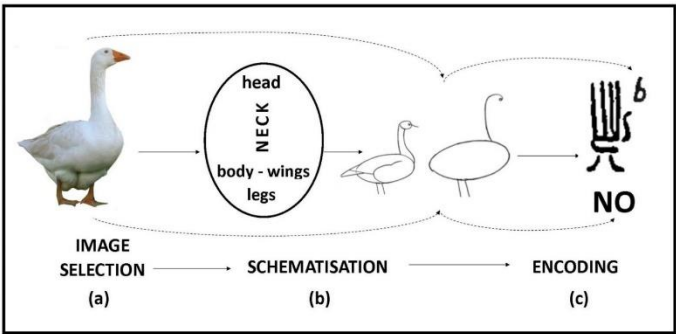


Figure A4: Analogue building process of the Linear B NO, showing (A) the initial, prototypical image of a bird, (B) the image schematised to fit the characteristics of NO, and (C) the image encoded as NO.

References

- ANTUÑANO, I.I. Ttipi-Ttapa Ttipi-Ttapa... Korrika!!! Motion and Sound Symbolism in Basque. *Anuario del Seminario de Filología Vasca Julio de Urquijo: International journal of basque linguistics and philology*, 40 (1-2), 2006, p. 499-518.
- ARNHEIM, R. *Art and visual perception: a psychology of the creative eye*. California: University of California Press, 1974.
- AURACHER, J., ALBERS, S., ZHAI, Y., GAREEVA, G., & STAVNIYCHUK, T. P is for happiness, N is for sadness: universals in sound iconicity to detect emotions in poetry. *Discourse Processes*, 48, 2011, p. 1-25.
- BANOU. Minoan 'horns of consecration' revisited: a symbol of sun worship in palatial and post-palatial Crete? *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, 8 (1), 2008, p. 27-47.
- BAYLEY, H. *The lost language of symbolism. Volume I*. New York: Barnes and Noble Inc, 1952.
- BUDGE, E.A.W. *The book of the dead. The papyrus of Ani in the British Museum*. London: Harrison and Sons, 1895.
- BUDGE, E.A.W. *Egyptian Hieroglyphic Reading Book for Beginners*. United States of America: Dover Publications, 1973.
- ÇAMBEL, H. *Corpus of Hieroglyphic Luwian Inscriptions: Karatepe-Aslantaş: the inscriptions, vol II*. Berlin, New York: de Gruyter, 1998.
- CHADWICK, J. *The decipherment of Linear B. The key to the ancient language and culture of Crete and Mycenae*. New York: Cambridge University Press, 1958.
- CHADWICK, H. *Documents in Mycenaean Greek*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- COOK, A.B. *Zeus. A study in ancient religion. Volume I: Zeus god of the bright sky*. Cambridge: Cambridge University Press, 1914.

- COOK, A.B. *Zeus. A study in ancient religion. Volume II: Zeus god of the dark sky (thunder and lightning)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1925.
- CRYSTAL, D. *The Cambridge encyclopaedia of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- DANESI, M. On the metaphorical connectivity of cultural sign systems. *Signs and Society*, 1(1), 2013, p. 33-49.
- DAVIS, B. Cypro-Minoan in Philistia? *Kubaba*, 2, 2011, p. 40-74.
- DIETRICH, B.C. Death and afterlife in Minoan religion. *Kernos*, 10, 1997, p. 19-38.
- ELWORTHY, F.T. *The evil eye. An account of the ancient and widespread superstition*. London: John Murray, 1895.
- EVANS, A.J. *Cretan pictographs and prae-phoenician script with an account of a sepulchral deposit at Hagios Onuphrios near Phaestos in its relation to primitive Cretan and Aegean culture*. London, New York: Bernard Quaritch – G.P. Putnam's Sons, 1895.
- EVANS, A.J. *The Mycenaean tree and pillar cult and its Mediterranean relations*. London: MacMillan and Co. Limited, 1901.
- EVANS, A.J. *Scripta Minoa. The written documents of Minoan Crete with special reference to the archives of Knossos. Volume I: the hieroglyphic and primitive linear classes*. Oxford: Clarendon Press, 1909.
- EVANS, A.J. *The palace of Minos at Knossos. Volume I: the Neolithic and early and middle Minoan ages*. London: MacMillan and Co. Ltd, 1921.
- EVANS, A.J. *Scripta Minoa. The written documents of Minoan Crete with special reference to the archives of Knossos. Volume II*. Oxford: Oxford University Press, 1952.
- GARDINER, A. *Egyptian grammar. Being an introduction to the study of hieroglyphs*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2001.
- GARDNER, P. A stone tripod at Oxford. *Journal of Hellenic Studies*, 16, 1896, p. 275-280.

GENETTE, G. *Mimologics*. London: University of Nebraska Press, 1994.

GIMBUTAS, M. *The goddesses and gods of Old Europe 6500-3500 BC. Myths and cult images*. Great Britain: Thames and Hudson, 1982.

GIMBUTAS, M. *The language of the goddess*. San Francisco: Harper and Row Publishers, 1989.

GOLDSMITH, E.E. *Life symbols as related to sex symbolism*. New York, London: The Knickerbocker Press, 1924.

HIGGINS, F.C. *The cross of the magi*. New York: Roger Brothers, 1912.

HINTON, L., NICHOLS, J., & OHALA, J. Introduction: sound-symbolic processes. In: OHALA, J.J.; HINTON, L. & NICHOLS, J. (Eds.). *Sound symbolism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 1-14.

JAFFE, A. Symbolism in the visual arts. In: JUNG, C.G. (Ed.). *Man and his symbols*. New York: Dell Publishing Co. Inc, 1964, p. 255-322.

KANEKO, M., & SUTTON-SPENCE, R. Iconicity and metaphor in sign language poetry. *Metaphor and Symbol*, 27(2), 2012, p. 107-130.

LONEGREN, S. *Labyrinths: ancient myths and modern uses*. Glastonbury: Gothic Images Publications, 1996.

MAGNUS, M. *What's in a word? Studies in phonosemantics*. PhD Thesis, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, Norway, 2001.

MARANGO, C. Evidence for counting and recording in the Neolithic? Artefacts as signs and signs as artefacts. In: MICHAILED, A. (Ed.). *Manufacture and measurement. Counting, measuring and recording craft items in early Aegean societies*. Athens: Research Centre for Greek and Roman Antiquity, National Hellenic Research Foundation, 2001, p.9-43.

MARINATOS, N. *Minoan religion. Ritual, image and symbol*. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 1993.

- MCADAMS, W.M. *Records of ancient races in the Mississippi valley. Being an account of some of the pictographs, sculptured hieroglyphs, symbolic devices, emblems and traditions of the prehistoric races of America, with some suggestions as to their origin.* St. Louis: C.R. Barns Publishing Co, 1887.
- MEIR, I. Iconicity and metaphor: constraints on metaphorical extension of iconic forms. *Language*, 86 (4), 2010, p. 865-896.
- MERLINI, M. A comparison between the signs from Tartaria, the Danube script and other early writings. In: LAZAROVICI, C.; LAZAROVICI, G.; MERLINI, M. & MARLER, J. (Eds.). *Tartaria and the Sacred Tablets*. Rome, Italy: Euro Innovanet Srl. Italy – Institute of Archaeomythology, 2011, p. 263-337.
- MERTZANI, M. Roundness in spoken and signed languages. Paper presented at the “II Seminário Linguas em contato: onde estão as fronteiras?”- 2-3 October 2015. UFPEL/CLC/PEIF, Pelotas – RS, Brasil. October 3, 2015a.
- MERTZANI, M. Symbolism of the encircled cross in Greece and Egypt. Working Paper presented at the *XVI Jornada de História Antiga-Além das fronteiras: contatos interculturais no Mediterrâneo Antigo*, 24-28 August 2015. Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA) - Polo Interdisciplinar de Estudos do Mundo Antigo (POIEMA), UFPel, Pelotas, Brazil. August 27, 2015b.
- NIOLAKI, G.Z., & MASTERSON, J. Transfer effects in spelling from transparent Greek to opaque English in seven-to-ten-year-old children. *Bilingualism: Language and Cognition*, 15 (4), 2012, p. 757-770.
- NUCKOLLS, J.B. *Sounds like life. Sound-symbolic grammar, performance and cognition in Pastaza Quechua*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1996.
- PALMER, L.R. *The Greek language*. London: Faber and Faber Ltd, 1980.
- PARISE, C.V., & PAVANI, F. Evidence of sound symbolism in simple vocalizations. *Exp Brain Res*, 214(3), 2011, p. 373-380.
- PARSONS, J.D. *The non-Christian cross*. London: Bemrose and Sons Ltd, 1896.

- PAYNE, A. *Hieroglyphic Luwian: an introduction with original texts*. Wiesbaden, Germany: Harrassowitz Verlag, 2010.
- PERNISS, P., THOMPSON, R.L., & VIGLIOCCO, G. Iconicity as a general property of language: evidence from spoken and signed languages. *Frontiers in Psychology*, 1, 2010, p.227.
- PORT, R. How are words stored in memory? Beyond phones and phonemes. *New Ideas in Psychology*, 25, 2007, p. 143-170.
- SHEMBRI, A. Rethinking “classifiers” in signed languages. In K. Emmorey (Ed.), *Perspectives on classifier constructions in sign languages*. U.S.A.: Laurence Erlbaum Associates, Inc, 2003, p. 3-34.
- SANTOS, M.J. Estelas diademas. Revisión de criterios de clasificación. *Herakleion*, 2, 2009, p. 7-40.
- SPECTOR, F., & MAURER, D. Early sound symbolism for vowel sounds. *i-Perception*, 4, 2013, p. 239-241.
- SPENCE, C., & DERROY, O. Hearing mouth shapes: sound symbolism and the reverse McGurk effect. *i-Perception*, 3, 2012, p. 550-552.
- TAUB, S.F. *Language from the body. Iconicity and metaphor in American Sign Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- WALGATE, W. Narrative cycles on the Hagia Triada sarcophagus. 2002. Retrieved September 22, 2015 from: www.walgate.com/pdf/WendyWalgate_HTSEssay.pdf
- WATROUS, L.V. The origin and iconography of the late Minoan painted larnax. *Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens*, 60 (3), 1991, p. 285-307.
- WERNES, H.B. *The continuum encyclopaedia of animal symbolism in world art*. U.S.A.: The Continuum International Publishing Group Inc, 2003.
- WILKINSON, J.G. *Manners and customs of the ancient Egyptians*. New York: Dodd, Mead and Company Publishers, 1878.

XIAO, W., & TREIMAN, R. Iconicity of simple Chinese characters. *Behavior Research Methods*, 44(4), 2012, p. 954-60.

YAKUBOVICH, I. Anatolian names in -wiya and the structure of empire Luwian onomastics. In: MOUTON, A.; RUTHERFORD, I. & YAKUBOVICH, I. (Eds.). *Luwian Identities. Culture, language and religion between Anatolia and the Aegean*. Leiden, Boston: Brill, 2013, p. 87-124.

Online resources:

The Online Liddell-Scott-Jones Greek-English Lexicon (LSJ)

A denúncia do crime civilizacional, Tucídides e o *éthos* heroico de Euclides da Cunha

Anderson Zalewski Vargas¹

Rafael Vicente Kunst²

Mais glorioso foi para **Eneas** o nome do piedoso, salvando nos ombros a seu pai; que o de valoroso, tendo a seus pés seus inimigos. Ditosos chamou **Eurípedes** aos pais que têm filhos obedientes. E pelo contrário, se podem intitular desgraçados os que têm filhos descomedidos aos conselhos e preceitos justos seus pais. Por isso, como diz **Quintiliano**, são os filhos a esperança dos pais, quando otram bem e virtuosamente.

Antonio Conselheiro, Apontamentos dos preceitos da Divina Lei de nosso Senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens (2017, p.130-131)

Ao final do proêmio de *Os sertões*, Euclides da Cunha escreveu três linhas isoladas para complementar seu juízo sobre a “Campanha de Canudos”:

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.
E, foi, na significação integral da palavra, um crime.
 Denunciemo-lo. (*Notas Preliminares*, p. 11, 35-37³)

¹ Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

² Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

³ Adotamos a edição crítica de Walnice Nogueira Galvão (2016) para as citações em vista da útil numeração das linhas. Salvo indicação em contrário, os destaques das citações são de minha autoria.

Um “crime”. Esse é um indício das razões pelas quais o tradutor alemão da obra euclidiana, Berthold Zilly, escreveu um artigo intitulado “*Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopeia da literatura universal: Os sertões de Euclides da Cunha, cem anos depois*”. Euclides da Cunha pode, portanto, ser colocado ao lado de outros poucos intelectuais da época como Lima Barreto e Manuel Bonfim.⁴ A singularidade destes poucos cresce em importância porque, no início do século XX, conceber intelectual e publicamente a repressão de um movimento como o de Canudos como criminosa era algo *sui generis*. Nas páginas de jornais das principais cidades brasileiras, por exemplo, eram promovidas verdadeiras campanhas contra os “obstáculos” à modernização do país, entre os quais, um indefinido “povo”. De forma geral, Estado era instado a ser o agente de alterações materiais como a substituição da arquitetura colonial, a implementação de rede de esgotos.... mas também da reformulação de hábitos, da moral e da aparência dos brasileiros. Muitos destes artigos foram escritos por indivíduos que conciliavam sua ocupação profissional com a de “homens de letras” (como o fez Euclides da Cunha), pretendendo ser reconhecidos como atores do processo de transformação do país. Em seus textos, o “povo” foi apresentado, muitas vezes, como um obstáculo ao progresso, devendo, por essa razão, ser alvo de ações transformadoras ou repressoras por parte das autoridades⁵. Como o latino *populus* e termos gregos como *polloi* (muitos), “povo” designa o “homem em estado de número” e seus sentidos específicos dependem de avaliações sobre a essência, a condição, a forma de reunião dos agrupamentos de pessoas designados pelo termo (BOLLÈME, 1988, p. 17). Na *Belle Époque* brasileira, tais sentidos

⁴Esta posição contracorrente de Euclides também foi destacada, entre outros, por Simone Petraglia Kropf (1996), Walnice Galvão (1994) e Marçal Paredes (2003).

⁵Dois marcos iniciais deste campo de investigação: *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de Sydney Chalhoub (1986) e *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, de Nicolau Sevcenko (1989). Em minha dissertação de mestrado (1992), segui esta senda ao investigar as matérias de um modesto jornal porto-alegrense, *O Independente*, entre 1900 e 1919.

eram predominantemente negativos, o que singulariza a avaliação euclidiana sobre Canudos.

Filho de fazendeiro e ativista político republicano, Euclides da Cunha (1866-1909) foi desde cedo complexo e polêmico. Órfão de mãe ainda menino, de saúde fragilizada por tuberculose, rebelde aluno de escola militar, ativista republicano logo desiludido com o novo regime, ex-oficial do exército, engenheiro, desbravador do interior amazônico em expedição para estabelecer os limites com o Peru, “homem de letras” ansioso por participar da esfera pública republicana, morto ao tentar limpar sua honra pelo amante da mulher ...São muitos os dados biográficos reveladores de uma existência que se sobressaiu nacionalmente quando conseguiu publicar o alentado volume sobre a guerra interna que servira para arregimentar muitos brasileiros das grandes capitais. Desde os primeiros comentários elogiosos – recepção que o levou à Academia Brasileira de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico -, e até os dias de hoje, *Os sertões* ocuparam o espaço de obra nacional pelas suas ideias e pelas qualidades superlativas de sua escrita. História? Jornalismo? Escrita científica? Artística? Ou ambas? Não há juízos absolutos sobre esse grande livro⁶.

No nosso caso, profissional da área de História que descobriu *Os Sertões* em idade já avançada, houve desde o início a conjugação de admiração e repulsa. Já na leitura do parágrafo inicial das “Notas Preliminares”, nos impressionou a linguagem tortuosa pela alteração recorrente da ordem dos termos da frase, a proposição explícita de um *éthos discursivo*⁷ heroico transmitido logo na

⁶Dentre as tentativas de definição, destacamos a de Luiz Costa Lima, para quem seria inaceitável admitir serem *Os Sertões* ao mesmo tempo história e literatura (2008, p. 75).

⁷Não é possível desconsiderar a noção aristotélica instauradora da compreensão de que podemos ser persuadidos quando a natureza de um discurso nos transmite a impressão de ser o orador digno de fé – podendo ser mesmo causa de persuasão mais relevante que a lógica (*lógos*) e a emocional (*páthos*) (*Retórica*, 1356a, 5-6). Consideramos recomendável também considerar as ideias de Dominique Mainguenu a respeito desta imprecisa noção quando a usamos na análise de textos escritos. Ressalto aqui a noção de *éthos pré-discursivo*, abarcante das ideias prévias de um leitor/ouvinte sobre enunciador e os “princípios mínimos” de acordo sobre diversas avaliações do *éthos discursivo*:

primeira linha: “Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante”, seguida pela informação surpreendente do fracasso do plano inicial com “este livro, que a princípio se resumia à história da campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.”⁸ (E as causas realmente nunca são apontadas, restando, na leitura, um mistério na origem da alteração dos caminhos que redundaram em *Os sertões*.) Também nos impressionou o contraste entre a proclamação de modéstia e a dimensão e qualidade colossais da obra...A admiração persistiu ao longo da leitura da seção que muitos deixam de lado – *A Terra*: nunca conhecera descrição tão dramática da natureza – e prosseguiu até o fim, atingindo o clímax em *A luta*, tal como deve ter sido imaginado pelo seu autor. Espanto também foi sentido por constatar a simpatia pelo sertanejo... mas uma simpatia perturbadora. Porque logo identificamos a violência imanente à concepção histórica e sociológica professada por Euclides:

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘**força motriz da História**’ que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, **no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.**” (*Nota Preliminar*, p. 10, 22-25)

O narrador-Euclides, que anuncia entusiasticamente e sem maiores abalos a violência geradora de história, fez-se promotor a denunciar o ato de violência inaugural da República brasileira em

- o *éthos* é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;

- o *éthos* é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;

- é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. (MAINGUENEAU, 2008, p. 17)

⁸“Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.” (*Os sertões*, 2016, p. 10, 1-4)

uma obra proclamada como histórica⁹, rica em recursos retóricos – porque, entre outras razões, a Retórica foi o cerne da formação intelectual brasileira até o início do século XX (SOUZA, 1999, p.36) – e na invocação da Antiguidade para a constituição de sentidos – porque a concepção de história de Euclides reconhecia elos e irrupções do passado, mesmo o mais distante¹⁰.

Na sequência deste texto, analisamos alguns aspectos retóricos¹¹ de *Os sertões*, vislumbrando um *éthos* discursivo particular de seu autor em uma seção específica. Nela encontramos a invocação da Antiguidade a dar sustentação ao juízo de que houvera um crime e

⁹ Em sua particular introdução, Euclides escreveu que ao invés da “história da campanha de Canudos” pretender esboçar, “palidamente embora, **ante o olhar de futuros historiadores**”, os “traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (p.10, 7-8). Penso ser isso, por um lado, uma *apóstrofe*, a figura de enunciação “que consiste em dirigir-se a algo ou alguém diferente do auditório real, para persuadi-lo mais facilmente” (REBOUL, 1998, p.133). Ao nomear este destinatário ideal, estabelecia-se um dignificante plano do juízo do escrito, a história futura, quando o que se visava mesmo era o leitor de 1902. Por outro lado, ao longo de toda o portentoso trabalho, é um historiador que se manifesta. Exemplos: contrapondo ao seu empreendimento, preservador de uma nova memória de Canudos, Euclides escreve não terem tido um historiador as missões jesuíticas (p.105, 244) desbravadoras do sertão e as “agitações sertanejas”(p.139,8, 63-4); além disso, a “selvageria impiedosa” dos soldados a degolar seus adversários vencidos contava com a segurança de não “temer-se o juízo tremendo do futuro. **A História não iria até ali.**” (p.512, 142-3). Ela o foi, graças a Euclides.

¹⁰ Essas repetições, segundo Rafael Vicente Kunst, indicam uma concepção cíclica de tempo (2012, p. 33, 45). Já Fernando Nicolazzi crê que as analogias euclidianas com tempos passados não invalidam uma preponderante concepção progressista de tempo em *Os sertões* (2001, p. 271). Há que se considerar, creio, também a contribuição individual, em que “raça” e “meio” se conjugam para as “repetições históricas” por meio de regressões. Parece ter sido o caso da explicação da figura de Antônio Conselheiro: “Em seu desvio ideativo vibrou sempre, a bem dizer exclusiva, a nota étnica. Foi um documento raro de **atavismo**. A **constituição mórbida** levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas, e alterando-lhe as relações com o mundo exterior, traduz-se fundamentalmente como uma **regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie.**”(p.145, 53-58) Para o que contribuía também “o influxo das **raças inferiores**”(p.146, 68). A consequência: “**A história repete-se**” com o movimento capitaneado por Conselheiro (p.146, 88).

¹¹Na Retórica de Aristóteles encontramos uma proposição universalista desta arte, porque todas as pessoas questionariam e sustentariam um argumento, se defenderiam ou acusariam cotidianamente. “Simplesmente, na sua maioria, umas pessoas fazem-no ao acaso, e, outras, mediante a prática que resulta do hábito. E porque os dois modos são possíveis, *é óbvio que também seria possível fazer a mesma coisa seguindo um método*, pois é possível estudar a razão pela qual tanto são bem-sucedidos os que agem por hábito quanto os que agem espontaneamente, e todos facilmente concordarão que tal estudo é tarefa de uma arte[*téchne*].”(I. 1354a 1-13). Sistematizada a partir da prática oratória, logo a retórica fez parte da expressão escrita de gregos e, posteriormente, de romanos.

houvera vítimas do violento avanço civilizacional: um admirável “patrício” de seus algozes, mas também um “bárbaro”.

Éthos heroico e invocação do testemunho tucidideano

A campanha de Canudos tem por isso a significação inegável de um primeiro assalto [da civilização], em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã - tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. (*Os sertões, Nota Preliminar*, p.11, 26-34)

Nas notas à segunda edição (1903), Euclides concluiu suas respostas às críticas feitas ao seu trabalho respondendo àqueles que tinham estranhado a classificação dos repressores de Canudos como “mercenários inconscientes” da guerra de extermínio civilizacional:

Estranhou-se a expressão. Mas devo mantê-la: mantenho-a.

Não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de defesa; **é infelizmente** de ataque.

Ataque **franco** e, devo dizê-lo, **involuntário**. Nesse investir, aparentemente desafiador, com os **singularíssimos civilizados** que nos sertões, diante de **semibárbaros**, estadearam tão lastimáveis **selvaticezas**, obedeci o rigor incoercível da verdade. **Ninguém o negará.** (*Os sertões, Notas à Segunda Edição*, p. 560, 238-246)

Já foi observado que Euclides criou um narrador que se reveste da figura de um tribuno, “discursando para persuadir”; que em *Os sertões* não temos um narrador que busca as sombras da autoanulação, mas o “gesticular patético do orador, afastado e elevado, em confrontação, querendo convencer” (GALVÃO, 2016, p.625). O próprio Euclides confessou, depois de ler *Éloquence et improvisation: art de la parole oratoire au barreau, à la tribune, à la chaire*, de Eugène Paignol, seu gosto pela “tribuna” e seu desejo de usar a oratória na defesa de “qualquer infeliz”:

Pudessem todos ler este livro... O espírito após atravessar estas páginas como se transfigura _ sentimos dentro de nós uma nova força, latente e invencível _ a única capaz de fielmente transmitir as energias da nossa alma.

Vemos quanto é forte esta alavanca _ a palavra _ que aleventa sociedades inteiras, derriba tiranias seculares...

(...)

Eu tenho fanatismo tão insensato pela palavra, **pela tribuna** que, faça embora o que fizer de melhor para a sociedade, **tereí cumprido mal o meu destino se não tiver ocasião de, pelo menos uma vez, erguer a minha palavra sobre a frente de qualquer infeliz**, abandonado de todos; e aí **impávido, altivo, audaz e insolente** arriscar em prol de sua vida obscura todas as energias de meu cérebro, todos os meus ideais a minha ilusão mais pura, o meu futuro e a vida minha!... (CUNHA, 1888)

A cobertura da campanha de Canudos ofereceu a “ocasião” para redação do libelo de defesa, pelo qual Euclides se colocou na posição de escritor-orador. É essa imagem que nos vem à mente nesta evidente preterição: **“Estranhou-se a expressão. Mas devo mantê-la: mantenho-a.”** Os retores antigos sempre ressaltaram ser preciso empregar sua arte¹² de forma que a mesma não fosse percebida de uma forma evidente¹³. Pois na nossa leitura, o tropo

¹²“O conceito grego de *téchne*, que costuma traduzir por ‘arte’, não fala da realização dos artistas, não tem o compromisso estético nem o valor da genialidade que lhes atribuímos hoje. A *Techné* é uma atividade humana fundada num saber. Aquele que tem uma arte detém um saber que o orienta em sua produção.” (MOREIRA, 2006, p.73-4). “Arte [*ars*] é o preceito que dá método e sistematização ao discurso.” ([CÍCERO], *Retórica a Herênio*, I. 3)

¹³Ao defender o uso de exemplos próprios na escrita de um manual de retórica, o autor da *Retórica a Herênio* observou: “Além disso, os exemplos tomados de outros não podem acomodar-se tão bem à arte, porque ao discursar, geralmente, cada um dos lugares é tocado de leve, para que o artifício não se mostre. Ao preceituar, porém, é preciso dar exemplos expressamente redigidos para conformar-se ao plano da arte. Depois, ao discursar, para que a arte não se sobressaia e seja vista por todos, que seja ocultada pela faculdade do orador. Portanto, também para que a arte seja bem apreendida é melhor usar exemplos próprios”. (IV, 10) Recomendação semelhante já fizera Aristóteles ao tratar da elocução: “É pois isto que os autores, ao comporem, o devem fazer passar despercebido e não mostrar claramente que falam com artificialidade, mas sim com naturalidade, pois este último modo resulta persuasivo, o anterior, o oposto. Na verdade, as pessoas enchem-se de indignação como contra alguém que contra elas conspirasse, tal como perante vinhos adulterados.(...) Passa corretamente despercebido o artifício que se compõe escolhendo-se palavras da linguagem de todos os dias: isto é o que Eurípides faz e foi ele o primeiro a mostrá-lo.” (*Retórica*, III, 1404b, 18-26).

(lexical) usado por Euclides perde sua eficácia pelo seu explícito caráter “artístico”. Escrito como está, com os dois pontos transmitindo a resolução do “impasse”, torna-se, em nossa leitura, artificial no sentido de afetado. Digo isto apesar de admirar o tom grandiloquente da passagem; e esta admiração é fruto, em grande parte, do contraste com a natureza da escrita histórica com que estamos acostumado, cujo artifício objetivista exclui um narrador manifesto no texto e qualquer complexidade maior da linguagem para a expressão de sentido.¹⁴

Destacamos, em segundo lugar, a ideia de uma realidade paradoxal presente na passagem... vocês precisarão lembrar de que na primeira citação de nossa exposição está a ideia de que a Guerra de Canudos foi um refluxo para o passado... Porque, para Euclides, o sertanejo, apesar de não ser “degenerado” como os brasileiros do litoral, era um “retrógrado”... permanecera à parte do movimento da história e, por essa razão, era um “forte”¹⁵. A sentença “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, que abre o cap. III da seção “O homem”, é hoje um lugar-comum sobre o homem nordestino¹⁶. Em geral, quando a repetimos desconsideramos ser tal “fortaleza” fruto de

¹⁴A mesma boa vontade não tive ao ler este extrato com preterição e grandiloquência semelhantes: **“Para mim é inadmissível. Não posso silenciar. Não devo silenciar.** Tenho sido vítima desde maio de torpezas e vilezas que pouco a pouco, e agora até mais rapidamente, têm vindo à luz. Jamais poderia acreditar que houvesse uma conspiração para me derrubar da Presidência da República. **Mas os fatos me convenceram. E são incontestáveis.**” Trata-se de carta enviada por Michel Temer aos deputados em meio à escalada de tensão entre ele e Rodrigo Maia, presidente da Câmara. Mesmo que se tratasse de alguém com, aos meus olhos, alguma legitimidade, suspeito que a artificialidade das suas palavras continuaria sendo evidente e o resultado, patético, no sentido de ridículo, tolo. Disponível em : <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-envia-carta-a-parlamentares-para-se-defender-de-denuncia,70002047759> . Acesso em 16 out. 2017.

¹⁵“É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia” (*Os Sertões*, p. 203, 547-550).

¹⁶“O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (*Os Sertões*, p.115, 1-2). A fortitude sertaneja é dependente da caricata figuração do brasileiro litorâneo, de debilidade física esgotante e “neurastênico”. Neurastenia, desde a criação do termo pelo médico estado-unidense George Miller Beard (1839-1883), designa patologia de origem nervosa, causadora de apatia, desânimo, pessimismo, irritação, azedume... (ZORZANELLI, 2010, p. 432). Seria o estado de Euclides da Cunha ao descobrir os erros de *Os sertões* ainda no prelo, conforme seu último entrevistador, Viriato Correia. O que não o impediu de revisar minuciosamente o texto (ROSSO, 2009).

uma anomalia, pois era elemento de uma cápsula de tempo perdida, possível pelas condições *sui generis* de uma realidade paradoxal. Por isso ele foi dito um “Hércules-Quasímodo”:

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. **Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos.** (*Os sertões*, 2001, p. 207)

Rafael Kunst concordou e defendeu a tese de que “Hércules-Quasímodo” é uma metáfora e não um oximoro (2012). A ideia, porém, de que o oximoro é pertinente à transmissão de uma realidade paradoxal (FLORIN, 2016, p.61) nos parece adequada à caracterização euclidiana do sertanejo. Walnice Galvão escreveu haver em *Os sertões* e em obras de outros intelectuais do período um “pensamento oximorótico” e que “o oximoro em Euclides não só orna como expressa a dificuldade real de alcançar uma síntese entre doutrinas contraditórias” (2009, p. 55). Talvez não haja síntese possível que exclua essa coincidência de opostos euclidiana. Na sequência da última citação temos

Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas.(...)e da figura do **tabaréu canhestro** reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um **titã acobreado e potente**, num desdobramento surpreendente de fora e agilidade extraordinárias. (p. 207-2008)

A esta realidade proteica de um mundo sertanejo mantido à parte da história também corresponde a expressão “Troia de Taipa, outro exemplo de tropicalização da tradição antiga para transmitir a noção de um mundo em que os opostos podiam coincidir. Mas quando o sertanejo estava sob a ação de Antônio Conselheiro, um ‘gnóstico bronco’ (p. 156,89), era um “degenerado” e a sua Canudos

era: “A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro.”(p.174, 62). É possível que no início do século XX o leitor bem formado reconhecesse com facilidade o engenho do uso euclidiano desses termos latinos... talvez fosse tão comum que nem engenho parecesse.... Para nós, contudo, parece admirável o recurso aos sentidos diversos de *urbs* - a designar a realidade material - e de *civitas* - a nomear o “corpo de cidadãos”-, correspondendo a usos possíveis dos termos no latim antigo. Canudos, materialmente monstruosa revelava uma organização social equivocada e “sinistra” (“má”, “assustadora”, “temível”, “funesta”... como selecionar os sentidos adequados dentre os oferecidos por um dicionário atual?) porque a “tapera colossal parecia estereografar a feição moral da sociedade ali acoutada. Era a objetivação daquela insânia imensa. Documento ineludível permitindo o **corpo de delito** direto sobre os desmandos de um povo.”(p. 173, 55-6). Era uma vítima desprovida de traço de inocência perdida...mesmo porque o sertão, a caatinga, estava (e está) longe de ser um paraíso.

Esses argumentos que são elaborados a partir de paradoxos são recorrentes no ataque do autor contra os crimes daqueles considerados como “civilizados brasileiros”. Mesmo definindo o Exército e a população do litoral nacional, em contraposição aos sertanejos, como detentores da civilização, esses são denunciados ao longo de toda a obra euclidiana por seus diversos atos bárbaros, principalmente na campanha contra Canudos. Segue uma de suas primeiras definições sobre seus civilizados: “sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes” (p.11, 29-32). Alimentando-se de princípios civilizadores alheios a sua realidade e sem desenvolver uma cultura nacional – assim Euclides concebia a civilização brasileira. Sua civilidade não só é aparente, mas foi desenvolvida parasitariamente. Inconscientes, os civilizados brasileiros nem mesmo tomaram conhecimento da sua atuação na trajetória irreversível da história da

civilização. Em outra reflexão, Euclides da Cunha lança outra crítica, ainda mais contundente, à “pretensa civilização brasileira”:

A força portentosa da hereditariedade, aqui, como em toda a parte e em todos os tempos, arrasta para os meios mais adiantados – enlavados e encobertos de tênue verniz de cultura – trogloditas completos. Se o curso normal da civilização em geral os contém, e os domina, e os manietta, e os inutiliza, e a pouco e pouco os destrói, recalçando-os na penumbra de uma existência inútil, de onde os arranca, às vezes, a curiosidade dos sociólogos extravagantes ou as pesquisas da psiquiatria, sempre que um abalo profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis, eles surgem e invadem escandalosamente a história. (p.332, 105-113)

Essa longa crítica foi feita após a descrição da histeria antimonarquista que teria dominado a Capital após a notícia da derrota da Expedição liderada por Moreira César contra o arraial rebelde, em que uma multidão teria atacado sedes de diversos jornais, acusados de monarquistas. O temor criado diante da certeza de Canudos ser uma conspiração monárquica teria dominado toda população, inclusive o presidente da República. Nesse contexto, os “trogloditas completos” despir-se-iam do “tênue verniz de cultura” e dominariam os rumos da História, libertados por um “abalo profundo” na “coesão das leis”. Através dessa descrição paradoxal dos “brasileiros civilizados”, a barbárie dos criminosos é exposta também fora do cenário sertanejo, aumentando a culpa do “réu” e fortalecendo o argumento da sua denúncia.

Analisando a obra para além da passagem acima citada, encontramos outra manifestação dessas “lastimáveis selvaticezas” dos “singularíssimos civilizados”. A série de degolas promovidas pela quarta expedição contra Canudos é um grande exemplo. Miriam Gárate destaca a questão das degolas n’*Os Sertões* como um ponto de conexão entre diversos trechos do livro, como também entre os sertanejos e os militares que os atacaram: “[...] põe a circular um signo, o da degola, epítome de uma prática ‘bárbara’. Signo que rolará de mão em mão até retornar, ‘realizado’ e quase idêntico,

àquela que é sua fonte de emissão” (GÁRATE, 2001, p.55). A primeira aparição desse signo já se daria na sessão *A Terra*, quando o autor descreve a espécie de planta comum no sertão conhecidas como cabeças-de-frade (p.53, 333). Segundo Gárate, a alusão a essa espécie vegetal, inserida na elaboração do cenário de um meio tão bárbaro quanto seus habitantes, teria a intenção de introduzir o leitor aos eventos mencionados posteriormente na sessão *A Luta*, prenunciando a violência exercida por ambos os lados do conflito. As próximas referências ao signo da degola estão presentes nas partes inicial e final do capítulo *Expedição Moreira César*. Pouco depois de traçar o perfil de Moreira César, descrito como um militar desequilibrado e inexpressivo, que teria sido feito herói por uma sociedade também em desequilíbrio e desordem. Sua fama foi adquirida principalmente depois da violenta repressão promovida por ele nos conflitos federalistas de Santa Catarina. A reputação violenta do militar se espalhou nos sertões junto com as notícias do novo assalto contra Canudos liderado por ele, provocando grande temor entre os conselheiristas. Euclides da Cunha descreve Moreira César como fruto de uma “fase crítica da nossa história”, caracterizada pelas violentas repressões contra a Revolução Federalista no sul do país e contra as Revoltas da Armada. Esse contexto teria permitido que aquela figura bárbara tivesse se destacado tanto – a entrega de uma expedição militar a uma figura tão débil seria prova da própria debilidade, imoralidade e decadência de sua sociedade que se definia como civilizada. Assim, o “Corta-cabeças” seria o filho dos erros da civilização brasileira.

A trajetória do símbolo da degola continua na longa descrição da atitude dos sertanejos logo após sua vitória contra a investida liderada por Moreira César. Enquanto o Exército debandava deixando para trás armamentos e recursos. Após recolherem os cadáveres que ficaram para trás, os conselheiristas começam um “sinistro ritual” descrito pelo autor:

(...) os jagunços reuniram os cadáveres que jaziam esparsos em vários pontos. Decapitaram-nos. Queimaram os corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, fronteando-se, faces voltadas para o caminho. Por cima, nos arbustos marginais mais altos, dependuraram os restos das fardas, calças e dólmãs multicores, selins, cinturões, quepes de listras rubras, capotes, mantas, cantis e mochilas... (p.325, 140-146)

Nesse trecho não há muitas reflexões do autor sobre essas ações – possivelmente porque essas seriam esperadas, ou pelo menos condizentes com o estágio evolutivo dos bárbaros do sertão. Entretanto, antes da descrição acima citada, uma breve afirmação nos auxilia a compreender esse “rompante bárbaro”: “E a crença, revigorada na brutalidade dos combates, crescendo, maior, num reviver de todos os instintos bárbaros, malignou-lhes a índole” (p.325, 134-136). Portanto, a barbárie sertaneja teria sido reascendida pela violência dos combates na defesa de Canudos, como o autor narrara antes do trecho citado. Se esses instintos foram provocados pela ferocidade com que tiveram que defender suas casas, então, consequentemente, o ritual da decapitação teria responsabilidade, pelo menos indireta, dos militares que iniciaram o assalto a Canudos. Essa relação não anula a barbárie daqueles conselheiristas, mas pelo menos a ameniza, pois, quando relaciona as selvagerias dos sertanejos e dos “civilizados do litoral”, afirma: “Estes [os jagunços], ao menos, eram lógicos. O jagunço, um anacronismo étnico, só podia ter feito o que fez”. Portanto, comparados aos bárbaros do sertão, os civilizados brasileiros eram ainda menos civilizados, pois, mesmo tendo contato com a “luz civilizadora”, voltaram para a escuridão da ignorância.

Como temos certa ligação com Tucídides, me espantei quando li pela primeira vez a sequência seguinte¹⁷, a segunda preterição, ao

¹⁷Foi Hilton Costa quem deu a notícia desta passagem, em algum momento do início dos anos 2000.

mesmo tempo um inventivo argumento de autoridade que conclui a resposta:

E se não temesse envidar-me em paralelo que não mereço, gravaria na primeira página a **frase nobremente sincera** de Tucídides, ao escrever a história da guerra do Peloponeso – porque eu também, embora **sem a mesma visão aquilina**, escrevi “...sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras.” (*Os sertões. Notas à Segunda Edição*, p. 560, 245-252)

Considerando o conhecimento atual da obra de Tucídides, creio que esta invocação do autor da Guerra dos Peloponésios e Atenienses é um argumento de autoridade com consideráveis chances de fracasso. Quem é o historiador contemporâneo que pensa em defender seu trabalho recorrendo a algum historiador grego antigo? Ou romano? Qual o prestígio contemporâneo da historiografia antiga? Quem já ouvir falar de Tucídides? Quem conhece sua única obra? Mesmo fora do Brasil, creio que são poucos que concordariam com este juízo, de um especialista da área de História Antiga:

Heródoto pode ou não ter 'inventado' a história. (...) Este estudo começa com, e sempre tem em mente, Heródoto, mas seu foco principal é sobre Tucídides, o historiador ateniense **que, para o melhor e pior, fez muito para definir o que foi entendido por 'história' nos dois mil anos seguintes.** (CRANE, 1998, p. 01)

Ao invés de considerar como simples manifestação de pedantismo, o argumento de autoridade pode ser visto como uma tentativa de estabelecer um elo persuasivo “entre juízos admitidos e outros que se procura promover” (PERLEMAN & TYTHECA, 2005, p. 297). Na argumentação euclidiana, a intenção foi defender-se estabelecendo uma ligação entre os seus procedimentos de pesquisa e os de Tucídides... hoje resta a curiosidade e o interesse em

investigar tal recurso, especialmente pensando nos significados da invocação da Antiguidade em obra tão relevante da História Intelectual brasileira.

Ignoramos ainda a versão citada ou parafraseada. Nas traduções que conhecemos, em português, francês e inglês, a passagem completa não difere muito desta versão em português: “E, quanto às ações que foram praticadas na guerra, decidi registrar não as que conhecia por uma informação casual, nem segundo conjectura minha, mas **somente aquelas que eu próprio presenciara e depois de ter pesquisado a fundo** sobre cada uma junto de outros, com a maior exatidão possível.” (TUCÍDIDES. I. 22.2.)

Seja citação ou paráfrase, é possível dizer que Euclides se defendeu alegando, *a posteriori*, elementos de um procedimento metodológico marcado por dupla cautela. Descartou os primeiros assistentes dos fatos e as suas próprias sensações do que viu e ouviu. Como na maior parte do universo da historiografia grega antiga, desconfiada do dito e ouvido, afirmou ter privilegiado *ou a autópsia* - sendo sua visão a garantidora da veracidade do narrado - *ou relatos seguros*, apesar de, a exemplo dos Antigos antecessores, não informar os critérios capazes de fazer *certa* esta ou aquela versão.¹⁸

Chama-nos a atenção igualmente a ausência do parágrafo imediatamente anterior ao parafraseado:

Quanto aos discursos que cada uma das partes pronunciou, quer nas vésperas da guerra, quer no seu decorrer, reproduzir-lhes as palavras exatamente era difícil, para mim quando os ouvira pessoalmente, para os outros quando me transmitiam o que tinham ouvido de qualquer outra fonte; como me parecia que cada orador teria falado o que cabia sobre as situações sucessivas, atendo-me o mais próximo possível do sentido geral das palavras realmente pronunciadas, assim vão formulados. (TUCÍDIDES. I. 22.1)

¹⁸ Sobre a autópsia como princípio historiográfico grego, consultar François Hartog (1999, 273-314) e Francisco Murari Pires (1995).

Já na Antiguidade, a reprodução de discursos em obras históricas causava polêmica – Políbio atacou o rival Timeu pelo desleixo na determinação da causa dos eventos e na reprodução de discursos realmente pronunciados. Quanto aos historiadores modernos, há muito tempo essas linhas de Tucídides causam constrangimento pelo que conflitam com o mandato que nos impede de *criar* na escrita do passado (PIRES, 1995, 2003). O embaraço é muito comum àqueles que pretenderam e pretendem ver no historiador heleno um êmulo antigo de sua pretensão à “veracidade objetiva”. Em uma situação em que a veracidade de seu relato era desafiada, Euclides pode ter omitido essa proposição metodológica certamente inadequada ao seu propósito.

Ocorre-nos, no entanto, esta pergunta: em razão da modéstia autoral euclidiana, teria Tucídides perdido a chance de aparecer na primeira página de *Os Sertões*? Desconfiamos que nunca saberemos – e talvez isso realmente não seja necessário. De qualquer forma, dupla cautela mencionada, a autoapresentação como narrador-testemunha ou narrador-bem fundado (porque baseado em fontes confiáveis) corresponde realmente a certa leitura da figura de Tucídides, a despeito da pretensão euclidiana de também ser um memorialista conforme um juízo justo dos fatos ocorridos – o que o aproximaria mais de Heródoto, o qual é completamente ignorado por ele.

Haveria também um obstáculo prático na transcrição da epígrafe manifestamente omitida: a contradição com a ideia transmitida pela citação, em francês, de Hipólito Taine, do *Ensaio sobre Tito Lívio, 1874*: crítica uma história que respeita fatos, mas não preserva a “cor”, a “alma” dos acontecimentos:

ele se irrita contra as meias verdades que são as meias falsidades, contra as autoridades que não alteram uma data, nem uma genealogia, mas desnaturam os sentimentos e os costumes, que conservam o desenho dos acontecimentos mudando-lhes a cor, que copiam os fatos desfigurando a alma: quer sentir como bárbaro entre

os bárbaros e, entre os antigos, como antigo. (Tradução de Leopoldo M. Bernucci, *Os sertões, Nota Preliminar*, 2001, p. 67)

A pretensão euclidiana de se equiparar a Tucídides acabou sendo publicada nas páginas finais da segunda edição de *Os sertões*, de forma pertinente à pretensa modéstia do autor, da qual desconfiamos pelas suas reiteradas manifestações. A vaidade do narrador, me parece pela leitura ser de tal magnitude que exige diversos meios atenuadores para sua expressão, como no caso da oblíqua comparação a Tucídides, em que temos: “E se não temesse envaivar-me em paralelo que não mereço” e “sem a mesma visão aquilina”.

Essa impressão de vaidade excessiva desesperadamente mitigada pode ser acentuada se lembrarmos da primeira linha de *Os sertões*: “Escrito nos intervalos de folga de uma carreira fatigante”... Em um *Caderno* dito “íntimo”, de 1902, Euclides anotou uma variante desta frase “Escrevi-o em quartos de hora, nos intervalos da minha **engenharia fatigante e obscura.**”(Caderno íntimo, 1902)

“Trabalhador”, “franco”, paciente do “rigor incoercível da verdade”, resignado com o seu destino...um amálgama de obscuridade profissional e sucesso como um escritor que se fez luminar, um cientista e um historiador do presente.... é um curioso exemplo de “herói estoico”. No “Caderno Íntimo” já citado, em variante do que foi publicado, a proposição metodológica tucidideana é qualificada como sendo uma “serenidade estoica”. Esta, portanto, nos pareceu ser a imagem pretendida por Euclides.

O linguista Victor Klemperer, na crítica ao espalhafatoso heroísmo nazista tipificado pelos combatentes e atletas do partido, vaidosos ao extremo e caracterizados por um “exibicionismo de gladiadores” (2009, p. 43-44), afirmou que o heroísmo é tanto mais puro e significativo quanto mais discreto, menos lucrativo e espaventoso.

O heroísmo é muito mais puro e significativo **quanto mais discreto** for, quanto menos público cultivar, **quanto menores**

rendimentos trazer para o herói e **quanto menos espalhafato** alcançar. O que critico no conceito nazista de heroísmo é que ele depende do aspecto promocional. Apresenta-se como soberba. (KLEMPERER, 2009, p. 44)

Não cremos que a exuberante escrita euclidiana corresponda ao exibicionismo nazista. Mas a repetição do ornamento nesta defesa de *Os Sertões* deixa mais uma vez clara, a nosso ver, a arte envolvida. Dependendo do leitor, a compreensão da artimanha pode comprometer o sucesso da intensificação de sentido (FLORIN, 2016, p.32), do recurso de ocultação do objetivo logrado. Ainda mais se o leitor atentar para o parágrafo de abertura das “Notas à 2ª Edição”:

Este livro, secamente atirado à publicidade, **sem amparos de qualquer natureza, para que os protestos contra as falsidades que acaso encerrasse se exercitassem perfeitamente desafogados**, conquistou – franca e espontânea -expressa pelos seus melhores órgãos, a grande simpatia nobilitadora da minha terra, **que não solicitei e que me desvanece**. Os únicos deslizos apontados pela crítica são, pela própria desvalia, bastantes eloquentes no delatarem a segurança das ideias e proposições aventadas.

É o que demonstra esta resenha rápida (...) (*Os sertões*, 2001, 783)

Os críticos, que foram e são muitos, devem ter adorado uma resposta às suas objeções na forma de “uma resenha rápida” dita suficiente...Há outras passagens do Caderno Intimo e seções que revelam esse esforço em parecer corajoso, modesto, humilde...A mim, tudo isso é compensado pela riqueza da linguagem que me faz admirar uma ausência de apoio prévio transformada em ato de coragem e de honestidade intelectual.

O que destaco, porém, é que a citação da História da Guerra dos Peloponésios e Atenienses coloca a Antiguidade, a Historiografia Antiga, no cerne de uma argumentação defensora do juízo a respeito da Guerra de Canudos logo expresso na Introdução, auxiliando na composição do sertanejo como a vítima de um crime. Não uma vítima encarnação da inocência, mas um personagem perturbador, proteico,

condenado ao extermínio. Assim, elucida-se também pontos fundamentais da própria concepção do autor sobre o papel de Canudos para a história brasileira, e mesmo para uma história da civilização, partindo de eventos relativos aos antigos gregos até a consolidação da civilização no sertão brasileiro. Os acontecimentos narrados envolvendo os seguidores de Conselheiro e mesmo a genealogia da barbárie sertaneja serviram como fontes de conhecimento para “futuros historiadores”, tal como seria o conflito do Peloponeso tratado por Tucídides. A religião dos conselheiristas é explicada a partir de suas semelhanças com antigos hereges, o homem do sertão é comparado com diversas figuras mitológicas, como centauros, titãs, Anteu e Hércules. Nesses casos, além de parte de sua estratégia argumentativa, essas metáforas são meios para compreender o que era concebido como um paradoxo enigmático para Euclides da Cunha, como ele demonstra ainda em seu diário de expedição, em suas primeiras afirmações sobre aqueles sertanejos: “incompreensível e bárbaro inimigo”.

Retomando a elaboração da grande denúncia euclidiana, podemos perceber outra aproximação sua com Tucídides. Se as forças do presente não seriam capazes de julgar e condenar os crimes da civilização praticados na destruição do arraial, é rogado para que o futuro cumpra essa tarefa: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali.”; concluindo, ao final desta denúncia, clamando por justiça: “Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia; implacável e revolta; [...]; brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa – esta página sem brilhos...” (p. 513, 175-178). Nesse trecho fica evidente que o julgamento declarado por Euclides da Cunha é transferido para seus futuros leitores. Quem lesse sua obra e tomasse conhecimento dos acontecimentos daquela guerra, adotaria invariavelmente seu julgamento – assim, o autor fala pelo futuro, constrói a significação que a posteridade daria para aqueles eventos. Nicolazzi aponta aqui uma possível comparação da obra euclidiana como um instrumento de ensino para “futuras gerações” com os

desejos de Tucídides para a finalidade de sua obra: “Não é demasiado sugerir que Tucídides o inspira não apenas como observador fidedigno, mas também pelo escopo de seu trabalho: que *Os Sertões* seja, enfim, uma aquisição para sempre, [...]” (NICOLAZZI, 2010, p.183). Portanto, conclui-se que o autor d’*Os Sertões* recorre aos antigos não somente para elaborar metáforas, traçar argumentos de autoridade ou reforçar seus argumentos de fundamentação histórica, mas a Antiguidade fornece o próprio *ethos* tucidideano que inspira o autor brasileiro a se apresentar como um indivíduo que se propõe a ensinar ao futuro, prevenir que erros de seu tempo se repitam e, através da “honesta narrativa dos fatos”, fazer justiça ao passado.

Referências

Edições de *Os sertões* e obras de Euclides da Cunha

GALVÃO, Walnice Nogueira (Org. e Edição crítica). EUCLIDES DA CUNHA. *Os sertões*. São Paulo: UBU; SESC, 2016.

BERNUCCI, Leopoldo M. (Ed. e Org.). EUCLIDES DA CUNHA. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê, 2001.

COUTINHO, Afrânio (org). EUCLIDES DA CUNHA. *Obra completa. Vol. II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

CUNHA, Euclides da. NOTAS DE LEITURA SOBRE *ELOQUENCE ET IMPROVISATION*, DE E. PAIGNON. *Revista do Grêmio Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, n. 26. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=6211#NOTASDELEITURA>>. Acesso em 01 out. 2017.

Geral

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Tradução de Manuel Alexandre Júnior Paulo Farmsouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988 [1986].

- BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos. Prógonos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- CONSELHEIRO, Antonio. *Apontamentos dos preceitos da divina lei de nosso senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens*. São Paulo: É Realizações, 2017. Apresentação, transcrição e notas explicativas de Pedro Lima Vasconcellos.
- CRANE, Gregory. *The blinded eye. Thucydides and the new written word*. Boston: Rowmann & Littlefield, 1996.
- FLORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016(2014).
- GÁRATE, Míriam. *Civilização e Barbárie N'os Sertões entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2001.
- GOMES, Gínia Maria. *As constelações imagéticas em Os Sertões*. In: _____. (org.). *Euclides da Cunha. Literatura e História*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. O Epos da modernização. *Luso-Brazilian Review*, Madison, University of Wisconsin, Vol. 31, No. 1, 1994, pp. 1-15.
- GALVÃO, Walnice. *Euclidiana, ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- KLEMPERER, Victor. *LTI. A linguagem do Terceiro Reich*. São Paulo: Contraponto, 2009 (2002).
- KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, ciência, saúde-Manguinhos* [online]. 1996, vol.3, n.1, Rio de Janeiro, pp.80-98. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701996000100006>>. Acesso em 01 abr. 2017.
- KUNST, Rafael Vicente. *Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra Os Sertões*. Porto Alegre, 2012.

177 f. (Mestrado em História), Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LIMA, Luiz Costa. Os Sertões: História e Romance. In: BERNUCCI, Leopoldo M. (org). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: USP, 2008.

MAINGUENAU, Dominique. A propósito do éthos. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (orgs). *éthos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTEIRO, Tânia. Em carta a parlamentares para se defender, Temer fala em 'conspiração' para derrubá-lo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 de outubro de 2017. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/temer-envia-carta-a-parlamentares-para-se-defender-de-denuncia,70002047759> >. Acesso em 16 out. 2017.

MOREIRA, Fernando José de Santoro. Arte no Pensamento de Aristóteles. In: Fernando Pessoa. (Org.). *Arte no Pensamento*. Vitória: Museu Vale do Rio Doce, 2006, p. 72-88. Disponível em: < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwizilBh177WAhVN52MKHVn-BDsQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.jayrus.art.br%2FApostilas%2FLitLatina%2Farte_no_pensamento_de_aristoteles.pdf&usq=AFQjCNEGeLz5Rrtv623Zgp8-FOWIlg6sNA >. Acesso em 20 set. 2017.

NICOLAZZI, Fernando. À sombra de um mestre. Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. *História* [online]. 2010, vol.29, n.1, Franca, p. 254-277. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000100015>>. Acesso em 20 abr. 2017.

NICOLAZZI, Fernando. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leituras de Os Sertões. *Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS*, Porto Alegre, v.17, n.31, jul. 2010.

PAREDES, Marçal. *Memórias de um ser-tão brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2003.

PIRES, Francisco Murari. *Ktema es aei*. A prolixidade do silêncio tucidideano. Porto Alegre, *Anos 90*, nº 17, 2003, p. 87-109.

PIRES, Francisco Murari. *Mito e História. (Homero, Tucídides e os Princípios da Narrativa)*. São Paulo, 1995. Tese de Livre Docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PRADO, Ana Lia A. de Almeida. TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso. Livro I*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROSSO, Mauro. A última entrevista de Euclides da Cunha. In: Blog Prosa – O Globo. [citado em 2009 Ago 15] Disponível em: < <http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ultima-entrevista-de-euclides-da-cunha-214218.html>> Acesso em 01 out. 2017.

SIMON, Maria Lucia Mexias. CARACTERÍSTICAS DA LINGUAGEM DE EUCLIDES DA CUNHA em Os Sertões. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ5_05.htm>. Acesso em 14 jan 2010.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EDUERJ, EDUFF, 1999.

VARGAS, A. Z. LE BRÉSIL EN TEMPS DE CIVILISATION: Le peuple, obstacle et victime de la modernisation. In: GIUDICELLI, Xavier e SAMBRAS, Gilles (coord.) *Imaginaires, La representation du peuple 2*, Reims, Université de Reims Champagne-Ardenne, n° 17, 2013, p. 211-226.

_____. *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900/1919)*. Porto Alegre, 1992. 327 f. Dissertação (Mestrado em História), Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ZILLY, Berthold. Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopeia da literatura universal: Os sertões de Euclides da Cunha, cem anos depois. In: NASCIMENTO, José Leonardo do. (org.) *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. Neurastenia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.431-446. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/10.pdf>. Acesso em 01 out. 2017.

The Ogham Stones - tópicos de epigrafia hibernica

Dominique Santos¹

Um dos raciocínios mais frequentes apresentados na historiografia irlandesa é o de que a história da Irlanda começa no século V com o aparecimento da escrita. O historiador Dáibhí Ó Cróinín, por exemplo, denomina de “*The beginnings of Irish history*” o capítulo destinado a abordar a temática da chegada do cristianismo na Irlanda em uma de suas obras (Ó CRÓINÍN, 1995, p. 14-36). Thomas O’Rahilly também iniciou seu importante *The Two Patricks* com uma idéia semelhante: “podemos dizer que a História da Irlanda começa no ano 431” (O’RAHILLY, 1942, p. 5). A escolha desta data específica está associada ao fato de que foi neste ano que

¹ Professor de História Antiga na Universidade de Blumenau - FURB. Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais (www.furb.br/labeam), membro pesquisador do LEIR – Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e da Cátedra de Estudos Irlandeses W.B. Yeats da ABEI – Associação Brasileira de Estudos Irlandeses (USP/Embaixada da Irlanda). As reflexões que compõem este capítulo de livro foram possíveis graças aos projetos de pesquisa 667/2012 “Culturas, fronteiras e identidades: repensando a Antiguidade entre o Mediterrâneo e o Mar da Irlanda”, subsidiado pela FURB – Universidade de Blumenau, por meio de sua Pró-Reitoria de Pesquisa, e “*Ireland and the Wider World in the Late Antiquity/ Early Middle Ages*, 2014-2017, da Cátedra W.B. Yeats. Elas também são fruto de apresentações na UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, University of Glasgow, UNICAMP e, principalmente, no evento “Língua e linguagem no Mundo Antigo”, sediado pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com a PUC – RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Parte do conteúdo aqui apresentado é uma versão para a língua portuguesa de artigo escrito em inglês para o ABEI Journal – The Brazilian Journal of Irish Studies (no prelo), com alterações, adaptações e atualizações a partir do conjunto de reflexões que o autor vem sistematizando recentemente sobre a temática (SANTOS, 2015).

Paladius foi enviado pelo Papa Celestino “aos irlandeses crentes em Cristo” (PROSPER, *Chron.*, p. 473). Como trata-se do primeiro marco cronológico de algum acontecimento da Irlanda antiga a aparecer na documentação escrita, ele é considerado o mais antigo dado realmente seguro no que diz respeito à história irlandesa (O’RAHILLY, 1942). Tomás Cardinal Ó Fiaich apresenta um raciocínio semelhante, segundo ele, “uma vez que o historiador depende principalmente de documentos escritos para seu conhecimento do passado, a história irlandesa propriamente dita começa com São Patrício” (Ó FIAICH, 2001, p. 41). Da mesma maneira, Thomas-Charles Edwards inicia sua *Early Christian Ireland* afirmando que pretende abordar a história dos irlandeses, “entre o quarto e o quinto século, do começo do período histórico até os Vikings” (CHARLES-EDWARDS, 2000, p. 1). Ou seja, apesar de recuar até o século IV, o autor segue sustentando a idéia de que está retratando o início do período histórico na Irlanda.

Além da breve menção de Prosper acerca de Paládio, não nos chegou qualquer outro texto datado do século V irlandês com exceção daqueles deixados por Patrício, *Confessio* e *Epistola ad Milites Corotici*. Assim, estes documentos são considerados os fundadores da tradição escrita na Irlanda e invocados sempre que esta problemática vem à tona. A *Confessio* de Patrício é um texto que ele escreveu no fim de sua vida para defender-se principalmente da acusação de que teria ido para Irlanda ganhar dinheiro. Nele, Patrício fala sobre sua origem, suas dificuldades e revela um pouco de sua personalidade. Seu objetivo era refutar certas alegações feitas por seus inimigos contra ele e sua jornada missionária na Irlanda, ou seja, trata-se de uma *apologia pro vita sua* (DE PAOR, 1998). A *Epistola*, por sua vez, é um texto no qual Patrício manifesta sua autoridade acerca da Irlanda e dos irlandeses, fala um pouco mais sobre si mesmo e acrescenta algumas minúcias sobre sua fé, enfocando eventos como *parousia* e juízo final, transmitindo uma visão mais detalhada sobre escatologia (SANTOS, 2013). As inscrições em *Ogham* não nos dão informações tão detalhadas como

estas dos textos que Patrício escreveu, até mesmo porque tinham objetivos completamente diferentes, no entanto, elas são fontes importantes para a abordagem da história irlandesa do período e o pesquisador brasileiro precisa familiarizar-se com esta documentação específica, a epigráfica.

Historicizando as *Ogham Stones*

Antes de abordarmos qualquer aspecto sobre as *Ogham Stones* é preciso historicizá-las. Para isso, recuperamos abaixo alguns aspectos que temos apontado recentemente (SANTOS, 2015), sempre em diálogo com a obra de Daniel MacManus (1991), professor de língua irlandesa na *Trinity College Dublin*. *Ogham Stones* é o termo utilizado pelos pesquisadores para se referirem a um conjunto de monumentos de pedra erigidos na Irlanda, Ilha de Man, País de Gales, Inglaterra e Escócia. Estes monumentos contêm inscrições em *Ogham*, o alfabeto utilizado para grafar as primeiras formas da língua irlandesa, por isso terem recebido a denominação de *Ogham Stones*. Estas pedras representam uma parte muito importante do passado irlandês e são consideradas monumentos nacionais pelo *Department of Arts, Heritage and the Gaeltacht*, órgão oficial do governo da República da Irlanda.

Apesar da nomenclatura, e de estarmos diante de uma tradição epigráfica, o alfabeto *Ogham* não se restringiu à utilização em pedras. Centenas de outros objetos também podiam conter estas inscrições: pedaços de madeira, ossos, cruzeiros, artefatos portáteis etc. Muitos destes objetos utilizados para a grafia de alguma mensagem utilizando o *Ogham* foram encontrados em lugares diferentes daqueles para os quais inicialmente foram projetados, incluindo as próprias pedras. MacManus afirma que, em várias ocasiões, estes objetos foram reaproveitados para as mais diversas finalidades, como por exemplo, na construção de *ringforts*, igrejas, oratórios, cabanas de pedra, alicerce para muros, ou até mesmo para funcionarem como banco para viajantes. Segundo o autor, o

pesquisador das *Ogham Stones* encontrará toda esta variedade de reutilizações e readaptações (MACMANUS, 1991). A partir do século VII, há também manuscritos contendo inscrições em *Ogham*. O mais importante deles é o *Auraicept na nÉces*, preservado nas fol. 169r-180v do *Book of Ballymote*, que explica como funcionava o alfabeto. Foi com este documento que iniciou-se a tradição segundo a qual os nomes das letras do alfabeto são oriundos de nomes de árvores; outro texto fundamental é *De dúilib fedá na forfid*, o manuscrito que fornece explicações sobre os caracteres suplementares; *In Lebor Ogaim*, por sua vez, é um tratado escrito em irlandês antigo sobre o *Ogham*.

Para elaborar as mensagens utilizando o alfabeto ogâmico, fazia-se incisões à direita, à esquerda ou em cima do curso de uma linha na rocha, gerando marcas relacionadas à mesma. O que determinava o significado da mensagem grafada era a quantidade e o posicionamento das incisões com relação à linha. Eram utilizados quatro grupos (*aicmí*) de sinais, que correspondiam a 20 letras. As marcas feitas à direita representavam as consoantes, uma delas correspondia a letra “b”, duas ao “l”, três para um “v/f/w”, quatro eram um “s”, e para obter um “n” fazia-se cinco incisões; à esquerda, também a mesma variação, de uma a cinco marcas, que equivaliam às consoantes “h/y”, “d”, “t”, “c” e “q”; em cima da linha, por vezes ultrapassando-a para os dois lados, talhavam-se as consoantes “m”, “g”, “gw”, “st” e “r”, na mesma quantidade e sequência de cinco; por fim, as vogais eram obtidas fazendo-se cinco marcas menores na linha central, uma para o “a”, duas para a letra “o”, três para o “u”, quatro para o “e”, e cinco para o “i”, conforme podemos observar na Figura 1, no início da página seguinte. Um quinto grupo era o dos caracteres chamados “suplementares” ou “adicionais”, conhecidos em irlandês pelo termo *Forfedá*, foi adicionado mais tarde, na tradição manuscrita, trata-se do *aicme forfedá* do alfabeto *Ogham*. Estes sinais podem ser observados no *Auraicept na nÉces* (THURNEYSSEN, 2003).

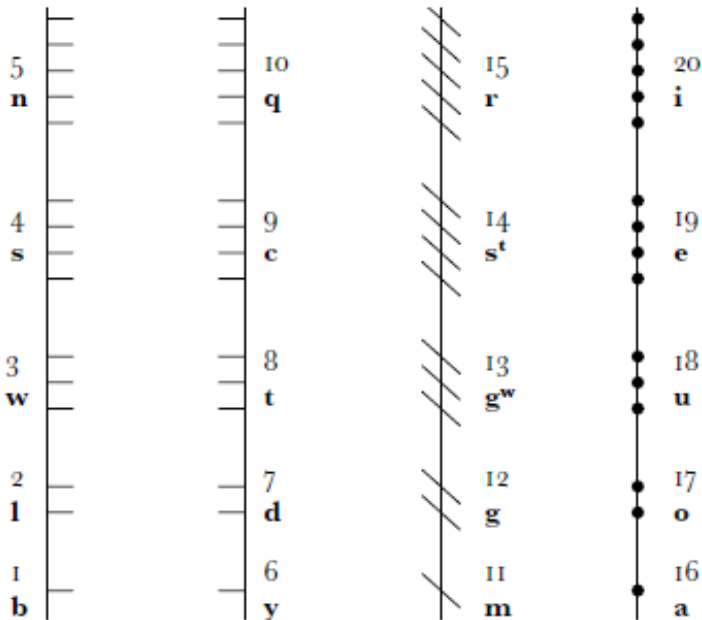


Figura 1. O alfabeto *Ogham*. (CHARLES-EDWARDS, 2000, p. 165).

Na literatura específica da área é comum o termo “oghamista” para se referir a pessoa que concebia as inscrições. Trata-se de alguém com uma preparação erudita na tradição irlandesa e no conhecimento do idioma irlandês antigo (SANTOS, 2015). Segundo R.A.S. Macalister, que catalogou boa parte das *Ogham Stones* existentes conhecidas até meados do século passado em seu *CIIC - Corpus Inscriptionum Insularum Celticarum*, de modo a garantir a qualidade do empreendimento, um erudito elaborava o modelo da escrita. Posteriormente, o protótipo era cunhado em uma peça de madeira ou rascunhado em uma tablet de cera, e depois levado ao profissional que transpunha a inscrição para a pedra. O processo podia, inclusive, ocasionar equívocos, uma vez que a pessoa que provavelmente fixava os dizeres ao seu destino final nem sempre tinha a compreensão adequada do significado do que estava escrevendo (MACALISTER, 1996).

Não é possível uma cronologia absoluta para datar estas inscrições, uma vez que não é possível utilizar dendrocronologia, termoluminiscência, carbono 14, ou outros métodos modernos de datação para saber a idade exata destas pedras e de suas inscrições. Contudo, recorrendo a evidências filológicas, uma datação relativa tem sido apresentada pelos especialistas, as primeiras *Ogham Stones* recuam provavelmente ao século V, sendo que é possível que o alfabeto utilizado nas inscrições já tivesse sido inventado e estivesse em uso no século II (HARVEY, 1990, p. 13-14), ou até mesmo no século I a. C. (CARNEY, 1975, P. 53-65). Os usos do *Ogham* continuaram a existir até o século XI, após isto é possível encontrar apenas discussões sobre o tema, mas não foram mais produzidas novas inscrições.

Ao longo de um período tão vasto, é possível perceber mudanças nesta tradição epigráfica irlandesa, talvez a principal delas seja a forma de se grafar os sinais. Do século IV até o VI, imprimiam-se os caracteres aproveitando-se a borda das pedras, interpretada como sendo uma “linha” natural; a partir do século VII, a linha passou a ser desenhada na superfície da pedra para colocar os sinais desejados. Em geral, o primeiro grupo de inscrições costuma ser chamado pelos estudiosos de “ortodoxo”; já o segundo grupo recebe a denominação de “escolástico”.



Figura 2. Uma Ogham Stone (CIIC 263 In: MACALISTER, 1996) en Ardmore I, Co. Waterford, Irlanda. Créditos da imagem e autorização para uso impresso ©Dr. Nora White: *Ogham in 3d project*, DIAS –Dublin Institute for Advanced Studies.

Todavia, estas categorias, como toda forma histórica, devem ser utilizadas com cuidado. MacManus, por exemplo, aponta um problema com relação a este respeito. Segundo ele, aceitar esta divisão implica em assumir, pelo menos implicitamente, que as “inscrições ortodoxas” não são fruto de uma escola de eruditos responsáveis pelo estudo e ensino da língua irlandesa no período em que as pedras foram erigidas, somente as “inscrições escolásticas”

estariam relacionadas a estes *literari*, já que as principais convenções gramaticais e ortográficas nelas utilizadas são oriundas de manuscritos. Para o autor, uma interpretação assim evidentemente não se sustenta (MACMANUS, 1991, p. 129). Esta também é uma questão muito importante para Katherine Stuart, que chega a elaborar uma outra forma de classificação, pelo menos no que diz respeito à Irlanda. Segundo ela, é mais apropriado utilizar o termo “clássico”, para o primeiro grupo, e “pós-clássico”, para o segundo, o que, além de afastar qualquer hipótese de que as primeiras *Ogham Stones* não tenham sido concebidas por eruditos letrados da Irlanda antiga, contribui para que o segundo grupo de inscrições seja estudado com mais rigor, profundidade, e recebendo os devidos créditos (FORSYTH, 1996).

O Volume I do CIIC de Macalister apresenta um catálogo de 520 monumentos, mas isto ocorre porque o autor reuniu também inscrições em outros alfabetos, cujas mensagens, apesar de não estarem em *Ogham*, estabelecem algum tipo de vínculo com a cultura irlandesa. O número de inscrições apenas em *Ogham* do CIIC fica em torno de 360. Todavia, desde que a obra de Macalister foi publicada pela primeira vez, em 1945, muitas inscrições foram descobertas. No site do *Ogham in 3d Project*, que está escaneando, processando e modelando as *Ogham Stones* para exibir um catálogo digital disponível para consulta gratuita na internet, lê-se que atualmente mais de 400 inscrições são conhecidas (ogham.celt.dias.ie). Além disso, a todo momento novos artefatos são descobertos na Irlanda, mas as inscrições só são disponibilizadas para consulta após verificação e catalogação pela equipe do arqueólogo Fionnbarr Moore, designado pelo NMS - *National Monument Service* irlandês para ser o responsável pela administração de todas as *Ogham Stones* da Irlanda.

A maior parte das *Ogham Stones* está localizada no sul da Irlanda, sobretudo nos condados de *Kerry*, *Cork* e *Waterford*, de onde conhece-se o registro de 247 inscrições. O condado com mais *Ogham Stones* é *Kerry*, cerca de 130 inscrições. Foi lá também, em

um lugar chamado *Emlagh East (IMLEACH DHÚN SÉANN)*, na península de *Dingle*, que o antiquário galês Edward Lhuyd encontrou, em 1702, a *Trabeg Ogham Stone* (CIIC 180). Trata-se do primeiro registro de um monumento desta natureza em tempos modernos, o que possibilitou o estudo acadêmico do alfabeto *Ogham* nas inscrições em pedra (MOORE, 2010).

MacManus nos lembra que o alfabeto *Ogham* é utilizado para grafar sobretudo a língua irlandesa antiga, no entanto, há inscrições bilíngues, a maior parte na região da atual Inglaterra, que apresentam também a versão latina escrita com caracteres romanos (MacManus, 1991). Há ainda várias pedras da Escócia, que tem algum tipo de inscrição em alfabeto *Ogham*, todavia, utilizado para grafar uma língua desconhecida, que pode ser o picto, segundo o próprio MacManus (2006, p. 98-99), ou talvez o nórdico antigo, de acordo com Fionnbarr Moore (2010).

Todas as inscrições tem um padrão semelhante, elas apresentam o nome de uma pessoa a ser comemorada e o nome de seu genitor, em certas ocasiões também aparece alguma menção ao local de origem da pessoa comemorada na pedra (SANTOS, 2015). Fionnbarr Moore explica que as inscrições apresentam um número delimitado de fórmulas: X MAQI Y, ou seja, X filho de Y; X AVI Y, em que AVI significa neto; X MAQI MUCOI Y, neste caso, MAQI significa descendente e MUCOI refere-se a alguma divindade ancestral ou uma figura epônima; outro termo que aparece algumas vezes é ANM, que significa “nome de”; também ocorre em um bom número de inscrições o termo KOI, que significa “aqui”, equivalente ao latim *Hic Iacit (Iacet)*; outro termo é CELI, como na fórmula X CELI Y, ou seja, X seguidor de Y. O primeiro a observar a recorrência destas fórmulas foi Fr. Matheu Horgan que, na década de 1830, percebeu este padrão, e que boa parte das pedras apresentava a inscrição MAQI (MOORE, 2010). As palavras utilizadas nas inscrições também podem ser combinadas entre si, gerando: X MAQI Y MUCOI Z; X KOI MAQI MUCOI Y. Em várias ocasiões também aparecem nas

inscrições nomes isolados de pessoas, sem referência a qualquer fórmula (MACMANUS, 2006, p. 98-99).

Outro fato importante acerca destas fórmulas é que, em praticamente todas as *Ogham Stones*, os nomes grafados são masculinos. Apenas em duas ocasiões isto não ocorre, em uma pedra no País de Gales, na qual lê-se o termo *INGENA*, que significa “filha de”; e em uma das inscrições de *Kerry*, em Garraundarragh, na qual encontra-se o termo *NIOTTA*, “sobrinha de”. Considerando o conteúdo expresso nestas fórmulas, é possível que alguns destes monumentos tenham sido erigidos por conta de conflitos e disputas, assim, segundo Fionnbarr Morre, seriam testemunhas indicando a posse da terra (MOORE, 2010). MacManus também aceita esta interpretação, para ele, se considerarmos informações oriundas da literatura irlandesa antiga, algumas *Ogham Stones* podem ser lápides, mas muitas tem também função de demarcação territorial, delimitando fronteiras, uma evidência que está presente, por exemplo, nos textos das leis irlandesas antigas (MACMANUS, 2006).

Jane Stevenson, todavia, nos faz uma advertência sobre esta questão, ela nos lembra que as pedras que demarcavam fronteira e as *Ogham Stones* nem sempre coincidem. Na lista de invenções atribuídas ao rei pré-histórico de Munster, por exemplo, quando o objetivo era algo ligado a memória, utilizava-se então o *Ogham*, mas as fronteiras eram demarcadas com outras pedras. A autora explica que para o primeiro caso as palavras irlandesas são “*cuimi i n-ogmaib*”, que significam literalmente “memorial em *ogham*”, já para o segundo motivo, o termo que aparece é “*coirthi*”, que refere-se à colunas de pedra, mas sem qualquer vínculo ao *Ogham*. Assim, é importante ter a compreensão de que o fato do *Ogham* ter sido utilizado em pedras que demarcam fronteiras não implica em qualquer fórmula do tipo “fronteira entre x e y”, algo que jamais foi encontrado (STEVENSON, 1989, p. 127-165). Considerando a existência destas fórmulas e conhecendo a lógica de funcionamento do alfabeto *Ogham*, podemos agora abordar outras discussões.

As *Ogham Stones* e as trocas culturais entre a Irlanda e o Império Romano

Em um estudo recente, Dominique Santos e Elaine Farrell apontaram alguns elementos capazes de evidenciar as trocas culturais, políticas e econômicas na região do mar da Irlanda durante a *Early Christian Ireland*. Ao contrário de uma Irlanda isolada do Império Romano, os autores nos lembram que vários objetos romanos foram encontrados por arqueólogos em território irlandês. A arte irlandesa recebeu contribuições romanas, bem como o comércio e também a língua latina tiveram papéis fundamentais na região do mar da Irlanda (FARRELL e SANTOS, 2014). Patrício, por exemplo, foi parar na Irlanda raptado por piratas na costa da *Britannia*. Tempos depois, já como um missionário em terras irlandesas, ele reclamará que Coroticus raptava cristãos de seu grupo e os vendia como escravos aos Pictos, que habitavam a região da atual Escócia. Ou seja, de forma alguma a Irlanda era um lugar isolado dos demais. Indícios linguísticos, literários e arqueológicos evidenciam que irlandeses e romanos mantinham inúmeras formas de contato muito antes do século V (BIELER, 1952, p. 65-68; DI MARTINO, 1996, p. 636-653; FREEMAN, 2001).

As *Ogham Stones* também pertencem a este contexto. O surgimento deste alfabeto específico, o *Ogham*, para grafar mensagens em pedra, é um costume novo na história irlandesa do período e pode nos fornecer algumas pistas destas trocas culturais entre a Irlanda e o Império Romano. Desta forma, a questão merece uma reflexão mais pormenorizada.

Nos documentos irlandeses encontram-se duas possibilidades para a origem do alfabeto, ambas apresentando um caráter mítico. O *Lebor Gabála Éirenn*, um manuscrito do século XI, localiza o início do *Ogham* após a queda da torre de babel. Ou seja, o alfabeto estaria relacionado com a necessidade de encontrar uma solução para o problema das misturas dos idiomas tal qual o relato bíblico. Trata-

se de um padrão narrativo muito comum na tradição hiberno-latina, a explicação de um fenômeno da cultura irlandesa vinculando-o a uma narrativa bíblica; o já mencionado *In Lebor Ogaim*, por sua vez, atribui a criação do alfabeto ao personagem da mitologia irlandesa *Ogma mac Elathan*, um membro dos *Tuatha Dé Danann* que participou da batalha de *Mag Tuired*. A explicação continua relacionada com algo divino, mas desta vez não recorre a fenômenos externos, a origem do alfabeto ocorre na própria Irlanda.

Reflexões assim não ficaram restritas a períodos mais remotos da história da Irlanda. É possível perceber este caráter fantástico e mítico mesmo em algumas das obras mais importantes sobre o tema até meados do século passado. Macalister, em seu CIIC, atribuiu a invenção do alfabeto *Ogham* aos druidas da Gália Cisalpina, que o teriam moldado a partir de uma variante ocidental do alfabeto grego. Inicialmente, o *Ogham* teria sido criado como um alfabeto gestual, por isso as letras são agrupadas de 5 em 5, como os dedos da mão, para propósitos de comunicação secreta. A seguir, ele foi importado da Gália para a Irlanda como um código oral e somente depois passou a ser grafado em pedras. Segundo o autor, o *Ogham* foi utilizado principalmente, senão exclusivamente, para propósitos mágicos ou criptográficos. Ele descreve até mesmo uma hipótese de como isso poderia ter ocorrido: algum druida, querendo se comunicar em segredo com um companheiro à distância pode ter iniciado o processo. Com a chegada do cristianismo e a perda de prestígio dos druidas, o código que antes era secreto foi adaptado e deu origem à escrita em pedra, e mesmo esta tinha um propósito mágico, característica que era semelhante às runas escandinavas, lembra Macalister (1996, p. vii).

Esta comparação com as runas do nórdico antigo não é exclusividade da obra de Macalister. Outros estudiosos também recorreram a este argumento e não somente para dar exemplos, mas para tentar comprovar o vínculo entre o *Ogham* e as runas. C. Graves, por exemplo, defendia que as runas serviram como inspiração para a criação do *Ogham* (GRAVES, 1876, p. 443-472 apud MACMANUS, 1991). H. Arntz, por sua vez, acreditava que o *Ogham* teria sido criado

na terra dos pictos e chegou a dizer que não poderia haver outra melhor explicação para o surgimento do alfabeto do que esta derivação a partir de runas (ARNTZ, 1935, p. 321-413 apud MACMANUS, 1991). MacManus, que não compactua com esta que ele chama de “escola rúnica”, afirma que esta teoria ocupou os estudos sobre *Ogham* durante muito tempo e ela tem tanto adeptos (além de Graves e Arntz, W. Keller e I. J. Gelb) quanto adversários (R. Thurneysen, E. Hamp e R. Derolez). O professor do *Trinity College* menciona que o argumento utilizado por estes autores que compactuam com esta teoria, de que há várias semelhanças entre as runas e o *Ogham* (os dois alfabetos foram criados para escrita em pedra; ambos teriam sido utilizados para propósitos mágicos; tanto o *Ogham* quanto as runas tinham grupos de letras divididos em grupos etc), é plausível e ele reconhece a semelhança entre os dois alfabetos, o problema é que para MacManus foi o *Ogham* que serviu de inspiração para as runas, e não o contrário (MACMANUS, 1991, p. 10-11).

O mesmo raciocínio por trás da explicação dos usos gestuais do *Ogham* também é utilizado para elucidar suas aplicações numéricas. A maneira como cada um dos 5 grupos de 5 letras é conduzida poderia ser perfeitamente utilizada para realizar registros numéricos. As consoantes situadas à direita da linha corresponderiam aos números 1,2,3,4 e 5; das consoantes à esquerda pode-se obter 6, 7, 8, 9 e 10; as marcas que cruzam a linha geram a sequência 11, 12, 13, 14 e 15; as vogais, por sua vez, equivalem aos números de 16, 17, 18, 19 e 20. George Montgomery não só acredita que o *Ogham* teria uma estrutura alfanumérica, mas afirma também que é “tentador” vê-lo como uma espécie de alfabeto precursor do método Braille, uma vez que as incisões que fariam as marcas utilizadas nos registros e contagem poderiam ser facilmente lidas mesmo por uma pessoa cega (MONTGOMERY, 2002, p. 322-334).

Niall Mac Coitir acredita que o *Ogham* é de origem militar. Na literatura irlandesa medieval, por exemplo, há passagens que mencionam o *Ogham* sendo utilizado neste contexto. O autor lembra que no épico irlandês *Táin Bó Cuainlge*, o herói *Cú Chulainn*

escreve várias mensagens em *Ogham* para advertir seus inimigos, situação que ocorre de forma semelhante também em outros documentos. De acordo com Mac Coirtir, em algum momento os irlandeses desenvolveram este hábito de escrita. A teoria apresentada por ele é de que isto ocorreu na província romana da *Britannia*, mais especificadamente em Vindolanda. Segundo o autor, no fim do segundo século, ou início do terceiro, algum soldado irlandês veterano do exército romano utilizou o conhecimento que tinha do alfabeto latino e sua aplicação em tablets de madeira para escrever breves mensagens militares em língua irlandesa, hábito que depois ele ensinou a outros irlandeses, especialmente os do sul (MAC COITIR, 2012, p. 22-25).

Para desenvolver sua teoria das origens militares do *Ogham*, Mac Coirtir baseou-se na obra de James Carney, que chamava atenção para esta questão em 1975 (CARNEY, 1975, P. 53-65). Todavia, há uma distinção na maneira como ambos observam esta relação Irlanda-Império Romano, pois, de acordo com Carney, apesar do *Ogham* ter sido criado por necessidade política e militar, as motivações para tal foram diferentes das apontadas por Mac Coirtir. Ao vincular o *Ogham* aos tablets de madeira de Vindolanda, Mac Coirtir deixa claro que acredita que este seja mais um dos tantos exemplos de trocas culturais entre irlandeses e romanos. Mas, para ele, o alfabeto foi concebido para expressar breves mensagens militares e até computar provimentos e outros itens comerciáveis. Não é o que pensa Carney. Segundo este, o *Ogham* foi projetado, pelo menos inicialmente, de modo a permitir uma forma de comunicação que não pudesse ser compreendida pelos falantes do latim, caso houvesse algum tipo de interceptação. Ou seja, trata-se de uma cifra, um código (CARNEY, 1975, P. 53-65). Assim, apesar de ambos aceitarem que o *Ogham* foi criado em algum lugar e tempo em que o idioma latino era bem conhecido, o propósito da utilização do alfabeto é compreendido de maneira distinta por cada um deles.

Carney também parece seguro acerca de uma origem mais antiga para o *Ogham*. Recorrendo a autores como Jackson e Hamp,

ele compartilha da idéia de que o *Ogham* tenha se originado a partir da influência de gramáticos latinos, e não de runas, de algum dialeto grego, de fontes druídicas ou dos pictos. Todavia, diferentemente da maior parte das teorias, que apontam o século IV como aparecimento do *Ogham*, ele acredita, baseando-se em análises filológicas e nas semelhanças com o alfabeto latino, que o *Ogham* tenha surgido entre os séculos I a. C. e IV d. C., ainda que admita não poder precisar um momento. Carney explica que o argumento que sustentava uma origem no quarto século do *Ogham* estava relacionado com as semelhanças deste alfabeto ao do gramático latino Donatus, como queria o erudito alemão W. Keller. No entanto, Carney acredita que os elementos utilizados por Donatus para ensinar o alfabeto latino já estavam disponíveis muito antes, pois foram comentados em 95 a.C. por Quintiliano. Assim, o que Keller atribuiu a Donatus é uma tradição que já estava em curso um século antes de Cristo, quando os romanos começaram a usar as letras Y e Z para grafar os nomes gregos. Feitas estas considerações favoráveis a uma derivação a partir de Quintiliano, Carney defende a hipótese de uma origem anterior ao século IV, e possivelmente política e militar, do *Ogham*. Todavia, a idéia de um irlandês pertencente ao exército romano levando a técnica do *Ogham* para Irlanda, como defende Mac Coitir, não se sustenta. Se isso tivesse de fato ocorrido, argumenta Carney, este irlandês teria levado consigo o próprio alfabeto latino e não o *Ogham* (CARNEY, 1975, P. 53-65).

Segundo MacManus, não é possível delimitar um lugar onde o *Ogham* foi criado e também não é possível saber quando com exatidão, todas as tentativas neste sentido, mesmo as mais plausíveis, são apenas teorias. É possível, todavia, saber algumas coisas com relação ao *Ogham*. O autor afirma que podemos ter certeza de que, independente do momento da criação do alfabeto, no século V o *Ogham* já existia e era utilizado para grafar mensagens em pedras; o alfabeto foi imaginado especialmente tendo em vista os sons da língua irlandesa; fruto de um ou mais inventores, o *Ogham* foi concebido por alguém que tinha familiaridade com a

língua latina e pelo menos um treinamento básico na gramática daquele idioma; O *Ogham* é o equivalente irlandês da escrita epigráfica romana (MACMANUS, 1991).

Da mesma forma que o Império Romano teve impacto sobre a Irlanda, o contrário também ocorreu, pelo menos no que diz respeito à província da *Britannia*. John Roche nos lembra que fortes e cidades na região do atual País de Gales, como Cardiff e Caerwent, foram construídos para impedir ataques irlandeses, que viam na região um potencial mercado para escravos. As inúmeras moedas romanas encontradas na Irlanda são testemunhas de pagamentos comerciais ou destas incursões irlandesas. Segundo o autor, é uma situação assim que justificava a criação de colônias irlandesas na *Britannia*, o que evidencia relações diplomáticas e contatos mais permanentes (ROCHE, 1993, p. 7-9). Para Anthony Harvey, isto não deveria ser nenhuma surpresa, pois neste período, o mar era muito mais um caminho do que uma barreira. Desta forma, o mar da Irlanda deve ter formado o que ele chama de “um efetivo bloco de comunicação cultural por séculos” (HARVEY, 1990, p. 14).

Segundo Charles Thomas, esta presença irlandesa na *Britannia* de períodos que podem recuar ao terceiro século e avançar até as incursões vikings tem sido tão amplamente analisada que abordar a questão já seria uma tarefa de reflexão historiográfica. Assim, ele acredita que, dentre outras coisas, é suficiente saber que esta presença irlandesa pode ser comprovada pela existência de nomes pessoais, substantivos e conjunções nas inscrições em *Ogham* da região (THOMAS, 1973, p. 5-13). Pertencem a este contexto as *Ogham Stones* bilíngues do sul da *Britannia*, escritas em irlandês antigo a partir do alfabeto *Ogham* e em Latim, com letras capitais romanas.

Levando em conta a discussão proposta por MacManus e já considerando as exceções que este faz com relação à lista elaborada por K. H. Jackson sobre as pedras da *Britannia* contendo alguma inscrição em *Ogham*, sabemos que há no CIIC de Macalister um catálogo englobando 40 inscrições. Alguns exemplos são bilíngues,

como a *Ogham Stone* CIIC 368, na qual lê-se MAQI MUCOI DUMELEDONAS, em *Ogham* para o irlandês, e BARRIVENDI FILIVS VENDVBARI HIC IACIT, em latim, e a CIIC 500, na qual temos a seguinte inscrição: [E]B[I]CATOS M[A]QI ROC[A]T[O]S, em *Ogham*, e ANMECATI FILIVS ROCATI HIC IACIT, em latim. Destas, algumas pedras apresentam nomes latinos com inscrições em *Ogham*. São os casos da CIIC 353, na qual lê-se TRENACCATLO, em *Ogham*, e TRENACATVS IC IACIT FILIVS MAGLAGNI, em *latim*; CIIC 358, na qual lê-se VOTECORIGAS, em *Ogham*, e MEMORIA VOTEPORIGIS PROTICTORIS, em latim; CIIC 380, na qual lê-se ICORIGAS, em *Ogham*, e ICORI FILIVS POTENTINI, em latim; CIIC 422, na qual lê-se VENDOGNI, em *Ogham*, e [U]ENDOGNI [F]ILI [H]OCIDEGNI, em latim.

Há inscrições que não apresentam qualquer mensagem em *Ogham*, mas nos auxiliam a compreender a presença irlandesa na *Britannia*, pois, apesar de escritas em latim, os nomes lembrados são irlandeses. A CIIC 326, por exemplo, nos fornece a inscrição HIC IACIT MACCV-DECCETI; na CIIC 370, lê-se: HIC IACIT VLCAGNUS FIUS SENOMAGLI; na CIIC 462, observa-se a inscrição: QVENATAVCI IC DINVI FILIVS. Segundo Catherine Swift, é importante lembrar que esta não é uma via de mão única. Recorrendo também ao corpus de Macalister, ela enfatiza seis *Ogham Stones* irlandesas com nomes latinos em suas inscrições: 1) CIIC 16, “DUN Aidonas MAQI MARIANI; 2) CIIC 20, “MAQI DDECCEDA MAQI MARIN”; 3) CII 56, “SAGITTARI”; 4) CIIC 166, “COIMAGNI MAQI VITALIN”; 5) CIIC 188, “MARIANI”; 6) CIIC 265, “AMADU”. As duas últimas, “MARIANI” e “AMADU”, são acompanhadas de desenhos de cruz, comenta a autora, que sintetiza suas idéias afirmando que: “as culturas da Irlanda e da *Britannia* estiveram em contato de forma contínua e cada uma afetou de forma singular a outra”, e também advertindo que as missões de Patrício e Paládio “não devem ser compreendidas de forma isolada, mas como parte de um contexto maior de práticas cristãs” (SWIFT, 1997, p. 90).

Para Thomas Charles-Edwards, as inscrições bilíngues em *Ogham* demonstram o desejo de elevar a condição da língua irlandesa, conferindo a ela o mesmo status do latim (CHARLES-EDWARDS, 2000, p. 176-177). MacManus, por sua vez, acredita que na Irlanda a necessidade de paralelos latinos era menor, os “colonizadores irlandeses” na *Britannia* “sentiram naturalmente a urgência, senão a necessidade, de se adaptarem aos costumes de seus vizinhos” (MACMANUS, 1991, p. 61). A explicação de Dáibhí Ó Cróinín para este fenômeno é de que os irlandeses habitantes da *Britannia* queriam mostrar que haviam assimilado a cultura do lugar onde viviam (Ó CRÓINÍN, 1995, p. 33-36).

Como é possível perceber, tanto as evidências documentais quanto os estudos mais recentes sugerem trocas culturais entre a Irlanda e o mundo romano, as *Ogham Stones* não foram concebidas como uma arte secreta druídica. Esta apresentação do *Ogham* como algo separado do latim e tendo uma origem unicamente irlandesa, isolada de qualquer contato, e pré-cristã, muitas vezes possuindo um caráter mágico, misterioso ou oculto, foi uma tentativa nacionalista de fazer das *Ogham Stones* símbolos de um passado irlandês pagão ideal, uma interpretação que não encontra mais ressonância na historiografia contemporânea.

Considerações Finais

O *Ogham in 3D project* escaneou, catalogou e disponibilizou até o momento cerca de uma centena de *Ogham Stones* irlandesas. Ainda há muito por ser feito, pois além das pedras já conhecidas e aguardando esta sistematização digital, há algumas que ainda nem sequer estão disponíveis ao público, frutos de achados bastante recentes. Ou seja, o trabalho é constante. Em língua portuguesa os estudos sobre este tipo de documentação ainda estão engatinhando. É preciso, por exemplo, pelo menos uma tradução destas inscrições. Um trabalho mais específico poderá mostrar também que mesmo aquelas pedras contendo mensagens bilíngues, em irlandês antigo e

em latim, possuem várias singularidades. Em algumas ocasiões o trecho em um idioma não corresponde ao que está escrito em outro; há situações em que a equivalência é parcial; em certos casos, o trecho latino é muito maior e contém mais informação do que o irlandês. Um estudo que tente compreender de forma mais detalhada a relação das inscrições com as *Ogham Stones* e a paisagem na qual elas foram construídas também seria muito importante. Isto e tantas outras coisas ainda precisam ser feitas.

O mar possibilitava inúmeras trocas culturais entre a *Hibernia* e a *Britannia*, que certamente não começaram a ocorrer apenas na década de 430, assim, a chamada tradição hiberno-latina não se inicia com São Patrício e nem com Paládio, é preciso recuar ainda mais no tempo, de preferência revisitando velhas interpretações e questionando formas historiográficas, que muitas vezes vemos como ônticas. Fionnbarr Morre está certo quando afirma que o *Ogham* representa um momento de transição para a sociedade irlandesa. Os estudos sobre a *Early Christian Ireland* e os períodos imediatamente antecedentes da história irlandesa precisam se atentar para isso e englobar também estes monumentos nacionais em suas reflexões. Ou seja, as *Ogham Stones* integram um corpus documental de fundamental importância para nossa compreensão da História da Irlanda. Precisamos investigar mais estes tópicos de epigrafia hibernica.

Referências

A) Fontes Utilizadas

CIIC 263. Ardmore I, Co. Waterford. ©Dr. Nora White: *Ogham in 3d project*, DIAS
–Dublin Institute for Advanced Studies.

MACALISTER, R.A.S. Corpus Inscriptionum Insularum Celticarum, Vol. I.
DUBLIN, Four Courts Press, 1996. Ogham Stones: CIIC 16; CIIC 20; CIIC
166; CIIC 188; CIIC 265; CIIC 326; CIIC 353; CIIC 358; CIIC 368; CIIC 370;
CIIC 380; CIIC 422; CIIC 462; e CIIC 500.

PROSPER. Chronicon. In.: MOMMSEN, Theodore (Ed.). *Chronica Minora*, i, MGH AA ix, 1892, Berlin, pp. 473.

B) Obras Gerais

ARNTZ, H. Das Ogam. BGdSL 59, 1935. Apud MACMANUS, Daniel. *A Guide to Ogam*. Maynooth, 1991.

BIELER, Ludwig. The Place of Saint Patrick in Latin Language and Literature. *Vigiliae Christianae*, Vol. 6, N° 2, p. 65-68, 1952.

CARNEY, James. The Invention of the Ogom Cipher. *Ériu*, Vol. 26, 1975, p. 53-65.

CHARLES-EDWARDS, T. M. *Early Christian Ireland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DE PAOR, Máire B. Patrick- *The pilgrim apostle of Ireland*. Dublin, Betaprint: 1998.

DI MARTINO, Vittorio. *Roman Ireland*. The Collins Press: London, 2003.

FARRELL, Elaine; SANTOS, Dominique. Táin Bó Cúailnge - Um Épico Irlandês. In: Dominique Santos. (Org.). *Grandes Epopeias da Antiguidade e do Medievo*. 1ª ed. Blumenau: Edifurb, 2014, p. 220-241.

FORSYTH, Katherine Stuart. *The Ogham Inscriptions of Scotland: An Edited Corpus*. PhD Thesis, Harvard University, 1996. p. L.

FREEMAN, Philip. *Ireland and the Classical World*. University of Texas Press: Houston, 2001.

GRAVES, C. The Ogam Alphabet. *Hermathema*, 2, 1876. Apud MACMANUS, Daniel. *A Guide to Ogam*. Maynooth, 1991.

HARVEY, Anthony. The Ogham Inscriptions and the Roman Alphabet: Two Traditions or One? *Archaeology Ireland*, Vol. 4, N°1, 1990. p. 13-14.

MAC COITIR, Niall. The Ogham Alphabet - A Military Origin? *Archaeology Ireland*, Vol. 26, N° 1, 2012, p. 22-25.

MACALISTER, R.A.S.. *Corpus Inscriptionum Insularum Celticarum*, Vol I. DUBLIN: Four Courts Press, 1996.

MACMANUS, Daniel. *A Guide to Ogam*. Maynooth, 1991.

MACMANUS, Daniel. Written on Stone. *Irish Arts Review*. Vol. 23, Nº3, 2006, pp. 98-99.

MONTGOMERY, George. The Ancient Origins of Sign Handshapes. *Sign Language Studies*, Volume 2, Number 3, Spring 2002, p. 322-334.

MOORE, Fionnbarr. The Ogham Stones of County Kerry. In: MURRAY, Griffin. *Medieval Treasures of County Kerry*. Kerry:Walsh Colour Print, 2010.

Ó CRÓINÍN, Dáibhi. *Early Medieval Ireland 400-1200*. Longman: Londres, 1995, p. 14-36.

Ó FIAICH, Tomás Cardinal. The Beginnings of Christianity – 5th and 6th Centuries. In: T.W. Moody & F.X. Martin. *The Course of Irish History*. Cork: Mercier Press, 2001.

O'RAHILLY, Thomas Francis. *The Two Patricks: a lecture on the history of Christianity in Fifth-Century Ireland*. Dublin: DIAS, 1942.

RAFTERY, Barry. Ireland: a world without the Romans. In: GREEN, Miranda J. *The Celtic World*. Londres: Routledge, 1996, p 636-653.

ROCHE, John. The Influence of Ireland on Roman Britain.....Cursus Unicus? *Archaeology Ireland*. Vol. 7, nº 1, 1993, p. 7-9.

SANTOS, Dominique. *Patrício: A Construção da Imagem de um Santo/How the Historical Patrick Was Transformed into the St. Patrick of Religious Faith*. 1. ed. New York; Lampeter: The Edwin Mellen Press, 2013. 316p.

SANTOS, Dominique. A Cultura Hiberno-Latina na Bretanha Romana e Pós-Romana: Evidências a Partir das Ogham Stones. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015.

SANTOS, Dominique. The Ogham Stones – Last of Romanization or the Beginnings of Hiberno-Latin Tradition? *ABEI Journal – The Brazilian Journal of Irish Studies* (no prelo).

STEVENSON, Jane. The Beginnings of Literacy in Ireland. Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archaeology, *Celtic Studies*, History, Linguistics, Literature. Vol. 89C, 1989. p. 127-165.

SWIFT, Catherine. *Ogam Stones and the Earliest Irish Christians*. Maynooth Monographs Series Minor II. St. Patrick's College, Maynooth, 1997. P. 90.

THOMAS, Charles. Irish Colonists in South-West Britain. *World Archaeology*. Vol. 5, nº 1, Colonization, 1973, p. 5-13.

THURNEYSEN, E. R. *A Grammar of Old Irish*. DUBLIN: DIAS, 2003.

Cícero e os perigos da república: a construção do inimigo público nas Catilinárias¹

Luis Carlos dos Passos Martins²

A obra e a vida de Marco Túlio Cícero (MARCUS TULLIUS CICERO) constituem uns dos objetos de estudo que mais chamou e chama atenção dos especialistas em Antiguidade Clássica. O que não surpreende, tendo em vista, dentro outros fatores, a condição peculiar de nosso personagem histórico, que foi, ao mesmo tempo, um “literato” e um político com atuações destacadas em ambos os terrenos.³ Tendo em vista as dimensões que envolvem Cícero e sua obra como tema de pesquisa, não se pretende aqui fazer uma análise desta vasta produção – tarefa que, ressalte-se, seria inviável no escopo de um artigo. Também não se deseja procurar uma classificação de Cícero como escritor (se filósofo, retórico ou

¹ Esta comunicação faz parte da proposta de pesquisa que estou iniciando chamada “*Cícero e os Perigos da República: representações sociais da crise republicana*”, na qual analiso a percepção das transformações ocorridas na fase final da República Romana (século I a.C.) por parte da elite conservadora (*nobilitas*) através da *retórica* de Marcus Tullius Cicero.

² Professor Adjunto do Curso de graduação em História e do PPG-História da Escola de Humanidades-PUCRS, Coordenador do Curso de História da mesma instituição, bem como Coordenador Nacional do Grupo de Trabalho em História Política da ANPUH (GTHP/ANPUH).

³ Sobre o conjunto e a importância da obra ciceroniana, consultar, dentre outros: PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica: II Cultura Romana*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, 5ª. ed., NICOLET, Claude et ALAIN, Michel. *Ciceron*. Col. Ercivains De Tourjours. Paris : Editions de Seuil, 1961, pp. : 05-102 e STEEL, Catherine. *Reading Cicero: Genre and performance in Late Republican Rome*. London : Duckworth, 2005, pp.: 21-48.

ensaísta).⁴ Nosso objetivo será tratar de um dos escritos mais conhecidos de orador romano, a saber, as *Catilinárias* (*In Catilinam Orationes Quattuor*),⁵ formado por um conjunto de quatro discursos pronunciados pelo autor durante a sua denúncia da chamada *Conjuração de Catilina*,⁶ em 63 a.C., ano em que fora Cônsul, e publicado 3 anos depois, em 60 a.C., quando iniciava o Primeiro Triunvirato.

Embora este *corpus* textual esteja entre as melhores peças discursivas de Cícero e seja fonte incontornável das pesquisas sobre a sua atuação política mais importante, que lhe rendeu o título de Pai da Pátria (*pater patriae*), não iremos aqui tratar propriamente da oratória ciceroniana e nem da *Conjuração de Catilina* em si mesma. Nossa preocupação será analisar como Cícero constrói discursivamente a noção de “inimigo público” (*hostis publicus*) nestes textos, dando atenção aos valores morais e políticos que ele mobiliza não apenas para condenar Catilina, mas para traçar um quadro do que poderíamos chamar de “crise da República” expressada pela conspiração.

A opção para abordar os discursos políticos de Cícero e não os seus tratados filosóficos para analisar a sua percepção sobre a “crise da República” justifica-se pelo fato de estes textos terem sido compostos visando à persuasão de um público maior do que o universo dos letrados e eruditos, envolvendo, inicialmente, o corpo senatorial romano e, depois, estendendo-se ao corpo de cidadãos.

⁴ Sobre isto, indico o ótimo trabalho de STEEL (2005).

⁵ Para a realização deste trabalho, utilizou-se como referência central o texto estabelecido pela seguinte edição bilingue: Cícero. *Catilinaires*. Paris : Société d'Édition Les Belles Lettres, c1985. Para a versão em português contida neste artigo, optou-se pelo cotejamento do texto original com suas traduções para o francês disponibilizada pela obra supracitada e as traduções para o português contidas nas seguintes obras PEREIRA, Maria Helena da Rocha (dir.), *Cícero. As Catilinárias, Defesa de Murena, Defesa de Árquias, Defesa de Milão*, Lisboa, Verbo («Série Clássicos Gregos Latinos»), 1974 e PINHO, Sebastião Tavares de (trad.). *As Catilinárias, Cícero*, Lisboa, Edições 70, 1989.

⁶ Apesar da conotação politicamente negativa e condenatória que o termo conjuração traz consigo, decidimos manter a nomenclatura com a qual o movimento político de Catilina é tratado pelas fontes antigas e pela historiografia, sem entrar no mérito de discutir a sua validade, na medida em que o nosso objetivo é tratar das representações discursivamente construídas sobre o mesmo.

Desta forma, as *Catilinárias* são ótima fonte para a compreensão dos valores que o orador considerava pertinentes a fim de convencer seus concidadãos de que a *Res Publica* estava em perigo. Pode-se, porém, argumentar que não temos mais acesso aos discursos efetivamente pronunciados em novembro de 63 a.C. e sim a textos redigidos – e provavelmente reelaborados – três anos depois. Todavia, esta situação apenas reforça a relevância destes escritos para o objetivo aqui proposto, pois, conforme argumenta Catherine Steel, a redação posterior das *Catilinárias* por parte de Cícero – assim como a apresentação pública de outros textos⁷ – deve ser considerada como uma forma de intervenção política para além do exercício de um mandato. O que explica, como ressalta a autora, que a fase mais profícua da produção textual do orador romano se dê exatamente no período posterior a seu consulado, tendo a disponibilização pública de seus discursos como função recordar, justificar e difundir “os seus feitos” para além do tempo e do grupo que originalmente os presenciaram. Por fim, devemos ressaltar que não é propósito aqui discutir a sinceridade de Cícero e mesmo a coerência destes discursos com o conjunto do seu pensamento político – embora, tenhamos motivos para suspeitar que haja uma forte confluência conceitual entre os textos retóricos e os tratados políticos ciceronianos. O que importa é procurar entender quais argumentos foram levantados pelo autor para mobilizar o(s) seu(s) público(s) ouvintes/leitores e como isto pode nos ajudar a compreender melhor a política romana do período.

O autor e seu contexto

Marcus Tullius Cicero nasceu em Arpino, cidade italiana situada ao Sul de Roma, em uma família (*gens Tullia*) pertencente à

⁷ Aqui, seguindo Catherine Steel, preferimos evitar a palavra “publicação”, na medida em que esta poderia dar a entender uma forma de publicidade de escritos própria ao mundo contemporâneo. Na Roma Republicana de Cícero, a “publicação” de um escrito normalmente significava a sua disponibilização para a cópia por parte do “autor” e não um processo de reprodução e venda como fazemos hoje.

Ordem Equestre.⁸ Apesar da boa ascendência, devemos lembrar que Cícero, além de não ser cidadão de Roma por nascimento, não era patrício e muito menos pertencente à *nobilitas*.⁹ O autor das *Catilinárias* era um *homem novo* (*novi hominem*), ou seja, um político em ascensão eleito para uma das duas magistraturas mais importantes de Roma (consulado ou pretorado), mas cuja família ainda não conseguira vitórias políticas semelhantes. Desta maneira, embora, no caso de Cícero, a fortuna do pai e os seus contatos políticos provavelmente tenham contribuído para o seu sucesso na vida pública, este também dependeu de seu empenho pessoal, na medida em que ultrapassou o que poderia ser obtido apenas por “herança paterna”.

Notadamente, para a rápida e até surpreendente ascensão de Cícero na política romana, ao ponto de se tornar um dos homens mais importantes e temidos em meados do século I a.C., muito contribuíram os seus talentos intelectuais, em especial, a sua enorme capacidade retórica que lhe permitia se vangloriar, segundo Plutarco, de sair vencedor em uma disputa independente do lado que assumisse nela.¹⁰ Ainda segundo o historiador grego, a atuação de Cícero como “advogado” nos tribunais e orador no conselho do

⁸ Sobre a vida de Cícero, podemos consultar, além do texto biográfico de Plutarco (PLUTARCO, *Vida de Cícero - Vidas Paralelas*. Editora Paumape – São Paulo, 1992, V volume, p. 34-77), as obras de referência de NICOLET & MICHEL (1967) e COWELL, F.R. *Cícero and the Roman Republic*. Baltimore, Maryland: Pelican Books, 1973, 5a. Ed.

⁹ *Nobilitas* é o termo latino ainda sob discussão entre os historiadores, normalmente traduzido por nobreza em substituição ao termo patrício. A expressão *nobilitas* surgiu entre os séculos III e II a.C., embora as evidências literárias não sejam claras (BADEL, Christophe. *La République Romaine. Licence Histoire*. PUF – Press Universitaire Française – 2ª. Ed. Paris. 2015., p. 101). De qualquer sorte, consagrou-se, pelo uso, para designar a “nova aristocracia” formada pela junção de famílias de origem patrícia e famílias de origem plebeia “enriquecidas” e enobrecidas pelo exercício de cargos públicos. Nos séculos III-I, a principal forma de atingir a condição de “nobre” era o exercício de cargos públicos e, segundo vários autores (NICOLET, Claude. *Les Idées Politiques à Rome Sous la République*. Collection U. Librairie Armand Colin – Paris – 1964, BADDEL, 2015), eram considerados membros da *nobilitas* famílias/indivíduos que apresentassem, em sua “linhagem”, um histórico de cargos públicos ocupados pelos seus ancestrais, normalmente representados por bustos familiares no lar e pela construção de prédios públicos – templos, teatros – pelos cônsules e mantidos por suas famílias.

¹⁰ Quanto a isso: PLUTARCO, *Vida de Cícero - Vidas Paralelas*. São Paulo: Editora Paumape, 1992, V volume, p. 34-77.

Senado lhe garantiu fama, prestígio e a construção de uma “rede de aliados” fundamentais para um jovem com ambições políticas, mas desprovido de riqueza pessoal e de prestígio militar. Ao crer ainda em Plutarco, Cícero, de vida modesta, não aceitava nem honorário e nem presentes pelos seus valiosos serviços jurídico, preferindo construir um “círculo de amizades políticas” (PLUTARCO, *Vida de Cícero*, 27-28).

Entretanto, a verve ferina de Cícero também lhe trouxe problemas. Como novamente ilustra Plutarco, ao se referir ao gosto de Cícero pela ironia destruidora dos oponentes: “Mordacidades contra inimigos e adversários talvez façam parte da retórica, mas a verdade é que Cícero, agredindo qualquer um para fazer rir, acumulou contra si muitas antipatias” (PLUTARCO, *Vida de Cícero*, 27.1). Além disto, o próprio protagonismo na debelação da Conspiração de Catilina, ao mesmo tempo em que lhe proporcionou o título de *Pater Patriae*, também lhe gerou animosidades importantes. Como consequência, em 58 a.C., Cícero foi condenado ao exílio, depois que o Tribuno da Plebe Públio Clódio Pulcro, aliado dos *populares*, conseguiu aprovar uma lei penalizando com o banimento magistrados que tivessem executado um cidadão romano sem o devido julgamento (*Leges Clodiae*), como foi o caso de alguns aliados de Catilina (Publio Cornelio Lentulo Sura e Gaio Cornelio Cetego), condenados no consulado de Cícero à morte por seu envolvimento na conjuração.

Cícero teria a sua pena revogada no ano seguinte (57 a.C.), mas seu espaço de manobra política estava ficando cada vez mais reduzido e perigoso, pois, não devemos esquecer que, ao lado de Catilina, mesmo que de forma velada, estivera um político romano em ascensão, Caio Júlio César, protetor do tribuno Clódio. Ainda em 60 a.C., César havia convidado Cícero para compor a aliança que daria origem ao Primeiro Triunvirato, mas o grande orador declinou do convite, desconfiando da falta de compromisso dos generais coligados em defender as instituições republicanas, no que não estava de todo equivocado. Desta forma, não há de se duvidar que o

futuro Ditador romano estivesse por trás da iniciativa de Clódio em promover o exílio de Cícero.¹¹

A Conspiração

No episódio das Catilinárias, o adversário de Cícero fora outro patrício adepto do grupo dos “populares”, *Lucius Sergius Catilina*, membro da *gens sergia*. Catilina era considerado uma figura fascinante e um grande orador,¹² mas teve seus objetivos políticos frustrados por duas candidaturas fracassadas ao consulado (65 e 64 a.C.), sendo na última derrotado pelo próprio Cícero. As informações sobre Catilina e sua atuação pública são lacunosas e pouco confiáveis, em virtude de terem sido escritas por seus inimigos políticos (Cícero) ou por autores influenciados por eles (Salústio, Plutarco). De qualquer maneira, é possível conjecturar que Catilina representava a nobreza economicamente decadente romana, afundada em dívidas e com as propriedades familiares empenhadas. Tentou várias saídas para a sua situação, buscando se aliar a Sula e depois a Crasso e a César. Podemos perceber, porém, mesmo pelas fontes pouco simpáticas a ele, como Salústio, que Catilina sustentou publicamente um discurso em defesa de reformas políticas e econômicas em Roma, as quais, se efetivadas, retirariam da *nobilitas* o controle sobre a cidade e seus recursos materiais.¹³ Em consequência, podemos inferir que os movimentos insurrecionais de Catilina não se deram num vazio social, mas representavam ou, ao menos, dialogavam com os grupos descontentes com os rumos assumidos pela distribuição do ônus e do bônus do expansionismo romano. Em outras palavras, independentemente das ambições e

¹¹ Sobre essa conjuntura e a atuação de César, consultar: GOLDSWORTHY, Adrian. *Em Nome de Roma: os conquistadores que fizeram o império*. Editora Planeta do Brasil Ltda, 2016 e GOLDSWORTHY, Adrian. *César: A Vida de um Colosso*. A Esfera dos Livros, 2008.

¹² Quanto a isto, ver SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta*. Introd. e trad. Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes. 1990.

¹³ Salústio. *A conjuração de Catilina*. Hedra. Edição do Kindle, 2015.

dos interesses particulares do chefe dos conjurados, sua fala o aproximava muito dos temas sustentados pelos políticos conhecidos como “populares” cuja defesa de um reequilíbrio na destinação dos resultados das conquistas, excessivamente concentrados na elite senatorial, vinha, no mínimo, desde os irmãos Graco.¹⁴

Em 63 a.C., Catilina, depois de ver a sua segunda candidatura ao consulado fracassar diante da eleição de Cícero e de Caio Antônio Híbrida, teria planejado um segundo ataque à República Romana, que ocorreria no fim do consulado de Cícero, no período da eleição de novos magistrados. Sobre este episódio igualmente temos poucas fontes antigas, sendo a principal delas a *Conjuração de Catilina*, de Salústio, a biografia de Cícero feita por Plutarco e os próprios discursos condenatórios do orador romano, os quais, acrescente-se, influenciaram as narrativas dos dois historiadores citados, na medida em que grande parte daquilo que se soube publicamente sobre a revolta veio das investigações e revelações do Cônsul de 63, publicadas nestes textos.

Conforme a narrativa de Cícero, Catilina é acusado de, junto com alguns partidários, tramar um golpe de Estado contra Roma. Na Primeira Catilinária, pronunciada diante do Senado reunido apressadamente no Templo de Júpiter Estator (*Templum Iovis Statoris*)¹⁵, no dia 8 de novembro, Cícero acusa Catilina de ter formado um exército de conjurados, em Mântua, na Etrúria, sob o comando de Caio Mânlio (*Gaius Manlius*),¹⁶ com o qual pretendia

¹⁴ Não temos espaço, neste artigo, para desenvolver mais o tema. Quem deseja uma avaliação mais detalhada sobre as ideias políticas ou um suposto “programa social” dos “populares” pode consultar NICOLET, 1964, particularmente a parte II da apresentação. Conforme o autor, dois temas são essenciais ao “pensamento popular”, a saber, a distribuição de terras e a abolição das dívidas, temas cuja origem grega é indiscutível.

¹⁵ Embora o Senado não tivesse um lugar fixo de reuniões durante a República, dependendo, assim, da indicação do Cônsul que o convocava, o mais frequente era utilizar-se a Curia Hostília, no Fórum. Cícero, porém, trocou o lugar de reunião para o Monte Palatino, numa localização mais próxima da Via Ápia e não tão fechada como o Fórum, que poderia ser favorável a algum atentado contra os senadores.

¹⁶ Gaius Manlius era um centurião romano, veterano de guerra que lutou nas legiões de Lúcio Cornélio Sula. Com o fim da sua atividade militar oficial, Manlius se estabeleceu na Etrúria, onde enfrentava

atacar a cidade. Catilina, porém, ainda estava na *urbs* quando Cícero faz as suas “revelações” iniciais diante dele, que procura se defender. Neste primeiro documento, o Cônsul acusa Catilina de planejar um incêndio em Roma e uma revolta de escravos para promover a rebelião. Cícero, porém, não tem provas contra Catilina e apenas afirma estar a par da conjuração por informações que recebeu. Pelo que é possível depreender, seu objetivo maior provavelmente é intimidar o conjurado, afirmando que seus planos já são de domínio público e, a partir disto, incitá-lo a sair da cidade.

Na Segunda Catilinária, no dia 09 de novembro, Cícero retoma a sua fala no Senado e se regozija de sua vitória com a fuga de Catilina e com a decretação deste último como “inimigo público” (*hostis publicus*) pelos *patres conscripti*. Entretanto, demonstra insistente preocupação em se defender da acusação de ter sido duro e precipitado demais na denúncia contra o *conjurado* sem provas. Diante desta situação, a estratégia adotada pelo orador foi a de compor um quadro dos possíveis aliados de Catilina que ainda estavam na cidade, focando em descrever seus hábitos e costumes *desregrados* e, através disto, reforçar o perigo que eles representariam à *res publica*.

A Terceira Catilinária é proferida após 24 dias, em 03 de dezembro, quando Cícero apresenta *provas* mais concretas da conjuração. A obtenção das mesmas se deu por uma diligência investigativa de Cônsul, seguindo a informação de que os revoltosos tentavam aliciar representantes dos alóbroges, tribo belicosa celta da Gália Narbonense dominada pelos romanos, que vieram a Roma prestar queixas contra os abusos do governador da província, Lúcio Murena. Na proposta dos insurretos, os alóbroges deveriam apoiar Catilina no ataque à cidade e, em troca, teriam a sua situação revista pelo novo governo de Roma. Cícero, então, convence os legados celtas a pretextar anuência com o acordo mediante a assinatura dos

dificuldades financeiras junto com outros antigos colegas de armas. Desta maneira, Manlius e os demais veteranos de Sula formavam um campo fértil para a pregação revolucionária de Catilina.

conjurados em um documento formal. O Cônsul, assim, monta uma armadilha e consegue interceptar uma comitiva que levava os gauleses e os revoltosos para fora da cidade, na Ponte Mílvia, onde apreende não apenas o documento assinado, como também cartas enviadas pelos insurretos a Catilina nas quais constavam combinações acerca das suas futuras ações. Cícero promove a prisão dos envolvidos – dentre eles o ex-cônsul Públio Cornélio Lêntulo Sura e Caio Cetego –, que acabam, por fim, confessando o seu envolvimento. O orador, então, convoca o Senado no mesmo dia 03 de dezembro, quando mostra, através do seu terceiro discurso, as evidências recolhidas diante das quais os senadores decidem pela manutenção da prisão dos conjurados.

Por fim, na Quarta Catilinária, Cícero discorre acerca da decisão sobre qual pena seria mais adequada aos conjurados presos: a capital ou a prisão perpétua. Embora Cícero visivelmente incline-se pela pena capital, prefere mostrar cautela, na medida em que o Senado estava dividido, como ilustra Salústio (*A conjuração de Catilina*, L-LI), entre aqueles que defendiam a pena de morte – como Catão – e os que pregavam a prisão perpétua e o confisco dos bens, como César. Na base da dúvida, pesava a alegação por parte dos contrários à pena capital de que cidadãos romanos não poderiam ser condenados à morte sem um devido julgamento formal e que, agindo ao contrário, o Senado estaria desrespeitando as normas legais da República. Já os proponentes da pena de morte alegavam que, como inimigos públicos e em guerra declarada contra Roma, os conjurados não podiam mais ser considerados cidadãos de pleno direito. A opção pela pena capital saiu vitoriosa, o que pareceu mais uma vitória de Cícero neste complicado processo. Entretanto, como vimos, esta vitória custaria a Cícero 7 meses no exílio.

O fim de Catilina, porém, foi mais drástico. Sabendo dos últimos acontecimentos em Roma, especialmente da prisão e morte de seus principais aliados, não lhe restou alternativa senão tentar se defender do avanço das legiões romanas lideras pelo cônsul Antônio e pelo pretor Quinto Metelo Céler, que procuravam o cercar na

Etrúria. Acuado, o conjurado buscou escapar para a Gália Transalpina, mas foi derrotado e morto na Batalha de Pistóia, em janeiro de 62 a.C. Curiosamente, a historiografia romana preservou uma memória positiva deste episódio. Salústio, por exemplo, salienta que Catilina se negou a recorrer à ajuda dos escravos para enfrentar a República, mesmo nesta derradeira batalha. Além disso, esmera-se em construir uma imagem de Catilina como um valoroso líder militar, que incentivava os seus soldados e não os abandonava no campo de batalha, mesmo diante da morte certa.¹⁷

Os discursos e seus elementos

Em nossa pesquisa sobre as *Catilinárias*, optamos por fazer uma segmentação temática dos quatro discursos, procurando associar termos e ideias semelhantes a fim de montar um quadro conceitual. Esta divisão temática privilegiou três grandes categorias de análise: a) a caracterização da conjuração; b) a caracterização de Catilina como conjurado e, por fim, c) a caracterização dos aliados de Catilina. Devido ao atual estágio da pesquisa e aos limites deste texto, apresentaremos, aqui, apenas os dois primeiros tópicos, ficando o terceiro para uma exposição posterior.

A conjuração: de calamitates a belum ciuis

Quando analisamos os termos empregados por Cícero para caracterizar a conjuração de Catilina, encontramos algumas expressões metafóricas, como *pestis* (epidemia, doença, paixão destruidora), *periculum* e *calamitates res publicae* (calamidade da República). Da mesma maneira, o autor associa o movimento de

¹⁷Como podemos ler nesta narrativa da Conjuração de Catilina “LX.4. Enquanto isso, Catilina encontra-se na primeira fileira com as forças ligeiras, socorre os que estão em perigo, busca substitutos para os feridos, tudo provê, muito combate ele próprio, não raro fere o inimigo; executava a um só tempo os deveres de um soldado valoroso e de um bom comandante”. (SALÚSTIO, *A conjuração de Catilina*, LX.4-LXI.4)

Catilina a questões provavelmente muito vivas na memória de um romano de média idade: revolta de escravos, incêndio e, por fim, *belum domesticus e belum Ciuis*, que podemos traduzir por Guerra Civil. Estes três eventos eram significativamente marcantes na vida recente romana, tendo em vista os problemas enfrentados com a Guerra de Spartacus (73 a 72 a.C.), o grande incêndio em Roma ocorrido em 83 a.C. e o período da Guerra Civil envolvendo Caio Mario e Sula (88 a 81 a.C.).

Vejamos com mais detalhe um trecho no qual a Conjuração é caracterizada como uma *calamitate*:

E que **me parece estar a ver essa cidade, luminar da face da terra, fortaleza de todas as nações, a ruir de súbito no meio de um incêndio total**; distingo no meu pensamento, por sobre **a minha Pátria sepultada, os tristes montões dos cidadãos insepultos**; agita-se diante dos meus olhos a figura do louco Cetego em delírios orgásticos (*bacchantis*) no meio dos vossos cadáveres (CÍCERO, *Terceira Catilinária*, VI, 11).¹⁸

Em outra passagem, ainda da Terceira Catilinária, Cícero afirma: “quando vejo... Catilina acabado de chegar com o seu exército, nesse momento estremeço de horror diante do **pranto das mães de famílias, diante da fuga das donzelas e das crianças, diante do ultraje contra as vestais**” (CÍCERO, *Terceira Catilinária*, VI,13).

As imagens fortes mobilizadas por Cícero pintam um quadro bastante drástico dos perigos da conjuração que se revela e denuncia. Pode-se arguir que elas sejam exageradas, na medida em que os conjurados eram cidadãos romanos politicamente rebelados e não invasores estrangeiros dispostos a arrasar Roma, embora tenham sido enunciadas logo depois que o cônsul trouxe a público a tentativa de aliciamento dos belicosos abrógenes. O que importa, porém, são as ideias contidas nestas passagens, segundo as quais até

¹⁸ Todos os grifos em negrito das citações de Cícero são de minha autoria.

a “fortaleza de todas as nações” poderia sucumbir diante de um perigo como a insurreição denunciada, momento no qual a ordem legal e moral da *urbs* igualmente sucumbiria e os “corpos [ficariam] insepultos”, e as “mulheres puras” seriam violadas.

Uma expressão que merece atenção, embora tenha sido usada com cuidado por Cícero para caracterizar a conjuração, é o de guerra civil (*belum domesticus ou belum Cuius*), tendo em vista tudo o que ela poderia implicar em termos políticos e simbólicos. A palavra guerra (*belum*) é seguidamente empregada para classificar o movimento, vindo acompanhada, inicialmente, de adjetivos como “ímpia e nefasta” (*impium bellum ac nefarium* - CÍCERO, *Primeira Catilinária*, XII, 13), “horrível e nefanda” (*horribilis belli ac nefarii* - CÍCERO, *Segunda Catilinária*, VII) e “insidiosa” (*insidiosos bello* - CÍCERO, *Segunda Catilinária*, VII, 13). Já *belum Cuius* é a forma que mais aparece, sendo encontrada em quatro oportunidades, mas não no início. Ausente na Primeira Catilinária, estará presente apenas a partir da Segunda em três oportunidades¹⁹ e, em uma única vez, na Terceira,²⁰ para não mais ser usada. Voltaremos depois a tratar da importância desta expressão e de suas possíveis implicações no contexto das Catilinárias. Agora, interessa-nos salientar um elemento comum à maioria dessas adjetivações da conjuração de Catilina: tanto a peste, como o incêndio, a revolta de escravos e a guerra civil são “perigos internos” à cidade de Roma. Nas palavras de Cícero, perigos internos “às muralhas” da *urbs* (*intra murus/moenia*), cuja insistência enunciativa fica clara quando salientamos a frequente referência do Cônsul às muralhas de Roma como elemento constitutivo da sua proteção e defesa: o termo *murus* aparece duas vezes no texto, enquanto *moenia* aparece sete vezes. Vejamos duas destas passagens:

¹⁹ Cícero, *Segunda Catilinária*, I, 1, VI, 12 e XIII, 28.

²⁰ Cícero, *Terceira Catilinária*, VIII, 19-20.

Há acampamentos na Itália conta o povo romano, estabelecidos nos desfiladeiros da Etrúria, aumenta a cada dia o número dos inimigos (*hostis*); e, no entanto, **o general desses acampamentos e o comandante desses inimigos está dentro dos nossos muros** (*hosti intra moenia*) e dentro do próprio senado urdindo a cada momento algum atentado contra o estado (*Primeira Catilinária*, II,5).

...

Sendo assim, prossegue, Catilina, o caminho encetado; saí da cidade de uma vez para sempre; as portas estão abertas; põe-te a caminho. [...] Limpa a cidade. **Liberta-me-á de um grande receio quando entre mim e ti um muro se levantar** (*Magno me metu liberabis, dum modo inter me atque te murus intersit*). (*Primeira Catilinária*, V, 10).

Os trechos acima são oriundos da *Primeira Catilinária*, quando Cícero faz a denúncia inicial da conjuração no Senado na presença do próprio Catilina. Nestes trechos, observamos o apelo às muralhas de Roma em dois sentidos distintos, embora opostos: no primeiro, as muralhas estão devassadas (ou inúteis) porque o inimigo se encontra dentro delas (*hosti intra moenia*), o que torna o perigo que ele representa ainda maior; no segundo caso, as muralhas aparecem como metáfora da proteção, de um inimigo (*hosti*) que agora está fora. Em outras palavras, as muralhas da cidade estão representando a proteção que elas tradicionalmente possuíam contra importantes perigos: tantos as epidemias, quanto os exércitos inimigos, quando contidos fora dos muros da cidade ou para lá são expulsos, a segurança estaria garantida. Questão que não fica muito difícil de entender em se tratando de uma cidade do mundo antigo para a qual as muralhas são efetivamente uma proteção contra inimigos externos. Ainda mais em se tratando de Roma cuja lembrança de muralhas devastadas por invasores estrangeiros atormentava o imaginário de seus moradores desde o saque da *urbs* pelos sênones, tribo gaulesa do norte da Itália, cerca de 390 a.C. Além disso, devemos lembrar que, simbolicamente, os muros limitavam o espaço sagrado e legal pertencente à cidade,

limite originalmente representado pelo *pomerium* e a cerimônia associada a sua delimitação, que buscava proteção divina à nova *urbs* que estaria sendo fundada. Assim, impetrar o assassinato de seus concidadãos entre os muros da cidade era, não apenas um crime, mas um sacrilégio. Da mesma forma, expulsar e ou promover a saída de Catilina para além das muralhas era, simbolicamente, negar-lhe ou retirar-lhe a condição de cidadão romano, pois, como o próprio cônsul ressalta: “um cidadão (*civus*) não pode ser um inimigo (*hosti*)” (*Quarta Catilinária*, V, 10) e, se passa a ser inimigo, não é mais cidadão.

Catilina: de cidadão romano a inimigo público

Nas Catilinárias, o nome de Catilina é acompanhado de fortes e intensos adjetivos, notadamente de conotação pejorativa, como nem poderia ser diferente. Cícero classifica o conjurado como criminoso, ambicioso, traiçoeiro, conspirador, ladrão (*latro*) e gladiador (*gladiadore*); igualmente, como vimos, nomeia Catilina como inimigo (*hostis*), inimigo entre os muros (*hostis intra moenia*) e inimigo público (*hostis públicos*); em fim, chama Catilina de pervertido (*perditus*), dissipador (*luxus*), corruptor (*corruptor*) de jovens e de “mulheres de família” e *servis* – ou seja, aquele que se submete sexualmente de forma passiva para outrem -, dentre outros.

Quando olhamos estas expressões, notamos que há, no mínimo, três ordens de características distintas: em primeiro lugar, a ordem do direito privado e da condição do conjurado como um criminoso comum (*scelerado*; *latro*); em segundo lugar, temos as categorias, em princípios, mais “graves”, ligadas ao direito público, onde Catilina é nomeado como um inimigo da *res publica* (Estado); e, em terceiro lugar, o conjunto mais peculiar destas características, referentes à vida “privada” de Catilina – a maioria delas, embora condenáveis moralmente, não o eram legalmente.

Numa primeira leitura com base em princípios atuais, como aponta Paul Jal em seu trabalho sobre o vocabulário político nas guerras civis do fim da República²¹, esta plêiade de características diferentes poderia indicar falta de coerência ou inconsistência nos argumentos de Cícero, algo surpreendente tendo em vista o profundo conhecimento jurídico do então cônsul. Mas o próprio JAL que levanta a dúvida a esclarece respondendo negativamente. Para ele, Cícero, assim como outros homens de letras envolvidos nas contendas políticas do período, estava diante de uma realidade político-militar nova, ou seja, a revolta ou a sedição promovida dentro da própria cidade por cidadãos de plenos direitos políticos, muito dos quais pertencentes à *nobilitas* e/ou de família patrícia. Desta forma, é compreensível a dificuldade em saber como agir nestas circunstâncias complexas, o que se reflete também na linguagem política, em especial no problema de se encontrar termos precisos e inequívocos que dessem conta da nova realidade.

De outra parte, esta mesma situação de indefinição conceitual permite a oradores hábeis como Cícero jogar com a indefinição/imprecisão, evitando algumas armadilhas e possibilitando sentidos múltiplos a sua fala. Isto ficaria claro, para o autor, no próprio cuidado com que Cícero classifica a conjuração como “guerra civil” e o próprio Catilina como “Inimigo público”. Ora, nomear o movimento de Catilina como guerra civil traria muitos medos à mente do cidadão médio romano, que ainda se ressentia das mazelas sofridas durante as guerras entre Caio Mario e Cornélio Sula e o seu grande número de mortos e proscritos – o próprio Cícero não deixa de lembrar seguidamente estes episódios. Entretanto, argumenta JAL, dar à ação de Catilina esta classificação significaria, de alguma forma, legitimá-lo – ou seja, conceder a ele a condição de líder político-militar de uma parte do corpo cívico da cidade que se opõe à outra. Desta maneira, explica JAL, podemos

²¹ Jal, Paul. « Hostis (publicus) » dans la littérature latine de la fin de la République. In: *Revue des Études Anciennes*. Tome 65, 1963, n°1-2. pp. 53-79;

entender a opção por evitar – ou protelar – o uso da expressão guerra civil para a Conjuração de Catilina, havendo predileção inicial por manter o líder deste movimento e o próprio movimento no universo do “crime” comum (*latro, gladiatore*). Algo semelhante aconteceria com a expressão “inimigo público”. O termo *hostis* é, em si mesmo, bastante ilustrativo quanto a esta dubiedade e multiplicidade de sentidos. No período arcaico, *hosti* era o designativo de estrangeiro; com o tempo, passa a indicar o inimigo externo, aquele que vem atacar a cidade de fora, e, no período final da República, ganha paulatinamente o significado daquele que é considerado uma ameaça para a *res publica*.²² Assim, temos muito clara a separação entre o exterior e interior da cidade, onde, no pensamento antigo, tudo o que está no exterior pode representar perigo, como mostra esta passagem de uma palavra que originalmente designa o estrangeiro para indicar todo aquele que pode ser uma ameaça.

Enfim, embora este tema ainda possa ser melhor explorado, para o interesse deste artigo, importa ressaltar que Cícero emprega os termos guerra civil e inimigo público para designar Catilina e sua conjuração mais do que JAL parece querer admitir. Entretanto, emprega-o – e neste ponto convergimos com JAL – apenas na medida em que Catilina se retira da cidade, passando a liderar um exército contra Roma, e que o Senado o declara oficialmente *hostis publicus*, ou seja, quando estas denominações já eram “oficiais”, por assim dizer.

Já no que se refere ao terceiro item da construção de Catilina como inimigo, temos os aspectos ligados ao seu comportamento “moral”, envolvendo, especialmente adjetivos sobre a sua vida sexual (pervertido/*perditus*; corruptor de jovens/*corruptor iuventutis*;

²² O estudo sobre o termo *hosti* e sua evolução semântica baseou-se, além do texto já citado de JAL, nas seguintes obras de referência: Cledat, L. *Vocabulaire Latin* : familles et groupements de mots. Paris : Librairie Armand Colin, 1924, Ernout, Alfred. *Morphologie historique du latin*. Paris : C. Klincksieck, 1945. xiii, 404 p., Thesavrus linguae latinae. Lipsiae [i.e. Leipzig] : In Aedibus B.G. Teubneri, 1900-1960 v. e Gaffiot, F. *Dictionnaire abrégé latin français*. Paris : Hachette, 1936. 720 p.

servis) e a sua relação com os seus recursos financeiros “privados” (notadamente, dissipador - *luxus*). Em uma passagem bastante expressiva da Primeira Catilinária, Cícero afirma o seguinte:

Que **nódoa**, que **escândalos familiares** não foi gravado a fogo na tua vida? Que **ignomínia da vida particular** não está ligada a tua reputação? Que **sensualidade** (*libido*) esteve longe de teus olhos? Que **ação infame** deixaram de perpetuar as tuas mãos algum dia? Que torpeza esteve ausente de teu corpo? Que **jovem haverá que não tinha ilaqueado nas seduições de tua imoralidade**, guiando a ferro da rebeldia, ou archote da libertinagem? (*Primeira Catilinária*, VI, 13).

Nesta passagem, Cícero não só acusa Catilina dos mais variados vícios particulares e privados (nódoas, escândalos, infâmia, libidinagem/libertinagem, etc.), como faz a colocação de forma hiperbólica, ao conotar que não há crime ou infâmia particular possível que Catilina não tenha cometido. Segundo a filósofa Ninon Grangé, em artigo analisando a designação de “inimigo” (*hostis*) nas guerras civis do fim da República Romana a partir dos escritos de Cícero contra Antônio, era comum nas disputas políticas deste período o ataque à imagem do adversário através de referências tanto a sua atuação pública, quando a sua vida privada.²³ Todavia, embora não se deva desconsiderar a alusão aos aspectos da vida sexual/moral de Catilina como uma estratégia retórica de desqualificação do adversário, ficar apenas neste ponto empobreceria demais a análise. O próprio Cícero ilustra esta questão ao qualificar as menções acima: “Refiro-me a fatos que dizem respeito não à infâmia pessoal dos teus vícios, não à tua penúria doméstica e a tua má fama, mas aos superiores interesses da República e à vida e à segurança (*salus*) de todos” (*Primeira Catilinária*, V, 14).

²³ Ninon GRANGÉ, « Cícéron contre Antoine : la désignation de l'ennemi dans la guerre civile », *Mots. Les langages du politique* [En ligne], 73 | 2003, mis en ligne le 09 octobre 2008, consulté le 10 mars 2018. URL : <http://journals.openedition.org/mots/15512>.

Para entendermos melhor este aspecto, é importante recordar que induziríamos uma compreensão inexata do fenômeno se pensássemos a política na antiguidade através de uma separação nítida e rígida entre *público* e *privado*, própria do mundo contemporâneo. Ao contrário, na visão romana – e notadamente em Cícero –, a esfera política e a esfera moral são indissociáveis, compondo uma unidade no que se refere à “saúde/segurança” da *res publica*. Ademais – e este é o ponto em que queremos chegar –, a suposta vida “desregrada” de Catilina representaria um perigo porque, na narrativa ciceroniana, as “ignomínias” praticadas pelo conjurado não ficariam limitadas a sua pessoa, mas afetariam aos demais membros da coletividade que conviviam com ele, especialmente os mais jovens:

De resto alguém teve algum dia com ele **arte tamanha de seduzir a juventude?** Aquele mesmo que **alimenta por uns a mais vergonhosa paixão, prestava-se com o maior dos escândalos aos desejos dos outros**, prometia a um a satisfação de seus apetites a outros a morte de seus pais (*Segunda Catilinária*, IV, o8).

Desta maneira, para compreendermos adequadamente o perigo à *res publica* que Catilina representa nos discursos de Cícero, devemos avançar o estudo para além da forma como o patricio da *gens servilia* é representado e incluir também aqueles que, segundo o Cônsul, por afinidade, foram arregimentados pelo conjurado: os da “igualha de Catilina” (*Catilinae copias*). Contudo, devido aos limites deste texto, não iremos avançar aqui uma completa análise deste aspecto, tarefa que ainda exige mais esforço de pesquisa e espaço de exposição. Vamos, fazer rápida alusão a um dos grupos de aliados de Catilina citado pelo orador, quando ele elenca, na Segunda Catilinária, a sua corte de conjurados. Refiro-me a última e mais importante das seis categorias criadas por Cícero, que ele considera, tanto pela qualidade, quanto pelo comportamento, como

os que mais convém a Catilina: é composta de seus **favoritos**, mais ainda, dos **da sua afeição** e da sua **intimidade**, são estes que por ai vede de **cabelo penteado**, todos janotas, uns **imberbes**, outro de **barba bem cuidada**, **vestidos com túnicas de longas mangas e até aos pés**²⁴, esse que exibem todo o esforço de sua vida e toda a sua resistências à falta de sono nas ceias até de madrugada (*Segunda Catilinária*, X, 22).

Cícero, ao longo dos quatro discursos, faz outras referências a este grupo de “degenerados”, apontando, como no trecho abaixo, o perigo que eles representavam:

A estes a quem **eu vejo passarinhar no fórum**, que estacionam diante da cúria, que **até no Senado toma lugar**, que **andam reluzentes de unguento e entre esplendores de púrpura**, a estes **gostaria eu que ele tivesse levado consigo como soldados seus**: se eles aqui continuam, lembrai-vos que teremos que temer, não esse tal exército, mas àqueles que dele desertaram (*Segunda Catilinária*, III, 5).

Em suma, temos aqui um “grupo conjurado” identificável não propriamente pela proximidade física, pela ação coordenada ou pela defesa de ideias políticas, mas por certas características comportamentais contrárias à moral tradicional romana, a *mos maiorum* que Cícero, na República, coloca como uma das *instituições* que permitiram a grandeza da cidade de Roma. Desta maneira, não surpreende a passagem na qual o orador traça um quadro dos “dois grupos” em conflito na conjuração:

quem poderá, porém, suportar que armem traições os homens sem valor (*inertise hominī*) aos mais valetes varões (*fortissimi viri*), os mais imbecis (*stultissimo*) contra os mais sensatos (*prudētissimi*), os embriagados (*ebrio*) contra os sóbrios (*sobri*), os que estão a dormir (*dormenti*) contra os bem despertos (*vigilanti*) (*Segunda Catilinária*, V, 10).

²⁴ Não devemos esquecer que a túnica longa e larga era, na indumentária da República Romana, a vestimenta feminina.

Note-se, neste trecho, como Cícero opta por classificar os conjurados ou aliados “morais” de Catilina como *homini* e os demais cidadão como *viri*, opondo, assim, de uma lado, aqueles que pertence indistintamente à “raça humana” (*homini*) – como o caso dos “bárbaros” com os quais os conjurados são aproximados – aos cidadãos “*viris/virtuosos*”. Assim, diante desta verdadeira guerra civil/doméstica que é, acima de tudo, uma verdadeira guerra entre comportamentos opostos e fundamentalmente incompatíveis, uma cura ou (re)conversão não parece possível, no argumento ciceroniano. Daí não surpreender que Cícero – em uma passagem muito drástica e que destoa da própria prudência com que ele conduziu o julgamento dos conjurados, procurando não se comprometer abertamente com a sentença de morte – defenda um “extermínio” dos “da igualha de Catilina”. Ou seja, a mera capitulação do líder da conjuração já não é suficiente: “o perigo (*periculum*) há de permanecer e ficará profundamente inculcado nas veias nas entranhas da República” (*Primeira Catilinária*, XIII, 31). Mais ainda, salienta o orador que, como aqueles acometidos de uma doença (*morbus*) grave que,

ao beberem água gelada, parecem aliviados nos primeiros momentos, mas, e depois, o mal os oprime mais forte e violento, do mesmo modo **essa doença que existe no seio do estado** (*morbus qui est in re publica*), aliviada embora pelo suplício daquele que ali vedes, **agravar-se-á com mais violência, ainda sobrevirem os restantes** (*Primeira Catilinária*, XII, 31).

Desta maneira, afirma Cícero, referindo aos “aliados” de Catilina: “se estes não saírem de Roma, **se não morrem mesmo que morra Catilina**, fica sabendo que **há de surgir no seio do Estado um viveiro de Catilinas** (*seminarium Catilinarum futurum*)” (*Segunda Catilinária*, X, 22).

Conclusão

Como conclusão dos temas vistos acima, nota-se, afora a complexidade e riqueza dos textos em estudo, como a compreensão da construção do inimigo público nas Catilinárias não é tarefa fácil e isente de controvérsias. De qualquer maneira, mesmo dentro dos limites deste artigo, podemos defender alguns pontos de vista.

Cícero, acima de tudo, tentou associar discursivamente o movimento de Catilina a *calamitates* que historicamente assolaram a cidade de Roma e que, acima de tudo, molestaram-na de dentro para fora como pestes, incêndios, revoltas de escravos e guerra civil. Mesmo que estes males pudessem ter sua origem no exterior (como os escravos que eram trazidos das conquistas e as doenças vindas de fora), eram problemas que penetravam sorrateiramente e cotidianamente os muros da cidade e foi no seu interior – e, assim, sem a sua proteção – que se tornaram um perigo à coletividade.

A ação discursiva de Cícero busca, acima de tudo, colocar novamente “as coisas no lugar”, explicitando o inimigo que se encontra no interior da *urbe*, tramando contra ela e seus cidadãos. Ao “evidenciá-lo”, Cícero exorta o conjurado a assumir o seu papel de traidor e a se colocar fora da cidade, como um inimigo externo a ela, pois, como ele mesmo afirma, ou se é um inimigo da cidade ou se é um cidadão; as duas condições são incompatíveis em uma mesma pessoa.

A pura repressão ou mesmo extirpação de Catilina, contudo, não é suficiente. Deve-se, também, promover, no mesmo movimento, a eliminação dos males que ele propagou ou representou através de seu comportamento privado (*luxo, depravação, embriaguez, etc.*) contrários à moral tradicional romana (*retidão, moderação, sobriedade*). Aí Cícero localiza o maior perigo à República, perigo que não se extingue apenas com a eliminação da conjuração, até porque os seus “praticantes” não são passíveis de recuperação no discurso ciceroniano. Seriam estes perigos, estes comportamentos contrários a *mos majorum*, também inimigos

públicos? Também seriam eles perigos que, de fora, penetraram sorrateiramente na cidade e agora a corroem por dentro? Questões instigantes e importantes que serão objetos das próximas investigações.

Fontes primárias:

Cícero. *Catilinaires*. Paris : Société d'Édition Les Belles Lettres, c1985.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (dir.), *Cícero. As Catilinárias, Defesa de Murena, Defesa de Árquias, Defesa de Milão*, Lisboa, Verbo («Série Clássicos Gregos Latinos»), 1974.

PINHO, Sebastião Tavares de (trad.). *As Catilinárias, Cícero*. Lisboa: Edições 70, 1989.

PLUTARCO, *Vida de Cícero - Vidas Paralelas*. São Paulo: Editora Paumape, 1992, V volume, p. 34-77.

Salustio. *A conjuração de Catilina*. Hedra: Edição do Kindle, 2015.

Referências

BADEL, Christophe. *La République Romaine*. Licence Histoire. Paris : PUF – Press Universitaire Française – 2^a. Ed. 2015.

Cledat, L. *Vocabulaire Latin* : familles et groupements de mots. Paris: Librairie Armand Colin, 1924.

COWELL, F.R. *Cicero and the Roman Republic*. Baltimore, Maryland: Pelican Books, 5a. Ed 1973.

Gaffiot, F. *Dictionnaire abrégé latin français*. Paris: Hachette, 1936. 720 p.

GRANGÉ, Ninon. Cícero contra Antoine : la désignation de l'ennemi dans la guerre civile, *Mots. Les langages du politique* [En ligne], 73 | 2003, consultado em 10 março de 2018. URL: <http://journals.openedition.org/mots/15512>.

GOLDSWORTHY, Adrian. *Em Nome de Roma: os conquistadores que fizeram o império*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2016.

GOLDSWORTHY, Adrian. César: *A Vida de um Colosso*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

Ernout, Alfred. *Morphologie historique du latin*. Paris : C. Klincksieck, 1945. xiii, 404 p., Thesavrvs lingvae latinae. Lipsiae [i.e. Leipzig] : In Aedibus B.G. Teubneri, 1900-1960 v.

Jal, Paul. « Hostis (publicus) » dans la littérature latine de la fin de la République. In: *Revue des Études Anciennes*. Tome 65, 1963, n°1-2. pp. 53-79;

NICOLET, Claude et ALAIN, Michel. *Cicéron*. Col. Ercivains De Tourjours. Paris: Editions de Seuil, 1961.

NICOLET, Claude. *Les Idées Politique a Rome Sous la Republique*. Paris : Collection U. Librairie Armand Colin, 1964.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica: II Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5^a. ed, 2013,.

STEEL, Catherine. *Reading Cicero: Genre and performance in Late Republican Rome*. London: Duckworth, 2005, pp.: 21-48.

**“As virtudes dos antigos”:
Germânico César e sua visita ao Egito
durante o Principado de Tibério César (14-37 DC)¹**

Rafael da Costa Campos²

Pertencente à linhagem Cláudia, Germânico Júlio César (15 a.C.- 19 d.C.) foi o filho mais velho do matrimônio entre general Nero Cláudio Druso e Antônia Menor, respectivamente filho de Livia Drusila (terceira esposa de Augusto) e filha caçula de Marco Antônio com Otávia (irmã de Augusto), e sobrinho-neto de primeiro Imperador de Roma. Casado com Agripina Sênior, filha mais velha do matrimônio entre Júlia Augusta e Agripa (general equestre e braço-direito de Augusto), Germânico e sua prole constituíram as principais expectativas para a permanência de poder nas mãos da família imperial e especialmente para o lado da família Júlia, de onde se originara Augusto após sua adoção por seu tio-avô Júlio César em 44 a.C.

Para tanto, Germânico foi adotado por Tibério imediatamente após a própria adoção deste por Augusto em 4 d.C. Teria sido determinado ao seu tio e futuro *Princeps* a responsabilidade de

¹ Este artigo é desdobramento de uma palestra de mesmo nome apresentada no encontro internacional “Língua e Linguagem no Mundo Antigo”, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BRA) entre os dias 30 e 04 de dezembro de 2015.

² Prof. Adjunto do curso de História-Licenciatura. *Universidade Federal do Pampa*. E-mail: rafaelcampos@unipampa.edu.br

assegurar que Germânico pudesse ascender ao comando imperial, e é possível que Augusto, em sucessão ao apontamento deste último como cônsul em 12 d.C., tivesse deixado instruções para os próximos passos políticos do jovem príncipe, de modo semelhante ao que fizera com os falecidos netos Gaio e Lúcio César, uma década antes (SEAGER, 2004, p.32). Deste modo, já em 14 d.C., pouco depois da morte de Augusto e ascensão de Tibério, uma das primeiras decisões senatoriais foi a concessão do *imperium* proconsular à Germânico. Este fato representou a continuidade de uma estratégia sucessória engendrada por seu tio-avô: diante de um possível enfraquecimento da sucessão dinástica pela morte de um *Princeps*, seu subordinado – superior em poderes aos demais senadores – estaria em plenas condições de assumir o controle; caso não houvesse uma morte, o mesmo controle viria a seu tempo (tanto que em 17 d.C. Germânico recebeu o triunfo militar pela vitória na Germânia, e em 18 tornou-se cônsul pela segunda vez junto da concessão do *imperium maius* (LEVICK, 1999, p. 148).

Após ter enfrentado um tumultuado motim militar no Ilírico em 14 d.C. e uma difícil campanha contra os germanos pela recuperação dos estandartes perdidos após a derrota de Quintílio Varo em 9 d.C., no ano de 18 d.C. Germânico foi enviado para o Oriente. Este evento foi significativo principalmente pelo trágico desfecho com a sua morte e as consequências dentro da conjuntura política interna à família imperial. Após ter assumido o consulado com Tibério e recebido o *imperium maius* (e por consequência mais autoridade do que os demais governadores de províncias e legados imperiais), tornou-se publicamente evidente que Germânico César estava a caminho da sucessão imperial. O seu envio para a província da Síria seria uma importante experiência militar e administrativa, uma vez que Tibério era velho demais para a empreitada enquanto que Druso Cláudio muito jovem.

Entretanto, a razão da escolha parece mais complexa: ao mesmo tempo em que há plausibilidade em honrar o futuro herdeiro com importantes missões, provavelmente houve também

uma intenção de distanciar Germânico das legiões do Ilírico (Tácito, *Anais*, 2.48). De todo modo, junto a Germânico, Tibério César apontou Gneio Calpúrnio Pison como governador da província. Em verdade, o envio de Germânico César esteve relacionado à manutenção do compromisso do Imperador em seguir as instruções de Augusto e não expandir as fronteiras imperiais; intervenções só ocorreram quando existiu algum risco à segurança das províncias. Os conflitos ao norte não só foram duradouros como dispendiosos, e talvez fosse intenção de Tibério desde então consolidar a presença de Roma de outras maneiras.

Assim como durante o governo de Augusto, questões de política externa continuaram presentes na agenda deliberativa do poder imperial e emergiram logo após a ascensão de Tibério. Mais especificamente, ocorreu um vácuo de poder no reino da Pártia, situado na fronteira oriental do mundo romano. Em 15 d.C., Vonones, rei conduzido por Augusto, foi expulso por Artabano, tendo feito com que o primeiro se refugiasse na Armênia (Tácito, *Anais*, 2.1-2). Como nesta região o trono encontrava-se vazio em começos do ano de 16 d.C., Vonones anunciou sua candidatura à realeza, o que foi recusado tanto por Tibério quanto por Artabano. Nesse ínterim, o destituído rei parta permaneceu sob a proteção de Roma até a chegada de Gneio Pison à Síria. Por sua vez, Germânico César diplomaticamente coroou Artaxias como novo rei da Armênia e determinou a remoção de Vonones de lá para evitar perturbações. Mas a esta medida se opôs Pison, que não somente recusou-se a enviar um destacamento militar para o auxílio na região, como afrontou Germânico ao afirmar que Vonones deveria ter sido coroado como rei armeno, e isto em meio a declarações públicas de inimizade entre ambos (Tácito, *Anais*, 2.57-8).

O embate entre Germânico César e Pison é um dos temas centrais das narrativas históricas sobre o Principado de Tibério. Mesmo que tenha falecido em 19 d.C., os desdobramentos desse conflito político que culminou com a polêmica hipótese de envenenamento do príncipe serviram para acirrar ainda mais as

disputas familiares internas entre membros da família Júlia e Cláudia. Não é nosso foco discorrer longamente sobre este assunto, mas é importante afirmar que seus efeitos contribuíram para ampliar o isolamento político de Tibério e sua impopularidade perante a plebe, a ascensão de Élio Sejano, prefeito da guarda pretoriana, o afastamento do *Princeps* para a ilha de Capri e, em última instância, para a neutralização dos remanescentes do núcleo familiar de Germânico: sua esposa Agripina e seus filhos mais velhos. Todavia, há um aspecto concernente à Pison e Germânico que trataremos a seguir.

No que nos interessa, foi especificamente a iniciativa de visitar o Egito em meio a esta situação que parece ter contribuído para agravar a relação entre Germânico César e Tibério. Tácito afirma³ que

Germânico se deslocou para o Egito para tornar-se conhecedor da antiguidade⁴, mas seu pretexto foi a preocupação com a província; reduziu os preços dos víveres ao abrir os celeiros e praticou muitos hábitos aprazíveis ao público: caminhar sem a soldadesca, com pés descalços e vestimenta correspondente a dos gregos [...]. Tibério, com suaves palavras o criticou por seu costume e traje, e repreendeu-lhe rigorosamente para que, contrário aos princípios de Augusto, não adentrasse Alexandria sem o desejo do *Princeps*⁵ (*Anais*, 2.59.1-2).

Suetônio também destaca brevemente o fato, embora com o intuito de justificar a desafeição de Tibério por seu sobrinho-enteadado:

³ *Anais*, 2.59.1; ver também Suetônio, *Vida de Tibério*, 52.

⁴ Compreendido aqui como “antigos costumes locais” ou “virtudes dos antigos de outrora”.

⁵ *Germanicus Aegyptum proficiscitur cognoscendae antiquitatis. sed cura provinciae praetendebatur, levavitque apertis horreis pretia frugum multaue in vulgus grata usurpavit: sine milite incedere, pedibus intectis et pari cum Graecis amictu [...] Tiberius cultu habituque eius lenibus verbis perstricto, acerrime increpuit quod contra instituta Augusti non sponte principis Alexandriam introisset.*

Ele inclusive fez uma reclamação no Senado quando Germânico, em ocasião de uma repentina e terrível fome, foi para Alexandria sem consultá-lo (*Vida de Tibério*, 52.3).

Tácito nos oferece ainda uma justificativa para a reprovação da atitude de Germânico por parte de Tibério:

Com efeito, entre outros segredos de sua dominação, Augusto havia vetado a entrada a ilustres senadores ou equestres romanos exceto com permissão; pôs de parte o Egito para que a fome não acoissasse a Itália, quem quer que tivesse ocupado a província e suas entradas por terra e mar com uma guarnição, mesmo que leve, contra fortes exércitos⁶ (*Anais*, 2.59.3).

De acordo com Wiedemann (2008, p.210), a tentativa de conquistar popularidade entre os egípcios mediante a abertura das reservas de grãos poderia representar uma ameaça de racionamento futuro em Roma. A importância da conquista territorial do Egito foi legada⁷ por Augusto de forma bastante objetiva: “adicionei o Egito ao império do povo romano”⁸. A anexação do território se deu logo após sua vitória na batalha do *Actium* em 31 a.C., cujas mortes de Antônio e Cleópatra encerraram a guerra civil (CROOK, 2008). A partir de então, o Senado tornou este território uma província pessoal de Augusto e a sua administração inicialmente encarregada a Gaio Cornélio Galo, equestre proeminente e na época um importante consorte militar de Augusto. Por ser um território fértil e rico, a ocupação do Egito neutralizou a possibilidade de fortalecimento de um novo oponente político, atenuou a escassez financeira decorrente dos anos de guerra, e permitiu a Augusto recompensar a população italiana pelos excessos de tributos

⁶ *nam Augustus inter alia dominationis arcana, vetitis nisi permissu ingredi senatoribus aut equitibus Romanis inlustribus, seposuit Aegyptum ne fame urgeret Italiam quisquis eam provinciam claustraque terrae ac maris quamvis levi praesidio adversum ingentis exercitus insedisset.*

⁷ *Res Gestae Divi Augusti*, 27.1. Tradução, introdução e comentários de P.A. Brunt e J.M. Moore. Oxford: Oxford University Press, 1983.

⁸ *Aegyptum imperio populi Romani adieci.*

cobrados para fazer frente a Antônio, bem como pagar as terras prometidas aos seus veteranos. Assim, a administração da região e a vinculação direta de seu controle às mãos do Imperador tornaram-se premissas para que este pudesse manter a Cidade de Roma e parte da península itálica sobre controle. Deste modo, a reprimenda de Tibério em princípio está diretamente relacionada ao temor de qualquer atitude que ferisse um princípio mantenedor de estabilidade da população romana.

Por outro lado, um fragmento do papiro de Oxirrincos⁹ demonstra que, em oposição à tradição presente em Tácito e Suetônio, Germânico estivera no Egito oficialmente como parte das medidas para a organização da administração nas províncias do Oriente romano. Além de evidenciar a oficialidade da presença de Germânico, o documento também menciona a grandiosidade da cidade de Alexandria e seu fundador, Alexandre Magno, além de reverências a Augusto:

[...] Eu fui enviado, como eu disse, por meu pai para administrar as províncias além mar. [...] Eu pensei que seria uma visão fascinante, em primeiro lugar por causa de seu herói e fundador, a quem um débito em comum é devido por aqueles com as mesmas aspirações, e em segundo lugar, por causa das benfeitorias de meu avô, Augusto.

Se este fragmento trouxe controvérsia para a análise da presença de Germânico na região, em contrapartida ressalta sua popularidade. Lindsay Powell (2013) afirma que a evidência captura a rápida relação que o príncipe imperial foi capaz de estabelecer com o público local e a sinceridade com a qual este abordava seus interlocutores, impressão consistente com outras descrições de sua personalidade. A notoriedade do príncipe imperial pode ser complementada pelo exame do verso de outro edito veiculado durante o mesmo período (chamado também de *Acta*

⁹ Vol. XXV 2435.9 apud BRAUND (1985, p. 11-14).

Alexandrinorum) em que Germânico formalmente refuta qualquer aproximação entre suas resoluções e inferências divinas, determinando que apenas Tibério e Livia pudessem recebê-las¹⁰:

Germânico César, filho de Augusto, neto do Divino Augusto, procônsul, proclama:

Sua boa-vontade, que vocês sempre demonstram quando me veem, eu saúdo, mas a sua invidia e apelações divinas eu rejeito em absoluto. Pois estas convêm somente ao atual salvador e benfeitor de toda a raça dos homens, meu pai, e sua mãe, minha avó. Os atos imputados a mim são trabalhos adicionais de sua divindade, de modo que, se não fizerem como eu digo, me forçarão a aparecer perante vós apenas raramente.

Aparentemente, a impressão de mal-entendido teria gerado uma reação menos acrimoniosa por parte do *Princeps* se a relação entre ambos estivesse em melhores termos. É provável que Germânico sequer tivesse tido conhecimento do descontentamento do *Princeps* enquanto estivera em Alexandria. Seu comportamento durante a estadia na província foi apresentado por Tácito como um componente adicional para a desconfiança nutrida por Tibério em relação ao seu enteado e sua nora desde 14 d.C.¹¹. Mais ainda, Germânico pode também não ter compreendido o preceito augustano de exclusividade de acesso ao Egito, ou ter assumido que tal regra não era válida para um membro da família imperial. No primeiro fragmento citado, o Egito é relacionado como província (em grego *eparkhia*), o que sugere que o enteado de Tibério estivera alheio ou conscientemente ignorou a especificidade da região. De todo modo, oficialmente ou a passeio, temos a impressão de que Germânico César agira por iniciativa própria e sem o devido respeito pela regra estabelecida, tendo transmitido a ideia de insubordinação (POWELL, 2013, p. 179-80).

¹⁰ *EJ* 320 (b) apud BRAUND (1985, 191, n° 558).

¹¹ Sobre as razões para o envio de Germânico, e os limites da interpretação taciteana, Cf. ALSTON (1998, p.27); SCULLARD (2011, p. 229-30); SEAGER (2004, p. 81-2, 88); WIEDEMANN (2008, p. 210).

Para Barbara Levick (1999, p.121-122), este último desejou visitar a região que estava sob suas atribuições e que anteriormente esteve sob o controle de Alexandre Magno e de seu avô, Marco Antônio. Germânico desejou também ser cortejado e apreciar a popularidade emanada de sua ancestralidade, não obstante a principal consequência de suas atitudes possa ter sido a criação de um precedente para que aristocratas romanos reivindicassem a entrada no Egito.

Este argumento é importante e merece ser debatido, pois, a partir dele podemos redimensionar os impactos que este evento pode ter trazido para o subjacente contexto. A conjuntura política do governo de Tibério César está vinculada a um processo de estabelecimento do Principado. Porquanto o espaço de tempo entre a ascensão de Augusto e a viagem de Germânico César tenha abarcado praticamente meio século, não podemos afirmar que a memória política do período republicano havia se extinguido e tampouco que havia unanimidade quanto à ideia de “restauração da República”, empreendida durante todo o governo de Augusto.

Os precedentes políticos legados a Tibério pelo seu antecessor foram desenvolvidos processualmente à custa de experimentação que, de maneira dialógica, derivou do carisma político de Augusto e de sua capacidade de coligar suas aspirações com os interesses e ideais de uma nascente aristocracia italiana. Esta buscou assegurar que a legitimação do *Princeps* concretizasse seus anseios de ascensão ou mesmo de sobrevivência aquelas turbulentas décadas de dissensão civil e militar¹².

Isto não significa dizer que o tempo aplacou os opositores do novo sistema político engendrado por Augusto, ou mesmo que houve unanimidade em relação àquele que assumira o inédito posto de mandatário da coletividade romana. Não por acaso, a necessidade

¹² Para compreender o significado da ascensão de Augusto e do Principado enquanto fenômeno de experimentação política, bem como a configuração de seu apoio e a caracterização geral de seus associados: ECK (2007, p. 45); GALINSKY (1996, p. 77, e 2007, p.1-2); GRANT (1948, p. 98); ROULAND (1971, p. 572-3); SALLER (1982, p. 30-6); SYME (1939, p. 381-2).

de reiterar que as ações de Augusto representaram o restabelecimento da concórdia e a promoção do consenso estão associadas com o dever de apagar a memória dos opositores da liberdade republicana. No monumento dedicado aos feitos de Augusto e edificado postumamente por Tibério, está inscrito que, após ter organizado um exército mediante seus recursos e sua própria iniciativa (44 a.C.), o interesse de Augusto foi o de libertar a República da tirania de uma facção (*factionis*) (*Res Gestae Divi Augusti*, 1.1). Uma vez que o que é omitido em uma sentença pode ser tão informativo quanto aquilo que foi atestado, o termo “facção” deve ser compreendido enquanto uma inferência a Marco Antônio (BRUNT & MOORE, 1983, p. 3). Assim, a exaltação da derrota de seu opositor simultânea à obliteração de seu nome, bem como o triunfo pela liberdade dos romanos – e não o triunfo de um usurpador e fraticida – é tão importante que cremos não ser por acaso que o trecho se tornou a primeira frase do monumento.

Embora haja controvérsia entre as evidências sobre a oficialidade da visita de Germânico ao Egito, a nosso ver as consequências de sua presença na região relacionaram-se mais com os liames da memória política do segundo triunvirato e das guerras entre Augusto e Antônio do que deixa transparecer a narrativa de Tácito. Por outro lado, tanto Tácito quanto Suetônio valeram-se de outros autores e textos – aos quais não temos acesso – e que colocam Tibério e Germânico César em posições antagônicas devemos ler com cautela. É preciso sempre ter em mente o poder de persuasão no trato com os biografados, e principalmente com relação a Tácito, a maestria de seu trato literário que visa forjar e convencer o leitor de um passado imperial, que tem como mote o debate sobre a perda da liberdade de expressão política e a manutenção da autonomia individual em um contexto em que a efervescência política da

aristocracia de outrora é essencialmente nostálgica (Cf. HAYNES, 2003, p. 180; LUCE, 2012, p. 340; SAYLOR, 2008, p. 49-50)¹³.

Sendo assim, é importante debatermos sobre as reminiscências do passado republicano e suas relações de proximidade e ancestralidade com Germânico César. Durante o período do segundo triunvirato, o acordo estabelecido entre Antônio e Otávio promoveu uma verdadeira divisão do Mediterrâneo romano entre Ocidente e Oriente. Coube a Antônio reorganizar-se financeiramente à custa dos reinos clientes próximos às fronteiras, preparar-se para enfrentar os partas e simultaneamente oferecer suporte militar a Otávio contra Sexto Pompeio. Em verdade, a renovação do triunvirato em 37 a.C. não representou efetivamente um pacto de cooperação entre os triúnviros e, para além do apoio do reino dos gálatas, da Capadócia, do Ponto e da Judeia, o principal suporte militar e econômico adveio do Egito Ptolomaico de Cleópatra (SCULLARD, 2011, p. 141-2). Dependente desse suporte, Antônio também se vinculou afetivamente à rainha que, a despeito das controvérsias referentes a um possível plano de dominação sobre o Ocidente romano, provavelmente teve como objetivo estender suas possessões e a reavivar o passado imperial. Paralelamente, Antônio possivelmente anteviu o embate militar contra Otávio e o Egito enquanto uma fonte de poder ou potencial refúgio diante de uma derrota, não obstante houvesse a possibilidade de um imbróglia com relação ao apoio das tropas, fosse contra Otávio, ou pelo apoio a Cleópatra ou Antônio como rei do Egito (SCULLARD, 2011, p. 142).

Os desdobramentos do enlace de diversas ordens entre Antônio e Cleópatra forneceram subsídios para que Otávio passasse a desmoralizar Antônio perante a opinião pública romana. Em 34 a.C. Antônio emulou um triunfo militar em solo egípcio por sua vitória na campanha contra os armênios. Durante o período,

¹³ Debati questões sobre a composição narrativa e o estilo literário de Tácito – com enfoque específico ao governo de Tibério em outro artigo.

Antônio ordenara a cunhagem de moedas que o anunciavam conquistador da Armênia e Cleópatra como a rainha dos reis e dos filhos dos reis (CRAWFORD, 1975, p. 543.1).



Fig. 1: ANTONI. ARMENI-A. DEVICTA; rosto de Antônio com tiara armênia. Verso: CLEOPATR[AE REGINAE] REGVM FILIORVM REGVM; Cleópatra com diadema e busto drapeado com haste de proa ao fundo.

O episódio, conhecido como a “doação de Alexandria”, representou a ovação do general romano, de Cleópatra (autorepresentada como a deusa Ísis) e de seus filhos sentados perante a população, sendo que na ocasião o primeiro proclamou Cesarion (Ptolomeu César, filho de Cleópatra com Júlio César) “rei dos reis” – insinuando em contrapartida que Otávio, postumamente adotado por seu tio, era um usurpador – e, junto de Cleópatra (a “rainha das rainhas”) ambos como monarcas do Egito e de Chipre. Mais ainda, mediante seu poder de triúnviro, aos filhos de Antônio e a rainha do Egito (respectivamente Alexandre Hélios, Cleópatra Selena e Ptolomeu Filadélfio) foram prometidos o futuro governo dos reinos fronteiriços ao *limes* romano.

Contudo, aparentemente Antônio não agira fora dos acordos estabelecidos pela renovação do triunvirato: não contrapôs a autoridade do Senado e obtivera ratificações para seus planos de organização diplomática nas províncias romanas orientais e nos reinos-cliente de Roma. Nos moldes de Pompeu, Antônio também adotou representações que enfatizavam o status semidivino que eram perfeitamente aceitas e compreensíveis no Oriente. No entanto, ao ter se associado intimamente com um governante

estrangeiro, Antônio permitiu a criação de um argumento que legitimasse a guerra contra uma ameaça externa e que por consequência o afligiu (SOUTHERN, 2007, p. 201). De todo modo, a repercussão das atitudes de Antônio fez com que Otávio promovesse uma campanha de desmoralização pública pelo seu distanciamento das tradições romanas e pelo seu aparente apetite monárquico. Em 32 a.C., após o fim do segundo triunvirato e a negativa dos cônsules apoiadores de Antônio de ratificar a concessão de poderes proconsulares que manteriam a autoridade deste último no Oriente, às invectivas de Otávio contra Antônio – e o veto tribunicio de censura ao primeiro por parte de um senador – seguiu-se à evasão dos cônsules e trezentos senadores de Roma.

Em réplica, Antônio enviou documentos de divórcio de Otávia, irmã de Otávio. Em tréplica, este retirou o testamento de Antônio depositado no santuário das Virgens Vestais e o leu perante o Senado: o documento reconhecia o parentesco entre Cesarion e Júlio César, reconhecia-o como herdeiro do trono egípcio, garantia legados para os filhos tidos com Cleópatra. Todavia, o trecho politicamente mais bombástico foi o desejo de Antônio de ser enterrado junto de sua esposa em Alexandria. Otávio fez com isso significasse a intenção de Antônio de fazer de Alexandria a futura capital da República. O pacto de aliança (*coniuratio*) de vastas porções italianas e ocidentais constituiu uma clientela apoiadora de Otávio contra Antônio, que perdeu os direitos políticos, a possibilidade de assumir o consulado em 31 a.C., e se viu diante da oficialização de guerra contra Cleópatra, agora inimiga de Roma (SCULLARD, 2011, p.144; SOUTHERN, 2007, p. 214).

Não é de nosso interesse entrar em pormenores que conduziram à batalha do *Actium* em 31 a.C. e à vitória militar de Otávio. Para nosso intento, é relevante destacar que, no ano seguinte, além da anexação do Egito não apenas como uma nova província romana, mas como possessão pessoal do *Princeps* e administrada por um agente pessoalmente por ele escolhido, Otávio ordenou o assassinato de Antilo, filho mais velho de Antônio e

Fúlvia, sua primeira esposa, e também de Cesarion. Mais ainda, de modo que nenhuma possibilidade de disputa pudesse emergir, a “doação de Alexandria” foi cancelada e todos os arranjos diplomáticos feitos por Antônio no Oriente reorganizados. Os filhos de Cleópatra com Antônio foram poupados – Cleópatra Selena casou-se com o rei Juba da Mauritânia – mas nada se sabe do destino de Alexandre Helios e Ptolomeu Filadélfio. Antônio e Cleópatra foram enterrados juntos em Alexandria, mas Otávio foi menos generoso com a memória do primeiro: enquanto que a estátua de Cleópatra no Templo de Vênus foi preservada por certo tempo, o Senado declarou a data do nascimento de Antônio uma data nefasta e decretou que estátuas, bustos e moedas com sua efígie fossem destruídos, bem como menções de seu nome apagadas de todos os monumentos romanos.

Retomamos a Germânico César a partir de seu parentesco. Sua mãe, Antônia Menor, era filha caçula de Marco Antônio com Otávia, irmã de Augusto. Após sua ascensão, este último fizera com que Antônia Menor se casasse com Druso Nero, irmão mais velho de Tibério (futuro Imperador), e ambos foram adotados pelo *Princeps* quando este se casou com Lúvia Drusila. Antônia Menor e Druso conceberam Germânico e também Cláudio, que se tornou Imperador após a morte de Calígula, tendo sido este último filho de caçula de Germânico e Agripina Maior. Todo esse arranjo genealógico expõe a tripla ligação que Germânico César possuía dentro da família imperial, por ter sido vinculado por parentesco a três ilustres famílias de origem republicana e politicamente importantes dentro da sociedade romana: à família Júlia, à família Cláudia e primordialmente à linhagem de Marco Antônio.

Assim, quando Germânico César foi destacado com prerrogativas proconsulares para o Oriente romano em 19 d.C., e durante sua jornada resolveu conhecer as reminiscências de sua ancestralidade ao passar pela região do Egito, certamente sua viagem revestiu-se de significados familiares, mas também políticos. Quando Tibério seguiu as instruções de Augusto e adotou

Germânico César imediatamente após sua própria adoção, a intenção provavelmente fora a de preservar a continuidade do projeto de sucessão dinástica que mantinha o poder dentro da linhagem Júlio-Claudiana. Embora não se possa determinar a extensão da afetividade entre Tibério e Germânico, o primeiro emulou as mesmas etapas de concessão gradual de poderes para os príncipes imperiais em vias de potencial sucessão: o único poder que Germânico não havia recebido ainda era o poder tribunício, possivelmente em razão de sua idade, mas que provavelmente seria futuramente concedido.

O cargo assumido pelo príncipe imperial em 19 d.C. havia anteriormente sido conferido a M. Agripa e Caio César – com a missão de restabelecer a ordem no Oriente e o *imperium maius* de cinco anos consecutivos. Historicamente, as províncias romanas que faziam fronteira com o reino da Pártia sempre estiveram às voltas com problemas de má administração ou calamidades naturais. É possível que Tibério não desejasse vivenciar a mesma situação enfrentada por Augusto – não obstante enquanto triúmviro – quando se deparou com Marco Antônio e os arranjos militares e econômicos constituídos com os reinos-clientes (POWELL, 2013, p. 292). Igualmente e à semelhança do que fizera Augusto após o fim da guerra civil, as províncias foram concedidas mediante o Senado para aristocratas de confiança do *Princeps*; Tibério destacou-se por promover poucas trocas entre os governadores provinciais, mantendo associados neste cargo durante anos a fio.

Germânico César recebeu os auspícios imperiais para a condução dos assuntos políticos e militares nas províncias e na fronteira oriental do Império Romano. De acordo com Lindsay Powell (POWELL, 2013, p. 292-293), uma vez que este falhou no seguimento das regras pré-estabelecidas pelo *Princeps* e inspiradas nos preceitos augustanos, Tibério não hesitou em apontar seus erros. Igualmente, Tibério conhecia bem o bastante o poder e as tentações nele presentes; no Oriente existiam inúmeras distrações que poderiam atrair Germânico a ponto de desviá-lo de seu foco

principal – distrações que teriam sido a razão da desventura de Marco Antônio e que finalmente o levaram à derrota e à condenação de sua memória. A nosso ver, é difícil acreditar que a dispensa dos tradicionais símbolos de status consular, dos litores e a adoção da vestimenta e dos costumes dos nativos tenha sido meramente uma atitude de simpatia e aproximação espontânea de Germânico com a população egípcia. É possível afirmar que este último possuía bastante sensibilidade às tradições locais – bem como também sempre tivera apreço às tradições romanas – e também bastante carisma, mas é inegável que suas atitudes puderam ao mesmo tempo ser compreendidas como explícita autopromoção e manipulação consciente da própria imagem (POWELL, 2013, p.293), baseando-se em referenciais de autoridade, de prestígio e ancestralidade ainda muito familiares ao crepúsculo do Egito Ptolomaico de Cleópatra e Antônio, em vias de ampliar a sua popularidade quando futuramente ascendesse ao Principado.

De acordo com Wiedemann (2008, p.210) e Alston (1998, p.27), se Tibério demonstrou descontentamento com o comportamento de Germânico César no Egito, Gneio Calpúrnio Pison, destacado como governador da província da Síria e possivelmente como uma espécie de intermediário entre o Imperador e seu enteado, pode ter interpretado este desagrado como permissão para que se contrapusesse a Germânico César. Há pouco espaço para considerar o envio de Pison para a Síria como uma afronta direta e premeditada contra o príncipe: se relativizarmos a narrativa taciteana, a escolha de Pison partiu do fato de este ser um consorte do *Princeps* e pela sua grande experiência administrativa. O erro de cálculo de Tibério talvez tenha sido a intensidade do embate entre Pison e Germânico, consequência das diferenças de temperamento entre ambos, uma variável pouco considerada.

As matrizes genealógicas de Pison eram republicanas: seu pai foi partidário de Pompeu, Bruto e Cássio; também foi cônsul em 23 a.C., ano em que Augusto vivenciou um dos períodos mais

conflituosos de sua ascensão. Logo no início do governo de Tibério, o irmão de Pison ameaçara retirar-se de Roma para afastar-se de sua corrupção moral (só permaneceu mediante intervenção do próprio *Princeps*) (Tácito, *Anais*, 2.34; 4.21). Em 16 d.C., Pison se opusera à proposição de interrupção das atividades senatoriais durante eventuais ausências do Imperador (Tácito, *Anais*, 2.35). Contudo, não havia nenhuma disposição revolucionária em Pison e certamente seu envio para a Síria foi condicionada à relação de proximidade e confiança entre este e o *Princeps*. Sem superestimar o republicanismo de Pison e assim potencializar uma perspectiva subversiva essencialmente baseada na nostalgia de seu ideário, é possível que este último tenha considerado a postura de Germânico atrevidamente orientalizante. Contudo, a narrativa pouco nos deixa margem para ir além da evidência de que a dissidência entre ambos tenha sido baseada em conflitos pessoais.

Contudo, tendo recebido ou não reprimendas do *Princeps* ainda no Egito, Germânico retornou para a Síria, onde se deparou com uma reversão de todas as suas instruções pela manutenção da ordem entre as legiões ali estacionadas. Após um novo desacordo entre o príncipe e Gneio Pison, logo em seguida foram espalhadas notícias de seu adoecimento, celebradas manifestadamente pelo último. A partir de resquícios de sacrifícios, cinzas e profecias encontradas nos arredores da residência de Germânico, este passou a acreditar que havia sido vítima de feitiçaria, e sua enfermidade consequência de um envenenamento; consequentemente, à renúncia formal da amizade entre ambos seguiu-se a saída de Pison da província (Dion Cássio, 57.18.6-10; Tácito, *Anais*, 2.68-70; 2.78).

Pouco depois desta declaração pública de hostilidade – há dúvidas sobre a extensão da autoridade de Germânico em exigir a saída de Pison, uma vez que esta deveria se submeter à autoridade de Tibério, e retirar-se da província sem autorização era sinônimo de traição (SEAGER, 2004, p. 89) – Tácito afirma (*Anais*, 2.71.3-4) que Germânico, em seu leito de morte, pediu aos seus amigos mais íntimos que exigissem vingança perante o Senado, e para que

mostrassem ao povo Agripina – como sua esposa e neta de Augusto, junto de seus seis filhos. Em contrapartida, para ela Germânico solicitou que controlasse sua rebeldia, resignasse seu espírito à crueldade do destino, e para que não rivalizasse em poder com seus superiores.

Após a morte de Germânico, Pison não retornou para Roma, mas celebrou publicamente a morte do príncipe ainda nas proximidades da província, o que teria sido suficiente para que imputassem culpa à sua pessoa. Mais ainda, logo depois Pison resolveu retornar à província – após ter se deparado com o cortejo naval que conduzia Agripina, seus consortes e as cinzas do falecido, e insultado os amigos de Germânico –, agregou soldados e organizou um exército. Persuadido por Domício Celer (e contrário aos alertas de seu próprio filho) de que teria o apoio de Tibério na empreitada, deparou-se com as tropas comandadas a partir de então por Gneio Sentio Saturnino (cônsul *suffectus* em 4 d.C.), novo governador da província designado pelo Senado e com o consentimento do *Princeps*, e acabou por ver seu motim desmembrado (Tácito, *Anais*, 2.74-2.81)¹⁴.

Paralelamente, ao chegar à Itália, o cortejo fúnebre de Germânico recebeu um amplo cerimonial na Calábria, Apúlia e Campânia, tendo sido escoltado por duas coortes pretorianas e, na medida em que se aproximara de Roma, teria sido acompanhado também por Druso, Cláudio (futuro Imperador), e seus filhos (Tácito, *Anais*, 3.1-3). Contudo, ao chegar a Roma, nem Tibério, Livia e sua mãe Antônia compareceram ao funeral. Em meio a isto, a população teria demonstrado em semelhante medida tanto descontentamento contra Tibério quanto afeição à Agripina, pois esta teria sido ovacionada com menções à sua descendência e preces para a preservação de seus filhos (Tácito, *Anais*, 3.4). Por edito, Tibério determinou que o funeral respeitasse a moderação calcada nos precedentes de César e Augusto, e as cinzas do falecido príncipe

¹⁴ Cf. ALSTON (1998, p. 26); SCULLARD (2011, p. 230); SEAGER (2004, p. 89-91).

foram depositadas no mausoléu da família imperial (Tácito, *Anais*, 3.4-5).

O que de fato representou a morte de Germânico César? Em primeiro lugar, julgamos que há um exagero na apresentação de um *Princeps* satisfeito com a eliminação do mais provável sucessor ao comando. É plausível crermos em uma forte incompatibilidade de posturas políticas entre ambos: as evidências demonstram que tanto Germânico quanto Agripina conheciam bem o poder da popularidade que detinham pelos vínculos ancestrais com Marco Antônio, Druso Nero e Augusto (ou até mesmo Júlio César). A proximidade das legiões ao norte, a receptividade da população no Egito e a possibilidade do controle das legiões (extremamente fortes) no Oriente, provaram-se suspeitos a Tibério, e uma possibilidade de inversão no controle da *domus* imperial algo muito precipitado para os interesses do *Princeps*.

Em contrapartida, é extremamente complicado corroborar o rumor de que o falecimento de Germânico pode ter sido um estratagema para assegurar a sucessão de Druso Cláudio e, portanto, manter a linha sucessória apenas dentro da família Cláudia: isso pode ser observado com a promoção dos filhos mais velhos de Germânico e a determinação deste último como guardião da prole, nos mesmos moldes iniciados por Augusto; e a concessão das prerrogativas imperiais emularam exatamente os passos que Augusto e Tibério percorreram em sua legitimação política (LEVICK, 1999, p.157; SEAGER, 2004, p. 93-5).

Tácito elenca algumas honras que teriam sido concedidas pelo Senado a Germânico César¹⁵, não obstante tenha omitido inúmeras outras presentes na *Tabula Hebana* e *Tabula Siarensis*, o que provavelmente denota seu propósito de intensificar a distância política entre o *Princeps* e o falecido, pois excluiu aquelas que foram decididas em última instância pelo Imperador: a participação de Tibério e outros membros da família imperial (Druso, Agripina,

¹⁵ Cf. *Anais*, 2.83.

Lívia e Antônio) na escolha das honras; a permanência de celebrações anuais pela memória de Germânico no aniversário de sua morte; a difusão de uma publicação de conteúdo propagandístico dos discursos de Tibério e Druso sobre em honra do falecido príncipe; e a criação de novas centúrias com o nome de Germânico que, somadas às outras dez centúrias criadas em homenagem a Gaio e Lúcio César em 10 d.C., foram responsáveis pela designação dos candidatos às prefeituras e o consulado¹⁶.

Por fim, Pison retornou para Roma, e com isto Tibério deve ter se encontrado em uma situação bastante complicada. Enquanto associado político do *Princeps*, o primeiro provavelmente esperava um apoio equivalente aos serviços prestados e à honra da confiança nele depositada para acompanhar Germânico e, eventualmente, conter os impulsos do jovem príncipe. Provavelmente, Pison agira como amigo de Tibério, embora a diferença de personalidades e, principalmente, o lastro republicano de Pison tenha sido uma combinação que no final provou-se equivocada e trágica (LEVICK, 1999, p.155; SEAGER, 2004, p. 99; WIEDEMANN, 2010, p. 210). Martina, considerada como uma feiticeira, suposta amiga de sua esposa Plancina e partícipe no crime de envenenamento foi presa na Síria, mas morreu misteriosamente no trajeto para a Cidade de Roma. Tibério, por sua vez, havia recebido imparcialmente seu filho Marco Pison, e lhe solicitado que levasse seus apelos ao Senado. Druso Cláudio, de modo semelhante, evitou aproximar-se de Pison e publicamente manifestou seu desejo de que as acusações contra ele fossem falsas e que ninguém mais sucumbisse ao destino de Germânico (Tácio, *Anais*, 3.7-9).

Imediatamente organizou-se o julgamento: a despeito dos interesses de Fulcínio Trio (que atuou como acusador de Libo Druso) em monopolizar a acusação – certamente pela confiscação em jogo – Vitélio, Verânio e os demais amigos de Germânico

¹⁶ Respectivamente TS, fr. I, l.1-8; fr. IIa, l.1-11; fr. IIb, l. 11-21; TH, l. 57-62; l. 5-50, *apud* GONZALEZ (1999, p. 128-9); BRAUND (1985, p. 51-5); ROWE (2002, p. 22-30); SEAGER (2004, p. 220).

intervieram, relegando ao primeiro apenas os fatos que diziam respeito à carreira prévia de Pison. Neste ínterim, conquanto os cônsules tivessem apelado para que Tibério participasse do julgamento, este julgou apropriada a condução do Senado, precisamente pelo falecido ser um membro da família imperial; a despeito de ter ouvido tanto os acusadores quanto os membros da defesa, isto indubitavelmente tolheu o apoio esperado por Pison (Idem, 3.10-12).

Ao passo que seus acusadores desejavam que Pison fosse condenado pelo assassinato de Germânico, Tibério deixou claro que, ao referendar o julgamento para o Senado, não desejava que sua influência determinasse o veredito. Igualmente, o *Princeps* abriu campo para a possibilidade de traição, ao solicitar que o Senado averiguasse o embasamento das acusações de corrupção e amotinamento das legiões (Ibidem, 3.12.2-6). Nesse sentido, a defesa de Pison não teve grandes chances: a despeito da autorização de Tibério para o comando das legiões, a forma como Pison havia incitado à desordem, bem como a desobediência somada à inimizade pública de Germânico eram inegáveis; o breve confronto com a legião de Saturnino era um indício de rebelião e guerra civil (Ibidem, 3.13). Diante das fortes manifestações populares, da frieza dos senadores, e abandonado por Plancina, Pison não viu alternativa além do suicídio. Em uma carta deixada próxima de seu leito de morte, pediu que absolvesse seu filho mais novo Gneio por não ter sido envolvido, e Marco por ter seguido suas ordens, conquanto este o tivesse alertado do equívoco.

Ambos foram absolvidos a pedido de Tibério, e Plancina a pedido de Lúvia. De modo semelhante, Tibério impediu que metade da propriedade de Pison fosse confiscada e este fosse banido do Senado, que o nome de Pison fosse apagado da lista dos cônsules, pois nem Marco Antônio e Lúlio Antônio teriam sofrido esta desonra (Tácito, *Anais*, 3.15-7). Embora tenha rejeitado a proposta de uma estátua e um altar no Templo de Marte Vingador (*Mars Ultor*), Tibério acolheu o agradecimento senatorial à sua pessoa, Lúvia,

Antônia, Agripina e Druso (Cláudio foi inserido posteriormente) pela vingança de Germânico; sacerdócios foram conferidos a Vitélio, Verânio e Serveu, bem como promessa de apoio à Fulcínio, salvo o conselho para que este último moderasse a violência de seu discurso (Idem, 3.17-9).

O *senatus consultum de Pisone patre* nos oferece uma importante evidência complementar sobre a maneira como reagiu Tibério perante o impacto que a morte de Germânico trouxe para a família imperial, e a forma como a continuidade desta deveria ser vista pelo Senado. Se na maior parte de seu conteúdo ele se assemelha à descrição feita por Tácito (Cf. *SCPP apud ROWE*, 2002, l.12-68; p.90-108), em contrapartida o caráter propagandístico do decreto senatorial evidencia como a punição a Gneio Pison referendou a estabilidade do governo de Tibério e a paz dentro da família imperial, iniciadas com Augusto, principalmente por reiterar a *clementia* do *Princeps* com a absolvição de Plancina e seus filhos (*SCPP*, l. 68-70; 90-4 *apud ROWE*, 2002, p. 13-14). Pison teria violado esta condição de coisas ao promover uma tentativa de guerra civil, e por esta razão sua memória deveria ser condenada (*SCPP*, l. 90-108 *apud ROWE*, 2002, p. 14).

Após a descrição da pena, é importante destacar que o Senado reverenciou Tibério e o pediu para pensar sobre o futuro, um indício claro sobre a necessidade de se reafirmar a sucessão imperial, bem como deixar implícito que a memória de Germânico, conquanto devesse ser conservada, não teria função outra que não realçar as expectativas para o futuro do Principado. De sua parte, o Senado desejava que Tibério dirigisse todo o zelo uma vez dividido entre seus dois filhos para aquele que ainda vivia; e que Druso contasse com toda a proteção dos deuses para que compreendesse que a continuação da observância recaia sobre ele, razão pela qual ele deveria aplacar o luto e retomar o estado para sua prosperidade (*SCPP*, l.123-32 *apud ROWE* (2002, p. 17; SEAGER, 2004, p. 224).

A nosso ver, embora a morte de Germânico tenha sido um duro golpe para os interesses políticos relativos ao núcleo familiar

de Agripina, isto não significou que a sucessão imperial estivesse comprometida, pois três filhos poderiam ainda ser promessas eficazes para a sucessão imperial e em várias gerações: Nero (quinze anos), Druso (doze anos), e Gaio “Gaio César” (oito). Conquanto Nero fosse ainda muito jovem, um novo príncipe poderia ser seu preceptor: o próprio Druso Cláudio que, a despeito de ser pai de gêmeos do casamento com Livia Júlia (filha de Druso Nero e Antônia, e viúva de Gaio César), eram ainda muito jovens (nascidos em 19 d.C.). Mais ainda, Tibério não aparentara disposição para romper com o precedente estipulado por Augusto em avançar os membros do núcleo familiar de Germânico César, a despeito da falta de sintonia entre ambos e de sua resiliência em relação a Agripina.

Por outro lado, a morte de Germânico César evidenciou um sintoma de crise política que em breve se instalou na corte imperial. Em 23 d.C., Druso Cláudio, filho de Tibério e o natural candidato à sucessão após Germânico também faleceu. Sua morte criou um problema de interlocução política para Tibério: o *Princeps* se viu obrigado a contar (ou se tornou cada vez mais suscetível ao) com o apoio de Lúcio Aélio Sejano. Embora sejamos reféns da tradição histórica presente na documentação (Sejano passa a ser incorporado na narrativa a partir deste momento), a participação deste último trará um impacto para o processo de sucessão dinástica, e também para a relação do *Princeps* com o Senado, que desde o início do governo de Tibério não foi fácil.

Consequentemente, o entrecruzamento destes fatores contribuirá para ampliar o impacto político cujo cume será o afastamento de Tibério para a ilha de Capri, uma vez que, sem os falecidos príncipes imperiais, Sejano e, a partir dele, associados políticos interferirão cada vez mais explicitamente na interação entre a corte imperial e os membros da aristocracia senatorial e equestre, nos fluxos de informações concernentes à administração da justiça, e principalmente, minará sistematicamente as bases de apoio do núcleo familiar de Agripina. Sejano contribuirá para orientar a maneira como o *Princeps* e os integrantes da corte

imperial presentes em Capri se relacionarão com o restante daqueles que permaneceram em Roma, uma vez que se tornará perceptível que, com o afastamento de Tibério da Cidade de Roma, o centro decisório residirá onde o Imperador estiver e, o deslocamento do cerne do poder imperial somado à dificuldade de acesso à pessoa de Tibério e à sua corte se configurará como o grande experimento político de seu Principado. Seiano será aquele que, por um lado, permitirá que o *Princeps* dê vazão ao experimento político de constituir uma corte e um centro decisório de poder fora de Roma; por outro lado, será também o responsável por agravar a delicada situação política entre os parentes do Imperador e interferir cada vez mais na complexa relação entre Tibério e o Senado.

Referências

- ALSTON, Richard. *Aspects of Roman History AD 14 – 117*. London: Routledge, 27, 1998.
- BRAUND, David C. *Augustus to Nero: a sourcebook on Roman History 31 BC – AD 68*. London: Croom Helm, 190, n° 557; 1985.
- CRAWFORD, M.H. *Roman Republican Coinage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- CROOK, J.A. “Political History, 30 B.C to 14 A.D”. In: BOWMAN, A.K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (org.). *The Cambridge Ancient History – Second Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 73, 2008.
- ECK, Werner. *The Age of Augustus*. London: Routledge, 2007.
- GONZALEZ, Julian. “Tacitus, Germanicus, Piso and the *Tabula Siarensis*”. *The American Journal of Philology*, Vol. 120, No. 1, 128-9; 1999.
- LEVICK, Barbara (1999). *Tiberius the Politician*. London: Routledge, 1999.
- POWELL, Lindsay. *Germanicus: the magnificent life and mysterious death of Rome’s most famous general*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2013.

Res Gestae Divi Augusti, 27.1. Tradução, introdução e comentários de P.A. Brunt e J.M. Moore. Oxford: Oxford University Press, 1983.

ROWE, Gregory. *Princes and Political Cultures: The New Tiberian Senatorial Decrees*. Michigan: University of Michigan Press, 2002.

SCULLARD, M.M. *From Gracchii to Nero: A History of Rome from 133 BC to AD 68*. London: Routledge, 2011.

SEAGER, Robin. *Tiberius*. London: Blackwell, 2004.

SOUTHERN, Patricia. Anthony & Cleopatra. Chalford Stroud: Tempus Publishing, 2007.

SUETÔNIO. *The Lives of the Caesars*. Trad. J.C. Rolfe. Cambridge: Loeb Classical Library, 1998.

TÁCITO. *The Annals*. Trad. A.J. Woodman. Cambridge: Hackett, 2004.

WIEDEMANN, T.J.E. “Tiberius to Nero” In: BOWMAN, A.K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (org.). *The Cambridge Ancient History – Second Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.